

MAIRA LUISA GONÇALVES DE ABREU

Feminismo no Exílio: o Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris e o Grupo Latino-Americano de Mulheres em Paris

MARÇO / 2010

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP
Bibliotecária: Cecília Maria Jorge Nicolau CRB nº 3387**

Ab86f Abreu, Maira Luisa Gonçalves de
**Feminismo no exílio: o Círculo de Mulheres Brasileiras em
Paris e o Grupo Latino-Americano de Mulheres em Paris / Maira
Luisa Gonçalves de Abreu. - - Campinas, SP : [s. n.], 2010.**

**Orientador: Angela Maria Carneiro Araújo.
Co-orientador: Maria Lygia Quartim de Moraes.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.**

**1. Feminismo. 2. Exílio. 3. Mulheres. 4. Brasil – História,
1964-1985. I. Araújo, Angela Maria Carneiro. II. Moraes, Maria
Lygia Quartim de. III. Universidade Estadual de Campinas.
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. IV. Título.**

**Título em inglês: Feminism in exile: the Brazilian Women Circle in
Paris and
the Latin American Women in Paris**

Palavras chaves em inglês (keywords) :

**Feminism
Exile
Women
Brazil – History, 1964-1985**

Área de Concentração: Teoria Sociológica e Pensamento Social

Titulação: Mestre em Sociologia

**Banca examinadora: Angela Maria Carneiro Araújo, Mariza Corrêa, Joana
Maria Pedro**

Data da defesa: 24-03-2010

Programa de Pós-Graduação: Sociologia

C.
R5048

MAIRA LUISA GONÇALVES DE ABREU

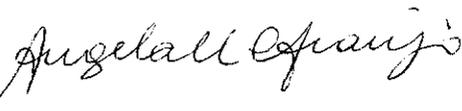
Feminismo no Exílio: o Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris e o Grupo Latino-Americano de Mulheres em Paris

Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas sob a orientação da Profª Drª Angela Maria Carneiro Araújo e co-orientação da Profª Drª Maria Lygia Quartim de Moraes.

Este exemplar corresponde à redação final da dissertação defendida e aprovada pela Comissão Julgadora em 24/03/2010

BANCA

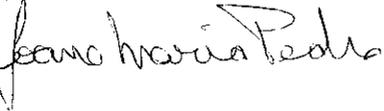
Profª Drª Angela Maria Carneiro Araújo



Profª Drª Mariza Corrêa



Profª Drª Joana Maria Pedro



Prof. Dr. Marcelo Siqueira Ridenti

Profª Drª Adriana Piscitelli

Agradecimentos

Agradeço primeiramente a todas aquelas que me concederam depoimentos para essa pesquisa, sem os quais este trabalho não teria sido possível: Albertina Costa, Ângela Muniz, Cecília Comegno, Clélia Piza, Danda Prado, Eliana Aguiar, Elisabeth Vargas, Glória Ferreira, Lena Lavinias, Lia Zatz, Maria América Unigaretti, Maria Betânia Ávila, Maria Cristina de Castro, Maria das Graças Brasil, Maria Lygia Quartim de Moraes, Mariza Figueiredo, Naty Guadilla, Naumi Vasconcelos, Otilie Pinheiro, Regina Bruno, Regina Carvalho, Sônia Calió, Sônia Giacomini, Vera Tude e Zuleika Alambert. Mulheres de uma “geração” que admiro pela coragem, ousadia e que tiveram um papel importante nas transformações que usufruímos hoje e que dão ânimo para novas lutas.

Agradeço à professora Ângela Araújo por ter orientado essa pesquisa. À professora Mariza Corrêa pela leitura atenciosa e participação nas bancas de qualificação e defesa. À professora Adriana Piscitelli pelas sugestões e participação na banca de qualificação. À professora Joana Pedro por ter participado da banca de defesa e por ter disponibilizado entrevistas que foram utilizadas neste trabalho.

Agradeço Naty Guadilla e João Quartim de Moraes por gentilmente terem disponibilizado documentos de acervo pessoal.

Agradeço a Dani Tega por ter sido meu anjo da guarda nas semanas finais antes da entrega deste texto (revisando, sugerindo mudanças, acalmando, apoiando) e a todos que leram alguma versão desta dissertação: Andressa Passetti, Bruno Rubiatti, Jaqueline Araújo, Luciana Ramirez, Rafael Afonso da Silva e Susel Oliveira. Agradeço também às pessoas que ajudaram com as traduções: Angela Lazagna – que me salvou às vésperas da defesa com traduções de trechos em francês e Pedro Cárdenas que prontamente fez traduções para o espanhol.

Muitos outros seriam aqueles a quem deveria agradecer neste momento – pessoas que, de alguma forma, seja pela amizade, incentivo, convivência, foram importantes para este trabalho. Aos amigos por terem ajudado a tornar a vida mais suportável, por acolher nos momentos de desespero, incentivar quando já pensava em desistir, fazer companhia, rir, comemorar. Particularmente o ano de 2009 teria sido muitíssimo mais difícil sem a presença de uma série de amigos que me acompanharam e ajudaram a superar as adversidades (que nos afligem sem que, obviamente, escolhamos o momento). Certamente nomes ficarão de fora mas alguns deles é impossível não

mencionar: Rizza Regina, Maria Angélica Fontao, Daniela Vieira, Bruno Durães, Pablo Robles, Rafael Pessoa, Jane Barros, Bruno Rubiatti, Hélio Azara, Luciana Aliaga, Francine Hirata, Paula Hipólito, Daniele Mota e Lívia Moraes. Pelo msn, por e-mail e principalmente pessoalmente, foram companhia imprescindível. Às companheiras do Coletivo Feminista pela troca de idéias, militância e convivência: Andressa Passeti, Luciana Ramirez, Camila Firmino, Jaqueline Araújo, e tantas outras que passaram pelo grupo. A Aluana pela convivência e pela ajuda em assuntos de informática. A minha mãe, Giselda, e meu avô, João, e outros familiares pelo incentivo e apoio.

Agradeço aos funcionários de diferentes setores da Unicamp que tornaram possível este trabalho, particularmente alguns que tiveram uma contribuição mais direta. Agradeço às Secretárias de pós-graduação especialmente Christina, Maria Rita e Irani que para além do trabalho que lhes compete, me ajudaram gentilmente em momentos de entrega de projeto, qualificação e defesa. Aos funcionários do AEL pela paciência e solicitude e empenho em encontrar documentos que não queriam ser encontrados. Aos funcionários da biblioteca do IFCH (do atendimento, processamento, direção, etc) pela convivência praticamente diária, pela atenção e solicitude: Sueli, Helena, Sandro, Regiane, Paulo, Davidson, entre outros. Minhas demandas (que não foram poucas) foram sempre ouvidas e solucionadas da melhor forma possível. Agradeço também aos meus companheiros de estudo na biblioteca, alguns deles anônimos, que tornaram mais amenos e menos solitários os dias de trabalho, particularmente as noites.

Essa pesquisa foi financiada pela Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp).

**A Dinorah Luiza de Abreu
In memoriam**

Resumo

Este trabalho procura reconstruir a trajetória de dois grupos feministas, o Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris (1976-1979) e o Grupo Latino-Americano de Mulheres em Paris (1972-1976), a partir de sua produção escrita e da memória de suas militantes. Procuramos analisar o modo de funcionamento, o perfil político e ideológico de suas militantes, a concepção de feminismo e os principais temas debatidos no seio dos mesmos. Ao mesmo tempo, este trabalho pretende reconstituir a dimensão subjetiva daquele momento histórico, no modo como foi vivenciado por essas mulheres, considerando as percepções de suas militantes sobre o seu cotidiano no exílio, a relação com os homens dentro das organizações-políticas e no cotidiano e envolvimento com os grupos em questão.

Abstract

This work aims to reconstruct the trajectory of two feminist groups, the Brazilian Women Circle in Paris (1976-1979) and the Latin-American Women Group in Paris (1972-1976), from their writing production and their militants' memory. We tried to analyze their way of functioning, the politic and ideological profile of their militants, their conception of feminism and the main themes debated within them. At the same time, this work intends to reconstruct the subjective dimension of that historical moment, from the viewpoint of women who lived it, considering their militants' perceptions about their quotidian in exile, their relationship with men inside the politic organizations and in everyday and their involvement with the groups in question.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1. FEMINISMO DA “SEGUNDA ONDA”: FACETAS DE UM MOVIMENTO MULTIFORME	23
1.1. Feminismo: definições	23
1.2. Anos 1960 – 1970	30
1.3. Feminismo: alguns conceitos fundamentais	34
1.3.1. A herança contestada	35
1.3.2. Sujeito do Feminismo	46
1.4. Mouvement de Liberation des Femmes (MLF)	56
2. MULHERES, DITADURA E EXÍLIO	69
2.1. Mulheres e militância	69
2.2. Exílio	79
2.2.1. Primeira vaga	86
2.2.2. Segunda vaga	94
3. GRUPO LATINO AMERICANO DE MULHERES EM PARIS	103
3.1. Os passos iniciais	103
3.2. Composição e forma de funcionamento	111
3.3. Boletim <i>NOSOTRAS</i>	116
3.4. Concepção de feminismo	134
3.5. Principais temas de debate	146
3.5.1. Sexualidade	147
3.5.2. Ações internacionais e contatos com o movimento feminista	
Francês	156
3.6. Sobre o final do grupo	160

4. CÍRCULO DE MULHERES BRASILEIRAS EM PARIS	163
4.1. Gênese do Círculo de Mulheres Brasileiras	163
4.2. Apresentação geral	172
4.3. “Por que um Círculo de Mulheres Brasileiras?”	176
4.4. Modo de funcionamento	180
4.5. Círculo, organizações político-partidárias e autonomia	185
4.6. Atividades externas	190
4.7. Publicações	197
4.8. Anos finais	207
4.9. Referências teóricas e concepção de feminismo	209
4.10. Principais temas de debate	219
4.11. Retorno ao Brasil	230
4.12 Legado do Círculo	232
CONSIDERAÇÕES FINAIS	239
BIBLIOGRAFIA	247
INDICE DE IMAGENS	265

INTRODUÇÃO

Já se passaram mais de quarenta anos desde que teve início a chamada “segunda onda” feminista. Essa vaga atingiu, em maior ou menor medida, entre as décadas de 1960 e 1980, uma grande parcela do globo e suscitou intensas transformações nas relações de gênero, sendo apontada por diversos autores(as) como um dos mais importantes movimentos sociais do século XX. Apesar disso, sua influência é, em geral, pouco reconhecida. As transformações desencadeadas pelas lutas históricas então ocorridas não são, via de regra, a elas relacionadas, particularmente pelas novas gerações. Habitualmente quem nasceu a partir da década de 1980 vê tais conquistas como um estado de coisas que sempre existiu, perdendo-se a dimensão da luta realizada para sua conquista¹.

Percebe-se que há, em geral, um profundo desconhecimento sobre o que foi o feminismo, suas propostas, sua história. Mesmo estudantes que pesquisam temáticas enquadradas sob a rubrica “estudos de gênero” são, muitas vezes, refratários ao feminismo. Numa simplificação exagerada da trajetória desse movimento, este é lido, com frequência, como datado e ultrapassado mas também, fundamentalmente, como essencialista, cego às diferenças, excludente e até mesmo racista e homofóbico. Pouco consistente teoricamente, quase pueril, podemos acrescentar. Dentro de uma narrativa do progresso, o feminismo é apresentado como finalmente superado pela crítica pós-moderna e pós-estruturalista dos anos 1980-1990, que teria nos introduzido noções como diversidade e diferença, desconstruído a categoria “mulher” e criticado as noções essencialistas de identidade. Diante de tudo isso, não surpreende que a literatura produzida e suscitada pelo movimento feminista nos anos 1960-1970 tenha caído no esquecimento. Representantes de um passado “superado”, autoras como Juliet Mitchell, Sheila Rowbotham, Kate Millet, dentre outras cujas obras constituíam “leituras obrigatórias” para qualquer feminista do período mencionado, são hoje pouco conhecidas. Uma grande parcela da “geração” de pesquisadores cuja formação se deu nos últimos 10 anos não se dá ao trabalho de ler e analisar tais autoras. O contato com algumas delas se dá através de referências em outras obras sobre o assunto. Shulamith Firestone é provavelmente a mais conhecida, menos por suas “virtudes” que pelos seus “equivocos” e “deficiências”. Embora essa situação possa ser explicada, em parte, pela

¹ RAGO, Margareth. Feminizar é preciso: por uma cultura filógena. São Paulo Perspec. vol.15 n..3, julho-setembro/2001, p. 60.

crescente especialização a que estamos submetidos na academia, consideramos que foi principalmente o rótulo de “ultrapassadas” que faz com que elas estejam ausentes do horizonte de leitura das gerações que nasceram após o início da “segunda onda”.

Este é provavelmente *um* dos motivos para o pouco interesse acadêmico pelo movimento feminista no Brasil. Por motivos que caberiam ser analisados, a efervescência feminista nos anos 1970-1980 não suscitou um grande interesse pela história do feminismo no Brasil², diferente do que aconteceu, por exemplo, na França e nos EUA, países nos quais a “segunda onda” provocou um vívido interesse pela história do movimento e uma profusão de artigos e teses, além de trabalhos de cunho não acadêmico sobre o tema. Nos últimos anos, parece ter aumentado o interesse no Brasil por essa temática e alguns trabalhos foram produzidos notadamente na Universidade Federal de Santa Catarina.

Neste trabalho procuramos recuperar um pequeno fragmento dessa história, a saber, a trajetória de dois grupos feministas compostos por mulheres brasileiras exiladas na França durante a ditadura militar no Brasil, o Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris (1976-1979) e o Grupo Latino-Americano de Mulheres em Paris (1972-1976), a partir da produção escrita dos grupos e da memória de suas militantes.

O projeto que resultou na presente dissertação deu continuidade a uma pesquisa de iniciação científica realizada entre agosto de 2003 e julho de 2004, durante a graduação³, sobre o Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris. As fontes principais para esse trabalho inicial foram os materiais produzidos pelo Círculo, arquivados no Centro Informação Mulher (CIM), e entrevistas com mulheres que dele fizeram parte. Foram entrevistadas, no ano de 2004, nove mulheres que passaram pelo exílio, sendo que oito delas eram integrantes do Círculo de Mulheres. Regina Carvalho, Regina Bruno, Ângela Muniz, Sônia Giacomini, Eliana Aguiar e Glória Ferreira foram entrevistadas no Rio de Janeiro, no mês de março de 2004. Sônia Calió concedeu-nos duas entrevistas em São

² Ver por exemplo: BASTOS, Maria. *Outras Palavras, Outras Imagens: Movimentos Feministas na cidade de São Paulo nos anos 70/80*. São Paulo: Dissertação (Mestrado). PUC-SP, 1992; CARDOSO, Elisabeth. *Imprensa feminista brasileira pós-64*. Dissertação de mestrado – Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, 2004.; GOLDBERG, A. *Feminismo e autoritarismo: a metamorfose de uma utopia de liberação em ideologia liberalizante*. Rio de Janeiro. Tese de mestrado - Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1987 e *Le dire et le faire féministes: une approche socioculturelle du Brésil contemporain*. Tese de Doutorado. Paris. Université de Paris VII, 1991; MORAES, Maria. *Família e feminismo: reflexões sobre papéis femininos na imprensa para mulheres*. São Paulo: Tese de doutorado, FFLCH/USP, 1981.; PINTO, Celi. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003; TELLES, Maria. *Breve história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1993.

³ Esta pesquisa recebeu financiamento PIBIC-CNPq.

Paulo, uma em outubro de 2003 e outra em junho de 2004. Maria Betânia D'Ávila foi entrevistada via internet. Todas as oito foram militantes do Círculo. Além delas, entrevistamos Zuleika Alambert e Danda Prado, que não foram militantes do Círculo, mas participaram de outros grupos de mulheres no exílio. Zuleika Alambert respondeu algumas perguntas por correspondência no mês de julho de 2004. De Danda Prado colhemos um breve depoimento em setembro de 2005, após um evento na Unicamp de que ela participou. Utilizamos também algumas entrevistas realizadas por Denise Rollemberg⁴. Essa pesquisa deu origem à monografia *Feminismo no exílio: o Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris*⁵.

Durante a pesquisa de mestrado, procuramos aprofundar os resultados da pesquisa anterior e incluímos outro grupo, o Grupo Latino-Americano de Mulheres em Paris. Somando as entrevistas realizadas durante a pesquisa de iniciação científica e a de mestrado, foram entrevistadas vinte e quatro mulheres: sete militantes do Grupo Latino-Americano, doze do Círculo de Mulheres e cinco mulheres exiladas não vinculadas a nenhum dos dois grupos. Utilizamos também algumas entrevistas realizadas por Joana Pedro, particularmente a de Ângela Xavier de Brito.

As entrevistadas que fizeram parte do Grupo Latino-Americano foram: Danda Prado (São Paulo, maio de 2008), Clélia Piza (São Paulo, outubro de 2008)⁶, Vera Tude (São Paulo, 22 de maio de 2009), Cecília Comegno (São Paulo, 14 de abril de 2009), Mariza Figueiredo (Teresópolis, abril de 2009) e Naty Garcia Guadilla.⁷ Com exceção da entrevista de Naty Guadilla, que foi realizada via internet pelo fato de ela residir na França, todas as outras foram colhidas pessoalmente e gravadas. Infelizmente não nos foi possível localizar outros membros do grupo, como Gilda Grillo, Norma Benguell, embora tenhamos empreendido grandes esforços para tal. Julgamos, porém, que logramos entrevistar algumas das mais ativas militantes do grupo, consideradas peças-chave para a existência deste, tais como Danda Prado, Mariza Figueiredo e Clélia Piza.

⁴ As entrevistas feitas por Rollemberg que aproveitamos neste trabalho tiveram como entrevistadas Ângela Muniz, Regina Carvalho, Regina Bruno, Glória Ferreira e Ângela Xavier de Brito e foram realizadas nos anos de 1995 e 1996 para sua pesquisa de doutorado, que deu origem ao livro: ROLLEMBERG, Denise. *Exílio: Entre raízes e radares*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1999. Com exceção de Ângela Xavier de Brito, todas as outras mulheres nos concederam novas entrevistas. As fitas com as entrevistas foram doadas ao Arquivo Edgar Leuenroth (AEL).

⁵ ABREU, Maira. *Feminismo no exílio: o Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris*. Monografia – graduação, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, 2006.

⁶ Infelizmente por problemas técnicos a entrevista com Clélia Piza ficou inaudível. Por isso trechos de sua entrevista não foram citados no trabalho.

⁷ Albertina Costa não nos concedeu uma entrevista, mas tivemos uma breve conversa em maio de 2009.

Quanto ao Círculo de Mulheres, realizamos no mestrado entrevistas com quatro integrantes do grupo: Elisabeth Vargas, Lena Lavinias, Maria América Ungaretti e Otilie Pinheiro. Elisabeth Vargas foi entrevistada em São Paulo, em 18 de abril de 2009; Lena Lavinias, no Rio de Janeiro, em 23 de abril de 2009; e as duas últimas, via internet, respectivamente em 8 de maio de 2009 e 14 de abril de 2009.

Concederam-nos também depoimentos algumas mulheres que não tiveram vinculação direta com nenhum dos dois grupos: Maria Lygia Quartim de Moraes (Campinas, 29 de janeiro de 2009), Lia Zatz (São Paulo, 11 de fevereiro de 2009), Maria Cristina de Castro (Brasília, 18 de janeiro de 2008), Maria das Graças Brasil (Goiânia, janeiro de 2008), Naumi Vasconcelos (Rio de Janeiro, abril de 2009). As duas primeiras eram membros do grupo Debate, que publicava uma revista homônima e abordou, em diversos números, a “questão da mulher”. Maria Cristina de Castro era membro do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e participou de atividades do partido relacionadas à “questão da mulher”.

Essas entrevistas constituíram um elemento fundamental para a análise dos grupos em questão. Os depoimentos autobiográficos nos permitem reconstituir a dimensão subjetiva dos processos históricos e assim instituir sujeitos concretos, antes subsumidos nos grandes mecanismos explicativos nos quais os militantes aparecem apenas como integrantes de um sistema impessoal⁸. Este é um elemento importante, dado que essa pesquisa não teve como objetivo se restringir à análise do programa e do contexto político e intelectual dos grupos, mas procurou incluir também aspectos relacionados às percepções das mulheres sobre seu cotidiano no exílio, sua aproximação com o feminismo e seu envolvimento com os grupos.

Além das entrevistas, procuramos fazer uma análise minuciosa dos materiais produzidos pelos grupos. Sobre estes cabem alguns comentários.

O grupo latino-americano produziu entre janeiro de 1974 e o segundo trimestre de 1976 o boletim bilíngüe *Nosotras*, totalizando dezessete números (alguns duplos e triplos). A publicação era enviada principalmente para mulheres de diferentes países latino-americanos. Todos os números fazem parte do acervo do CIM (Centro Informação Mulher)⁹. Nas análises procuramos privilegiar os editoriais e textos escritos

⁸ GARCIA, Marco. O gênero da militância: Notas sobre as possibilidades de uma outra história da ação política. *Cadernos Pagu*, 8/9, 1997.

⁹ Diversos números dos boletins arquivados no CIM contém a identificação “doação de Escolástica de Almeida”. Segundo Mariza Figueiredo, os boletins foram doados por ela e receberam este nome como uma homenagem a sua babá.

coletivamente mas não nos restringimos a eles. Na reprodução de trechos da publicação, mantivemos o idioma original¹⁰. Segundo alguns relatos, o grupo produziu outros materiais avulsos mas não tivemos acesso a eles para essa pesquisa

A produção escrita do Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris utilizada nessa pesquisa é composta por uma gama de materiais. Eles foram organizados por Sônia Calió, que foi militante do grupo, em cinco encadernações: o Volume I – Retrospectiva – contém os primeiros textos do grupo (a brochura “Por uma tendência feminina e revolucionária” e a “Carta Política”), documentos sobre o funcionamento, discussões internas, além de um documento interno do grupo Campanha sobre as suas atividades no Círculo (“Balanço”). Quando fizermos referência a este material, utilizaremos a seguinte abreviação: DGC (Documentos do grupo Campanha); o Volume II – Subgrupos – contém material referente principalmente a discussões internas e externas dos diversos subgrupos que compunham o Círculo; o Volume III – Alguns temas de debates – é constituído por textos que abrangem os principais temas de debate realizados no grupo (autonomia do movimento de mulheres e feminismo, violência contra a mulher, anistia, jornais feministas brasileiros); o Volume IV – “Pochette” – é composto por diversos documentos produzidos pelo grupo que foram agrupados para serem vendidos e inclui materiais produzidos em diferentes momentos do grupo incluindo resumos de assembléias, panfletos, discussões realizadas nos subgrupos, etc; o Volume V – Publicações – contém diversos panfletos, boletins e material geralmente voltado para a divulgação externa. Identificaremos estes materiais como “DCM” seguido do volume no qual o texto se encontra além de título e data quando existir.

Além das entrevistas e da análise dos materiais produzidos pelos grupos, procuramos rastrear a presença de referências aos grupos estudados nos principais periódicos feministas franceses (o que foi feito particularmente no CIM, que possui um grande acervo dessas publicações), nos periódicos produzidos no exílio (tais como *Unidade e Luta*, *Campanha*, *Frente Brasileño de Informaciones*, *Temas y Debates*, dentre outros) e na documentação relacionada ao exílio de brasileiros nesse período presente no AEL (Fundo Elisabeth Souza Lobo – militante que foi membro do Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris – e Fundo Gilberto Mathias – que foi exilado na França). Essas buscas forneceram-nos algumas referências aos grupos estudados.

¹⁰ Os textos foram publicados em português e espanhol. Em alguns deles há termos de ambos os idiomas. Mesmo nesses casos mantivemos a forma original.

Foram consultados também materiais produzidos Seção Feminina do PCB (Partido Comunista Brasileiro) arquivados no CEDEM (Centro de Documentação e Memória da UNESP) que fazem parte da coleção do ASMOB (Archivio Storico del movimento operário brasileiro). Esses documentos, praticamente inexplorados por outros pesquisadores, forneceram-nos um quadro das atividades “femininas” desenvolvidas pelo PCB no exílio europeu. Além disso, eles foram utilizados no capítulo 4 para mostrar uma visão externa aos grupos analisados. Este material será identificado ao longo da dissertação com a sigla “DPCB”.

A dissertação está dividida em quatro capítulos. O primeiro inicia-se com uma discussão sobre o conceito de “feminismo” e visa a problematizar a definição de feminismo, lançando luz sobre a questão das dificuldades de conceituação e as diferentes concepções que o termo adquiriu ao longo do tempo. Busca também debater qual o sentido que o termo adquiriu no contexto particular que nos interessa, os anos 1960-1970. A essa discussão segue um brevíssimo panorama do contexto no qual surge o feminismo da “segunda onda”, considerações sobre alguns conceitos feministas do período e um debate com algumas críticas feitas a esse movimento. Por fim, apresentamos, de forma panorâmica, o Movimento de Libertação das Mulheres (MLF) francês. Dado que este é um movimento pouco conhecido no Brasil e por ter exercido grande influência sobre as brasileiras, destinamos um longo item para apresentá-lo.

No capítulo 2, procuramos retratar o novo modelo de feminilidade que se esboçou nos grandes centros brasileiros a partir dos anos 1960, enfatizando a experiência militante das mulheres que tiveram contato com o feminismo no exílio. Apresentamos também algumas informações sobre exílio necessárias para compreender o objeto deste trabalho. O Comitê de Mulheres Brasileiras no Exterior, primeiro grupo de mulheres brasileiras formado no exílio, é também analisado. Por fim, procuramos mapear os grupos de brasileiras e latino-americanas que se formaram na Europa nesse contexto.

O Grupo Latino-Americano de Mulheres foi objeto do terceiro capítulo. Nele procuramos reconstruir o surgimento do grupo, sua composição e seu modo de funcionamento. No item “Concepção de feminismo”, buscamos mostrar as diferentes concepções presentes nos textos do boletim *Nosotras* e, por fim, apresentamos um item sobre os principais temas de debate abordados pelo grupo.

O capítulo 4 é dedicado ao Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris. As questões abordadas remetem ao modo de funcionamento do Círculo, ao perfil de suas

militantes, às atividades externas e internas, aos temas de debates, referenciais teóricos e concepção de feminismo. Além disso, abordamos o significado da militância no grupo para as mulheres que dele participaram e fazemos alguns apontamentos acerca da sua influência na comunidade brasileira exilada na França e no movimento feminista brasileiro.

CAPÍTULO 1

FEMINISMO DA “SEGUNDA ONDA”: FACETAS DE UM MOVIMENTO MULTIFORME

Os anos 1960-1970 são palco de uma intensa efervescência feminista que tem início nos EUA, a partir da segunda metade da década de 60, mas que, pouco depois, adquire uma abrangência bem mais significativa, alcançando a maioria dos países europeus e chegando posteriormente à periferia do sistema. Essa vaga feminista, que ficou conhecida como “segunda onda”, é extremamente diversa e engloba uma multiplicidade de grupos, propostas e teorias feministas. Neste capítulo apresentaremos algumas de suas facetas, sem nenhuma pretensão de esgotar o tema. Começaremos com algumas considerações sobre o uso da palavra “feminismo”.

1.1 Feminismo: definições

Embora o termo “feminismo” seja largamente utilizado como se seu significado fosse auto-evidente seu sentido está longe de ser unívoco. Variando consoante os contextos (históricos, nacionais, geracionais etc), os emissores dos discursos e as disputas em jogo, a palavra adquiriu múltiplas significações. Portanto, definir “feminismo” envolve uma série de dificuldades, algumas das quais consideramos importante discutir neste texto.

Há quem defina “feminismo” como um conjunto heterogêneo e freqüentemente não convergente de teorias e práticas centradas no problema da “subordinação” das mulheres e da criação de condições e meios específicos para suprimir esse problema. Segundo essa definição, poderíamos chamar de feministas autoras como Mary Wollstonecraft, Olympe de Gouges e Rosa Califronia, que compuseram suas obras no período da Revolução Francesa. Essa definição é largamente utilizada na historiografia do feminismo. Apoiando-se nessa concepção, algumas autoras – Maïté Albistur e Daniel Armogath¹¹, por exemplo – não restringem o feminismo à modernidade, encontrando manifestações “feministas” que remontam à Idade Média. Shulamith

¹¹ ALBISTUR, M.; ARMOGATHE, D. *Histoire du féminisme français- du moyen âge à nos jours*. Paris: Des Femmes, 1977.

Firestone¹² identifica revoltas feministas, circunscritas no plano pessoal, antes da revolução industrial. June Hahner, analisando o feminismo no Brasil, utiliza-se do termo para designar “as mulheres que se posicionaram contra as desigualdades de gênero” ou “todos os aspectos da emancipação das mulheres”, embora ressalte que procura “evitar o uso anacrônico de palavras”¹³.

Na tentativa de circunscrever melhor o “objeto”, alguns autores(as) consideram mais apropriado falar em feminismo apenas a partir do momento em que há um *movimento de mulheres* organizado em torno da questão da “discriminação” destas. Em território nacional, a título de exemplo, podemos citar Céli Pinto¹⁴, que inicia sua “breve história” do feminismo no Brasil a partir das lutas sufragistas do século XX.

Uma questão pertinente que surge é: podemos chamar de feministas grupos e indivíduos que não se reivindicam enquanto tal? Seguindo esse caminho, outro ponto merece destaque: podemos considerar feminista qualquer movimento ou indivíduo que se interesse por questões que afetam as mulheres?¹⁵

Para algumas autoras, o critério de definição de feminismo/feminista seria o da auto-reivindicação. Assim, só seriam feministas grupos e/ou indivíduos que se reivindicam como tal. Mas essa definição nos traz alguns problemas. Em primeiro lugar, a auto-reivindicação do termo só é possível, obviamente, a partir do momento em que o termo é utilizado. Segundo Karen Offen¹⁶, as primeiras menções aos termos “feministe” e “féminisme” datam respectivamente das décadas de 1870 e 1880 na França. Entretanto, só entrariam de fato no discurso público francês na última década do século XIX. Dessa forma, ao usar o critério de auto-reivindicação, só poderíamos considerar como grupos feministas aqueles que surgiram a partir do final do referido século. Além disso, é preciso considerar que devido à carga pejorativa que se imprimiu e se imprime ao termo em muitos contextos, ele não foi utilizado por indivíduos ou movimentos que seriam identificados freqüentemente como feministas. A rejeição é particularmente forte até os anos 1960 entre mulheres militantes ou próximas da esquerda. Um exemplo é Simone de Beauvoir, que, quando escreveu *O segundo sexo*, não se reivindicava feminista. Numa entrevista concedida em 1970 a Alice Schwarzer, afirmou:

¹² FIRESTONE, Shulamith. *A dialética do sexo: um manifesto da revolução feminista*. Rio de Janeiro: Labor do Brasil, 1976.

¹³ HAHNER, June. *A emancipação do sexo feminino. A luta pelos direitos da mulher no Brasil*. Florianópolis: Editora das Mulheres, 2003, pp.25-26.

¹⁴ PINTO, Celi. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

¹⁵ Cf. DELMAR, R. What is feminism?. In: MICHELL, J.; OAKLEY, A. (org.) *What is feminism?* Oxford: Blackwell, 1992.

¹⁶ OFFEN, Karen. *European Feminisms 1700-1950*. Stanford: Stanford University Press, 2000.

“No final de *O segundo Sexo* eu disse que não era feminista porque pensava que a solução dos problemas femininos devia ser encontrada numa evolução socialista da sociedade (...) Percebi que é preciso, antes da chegada do socialismo com o qual sonhamos, que se lute pela condição concreta da mulher”¹⁷.

Uma outra definição de feminismo bastante difundida é aquela presente nos dicionários. No dicionário Aurélio, editado em 1999, o verbete “feminismo” recebe a seguinte definição:

“**Feminismo** Movimento daqueles que preconizam a ampliação legal dos direitos civis e políticos da mulher, ou a equiparação legal de seus direitos aos do homem”¹⁸

É interessante notar que, malgrado a grande efervescência feminista no século XX, a definição de 1994 é muito semelhante a que encontramos no *Novo dicionário da Língua Portuguesa*, de Candido Figueiredo, publicado em Portugal, em 1913:

“**feminismo. M.** neol. Systema dos que preconizam a ampliação legal dos direitos politicos e civis da mulher, ou a igualdade dos direitos della aos do homem (do lat. femina)”¹⁹

Essa definição refere-se claramente a uma tendência dentro do movimento; porém, mostra-se bastante restrita ao se centrar na questão da reivindicação de direitos, que corresponde a uma faceta do feminismo, mas que não constituiu a bandeira central para, por exemplo, uma parcela significativa dos grupos feministas nos anos 1960-1980.

Outras tentativas de definição também incorrem no mesmo problema ao tentar postular um mínimo denominador comum supondo, por exemplo, um questionamento de uma “essência feminina” – defendida por alguns grupos – ou uma perspectiva “radical” que também não contempla a diversidade de tendências e posicionamentos presentes no seio do movimento feminista.

Definir feminismo, como se percebe, não constitui um ato neutro. Para além de modos de recortar, para fins analíticos, o objeto, o ato de conceituar feminismo tem forte significado político. O uso do termo, seja nos debates políticos, seja nos acadêmicos, com ou sem complementos (como radical, lésbico etc.), é uma forma de se definir dentro do amplo espectro político de idéias e movimentos que, de alguma forma, questionam o papel e *status* da mulher. Como afirma Sylvie Chaperon “Trata-se de

¹⁷ SCHWARZER, Alice. *Simone de Beauvoir hoje*. Rio de Janeiro: Rocco, 1986, p.42.

¹⁸ FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Aurélio do século XXI*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

¹⁹ FIGUEIREDO, Candido. *Novo dicionário da língua portuguesa*. Lisboa: Livraria Clássica, 1913.

dizer sua posição política e freqüentemente, no mesmo movimento, de afirmar que é a melhor possível. Definir o feminismo não é neutro, trata-se com freqüência de designar o ‘verdadeiro’ ou o ‘bom’ feminismo, ou ainda o único que é válido”²⁰.

Atentando para essa questão, é preciso problematizar algumas definições e explicitar as disputas políticas em jogo. É o caso da visão estereotipada que opõe, na França, a um agressivo *women’s liberation* estadunidense, um feminismo francês mais dócil e conciliador, fruto de uma “singularidade francesa”²¹. Outro caso é o conceito de “*french feminism*”²², utilizado por acadêmicas norte-americanas, mas completamente estranho às feministas francesas – como veremos posteriormente.

Concordo com Ergas quando afirma que “o feminismo não é um substantivo cujas propriedades possam ser definidas de forma exata e definitiva”, mas “indica historicamente conjuntos variados de teorias e práticas centradas em volta da constituição e da legitimação dos interesses das mulheres. Nesta perspectiva, o que o feminismo é, ou foi, mais uma questão histórica do que uma questão de definição”²³

Desta forma, compreender o sentido que o termo “feminismo” adquiriu nos múltiplos contextos é fundamental. Cabe aqui fazermos algumas considerações sobre o seu sentido no contexto particular que nos interessa neste trabalho, isto é, os anos 1960-1970.

Sylvie Chaperon traça breves comentários sobre o que significava reivindicar “feminismo” nos anos que antecederam a chamada “segunda vaga” feminista na França. Embora fosse bastante utilizado na “Libertação”, o termo conheceu um verdadeiro “eclipse lexical” posteriormente, quando passou a ser evocado particularmente por grupos antigos nascidos na III República (1870-1940). As católicas e as comunistas, por motivos diversos, não utilizavam o termo. Para as católicas, este remetia a uma perda de moralidade, notadamente no domínio da sexualidade. Para as comunistas, tratava-se de algo derivado do individualismo burguês. Em meados da década de 1960, o termo é retomado por uma nova geração de militantes ligadas à nova esquerda e favoráveis à

²⁰ CHAPERON, Sylvie. 1945-1970, reprendre l’histoire du féminisme. SOHN, Anne-Marie ; THÉLAMON, Françoise. *L’histoire sans les femmes est-elle possible ?* Paris, Perrin, 1998, p.210.

²¹ Sobre a idéia de “singularidade francesa”, ver OZOUF, Mona. *Les mots des femmes*. Paris: Fayard, 1995 e o dossiê «Femmes: une singularité française?». *Le Débat*, n. 87, nov.-déc. 1995.

²² Sobre a idéia de “french feminism” ver “L’invention du french feminism: une démarche essentielle”. In: DELPHY, C. *L’ennemi principal*. vol. 2 Penser le genre. Paris: Syllepse, 2009; VARIKAS, Eleni. “Féminisme, modernité, postmodernisme: pour un dialogue des deux cotés de l’océan». In: *Futur Antérieur*. 1993. (www.multitudes.samizdat.net/spip.php?rubrique334.); MOSES, C. “Made in América: ‘French feminism’ in America” In: *Feminist Studies*, vol.24, n.2, 1998.

²³ ERGAS, Y. “O sujeito mulher: o feminismo dos anos 1960-1980”, In: DUBY, G.; PERROT, M. *História das mulheres no Ocidente*, v.5. Lisboa: Afrontamento; São Paulo: Ebradil, 1990, p. 588

livre concepção²⁴. O movimento intitulava-se “Mouvement de Libérations des Femmes”²⁵ (MLF). Uma corrente em particular, *psychanalyse et politique*, não reivindicava o feminismo, considerando-o “a última forma histórica do patriarcado”²⁶, como veremos posteriormente. Em 1980, Antoinette Fouque, membro do grupo, declarou que “o feminismo é o adversário do movimento de libertação das mulheres, de todo o movimento de libertação, de todo anti-imperialismo”²⁷.

Se, na França, “feminismo” e “movimento de libertação das mulheres” foram utilizados nos anos 1970 muitas vezes como sinônimos, nos EUA, eles ganharam conotações distintas. O *women’s liberation movement* surgiu no seio da nova esquerda norte-americana, dos movimentos de direitos civis, estudantil e antiguerra do Vietnã. As primeiras referências ao uso da expressão “*women’s liberation*” datam, segundo Echols²⁸, do verão de 1967, quando mulheres do SDS (Students for a Democratic Society) organizaram um *workshop* com este título. Mas a expressão não teve aceitação imediata. Os primeiros grupos identificavam-se não através dessa expressão, mas como “feministas radicais”. Um fator que ajudou a popularizar o termo foi a publicação do primeiro jornal do movimento, *The Voice of the Women’s Liberation Movement*.

Sobre a importância do nome adotado pelo movimento, o jornal *Women: a journal of Liberation*, em 1970, afirmava:

“As palavras que os movimentos usam para descrever eles mesmos geralmente sugerem os termos de suas próprias lutas. (...) é significativo que o termo normalmente usado para descrever o movimento de mulheres atual seja a palavra libertação. Essa palavra implica em uma profunda consciência do significado de nossa luta: as mulheres estão pedindo nada menos que a total transformação do mundo”²⁹

Segundo Echols, “feminismo” era um termo horrivelmente desacreditado por estas mulheres, que o associavam à “primeira onda” do feminismo, que elas rejeitavam

²⁴ CHAPERON, Sylvie. 1945-1970... Op. cit., pp.212-213.

²⁵ Optei por traduzir “*women’s liberation movement*” e “*mouvement de libération des femmes*” por “movimento de libertação das mulheres”. Embora o mais comum seja traduzi-los por “movimento de libertação das mulheres”, considero que “libertação” deixa mais claro o sentido original de uma aproximação com idéias dos movimentos de libertação nacional.

²⁶ *Le torchon brûle*, n. 4 apud GUADILLA, Naty. *Libérations des femmes le M.L.F.* Paris : Puf, 1981, p.38.

²⁷ FOUQUE apud DELPHY, Christine. Les origines du Mouvement de libération des femmes en France . *Nouvelles Questions Feministes*, n. 16-17-18 , 1991, p.147.

²⁸ ECHOLS, Alice. *Daring to be bad: radical feminism in América 1967-1975*. Minneapolis/Londres: University of Minnesota Press, 1993.

²⁹ Texto originalmente publicado como editorial do jornal referido no inverno de 1970. *WOMEN: A JOURNAL OF LIBERATION*, 2000. p. 67.

como burguesa e reformista³⁰. “Naquele tempo” – satiriza Germaine Greer –, “gentis senhoras da classe-média clamavam por reforma. Agora mulheres pouco gentis da classe média reclamam revolução”³¹. Havia também uma tentativa de se diferenciar da tendência liberal do feminismo estadunidense, cujo representante principal era o NOW (National Organization of Women). Shulamith Firestone usa o termo “libertação” como oposto de “emancipação”, para denotar a “libertação de toda classificação sexual, em vez de meramente um igualamento dos papéis sexuais”³², embora, ressalte, o considere muito pesado e prefira usar o termo “feminismo radical”. Este complemento (“radical”) foi utilizado por muitas militantes, visando a uma diferenciação em relação às tendências reformistas do movimento.

Para Sheila Rowbotham³³, o uso do termo “movimento de libertação” seria fundamentalmente uma tentativa de se demarcar, diferenciando-se do movimento feminista anterior, mas, para Fougeyrollas-Schwebel³⁴, seria menos uma tentativa de diferenciação em relação aos movimentos anteriores que uma vontade de analogia com os movimentos de libertação nacional, anticoloniais e anti-imperialistas ou com o movimento negro nos EUA³⁵, que constituiu uma importante referência para o *women’s liberation*.

No Brasil, o termo “feminismo” parece estar, nos anos 1960, fortemente atrelado à idéia de um movimento burguês. Entre mulheres de esquerda, o termo, via de regra, não era utilizado. As mulheres vinculadas ao Partido Comunista Brasileiro que faziam o “trabalho feminino” nos anos 1940-1950 também não se identificavam como feministas. Além disso havia a idéia de que o feminismo seria inapropriado para a realidade brasileira, que teria problemas mais urgentes a resolver, e os estereótipos de que seria um movimento de lésbicas. Embora nem todas as mulheres militantes enquadrassem o feminismo nesses termos, essa imagem parece ter sido bastante difundida. Cito abaixo dois exemplos:

³⁰ ECHOLS, Alice. *Idem*. p. 54

³¹ GREER, Germaine. *A mulher eununco*. Rio de Janeiro : Artenova, 1971, p.13.

³² FIRESTONE, Shulamith. *A dialética do sexo: um manifesto da revolução feminista*. Rio de Janeiro: Labor do Brasil, 1976, p. 45.

³³ ROWBOTHAM, Sheila. *Women in movement. Feminisme and Social Action*. London: routledge, 1992.

³⁴ FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, D. Les feminisme des nanées 1970 . In : FAURÉ,C. *Enciclopedie politique et historique des femmes*. Paris : PUF, 1997, p.734.

³⁵ Sobre a importância do movimento negro para o feminismo nos EUA, ver MITCHELL, Juliet. *La Liberación de la Mujer* Barcelona: Editorial Anagrama, 1977.; FIRESTONE, Op. cit.; e EVANS, Sara. *Personal Politics: The roots of Women’s liberation in the Civil Rights movement and the New Left*. New York: vintage Books, 1979.

“O que a gente sabia de feminismo nessa época era que as mulheres americanas eram lésbicas, feias, complexadas, ou então que o movimento francês era coisa de pequeno-burguesas que não tinham o que fazer e que nada disso se aplicava à realidade de um Brasil e uma América Latina subdesenvolvidos”³⁶

“A tendência era identificar feminismo com a Betty Friedan, com o feminismo anti-homem, o feminismo sexista e tal, inclusive eu não gostava desse termo”³⁷

Nos anos 1970, a chamada “imprensa alternativa” começou a tematizar a questão e a discussão sobre os sentidos que deveriam ser atribuídos ao “feminismo”. Dentro dos grupos de mulheres que surgiram a partir de 1975 no Brasil, o sentido do termo também seria alvo de debates. Alguns desses grupos não se reivindicavam feministas. O jornal *Brasil Mulher* não se reivindica feminista desde os primeiros números. Nos primeiros documentos do CMB (Centro da Mulher Brasileira), o termo também não era adotado. Sobre a resistência ao uso do termo, Paul Singer comenta:

“As mulheres que formam o Centro [da Mulher Brasileira] e nele atuam nunca se perguntaram se eram feministas ou não. Quando da criação do Centro, elas encaravam os problemas da mulher como idênticos aos da comunidade. Havia então considerável resistência ao feminismo, tanto entre as mulheres intelectualizadas como entre a liderança estudantil. (...) Agora (1978), a resistência a assumir o rótulo de ‘feministas’, por parte de mulheres cuja ação sem dúvida é feminista, é bem menor, o que provavelmente se deve ao debate mais amplo do tema, sobretudo nas páginas de duas publicações surgidas mais ou menos na mesma época que o Centro: Nós Mulheres e Brasil Mulher”³⁸

O Comitê de Mulheres Brasileiras no Exterior, sobre o qual comentaremos posteriormente, fazia questão de, em 1972 dizer que o seu trabalho era “feminino e não feminista”³⁹. Sobre a sua dificuldade em adotar o termo, Zuleika Alambert, que foi militante do PCB, comenta:

“Educada no Partido com a visão de que o feminismo era uma ideologia burguesa, mesmo participando do Grupo de Mulheres Brasileiras em Paris, nunca aceitei a idéia de ser eu uma feminista. Intitulava-me ‘uma marxista que estudava a mulher’. Assim foi no Chile e assim continuou em Paris”⁴⁰

³⁶ COSTA, Albertina. et. al. *Memórias das mulheres do exílio*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980, p.416.

³⁷ Entrevista - Regina Carvalho.

³⁸ SINGER, Paul. O feminino e o feminismo. In: SINGER, P.; BRANT, V. *São Paulo: o povo em movimento*. Petrópolis: Editora Vozes, 1980, pp. 120-121.

³⁹ DPCB.

⁴⁰ Entrevista-Zuleika Alambert.

Essa distinção entre movimento *feminino* e *feminista* foi bastante utilizada e aparece também nas entrevistas realizadas para essa pesquisa. Associados à primeira categoria estariam grupos formados por mulheres cuja pauta não envolvia necessariamente questões relacionadas à mulher. Seriam os movimentos contra a carestia, pelo fim da ditadura (como o Movimento Feminino pela Anistia), além de organismos femininos ligados a partidos. A segunda categoria enquadraria movimentos que se estruturavam a partir da especificidade da opressão à mulher e cujas lutas, embora não necessariamente se circunscrevessem a essa questão, tinham como pauta prioritária e central a luta contra tal “opressão” (nas mais diferentes acepções que este termo ganhou).

Os dois grupos que constituem objeto deste trabalho, o Grupo Latino-Americano de Mulheres em Paris e o Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris, se reivindicavam feministas e utilizavam “movimento de libertação das mulheres” e “feminismo” como sinônimos, tal como grande parte do movimento de mulheres na França naquele contexto. Mas é interessante notar que o panfleto que chama a criação do Círculo de Mulheres – “Por uma tendência *feminina* e revolucionária” – não usava a palavra “feminismo”, mas “movimento de mulheres”. Todavia, rapidamente suas integrantes adotariam o uso do termo.

O resgate do termo “feminismo” no Brasil ocorreria somente nos anos 1970, e não sem dificuldades, com o ascenso do que ficou conhecido como “segunda onda” do feminismo.

1.2 Anos 1960-1970

Os anos 1960 e 1970 foram marcados por intensa efervescência política e cultural. Movimentos de libertação nacional na Ásia e África, Revolução Cubana, guerrilhas na América Latina, guerra no Vietnã, Revolução Cultural chinesa, Maio de 68, movimento *hippie*, movimento feminista foram alguns exemplos de movimentos e eventos desses turbulentos anos.

Para Jameson⁴¹, podemos situar o início do que viria a ser conhecido como “anos 60” nos movimentos de descolonização da África inglesa e francesa: independência do Congo (1957), da Tunísia, do Marrocos e do Sudão (1956). Mas, para

⁴¹ JAMESON, Frederic. Periodizando os anos 60. In : BUARQUE, Heloisa. *Pós modernismo e política*. Rio de Janeiro : Rocco, 1992.

além de terem sido um marco inicial, esses movimentos influenciaram, pelo menos indiretamente, a maioria dos grandes movimentos dessa década. Para alguns, forneceram modelos político-culturais, como foi o caso do movimento feminista. Para outros, proveram a própria “missão”, a resistência a guerras cujo objetivo era justamente reprimir as novas forças revolucionárias atuantes no Terceiro Mundo⁴².

A eclosão de movimentos revolucionários na América latina permeou toda a década. Instabilidade política, lutas pela reforma agrária, renascimento do movimento camponês foram comuns à realidade política de vários países latino-americanos nesse momento.

Considerando os movimentos de descolonização na África e os ocorridos no continente latino-americano, pode-se dizer que o epicentro dos movimentos políticos radicais no período foi a “periferia” do sistema. Foi o momento em que, utilizando aqui os termos entusiasmados de Sartre – parte de um bilhão e quinhentos milhões de indígenas que não dispunham do verbo tomaram não só a palavra como também seus destinos em suas mãos⁴³.

Mas não apenas os povos do Terceiro Mundo emergiram na cena histórica como agentes políticos que se reconheceram na qualidade de sujeitos históricos. Houve também uma espécie de “Terceiro Mundo” dentro do Primeiro Mundo que começou a protagonizar movimentos políticos de importante impacto naquele período:

“Os anos 60 foram, assim, a época em que todos esses ‘nativos’ tornaram-se seres humanos, e isto tanto interna quanto externamente: aqueles internamente colonizados do Primeiro mundo – as ‘minorias’, os marginais e as mulheres – não menos que os súditos externos e os ‘nativos’ oficiais desse mundo”⁴⁴.

Outro elemento importante nesse contexto foram as críticas às “experiências socialistas” na URSS e no Leste Europeu. Em 1956, as revelações de Krushev sobre os “crimes de Stálin”, divulgadas no XX Congresso do PCUS, somadas à invasão da Tchecoslováquia pela URSS, abriram uma crise sem precedentes nos partidos comunistas. Muitos marxistas que até então defendiam o regime soviético revisaram esse posicionamento, o que culminou, em alguns casos, no rompimento com as teses marxistas. Nesse período, o marxismo deixou de ser identificado com um determinado

⁴² JAMESON, Frederic. *Idem.* p. 84

⁴³ SARTRE, J. Prefácio à edição de 1961. In: FANON, F. *Os condenados da Terra*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2005.p.26.

⁴⁴ JAMESON, Frederic. *Idem.* p.85.

modelo de revolução e de construção do socialismo, um determinado movimento internacional centralizado, como até então⁴⁵. Essa década presenciaria a emergência do maoísmo, o renascimento do trotskismo e, em menor medida, das idéias libertárias.

Os descontentamentos com os partidos comunistas concentraram-se, em alguns países, como a França, nas organizações estudantis, que cindiram os partidos ou deles foram expulsas em muitos casos, fornecendo um novo contingente de potenciais militantes do que viria a ficar conhecido como “nova esquerda”⁴⁶. A oposição entre a esquerda tradicional e a “nova esquerda” pode ser resumida, em muitos países, na oposição radicalismo *versus* imobilismo. Os partidos comunistas “personificavam”, em muitos países, a esquerda tradicional. A oposição a esta tendência seria a origem de muitas das novas organizações de esquerda em diversos países do mundo, inclusive no Brasil, que presenciou, nos anos 60 e 70, sucessivos rachas do PCB, que deram origem a uma plêiade de novas organizações políticas. Foi no bojo de algumas dessas organizações, particularmente na Europa e EUA, que floresceram novas formas de fazer política, de conceber a revolução, seja pela opção por novos métodos de luta (luta armada, por exemplo, na América Latina), seja por uma crítica à burocratização, às hierarquias e às vanguardas. Caricaturando um pouco o conflito tal como se deu nos EUA e na Europa, Berman assim descreve esse contexto:

“os mais brilhantes jovens, filiados aos velhos partidos de esquerda ou às suas ‘seções da juventude’, entraram em disputa com os líderes adultos de suas organizações. O debate cresceu e tornou-se irascível. Finalmente os adultos, irritados com os jovens a quem consideravam não-cooperadores, expulsaram-nos das organizações da esquerda internacional – apenas para, alguns anos depois, por volta de 1968, espiar pela janela e ver esses mesmos jovens criadores de problemas liderando enormes passeatas de ruas”⁴⁷.

As rebeliões estudantis de 1968 são bastante representativas desse contexto. Esse ano foi repleto de intensas mobilizações políticas nos mais diferentes países do globo. Para Marco Aurélio Garcia⁴⁸ em nenhum momento da história, o mundo havia sido abalado por um movimento de tamanha abrangência. Quase que simultaneamente, manifestações de descontentamento, particularmente vindas de setores estudantis,

⁴⁵ HOBBSAWM, Eric. O marxismo hoje : um balanço aberto. In : HOBBSAWM,E. (org.) *História do marxismo*. vol. 11. Paz e Terra, 1989. p.15

⁴⁶ HOBBSAWM, Eric. *Op cit.*

⁴⁷ BERMAN *apud* ARAUJO, Maria. *A utopia fragmentada. As novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970*. São Paulo: Editora FGV, 2000. p. 35

⁴⁸ GARCIA, Marco. Em busca de 1968. In: GARCIA,M.; VIEIRA,M. (org.) *Brasil, França e Alemanha*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999, p.9.

atingiram a Europa, diversos países da América Latina, o Japão, os Estados Unidos, dentre outros países. Garcia sugere a existência de três principais dimensões presentes nas movimentações de 68 e que seriam parte de um processo revolucionário mais amplo: a dimensão anti-imperialista, anticapitalista e a crítica das experiências do “socialismo real”.

As mulheres que deram início à “segunda onda” feminista na Europa e nos Estados Unidos majoritariamente partilhavam um histórico de algum tipo de vinculação com movimentos que eclodiram nos anos 1960 (organizações de esquerda, movimento negro, antiguerra, movimento estudantil etc.). É no contexto desse “caldo de cultura” rebelde que a eclosão do movimento deve ser entendida. Idéias como “politização do privado”, crítica à democracia representativa, ao modelo ortodoxo de revolução defendido pelos partidos comunistas e às políticas “reformistas” já estavam em cena e seriam incorporadas e radicalizadas por amplos setores do movimento feminista desse período.

Sobre esse contexto, que muito influenciou as brasileiras radicadas na França, as militantes do Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris comentaram:

“O feminismo ressurgiu na Europa e nos EEUU impulsionado pelos ventos de maio 1968, naquilo que maio teve de mais autêntico e novo: a contestação anti-autoritária e anti-burocrática, a reivindicação das lutas quotidianas associada a compreensão de que a revolução não será uma conquista definitiva e acabada, que se realizará num futuro longínquo, mas um longo processo de rupturas no qual se inserem as pequenas lutas que enfrentam o poder burguês e apontam para uma sociedade de novo tipo, antiautoritárias, auto-geridas e profundamente democrática”⁴⁹

No próximo item, analisaremos alguns elementos do feminismo dessa vaga feminista.

⁴⁹ DCM – vol.III – “Porque um movimento feminista autônomo” s.d.

1.3 Feminismo: alguns conceitos fundamentais

Simone de Beauvoir foi uma autora fundamental para o feminismo dos anos 1960-1970. *O segundo sexo* foi lido por uma geração de feministas de todo o mundo. A clássica “frase-síntese” do livro, “Não se nasce mulher, torna-se mulher”, resume a sua principal contribuição para o movimento feminista. Beauvoir aponta o caráter fundamentalmente social da feminilidade⁵⁰ e, com isso, abre novas perspectivas para o feminismo.

Se a feminilidade era uma construção social, esta podia ser combatida e superada. Vinte anos depois da publicação do livro, milhares de mulheres tomariam essa idéia como bandeira. Desconsiderando as colocações de Beauvoir sobre a ineficácia do movimento feminista, essas mulheres se engajaram numa luta coletiva, disseram “nós” e estruturaram um movimento coletivo visando a uma luta contra sua opressão específica⁵¹.

É interessante notar, como já mencionamos, que Beauvoir não se reivindicava feminista em *O segundo sexo*. Para ela, a superação da opressão da mulher requereria uma transformação profunda da sociedade, uma revolução socialista. Essa opinião era compartilhada por toda uma tradição de esquerda. Mas o feminismo que emerge nos anos 1960-1970 promoveria uma crítica radical a essa perspectiva. Como nos mostram diversos autores(as), o marxismo estava no centro do debate feminista nos seus primeiros anos. Foi no marxismo que muitas feministas buscaram elementos para promover uma explicação *social* da subordinação feminina e não é possível compreender plenamente esse momento do feminismo, como enfatiza Rubin, sem entender a relação estreita, embora conflituosa, com a política da *new left* e com o pensamento intelectual marxista⁵².

⁵⁰ Apesar de promover uma forte crítica aos pressupostos naturalistas, Beauvoir não conseguiu se desvincular totalmente das concepções que combatia. Para Sylvie Chaperon, coexistem na obra de Beauvoir duas grandes tendências do pensamento feminista: uma naturalista e outra culturalista. Mas, concordamos com Kail que essas “inconsistências” não tiram a pertinência de se considerar *O segundo sexo* como uma obra de grande radicalidade antinaturalista. Apesar de afirmar que as diferenças sexuais são um fato, ela afirma, por outro lado, que estes, em si mesmos, não têm nenhuma significação e que seu sentido depende da totalidade do contexto. Ver : Le Deuxieme Simone de Beauvoir. In : Les Temps Modernes, n.593, abril-maio 1997; KAIL, Michel. Pour un antinaturalisme authentique, donc matérialiste. In : DELPHY, Christine CHAPERON, Sylvie. *Cinquantenaire du Deuxième Sexe. Colloque International Simone de Beauvoir*. Paris: Édition Syllepse, 2002.

⁵¹ BEAUVOIR, S. *O segundo sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

⁵² RUBIN, Gayle; BUTLER, Judith. Tráfico sexual – entrevista. *Cadernos Pagu*, n.21, 2003, p. 158.

1.3.1 A herança contestada

Muitos foram os autores dentro do espectro socialista a discutir, mesmo que de forma periférica, a assim chamada “questão da mulher”. Embora o movimento socialista tenha dado origem a diversas elaborações sobre a questão – as quais não temos por objetivo analisar neste trabalho –, nos interessa a visão que predominou nesse movimento no século XX e que norteou os debates teóricos e políticos nesse campo. Para isso, começaremos por duas frases de duas ativas militantes comunistas no início do século XX:

“O princípio guia deve ser o seguinte: nenhuma agitação especificamente feminista senão agitação socialista entre as mulheres. Não devemos pôr em primeiro plano os interesses mais mesquinhos do mundo da mulher: nossa tarefa é a conquista da mulher proletária para a luta de classes.”⁵³

“As mulheres da classe operária constataam que a sociedade é atualmente dividida em classes. Cada classe tem seus interesses próprios. A burguesia tem os seus, a classe operária tem outros. A divisão entre homens e mulheres não tem grande importância aos olhos das mulheres proletárias. O que une as mulheres trabalhadoras com os trabalhadores é muito mais forte do que o que os divide. (...) “Todos por um, um por todos!” Este “todos” inclui os membros da classe operária – homens e mulheres na mesma condição. A “questão da mulher” para os operários e operárias é o problema de saber como organizar as massas atrasadas de mulheres trabalhadoras.”⁵⁴

Esses trechos ilustram uma concepção bastante difundida no movimento socialista sobre a “questão da mulher”. Essa concepção, que compareceu nos primeiros debates sobre a questão ainda no final do século XIX, tornou-se quase uma “ortodoxia” nas primeiras décadas do século XX e, malgrado as virulentas críticas que sofreu por parte do movimento feminista nas décadas de 1960 e 70, mostra-se ainda presente, em alguma medida, no movimento socialista atual. A idéia básica que informa essa concepção é a diluição da “questão da mulher” nas relações de classe (e das relações de classe nas relações de propriedade, compreendidas as últimas em um sentido meramente jurídico), de modo a negar qualquer especificidade que justificasse a necessidade de uma práxis e instrumentos mediatórios específicos para a superação da desigualdade entre homens e mulheres. A partir de uma interpretação da obra de Engels *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, afirma-se que a origem da opressão da

⁵³ ZETKIN, Clara. *La cuestion femenina y la lucha contra el reformismo*. Barcelona, Anagrama, 1976, p.107.

⁵⁴ KRUPSKAIA apud HEINE. De la I à la III Internationale, la question des femmes. *Critique Communiste*, Paris, dezembro 1977/janeiro 1978, p.109.

mulher tem início com a propriedade privada e conclui-se que a extirpação de ambas é um evento simultâneo: a transformação da propriedade privada em “propriedade socialista” implicaria necessariamente o fim da opressão da mulher. O resultado desse modo de colocar o problema é óbvio: a “agitação especificamente feminista” deve ser deslocada pela “agitação socialista”. Nessa visão, toda a atividade prática, em vista do escopo último da revolução social, deve ser canalizada para a conquista e organização das “massas atrasadas” pelo partido, tomado como a única organização verdadeiramente vanguardista. O movimento feminista é considerado incapaz de levar às últimas conseqüências o seu princípio norteador, isto é, a igualdade entre homens e mulheres, efetível somente no âmbito da sociedade futura, e, dado que se concentra nos “interesses mais mesquinhos do mundo da mulher”, é também considerado divisionista, em relação à necessária unidade da classe operária e de seu partido, e diversionista, em relação ao escopo último da revolução. Essa tradição sofrerá uma crítica virulenta por parte dos grupos feministas de inspiração de esquerda nos anos 1960-1970.

Para uma grande parcela do movimento feminista do final dos anos 1960 e início dos anos 1970, a proposta feminista era uma radicalização das lutas de esquerda. Para Willis, “com poucas exceções, aquelas de nós que primeiro definiram o feminismo radical pressupuseram que radical implicava em um posicionamento anti-racista, anti-capitalista e anti-imperialista. Nós nos víamos como radicalizando a esquerda por expandir a definição de radical para incluir feminismo.”⁵⁵. Embora seja um aspecto pouco mencionado, Shulamith Firestone⁵⁶ defende um “socialismo cibernético” como parte das transformações necessárias para uma revolução feminista. A autora recusava as análises elaboradas pela esquerda, não porque elas fossem excessivamente radicais, mas por não serem “suficientemente” radicais⁵⁷. Kate Millet⁵⁸ se refere à necessidade de uma “revolução cultural” que “acarretando obrigatoriamente este processo de reorganização econômica e política implicado nos termos ‘revolução’, deve, igualmente, ir mais longe que isso”⁵⁹.

⁵⁵ WILLIS, Ellis. Radical feminism and feminist radicalism. In: SAYRES, S. et. al. *The 60's without apology*, 1988, p.93.

⁵⁶ Firestone foi co-fundadora do *New York Radical Women*, *Redstocking* e *New York Radical Feminists*. . ECHOLS, Alice. *Daring ...* p.381.

⁵⁷ FIRESTONE, Shulamith. *A dialética do sexo...* Op. cit., p.51.

⁵⁸ Kate Millet foi militante do *New York NOW* e do *New York Radical Women*. ECHOLS, Alice. *Daring* Op. cit, p.383.

⁵⁹ MILLET, Kate. *La politique du mâle*. Paris: Stock, 1971, p. 393.

Mas, as dificuldades em articular luta das mulheres e luta pelo socialismo não foram poucas. Diversas foram as tentativas teórico e práticas de compreender a opressão feminina sem diluí-la nas relações de classe. A persistência de hierarquias entre homens e mulheres nos países *considerados* socialistas foi para muitas militantes do movimento socialista uma refutação prática da teoria segundo a qual o fim da propriedade privada eliminaria a opressão das mulheres. A abolição da propriedade privada passa a ser considerada uma condição insuficiente para a libertação das mulheres, que envolveria uma série de dimensões que não poderiam ser alteradas por meio de transformações institucional-jurídicas. Muita tinta correu nos anos 1960-1970 discutindo essa questão.

“Porque as mulheres são oprimidas?” foi uma pergunta fundamental para a maioria dos grupos e teorias feministas entre as décadas de 1960 e 1980. E embora a resposta tradicionalmente dada pela esquerda fosse recusada, o marxismo continuou a ser o quadro teórico utilizado por um grande número de feministas, tanto por aquelas que se declaravam filiadas a essa perspectiva como por outras que se distanciavam da mesma. Para Jackson⁶⁰, há um *continuum* entre aquelas análises que consideravam a subordinação das mulheres uma conseqüência do capitalismo e aquelas que a viam como uma conseqüência do patriarcado ou de outra forma de dominação masculina sistemática. Nesses termos, não haveria uma rígida clivagem, como apresentam algumas autoras, entre feminismo socialista ou marxista e feminismo radical⁶¹. Se as primeiras continuavam presas às análises marxistas preexistentes ou procuravam análises que se mantivessem dentro dessa perspectiva, as segundas procuravam utilizar do marxismo somente os aspectos que seriam interessantes para o feminismo. Entre esses dois pólos, uma série de teorias foram formuladas. Para algumas, a explicação para a subordinação das mulheres teria origem nas relações de produção (seja nos termos de uma análise marxista mais ortodoxa, que a atribui ao capitalismo, seja a partir da consideração de que o processo de produção gera tanto relações capitalistas como patriarcais). Outras enfatizavam a reprodução (por exemplo, Michele Barret), entendida muitas vezes como reprodução biológica, como em Firestone⁶². Outras ainda buscavam explicar a subordinação em termos ideológicos, tal como Juliet Mitchell em *Feminismo e*

⁶⁰ JACKSON, Stevi. *Marxisme et féminisme*. In : BIDET, J. (org.). *Dictionnaire Marx contemporain*. Paris : PUF, 2001.

⁶¹ Idem, p. 266.

⁶² FIRESTONE, Shulamith. *A dialética do sexo: um manifesto da revolução feminista*. Rio de Janeiro: Labor do Brasil, 1976.

*psicanálise*⁶³. Infelizmente, não é possível, neste trabalho, percorrer todo esse longo debate. Limitar-nos-emos à discussão sobre o conceito de patriarcado, que foi utilizado por autoras de diferentes perspectivas.

O conceito de patriarcado surge como uma tentativa de prover uma base autônoma para a opressão da mulher e uma justificativa teórica para a autonomia da política feminista. Ele não foi formulado pelas feministas da “segunda onda”, mas seriam elas que lhe dariam um novo significado. *Grosso modo*, “patriarcado” passou a designar uma formação social na qual os homens detêm o poder. Seria quase um sinônimo para “dominação masculina” ou “opressão às mulheres”, mas, diferentemente dessas expressões, patriarcado designaria um sistema, uma estrutura, e não relações individuais⁶⁴. Transferia-se, assim, o problema do nível individual para o coletivo. Além disso, ressaltava-se a especificidade da opressão à mulher e a necessidade de uma luta autônoma especificamente feminista.

A primeira formulação nessa acepção, que foi de Kate Millet, em *Política sexual*, publicado em 1970, foi rapidamente apropriada por uma parte do movimento, designando um sistema a ser combatido. Para Kate Millet, o patriarcado seria a instituição na qual metade da população, as mulheres, seria controlada pela outra metade, que são os homens: “os princípios do sistema patriarcal parecem ser duplos: os machos devem dominar as fêmeas, os machos mais velhos devem dominar os mais jovens”⁶⁵. A instituição fundamental desse sistema seria a família, que teria duas funções centrais: socialização e reprodução. O patriarcado, malgrado a “grande diversidade no espaço e no tempo”, seria “uma constante social tão profundamente radicada que domina todas as outras formas políticas, sociais ou econômicas, sejam elas de casta ou classe, feudalismo ou burocracia, tal como se infiltra em todas as religiões principais”⁶⁶. Mas é importante ressaltar que, para Kate Millet, a dominação masculina não pode ser entendida como tendo origem em fatos da fisiologia. A autora nega que o “temperamento” esteja ligado a fatores biológicos e, tal como Stoller, que a mesma cita em apoio à sua tese, faz uma distinção entre sexo e gênero⁶⁷. Em contraste com essa análise, para Firestone, a base do patriarcado seria a divisão entre duas “classes sexuais”: homens e mulheres. Esse “sistema de classes sexuais” teria por base o papel

⁶³ JACKSON, Stevi. *Marxisme et féminisme*. Op. cit.

⁶⁴ DELPHY, Christine. *Patriarcat*. In: HIRATA, Helena. et. al. *Dictionnaire critique du féminisme*. Paris: PUF, 2000.

⁶⁵ MILLET, Kate. *Uma política sexual*. Op. cit., p. 151.

⁶⁶ MILLET, Kate. *Uma política sexual*. Op. cit., p. 154.

⁶⁷ MILLET, Kate. *Uma política sexual*. Op. cit., p. 159.

da mulher na reprodução biológica da espécie. A crítica de Firestone ao marxismo aponta para a insuficiência deste para analisar a dinâmica desse sistema, dado que suas categorias se voltariam quase exclusivamente para a apreensão da realidade socioeconômica⁶⁸. A destruição do patriarcado requereria uma sublevação das mulheres, uma “revolução feminista” que liberasse a mulher do seu papel de reprodutora. Para que isso ocorresse, Firestone considera que seria necessário o controle sobre esse processo, através de medidas como contracepção e reprodução artificial.

Christine Delphy também trabalha com a noção de classes sexuais. Em 1970, a autora publicaria, sob o pseudônimo de Christine Dupont, o texto “L’ennemi principal”, um clássico do feminismo francês. Nesse texto, Delphy busca “encontrar as razões estruturais que fazem com que a abolição das relações de produção capitalistas em si não seja suficiente para libertar as mulheres”⁶⁹. Para ela, o patriarcado seria um sistema de subordinação das mulheres aos homens nas sociedades industriais contemporâneas (apesar de esse recorte histórico não ficar claro nesta primeira elaboração de Delphy)⁷⁰. Esse sistema teria uma base que não seria a reprodução biológica ou qualquer fator relacionado à biologia, mas que seria econômica: o modo de produção doméstico. Haveria, em nossa sociedade, dois modos de produção: o modo de produção industrial e o modo de produção doméstico. O primeiro daria lugar à exploração capitalista e o segundo, à exploração familiar “ou mais exatamente patriarcal”, já que seria caracterizado pela apropriação pelos homens do trabalho das mulheres.

⁶⁸ Firestone propõe uma concepção “expandida” de materialismo histórico e, “parodiando” Engels, afirma: “O materialismo histórico é aquela visão do curso da História que busca a causa última e a grande energia móvel de todos os fatos históricos na dialética do sexo: a divisão da sociedade em duas classes biológicas distintas, em função da procriação, e as lutas dessas classes entre si; nas mudanças dos modos de casamento, reprodução e educação das crianças; no desenvolvimento análogo de outras classes [castas] fisicamente diferenciadas; e na primeira divisão do trabalho baseada no sexo, que se desenvolveu no sistema econômico de classes”. FIRESTONE, Shulamith. *A dialética do sexo...* Op. cit, p.22.

⁶⁹ DUPONT. “O inimigo principal”. In: DURAND, E. et.al. *Liberção da mulher: ano zero*. Belo Horizonte: Interlivros, 1978, p. 94.

⁷⁰ Sobre o uso do conceito de patriarcado, Delphy comenta: “Desde 1970, eu utilizei o termo “patriarcado. [...] Se usei um termo aparentemente tão vago, é porque, apesar disso, me parecia, e me parece ainda, o mais apropriado para denotar um conjunto que toca todos os aspectos da realidade. Eu queria marcar desde o início uma premissa fundamental de meu trabalho: que a opressão das mulheres *constitui um sistema*. Mas qual sistema? Aí está toda a questão. É necessário preencher esta noção e isso só se faz pouco a pouco. [...] No entanto, eu, ao utilizá-lo, acabei restringido a aceção do termo. Para muitos, o termo patriarcado é sinônimo de “subordinação das mulheres”. Para mim também, com esta nuance: eu acrescento as palavras “aqui” e “agora”, que fazem toda a diferença. Quando eu escuto, o que acontece seguido, que “o patriarcado se modificou entre a idade da pedra e 1950”, eu sei que não se trata de “meu” patriarcado. Eu estudo não uma entidade a-histórica que passaria através dos séculos, mas as sociedades industriais contemporâneas (DELPHY, Christine. *L’ennemi principal 1. Economie politique du sexe*. Paris: Syllepse, 1998. p. 17-18).

Diversas outras autoras utilizaram o conceito de patriarcado mas foge ao escopo deste trabalho uma discussão mais detalhada deste conceito e as posteriores críticas que o mesmo recebeu. O que procuramos mostrar foram somente *algumas* tentativas de teorizar a opressão feminina.

Outra importante formulação feminista do período foi a idéia de “politização do privado”. Essa idéia já estava presente no ambiente político dos anos de 1960-1970, como nos mostra Rowbotham:

“Todos nós éramos colonizados: tínhamos de nos tornar adversários completos. A atenção não estava apenas na produção ou mesmo num conceito mais amplo de luta de classes, mas sim na opressão na vida cotidiana, particularmente na família e no consumo. ‘A revolução’ precisava libertar a imaginação. A oposição ao capitalismo não era apenas uma luta de forças contra um sistema exterior, mas sim contra seu domínio interior. Não só o racional mas também o irracional eram a esfera dessa rebelião. Havia uma ênfase no sentimento subjetivo e uma desconfiança de qualquer espécie de estrutura, inclusive das reivindicações”⁷¹

O feminismo implicava, diziam, uma transformação muito mais profunda que a transformação das relações econômicas. A revolução não poderia ser tomada como simplesmente uma tomada do poder, como afirma Beauvoir nos anos 1970:

“A luta anti-sexista não é somente dirigida como a luta anticapitalista contras as estruturas da sociedade, tomadas no seu conjunto: ela se lança a cada uma de nós, naquilo que nos é mais íntimo e que nos parece mais certo. Sua contestação chega até aos nossos desejos, até às formas de nosso prazer. Não recuemos diante dessa contestação; além do rompimento que ela provocará em nós, ela destruirá alguns de nossos entraves, ela nos abrirá a novas verdades”⁷²

“Politizar o privado” se tornaria uma bandeira fundamental para diferentes setores do movimento feminista, sintetizado na palavra de ordem “o pessoal é político”⁷³. Diferentemente do feminismo do início do século, que tinha

⁷¹ ROWBOTHAM, Sheila. *Além dos fragmentos: o feminismo e a construção do socialismo*. São Paulo: Brasiliense, 1981, p.39.

⁷² BEUVOIR, Simone de. “Simone de Beauvoir”. In: *Les femmes s’entêtent*. Paris: Gallimard, 1975, p.13

⁷³ Essa idéia seria fundamental para o movimento de libertação das mulheres. Essa proposição, entretanto, está claramente contraposta às soluções dadas pelo “feminismo liberal”. Um exemplo disso é a obra de Betty Friedan *A Mística Feminina*, publicada em 1963. Nela, a autora descreve o “mal que não tem nome”, que afligia milhares de mulheres norte-americanas nos anos 1960. A necessidade de se adequar a uma “mística feminina”, que colocava, como única alternativa para realização feminina, o lar, o casamento e os filhos, levava um grande número de mulheres a uma vida de constante frustração, falta de perspectivas, depressão etc. A solução proposta por Friedan – longe de uma subversão total do sistema que provocava este estado de coisas – era uma saída individual, uma reformulação da vida para a mulher norte-americana, um “novo plano de vida”. Além de supor que os problemas que afligiam as mulheres eram passíveis de ser resolvidos individualmente, Friedan não questiona a instituição do casamento nem o

majoritariamente como pauta conspícuas específicas, restritas à esfera pública, tal como direito ao voto, acesso à educação etc., para grandes setores desse movimento que se desenvolveu nos anos 1960-1970, a política dizia respeito não somente à esfera pública mas também ao privado. Kate Millet, autora fundamental para o feminismo desse período, propunha que a relação entre os sexos fosse entendida numa perspectiva política e que o sexo se tornasse uma “categoria com estatuto próprio e com implicações políticas”⁷⁴. Para isso, sugeria um conceito expandido de política, referindo-se às “relações estruturadas pelo poder, às medidas pelas quais um grupo de pessoas é controlado por outro”⁷⁵. Nesse sentido, a luta feminista não deveria se limitar a uma luta na “esfera pública”, porque a dominação masculina permearia as mais diferentes áreas da vida. A política deveria incidir sobre qualquer relação de poder, independentemente da esfera em que esta relação se manifestasse.

Um dos instrumentos para politizar o privado foi a formação de grupos de autoconsciência ou reflexão, conhecidos como *consciousness-raising groups* nos EUA. Estes eram pequenos grupos que partiam das experiências pessoais e cotidianas das mulheres, tendo como objetivo levá-las à percepção de uma opressão comum e à criação de uma identidade que superasse as suas “experiências atomizadas e fragmentárias”⁷⁶.

Essa prática, segundo Mitchell, seria uma apropriação, por parte das feministas norte-americanas, de uma “prática revolucionária chinesa denominada “expressando amarguras”⁷⁷.

“O processo de transformação dos temores secretos individuais da mulher até alcançar um grau de consciência que torne possível compartilhar seu significado como problema social, o poder descarregar a ira, a ansiedade, a luta que entranha o poder, proclamar o doloroso e transformá-lo em político: este é o processo chamado criação de consciência [*consciousness-raising*].”⁷⁸

Os grupos de autoconsciência partiam da idéia de que as experiências pessoais são “políticas” e que, a partir delas, é possível produzir teorizações, como afirma

caráter feminino do trabalho doméstico. A mulher “proposta” por Friedan deve cumprir bem sua função de mãe e esposa conciliada com uma carreira profissional.

⁷⁴ MILLET, Kate. Uma política sexual. In: LAMAS, M.; SOLANAS, V. Et.al. *Mulheres contra homens?* Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1971: 150.

⁷⁵ MILLET, Kate. Uma política... Op. cit. , p. 150.

⁷⁶ ROWBOTHAM, Shulamith. *A conscientização da mulher no mundo do homem*. Rio de Janeiro: Globo, 1983, p. 74.

⁷⁷ MITCHELL, Juliet. *La Liberación de la Mujer* Barcelona: Editorial Anagrama, 1977.p.66.

⁷⁸ MITCHELL, Juliet. *Op cit.* p.65.

Sarachild num texto considerado fundador da idéia de grupos para tomada de consciência no movimento feminista: “Nossos sentimentos nos conduziram a nossa teoria, nossa teoria à nossa ação, nossos sentimentos nesta ação a uma nova teoria e em seguida a uma nova ação.”⁷⁹

A tarefa de luta pela própria “libertação” não poderia ser delegada a ninguém. As mulheres, tal como negros e povos de países colonizados, emergiram como os agentes da luta contra sua opressão. “Só o oprimido pode analisar e teorizar sua própria opressão e conseqüentemente escolher os meios de luta”⁸⁰, afirmava o MLF. Nos documentos do Círculo de Mulheres, encontramos também essa idéia. Só as mulheres seriam “capazes de compreender nossa própria opressão e transformar a consciência em luta”, afirmavam. Não era possível esperar que a mobilização partisse de outro grupo senão daquele que sofria diretamente as conseqüências da opressão, “porque não há melhores defensores de uma causa que suas próprias vítimas”

Assim como os negros, as mulheres se organizaram separadamente, em coletivos formados apenas por elas, e buscavam autonomia política e teórica para estruturar sua luta. O símbolo largamente utilizado pelo feminismo em todo o mundo, o punho fechado dentro do símbolo de Vênus na mitologia romana faz uma clara referência ao conhecido símbolo do movimento negro (exemplo: ver imagem 1).

⁷⁹ SARACHILD. *Partisans* n.54-55, julho-outubro de 1970, p. 66.

⁸⁰ PARTISANS. *Libération des femmes*. Paris: Maspero, 1974, p.05.

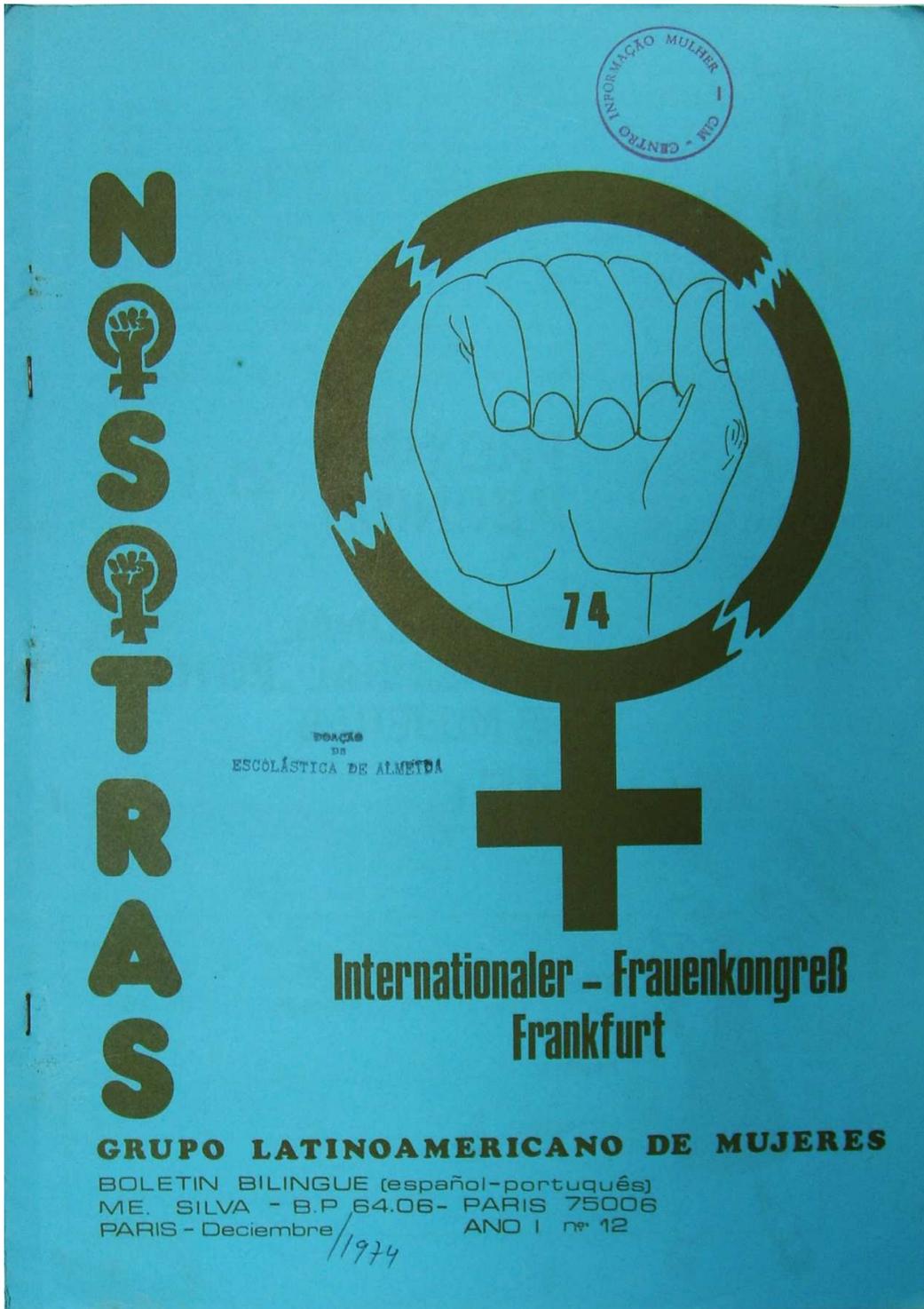


Imagem 1 – Capa do boletim *Nosotras* n. 12, dezembro de 1974.

É importante enfatizar que o sexismo não era entendido como um fenômeno externo aos movimentos de esquerda. Muitas mulheres encontraram, para usar os termos de Juliet Mitchell, “a atitude do opressor na mentalidade do oprimido”⁸¹, isto é, a reprodução de hierarquias e desigualdades no seio das próprias organizações políticas. Era necessário “atacar a esquerda dentro da própria esquerda”, diziam algumas feministas⁸². Havia uma crítica contundente à postura dessas organizações de não só desconsiderar como também reproduzir desigualdades da sociedade na qual estavam inseridas. Para Rowbotham⁸³, os movimentos de negros, homossexuais e de mulheres trouxeram a crítica para “próximo de casa”, isto é, para as organizações nas quais militavam, e exigiram mudanças imediatas.

O que se colocava de forma enérgica era a necessidade de assegurar que a revolução social não fosse – na realidade, não podia ser – realizada sem a libertação das mulheres, à revelia delas ou apoiando-se nelas como auxiliares de segundo escalão. Somente a presença de um movimento feminista autônomo poderia garantir que isso fosse cumprido e que as mudanças começassem de imediato.

Ainda sobre a questão da politização do privado, Rowbotham a relaciona com a crítica às tradicionais formas de organização:

“Supunha-se que sua política era comunicada não apenas através do que você dizia, mas no que você fazia e no modo como você o fazia. Isso levou à declaração de que o ataque à sociedade capitalista deveria antecipar o futuro pelo presente. Assim, não deveria existir hierarquias, elites, cadeiras, comissões, oradores, ou mesmo assembléias em alguns casos”⁸⁴.

Para Araújo, organizações de esquerda e movimentos como o de mulheres, algumas vertentes do movimento negro, indígena etc., procuraram elaborar, ao longo dos anos 1970, uma proposta de democracia direta e participativa que escapasse dos riscos de diluição e fraude que caracterizariam a democracia representativa⁸⁵. A crítica a esta culminou, no caso de muitos grupos, na recusa a qualquer forma de representação e de hierarquia. Um exemplo de movimento que tomou tal posicionamento foi o MLF nos seus primeiros anos. Françoise Picq sintetiza esse “espírito”:

⁸¹ MITCHELL, Juliet. *La Liberación de la Mujer* Barcelona: Editorial Anagrama, 1977, p. 18.

⁸² ECHOLS, Alice. *Daring to be bad...* Op. cit, p.81.

⁸³ Ver ROWBOTHAM, Sheila. *Além dos fragmentos...* Op. cit.

⁸⁴ ROWBOTHAM, Sheila. Op cit. p.39.

⁸⁵ ARAUJO, Maria. *A utopia fragmentada. As novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970*. São Paulo: Editora FGV, 2000. p. 43.

“O movimento de mulheres toma forma na recusa de toda forma, de todo compromisso. A democracia direta não é uma palavra vã. Nada de organização a refrear o movimento espontâneo de cada uma. Nem teoria de libertação, nem regras comuns, nem decisões coletivas. Nenhum chefe ou responsável, nenhuma palavra que faça lei. O MLF não quer reproduzir em nada aquilo que critica-se nos outros, nos grupos mistos dominados pelos homens. Entre as mulheres, inventamos algo de radicalmente novo, na confiança, na espontaneidade, na igualdade entre todas; na afetividade necessária a uma ação comum⁸⁶ .

1.3.2 Sujeito do feminismo

“Estarão as mulheres sempre divididas entre si? Nunca formarão elas um corpo”, perguntava Olympe de Gouges durante a Revolução Francesa. Simone de Beauvoir, mais de 150 anos depois, voltaria a essa mesma questão, afirmando que as mulheres nunca dizem “nós”: “É que elas não possuem os meios concretos de se reunirem em uma unidade que se coloca se opondo. Elas não tem passado (...). Elas vivem dispersas entre os homens”⁸⁷.

Construir um “nós mulheres” não foi uma tarefa fácil para o movimento feminista. “Como falar de um NÓS mulheres se tudo, o enclausuramento dos apartamentos, da vida privada, tudo nos separa?”⁸⁸, questionavam. Além disso, como “unirnos las mujeres y ponernos de acuerdo sin atacarnos unas a otras?”⁸⁹. Como superar as experiências “isoladas, atomizadas e fragmentadas” das mulheres?⁹⁰ Como falar de uma “congregação de interesses ou de solidariedade” entre mulheres de realidades socioeconômicas distintas, como, por exemplo, “Madame Pompidou, uma docente e uma dona de casa?”⁹¹, indagavam. “O que há de comum ou de distinto entre a mulher mexicana, venezuelana, argentina, brasileira, francesa?”⁹². As sociedades indígenas também seriam machistas? Haveria um “nós” mulheres ou seria este somente um “projeto”, como sugere uma feminista francesa?⁹³ A identidade estaria dada de

⁸⁶ PICQ, Françoise. *Liberation des femmes. Les années-mouvement*. Paris : Seuil, 1993. pp.88-89.

⁸⁷ BEAUVOIR apud Picq, Françoise. Simone de Beauvoir et “la querelle du féminisme”. *Les Temps Modernes*. n. 647-648, 2008, p. 177.

⁸⁸ DURAND. *Liberação das mulheres...* Op. cit.

⁸⁹ *Nosotras* n° 7, julho de 1974.

⁹⁰ ROWBOTHAM, Shulamith. *A conscientização da mulher no mundo do homem*. Rio de Janeiro: Globo, 1983, p. 74.

⁹¹ DURAND, E. et.al. *Liberação da mulher: ano zero*. Belo Horizonte: Interlivros, 1980, p. 86.

⁹² *Nosotras* n.1, janeiro de 1974.

⁹³ DURAND, E. et.al. *Liberação da mulher: ano zero*. Belo Horizonte: Interlivros, 1980, p. 86, p. 19.

antemão pela biologia? Esses questionamentos mostram diferentes visões e questionamentos sobre a possibilidade de formação de uma identidade das “mulheres”.

A construção dessa identidade foi um elemento fundamental para o feminismo da “segunda onda”. Como afirma Joana Pedro⁹⁴, tratava-se de um movimento de singularização das mulheres em relação aos homens e, conseqüentemente, de constituição de identificações. As diversas publicações com os nomes “Nós Mulheres”, “Nosotras”, “Noidonne”, como lembra essa autora, são emblemáticas desse momento de singularização. Enfatizava-se mais as semelhanças que as diferenças. Para Ergas, “nos primeiros estádios de mobilização, a questão sobre a qual as organizações coletivas se concentraram rapidamente foi a da opressão das mulheres, na sua ‘infinita variedade e monótona semelhança’, como afirmou uma teórica protagonista da época”⁹⁵.

Para algumas autoras, as mulheres seriam uma “classe” oprimida, cuja condição seria comparável à do proletariado. Outras, inspiradas nos movimentos anticoloniais e anti-racistas, preferiam a idéia de “casta”. Outras ainda evocavam a idéia de diferença sexual para explicar os traços comuns da feminilidade⁹⁶. A explicação para a natureza das características comuns às mulheres não foi unânime e deu origem a diferentes teorizações. O movimento feminista traçou um longo e tortuoso processo em busca de respostas para a indagação “o que é uma mulher?”

Nicole Claude Mathieu⁹⁷ identifica três formas de conceituar sexo e gênero e, portanto, três formas de se conceituar “mulher”.

Uma primeira concepção, bastante arraigada nas sociedades ocidentais dos dois últimos séculos, é aquela segundo a qual a distinção masculino/feminino advém fundamentalmente de diferenças biológicas. Haveria, assim, uma bipartição absoluta do sexo e uma “correspondência homológica” entre sexo e gênero, isto é, o gênero, entendido aqui como atributos culturais, traduziria o sexo. Dessa forma, a definição do que é uma mulher estaria diretamente relacionada à biologia. Essa visão foi adotada também por feministas da “primeira onda” e por alguns setores do feminismo da “segunda onda” chamados de diferencialistas.

⁹⁴ PEDRO, Joana. Nosotras, Nós Mulheres, Nos/Otras, Noidonne - Rede de divulgação feminista dos anos 70 e 80 In: WOLFF, Cristina Scheibe; FAVERI, Marlene de. RAMOS, Tânia Regina de Oliveira. (Org.). *Leituras em Rede: gênero e preconceito*. Florianópolis: Mulheres, 2007.

⁹⁵ ERGAS, Y. O sujeito mulher: o feminismo dos anos 1960-1980. In: DUBY, G.; PERROT, M. *História das mulheres no Ocidente*, v.5. Lisboa: Afrontamento; São Paulo: Ebradil, 1990, p.594.

⁹⁶ ERGAS, Y. O sujeito mulher... Op. cit. p. 595.

⁹⁷ MATHIEU, Nicole-Claude. *Derive du genre/stabilité des sexes*. In: Chetcuti, N. *Lesbianisme et féminisme*. Paris. Hartmann, 2003.

Um segundo “paradigma” considera que as diferenças entre homens e mulheres, assim como comportamentos e qualidades, não seriam uma consequência inevitável e natural da biologia, mas construções sociais e que, portanto, poderiam ser eliminadas em razão de seu conteúdo hierárquico e obrigatório. Para essa perspectiva, o sexo é biológico e o gênero, social. Haveria, nos termos de Mathieu, uma “correspondência analógica entre sexo e gênero”, isto é, o gênero simbolizaria o sexo. Essa perspectiva foi amplamente adotada por setores do movimento feminista nos anos 1960-1970 e norteou as primeiras elaborações do conceito de gênero.

Para Nicholson⁹⁸, a crítica ao determinismo biológico e suas essencializações, levada a cabo pelas feministas, não as fez escapar do uso do biológico para explicar o social. Segundo a autora, nesse caso, “o biológico foi assumido como a base sobre a qual os significados culturais são constituídos. Assim, no momento mesmo em que a influência do biológico está sendo minada, está sendo também invocada”⁹⁹. A essa abordagem, Nicholson dá o nome de “fundacionalismo biológico”.

Esse “paradigma” começou a ser questionado a partir do final dos anos 1970 por feministas francesas (e posteriormente por feministas chamadas de “pós-modernas”). Nesse caso, foi posta em discussão a própria naturalidade do sexo biológico. Para essa perspectiva, segundo Mathieu, haveria uma correspondência “sócio-lógica” entre sexo e gênero: o gênero construiria o sexo. Desta forma, a diferença entre os sexos não seria traduzida (como no modo I) ou exprimida/ simbolizada (como no modo II) através do gênero, mas seria o gênero que construiria o sexo. Um exemplo notório dessa perspectiva é o feminismo materialista francês¹⁰⁰, que, desde o final da década de 1970, critica duramente os essencialismos. Como afirma Ferrand, “a crítica ao naturalismo promovida pelas feministas não é uma simples afirmação do caráter cultural da diferença dos sexos. Ela implica que as ‘diferenciações’ sociais entre os sexos não preexistem logicamente às relações sociais que as engendram”¹⁰¹. O fundamento social da definição de “mulher” é fortemente remarcado na formulação de Wittig: “Uma

⁹⁸ NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. *Revista Estudos Feministas*, v. 8, n. 2, 2000.

⁹⁹ NICHOLSON, L. .*Op cit.* p. 11.

¹⁰⁰ Tendência representada por feministas que se reuniam em torno da revista *Questions Feministes*, entre as quais se destacam Christine Delphy, Nicole Claude Mathieu, Collette Guillaumin, Monique Wittig, Paola Tabet dentre outras.

¹⁰¹ FERRAND, M. *A propos des rapports sociaux de sexe. Parcours épistemologiques*. Vol. II. Paris: CNRS, 1986, p. 4.

lésbica não é mulher, nem economicamente, nem politicamente, nem ideologicamente. Com efeito, o que uma mulher faz é uma relação social particular com um homem”¹⁰². .

A partir dos anos 1980, passou-se a condenar qualquer referência à categoria “mulher”. Como afirma Adriana Piscitelli, “essa categoria passou a ser quase execrada por uma geração para a qual o binômio feminismo/’mulher’ parece ter se tornado símbolo de enfoques ultrapassados”¹⁰³ e a tentativa de utilizá-la politicamente foi rotulada de “politicamente reacionária e ontologicamente equivocada”¹⁰⁴.

Duas são as críticas principais: essa categoria seria homogeneizante e ela se ancoraria necessariamente na biologia. Para Nicholson, essas duas questões estão diretamente relacionadas, pois seria justamente a separação entre sexo, como um dado natural, e gênero, um construto social, que teria contribuído para a idéia de que existe um aspecto comum entre mulheres de diferentes culturas, isto é, uma tendência a homogeneizar as experiências e situações das mulheres¹⁰⁵. Começaremos pela primeira crítica.

Segundo algumas leituras, particularmente aquelas feitas por autoras influenciadas pelo pós-modernismo e pós-estruturalismo, o “feminismo moderno” postularia uma identidade “mulher” monolítica, que desconsideraria a diferença, isto é, pressuporia uma homogeneidade inexistente neste grupo. Para Butler, por exemplo, a idéia de identidade e sua busca pela unidade é necessariamente normatizadora e excludente, pois “as categorias de identidade nunca são meramente descritivas, mas sempre normativas e, como tal, exclusivistas”¹⁰⁶. Assim, a insistência em dar coerência e unidade à categoria “mulheres” teria rejeitado a “multiplicidade das interseções culturais, sociais e políticas em que é construído o espectro concreto das ‘mulheres’”¹⁰⁷.

Mas, é preciso entender o contexto no qual se deram esses debates. É fundamentalmente nos embates com uma esquerda que invisibilizava todas as outras relações de poder que não as de classe que essas formulações devem ser compreendidas. Nos embates com essa posição, enfatizou-se o que unia as mulheres, diluindo as relações de raça, classe etc. nessa identidade maior. As editoras da revista *Questions feministes*, em 1977, já discutiam os riscos dessa postura:

¹⁰² WITTIG, Monique. On ne naît pas femme. *Questions feministes*, n. 8, maio 1980, p.83.

¹⁰³ PISCITELLI, Adriana. Re-criando a (categoria) mulher. *Textos Didáticos* n.48, novembro 2002. p.07

¹⁰⁴ ALCOFF. *Apud.* COSTA, Claudia. O tráfico de gênero. *Cadernos Pagu*, n.11, 1998, p. 137.

¹⁰⁵ NICHOLSON, Linda. Gender. In: JAGGAR, Alison; YONG, Iris (org.). *A companion to feminist philosophy*. Oxford: Blackwell Publishers, 2000: 291.

¹⁰⁶ BUTLER, J. Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do pós-modernismo. *Cadernos Pagu*, n. 11, 1998. p.36.

¹⁰⁷ BUTLER, J. Fundamentos contingentes... *Op. cit.*, p.34.

“O feminismo, após um período de euforia, descobre as situações que opõem as mulheres entre si. Mas não é sempre que ele encontra os meios de pensar essas contradições (...) Ocupadas em resistir ao chapeamento das análises ‘de classe’ (análises unicamente do capitalismo) sobre as contradições entre as mulheres, nós privilegiamos os pontos comuns entre as mulheres”¹⁰⁸

Para Lepinard, a necessidade para o movimento feminista de se emancipar de uma extrema esquerda desejosa de colocá-lo sob sua tutela pode bem explicar por que a categoria ‘mulheres’ tenha restado um sujeito não questionado tanto na teoria como na ação feminista¹⁰⁹. Nos EUA, como mostra Echols¹¹⁰, a tendência do feminismo radical em subordinar classe e raça ao gênero e de falar hiperbolicamente sobre um “sisterhood” universal, foi, em larga medida, uma reação às análises da esquerda que privilegiavam classe e raça¹¹¹.

Mas, para algumas autoras, mesmo essa tendência de homogeneização, presente em muitas análises, não pode ser superdimensionada ou mesmo generalizada para o conjunto do movimento. Para MacKinnon, a idéia de que as mulheres “são todas iguais, homogêneas e que constituem uma unidade uniforme” criticada por autoras pós-modernas não seria uma idéia utilizada na teoria feminista¹¹².

Barbara Crow, que organizou uma coletânea de textos feministas radicais, *Radical feminism*, diz que um dos objetivos desse trabalho foi mostrar que havia, nos EUA, feministas que faziam conexões entre sexo, gênero, raça, classe etc.¹¹³. Além disso, a autora buscava também questionar por que determinados problemas colocados por essa corrente foram ignorados, submergidos ou negados.

Para Hemmings, a idéia de que o movimento feminista nos anos 1970 tinha uma concepção monolítica e essencialista de “mulher” e era cego, portanto, à diferença é um

¹⁰⁸ QUESTIONS FEMINISTES. Variations sur des thèmes communs. *Questions Feministes*, n.1, novembre 1977. p.11.

¹⁰⁹ LEPINARD, Éléonore. Malaise dans le concept. Différence, identité et théorie féministe. *Cahier du genre*, n.39, 2005, p.114.

¹¹⁰ ECHOLS, Alice. *Daring to be bad: radical feminism in América 1967-1975*. Minneapolis/Londres: University of Minnesota Press, 1993.

¹¹¹ Mas é interessante notar que justamente algumas análises de esquerda, que enfatizavam a questão da classe, seriam críticas à unidade da categoria “mulheres”, enfatizando a diversidade de classe existentes entre elas. Uma militante do MLF, num texto de 1970, recusa a idéia de um movimento de libertação “das mulheres”, pois: “Ele volta a dizer por outro lado, implicitamente ou não, segundo os casos, que há uma especificidade, mulheres, fêmeas, feminino, como se queira, que transcende todas as categorias socioeconômicas da análise marxista” (NELSYA Algumas reflexões In: DURAND, E. et.al. *Libertação da mulher: ano zero*. Belo Horizonte, 1978, p. 85). Em alguns momentos, a uma unidade absoluta tentou-se sobrepor outra.

¹¹² MACKINNON, Catharine. Féminisme, marxisme et postmodernité. *Actuel Marx*, n.30, 2001, p.111.

¹¹³ CROW, Barbara. (org.) *Radical feminism. A documentary reader*. Nova York e Londres: New York University Press, 2000, p.2.

equívoco, pois desconsidera uma série de discussões sobre gênero, sexualidade e raça travadas naquela década¹¹⁴. Essa visão seria o resultado de uma reconstrução promovida nos anos 1980-1990, segundo a qual “Um feminismo essencialista universalizado é direta ou indiretamente associado aos anos 70, e críticas raciais e sexuais são contidas nos anos 80 para que o pós-estruturalismo possa, finalmente, superar o essencialismo e incorporar as identidades associadas à diferença sexual, sexualidade e raça”¹¹⁵. Estabelece-se, assim, uma “narrativa do progresso” (de um feminismo ingênuo e essencialista para uma sofisticação pós-moderna). Para dar coerência a esta narrativa, excluem-se autoras que não se enquadram no modelo. Algumas autoras ou não citam a quem estão fazendo a crítica, ou excluem aquelas autoras que não cabem na narrativa. A autora invariavelmente citada é Firestone e sua obra *A dialética do sexo*, que se tornou o alvo privilegiado dessa crítica. Para Firestone, o corpo é o centro da opressão sexual e desigualdade. E é essa condição que daria uma unidade natural às mulheres. Autoras como Rowbotham, Juliet Mitchell dentre outras não entram na narrativa.

Mas mesmo que essas autoras fosse incluídas, devemos nos perguntar: é possível tomar as autoras “clássicas” como representantes do movimento feminista? É possível tirar conclusões sobre “o feminismo” a partir das obras de algumas autoras, ainda que essas obras tenham exercido uma grande influência entre feministas de diversos países? Consideramos que, embora teoria e prática não fossem formuladas pelas feministas como campos separados e autônomos e que muitas das elaborações teóricas do período fossem fruto da experiência de militância, não é possível analisar o movimento através de algumas obras feministas. A realidade concreta coloca questões cuja resposta teórica não é imediata. Assim, o movimento tem que responder a algumas questões que a teoria pode levar anos para formular. Um exemplo é dado por Adriana Piscitelli, referindo-se às atuais propostas de “políticas de coalizão”. Para a autora, tentativas de colocá-la em prática já eram feitas na década de 1980. A partir disso ela pergunta: “Terá sido, então, o ativismo mais ‘avançado’ que a teoria?”¹¹⁶. Independente da resposta a essa pergunta, ela nos suscita um questionamento das análises sobre feminismo que se centram nas teorias elaboradas particularmente pelas “grandes autoras” do movimento. Fazer isso

¹¹⁴ HEMMINGS, Clare. Contando estórias feministas. *Revista Estudos Feminsitas*, 17 (1), janeiro-abril/2009, p. 220.

¹¹⁵ HEMMINGS, Clare. Contando estórias... Op. cit, 229.

¹¹⁶ PISCITELLI, Adriana. Re-criando... Op. cit, p.38.

justamente ao abordar um movimento que, em grande medida, procurava recusar a idéia de lideranças, nos parece uma leitura equivocada.

É preciso, portanto, analisar também como concretamente os grupos feministas lidaram com questões como identidade, diferença etc. Para compreender como se desenvolveu esse processo, é mister analisar como os grupos que se estruturaram no período tematizaram tais questões. Essa vaga feminista está longe de ser una e monolítica e uma análise dos diferentes grupos que a formaram é fundamental para entendê-la.

Os grupos que constituem o objeto deste trabalho, por exemplo, não estão entre os que defendiam uma homogeneização absoluta da categoria “mulheres”. Para o Círculo de Mulheres, não havia a possibilidade de uma ação coletiva de todas as mulheres, pois as relações de classe impediam a constituição de um movimento unitário. Por outro lado, embora o Grupo Latino-Americano, como veremos, considerasse a possibilidade de um único movimento, ele se estruturou a partir da identidade “mulheres latino-americanas” e enfatizava, em diversos momentos, a especificidade da realidade das mulheres dessa região.

Um outro problema das críticas já mencionadas é o seu caráter generalizante. O feminismo dos anos 1960-1970 recobre uma diversidade de formulações que não pode ser reduzida simplesmente à fórmula “feminismo = essencialismo”. Reduzir toda essa diversidade ao mesmo denominador comum essencialista é cair na tentação homogeneizadora que algumas dessas mesmas autoras condenam como típica do pensamento moderno. A crítica pós-moderna das grandes narrativas parece ser esquecida no momento em que algumas dessas autoras criam uma nova grande narrativa, homogênea. Francine Descarries é uma das que consideram que algumas teóricas colam muito rapidamente a etiqueta de essencialismo em todas as “escolas” de pensamento feminista:

“Formulada muito superficialmente, uma tal crítica ignora a idéia fundadora das problemáticas feministas radicais materialistas ou socialistas, que efetivamente tomaram forma na recusa de explicar o confinamento das mulheres a um estado de inferioridade por argumentos de ordem natural ou biológica e que se interessaram à dimensão social da divisão dos sexos, bem como à dinâmica de sua reprodução em diferentes sociedades”¹¹⁷.

¹¹⁷ DESCARRIES, Francine. Teorias feministas : liberação e solidariedade no plural. *Textos de História. Revista da Pós-Graduação em História da UNB*, vol. 8, n.1/2, 2000. p.32.

Essa leitura do feminismo criticada acima parece ser uma resposta ao feminismo cultural que hegemoniza o feminismo norte-americano a partir da segunda metade da década de 1970. Enquanto o feminismo radical procurava eliminar o sistema de classes sexuais, o feminismo cultural foi um movimento contracultural que se dirigiu para a reversão da desvalorização cultural da mulher. Não é possível aqui entrar em detalhes sobre suas propostas. Abaixo cito um trecho de Echols sobre a diferença entre este feminismo e o feminismo radical que se desenvolveu no final da década de 1960 e início da década de 1970.

“Em terminologia atual, o feminismo radical foi tipicamente construtivista social, que deseja que as diferenças de gênero tornem-se irrelevantes, enquanto o feminismo cultural era geralmente essencialista e celebrava a “femaleness”. Em contraste com o feminismo radical, o cultural considera que o feminismo significa uma expansão das análises de esquerda, o feminismo cultural concebe o feminismo um antídoto contra a esquerda. Enquanto o primeiro era anti-capitalista – ao menos implicitamente – o segundo descartava a luta de classes como masculina e irrelevante para as mulheres.”¹¹⁸ .

Uma leitura mais atenta às especificidades e à diversidade do movimento deve, portanto, perceber que alguns movimentos enfatizavam mais o caráter biológico do que outros.

Ainda sobre as críticas ao essencialismo, para algumas autoras, o fundamento deste reside na própria afirmação da categoria “mulher” como referencial básico do movimento, uma vez que tal categoria teria como pressuposto necessário uma identidade biológica¹¹⁹. As estratégias de constituição de identidade do movimento feminista só poderiam ancorar a universalidade de seu sujeito (mulher) na crença em uma identidade básica, em última instância fisiológica, de todas as mulheres, submetidas a uma opressão e a uma subordinação universais. Se

¹¹⁸ ECHOLS, Alice. *Daring to be bad...* Op. cit.

¹¹⁹ FRANCHETTO, B.; CAVALCANTI, M. L. V. C.; HEILBORN, M. L. Antropologia e feminismo. In: *Perspectivas Antropológicas da Mulher*, v. 1, p. 11-47, Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

uma parte do feminismo norte-americano tinha, como vimos, um forte traço essencialista, e fundamentava uma “sisterhood”, em última instância, na biologia, outras procuraram fundamentar essa identidade em outros termos. Kate Millet, por exemplo, defende que parte da revolução sexual deve ser o fim do separatismo estrutural, de temperamento e comportamento entre os dois sexos, para que “each individual may develop an entire rather than a partial, limited, and conformist-personality”¹²⁰.

Outro exemplo são as feministas materialistas da revista *Questions feministes*, pioneiras na proposição de que o sexo biológico é também uma construção social, defendendo “politizar a anatomia” e evidenciando o caráter social e histórico do “sistema de sexos sociais”¹²¹ já no final dos anos 1970. A centralidade do antinaturalismo para essa corrente explica também a reação de estranhamento que algumas delas têm diante de algumas críticas anglófonas ao feminismo, particularmente aquelas relativas ao caráter essencialista deste. Nicole Claude-Mathieu reage a essas críticas da seguinte forma:

“Não se fala de mulheres no feminismo pós-moderno. Segundo os textos e os contextos, os fatos e os contra-fatos, nos é dito, por outro lado, que é necessário desconstruir a categoria mulher (pois o feminismo anterior a teria, ao que parece, ‘essencializado’!). Lembremo-nos, de qualquer maneira, de que uma grande parte desse movimento quis reunir as mulheres contra a sua

¹²⁰ MILLET *apud* JAMMAL, Nadine. « Les notions d’identité et de différence dans les théories féministes contemporaines : une analyse à partir du féminisme américain de la différence (1970-1990). Tese Université de Montréal. Faculté des études supérieures, 2000, p.122.

¹²¹ Ver, por exemplo, o editorial do primeiro número da revista, “Variations sur des thèmes communs”, que sintetiza algumas das principais idéias desse coletivo (*Questions Feministes*, n. 1, nov. 1977).

essencialização, ou seja, sua naturalização na e em relação ao poder imposto pelos homens”¹²².

Christine Delphy¹²³ explicita o calcanhar de Aquiles da rejeição a qualquer referência à categoria “mulheres”: uma visão idealista do “socialmente construído” ou, simplesmente, a incapacidade de captar o “socialmente construído” como algo efetivamente existente e não como algo existente apenas na representação ou na idéia. Para as autoras que recusam como essencialista a categoria “mulheres” (Delphy cita Alcoff e Nancy Fraser como exemplos), a alternativa é entre a aceitação da categoria e conseqüentemente de seu fundamento essencialista/naturalista necessário e a aceitação da inexistência dessa categoria em razão de seu caráter socialmente construído. “Essa compreensão do ‘social’”, escreve Delphy¹²⁴, “implica igualar o ‘social’ com o que se chama na linguagem ordinária as ‘convenções sociais’: qualquer coisa que se pode tomar ou deixar”. O “real” é identificado ao “natural”, ao que se encontra na natureza, e o “social”, ao “irreal”, ao simplesmente representado, podendo ser deliberadamente descartado pelo indivíduo, simplesmente alterando a representação, a visão, a interpretação. Para essas autoras, assim como para suas antípodas essencialistas: “Ou bem essas [a existência humana e a subjetividade] são ‘reais’ e então elas devem estar fundadas sobre a ‘Natureza’ (e não ‘simplesmente sociais’); ou elas são ‘sociais’ e então elas se tornam ‘irreais’”¹²⁵. Se, ao contrário, consideramos o “social” como “real”, podemos considerar a categoria “mulheres”, socialmente construída e não biologicamente dada, igualmente como “real”, como fundada em relações reais, que devem ser “desconstruídas” pela atividade prática e não somente pela atividade do pensamento.

Por fim, cabe mencionar que nos últimos anos algumas autoras propõem uma re-criação da categoria “mulher”, cujo sentido é, sobretudo, político. Essas propostas partem de um esforço de compatibilizar um projeto feminista com as críticas ao essencialismo. Entre as que propõem essa re-criação estão Linda Nicholson¹²⁶ e, no Brasil, Claudia Lima Costa¹²⁷.

¹²² MATHIEU, Nicole-Claude. Derive du genre/stabilité des sexes In: Chetcuti, N. *Lesbianisme et féminisme*. Paris. Hartmann, 2003, p.292.

¹²³ DELPHY, Christine. La construction du ‘french feminism’ dans le discours universitaire américain. *Nouvelles Questions Feministes*, vol. 17, n.1, 1996.

¹²⁴ DELPHY, Christine. La construction... Op. cit., p. 33.

¹²⁵ DELPHY, Christine. La construction... Op. cit., p. 33.

¹²⁶ NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. Op. cit.

¹²⁷ COSTA, Claudia Lima. O tráfico do gênero. *Cadernos Pagu*, v. 11, 1998.

No próximo item, procuramos fazer um panorama do MLF, movimento que influenciou a formação dos grupos que constituem objeto deste trabalho.

1.4 Mouvement de liberation des femmes (MLF)

“Étudiant qui remets tout en question,
les rapports de l’élève au maître,
As-tu pensé aussi à remettre en question
Les rapports de l’homme à la femmes ?
128

Mai de 68 representou uma contestação a diversas formas de hierarquia, para além daquelas ligadas às relações de classe. Nesse sentido, ele abriu possibilidades de questionamento de outras hierarquias – que se reproduzidas também dentro das próprias organizações que participavam do evento - e de uma radicalização de sua proposta. Mas deve-se ressaltar que, na França, a ‘questão feminina’ não apareceu senão de forma periférica em 68. Um debate, algumas reuniões, pichações. Espontaneamente surgem algumas reivindicações entre estudantes e operárias tais como creches nas universidades, salário igual ao dos homens, contra o assédio sexual. Mas essas reivindicações não encontraram seja reconhecimento do Estado, seja uma mobilização de longa duração. A quase totalidade das organizações femininas passam ao largo do evento¹²⁹. Para Michele Zancarini-Fournel, mesmo que a consciência das identidades de gênero não tenha sido afirmada publicamente senão depois de 1968, a questão do masculino e feminino estava prenhe nos eventos de maio-junho de 1968.¹³⁰. Em 1970 nasceria o *Mouvement de liberation des femmes*.

Este ano é considerado o “ano zero” do movimento e é repleto de eventos fundadores. Data deste ano a publicação do artigo “Combat pour la liberation de la femme” no periódico de esquerda *L’idiot International*. Em agosto é realizada a primeira aparição pública do movimento que, em solidariedade a uma greve chamada

¹²⁸Tradução: “Estudante que tudo questiona, que [questiona] as relações entre aluno e professor, você já pensou em questionar as relações entre homens e mulheres?” Pichação nos muros da Sorbone. PICQ, Françoise. *Liberation des femmes. Les années-mouvement*. Paris: Seuil, 1993, p.12.

¹²⁹ O grupo FMA (Féminin, Masculin, Avenir), surgiu um ano antes e estava lá, embora fosse um grupo bastante reduzido. Data também de 68 as primeiras reuniões do grupo que viria a ficar conhecido como Psicanálise e Política.

¹³⁰ ZANCARRINI-FOURNEL, Michelle. Genre et politique: Les années 1968. *Vingtième Siècle. Revue d’histoire*, No. 75, Numéro spécial: Histoire des femmes, histoire des genres. (Jul. - Sep., 2002), p.133.

por mulheres norte-americanas no aniversário de 50 anos da conquista do sufrágio feminino, coloca uma coroa no monumento do Arco do Triunfo com os dizeres “Em honra à mulher ainda mais desconhecida do soldado desconhecido”, além de “Um homem sobre dois é uma mulher”. A imprensa francesa, em analogia ao Woman’s Lib norte-americano, batizaria, a partir de então, esse movimento de Mouvement de Libération des Femmes, nome que as próprias militantes passariam a adotar. É de 1970 também a primeira publicação coletiva do nascente movimento: um número especial e duplo da revista Partisan com artigos de feministas norte-americanas e francesas, entre os quais se inclui o famoso texto de Delphy “L’ennemi principal” (O inimigo principal), inserido no ideário do feminismo radical.¹³¹

O MLF nasce a partir da reunião de alguns pequenos grupos já existentes. As inúmeras divergências não as impediu, ao menos inicialmente, de articular uma luta comum, como nos mostra Françoise Picq:

“Na França, o MLF é único, situado por inteiro à extrema-esquerda da extrema-esquerda. No mesmo movimento, encontram-se aquelas para as quais este deve ser uma parte do movimento social e aquelas para as quais a luta de mulheres não seria apenas [uma luta] subordinada a alguma outra, aquelas para as quais a diferença entre os sexos é um produto da opressão e aquelas que trabalham para fazerem-nas saírem da repressão. É o debate entre esses pontos de vista indissociáveis e contraditórios que faz a riqueza do movimento”¹³².

Para Picq¹³³ o MLF nasce da confluência de dois principais sistemas de análise, o marxismo e a obra de Beauvoir. O marxismo era o quadro teórico dos militantes de maio de 68 e militantes do MLF utilizariam alguns autores desse universo intelectual para legitimar suas lutas, entre eles estão: Engels, Bebel, Franz Fanon e o movimento ‘Black power’. Do marxismo tomariam a idéia de luta coletiva e projeto revolucionário além de ser uma referência para a discussão sobre trabalho doméstico, base para a formação da “classe” das mulheres segundo algumas análises. Quanto a Beauvoir, como veremos, sua obra *O segundo sexo* será fundamental para o movimento ao ressaltar o

¹³¹ Ver DELPHY, Christine. Les origines du Mouvement de libération des femmes en France. *Nouvelles Questions Feministes*, n. 16-17-18, 1991.; GOLDBERG, Anette. Os movimentos de liberação da mulher na França e na Itália (1970-1980): primeiros elementos para um estudo comparativo do novo feminismo na Europa e no Brasil. In: LUZ, M. T. *O lugar da mulher*. Rio de Janeiro: Graal, 1982 e CHAPERON, Sylvie. *Les années Beauvoir 1945-1970*. Paris: Fayard, 2000.

¹³² PICQ, Françoise. *Liberation des femmes*. Op. cit., p.185

¹³³ PICQ, Françoise. *Op cit.*

caráter fundamentalmente social da opressão feminina. Desta tomaram a consciência da desigualdade social entre os sexos e a definição de ‘outro’¹³⁴.

Algumas das concepções de maio de 68 foram “herdadas” pelo MLF: o esquerdismo, a mística revolucionária, o humor, o gosto pela provocação, a recusa de hierarquias, a desconfiança em relação às verdades indiscutíveis, a recusa a uma organização centralizada, à vanguarda e ao sacrifício militante¹³⁵. Podemos acrescentar um outro ponto fundamental que é a idéia de democracia direta e a crítica a toda delegação de poder.

As militantes do movimento eram provenientes, em grande medida, de organizações de esquerda, mas é em oposição e até mesmo em ruptura com suas organizações que esse movimento se configura. Como consta em relatos das militantes, não era apenas a indiferença que caracterizava a relação do movimento operário com a nova pauta feminista, mas freqüentemente a hostilidade aberta. A reprodução dos velhos papéis sexuais dentro das organizações de esquerda, o menosprezo à condição da mulher e ao nascente movimento feminista seriam duramente criticados pelas mulheres militantes:

“Quem cozinha enquanto eles discutem a revolução?
Quem cuida das crianças enquanto eles vão às reuniões políticas?
(...) Quem toma notas enquanto eles estão no microfone?
Somos nós, sempre nós!”¹³⁶

Um princípio fundador, que norteava a prática do movimento era a primazia do “vivido” (vécu).

“Não há um outro saber sobre a opressão das mulheres que a experiência pessoal, o vivido. Recusando toda teoria exterior, as mulheres afirmam sua posição de sujeito, somente elas capazes de definir seus objetivos, suas estratégias”¹³⁷

“Só o oprimido pode analisar e teorizar sua própria opressão e conseqüentemente escolher os meios de luta”¹³⁸ afirmavam. A teoria seria um resultado da experiência coletiva das mulheres. Esse é um dos motivos pelos quais muitos dos textos dos primeiros anos do movimento não eram assinados individualmente mas por

¹³⁴ PICQ, Françoise. *Op cit*, p.29.

¹³⁵ CHAPERON, Sylvie. La radicalisation des mouvements féminins français de 1960 à 1970. *Vingtème Siècle. Revue d'histoire*, n.48. (oct.-dec., 1995).

¹³⁶ PICQ, Françoise. *Op cit* p. 31.

¹³⁷ PICQ, Françoise. *Op cit* p.357.

¹³⁸ PARTISANS. *Libération des femmes*. Paris: Maspéro, 1974, p.05.

“grupos de mulheres”, “algumas militantes”, “mulheres”. Nada de lideranças, vedetes, teóricas do movimento, afirmavam. Nenhuma apropriação pessoal das elaborações coletivas. Pseudônimos também foram muito adotados. Christine Delphy assinou o texto “L’enemi principal” como Christine Dupont. Esta estratégia também está vinculada a necessidade, em alguns casos, do anonimato por motivos profissionais ou pessoais e à recusa em utilizar o sobrenome (que é ou paterno ou do marido).

Outros dois importantes princípios do grupo são autonomia e reunião somente entre mulheres. A noção de “autonomia” reivindicada era bastante ampla. Tratava-se de uma autonomia política - não só em relação ao Estado mas também aos partidos políticos (particularmente em relação à esquerda, da qual eram mais próximas), sindicatos, etc – mas também uma autonomia teórica, como vimos acima, e uma autonomia em relação a si própria: cada mulher deve ser a “única apta a se determinar”

A reunião somente entre mulheres é uma característica organizacional típica do feminismo desse período. Essa prática no MLF parece ter se espelhado na luta do movimento negro norte-americano e na experiência feminista dos EUA, por um lado, mas também em eventos específicos do nascente feminismo francês¹³⁹. Na primeira publicação coletiva do movimento, um número duplo da revista *Partisans* (julho-outubro de 1970) esse aspecto já é ressaltado:

“Nós tomamos consciência de que, a exemplo de todos os grupos oprimidos, nós deveríamos assumir a tarefa de lutarmos pela nossa própria libertação. Com efeito, da mesma maneira que são desinteressados, os homens não estão diretamente preocupados e, objetivamente, tiram vantagens da sua situação de opressores. Somente o oprimido pode analisar e teorizar sua opressão e, por conseguinte, eleger os meios da luta. Revelou-se que, nas assembléias mistas, as mulheres não se sentem livres para exprimir sua revolta na presença dos seus companheiros”¹⁴⁰.

Essas questões nos remetem às formas de organização adotadas pelo movimento. O MLF não se configurava como uma organização com estatuto, normas de funcionamento, etc. Era um movimento sem uma forma pré-fixada, calcado fundamentalmente na unidade espontânea e em valores alijados da esfera política, tais como a confiança e afetividade, conformando assim um movimento essencialmente

¹³⁹ “La non-mixité s’est surtout développée dans l’après Mai 68, quand les militantes se sont heurtée á une hostilité des militants hommes frisant le sabotage. Lorsqu’un grand meeting féministe est organisé á Vincennes en 1970, des militants hommes créent une telle perturbation que les militantes se convainquent de devenir un mouvement non-mixte. Par la force des choses et sans préméditation idéologique (sauf pour certaines). MATHIEU, Nicole-Claude. Un panorama historique du féminisme. Disponível em : http://www.chiennesdegarde.com/article.php3?id_article=299%0D. Visitado em março de 2008.

¹⁴⁰ PARTISANS. *Libération des femmes*. Paris: Maspero, 1973, p.09.

distinto da estrutura tradicional dos movimentos de esquerda. Influenciado pelo conteúdo anti-autoritário e anti-burocrático de 68, o feminismo fazia eco à demanda de uma nova forma de organização política, horizontalizada, sem lideranças, sem separação entre público e privado e com uma nova linguagem. Falar de organização, diziam no boletim *Le torchon brule* é “preparar a morte do movimento”. A organização não organizaria nada além dela mesma¹⁴¹.

“O movimento de mulheres toma forma na recusa de toda forma, de todo compromisso. A democracia direta não é uma palavra vã. Nada de organização a refrear o movimento espontâneo de cada uma. Nem teoria de liberação, nem regras comuns, nem decisões coletivas. Nenhum chefe ou responsável, nenhuma palavra que faça lei. O MLF não quer reproduzir em nada aquilo que critica-se nos outros, nos grupos mistos dominados pelos homens. Entre as mulheres, inventamos algo de radicalmente novo, na confiança, na espontaneidade, na igualdade entre todas; na afetividade necessária a uma ação comum. (...) O MLF não é uma organização. Não é um grupo. É um movimento de contornos indefinidos e por definição extensível”. (...) O MLF não fala em nome das mulheres, que não são representáveis. (...) O MLF, “são todas as mulheres”¹⁴²

Diferentemente de vários movimentos que o antecederam, o MLF recusa toda forma de “reformismo”. A igualdade de direitos, reivindicação central para o movimento progressista era percebida como insuficiente para uma verdadeira “libertação”. Tratava-se não apenas de melhorar a condição feminina mas de transformar profundamente um sistema de opressão. Diferentemente do feminismo estadunidense, o feminismo francês não teve nenhuma corrente “liberal” significativa que se centrasse na busca de melhorias legais. Tinha como propostas transformações radicais que não poderiam ser realizadas dentro do sistema vigente. Abolição do capitalismo, do patriarcado e da bipolarização dos sexos eram bandeiras importantes para o movimento¹⁴³.

O MLF, comparado aos movimentos feministas que o antecederam, inovou em vários aspectos seja na temática (sexualidade, aborto, etc), na radicalidade de suas propostas seja na forma de organização (recusa de hierarquias, movimento só de mulheres e autônomo). Embora muitas militantes desconsiderasse a movimentação

¹⁴¹ Le Torchon Brûlé, n.2 apud GUADILLA, Naty. *Libérations des femmes le M.L.F.* Paris: Puf, 1981, p. 32.

¹⁴² PICQ, Françoise. *Libération des femmes. Les années-mouvement.* Paris: Seuil, 1993, pp.88-89

¹⁴³ PICQ, Françoise. *Les années 68: événements, cultures politiques et modes de vie.* Lettre d'information n.2, 1994. Disponível em : http://irice.cnrs.fr/IMG/pdf/Lettre_d_info_68_no2_28-11-94.pdf (site visitado em 15 de março de 2008).

anterior à 1970, o “ano zero”¹⁴⁴, tanto por motivos políticos como por desconhecimento, as rupturas do MLF foram preparadas por uma lenta transformação nas duas décadas anteriores à grande explosão feminista¹⁴⁵

As pautas e bandeiras de luta do movimento são diversas e abarcam um leque de temas. Para Françoise Picq, na primeira publicação coletiva do MLF, um número especial da revista *Partisans* já mencionada, já anunciavam os grandes temas do movimento: aborto, violência sexual, sexualidade, trabalho doméstico, relações sociais e relações políticas entre os sexos¹⁴⁶

Segundo a mesma autora o tema central mobilizador do MLF era a liberdade de dispor do próprio corpo, resumido na palavra de ordem “Nosso corpo nos pertence”, largamente utilizada. Os corpos disciplinados, vistos apenas na sua função procriativa, a ignorância da mulher sobre o seu próprio corpo, a falta de prazer feminino, a sexualidade vivenciada com culpa, o estupro, o poder médico como detentor do saber sobre o corpo e disciplinador do mesmo foram temas candentes para o movimento.

As primeiras grandes mobilizações do MLF foram pela legalização do aborto¹⁴⁷ que era um tema que unificava diferentes setores da sociedade e constituía-se como uma importante bandeira para o MLF. Grandes mobilizações em torno dessa temática foram a marca do MLF na primeira metade da década de 1970. Elas se baseavam na idéia de que “não há liberdade para as mulheres sem livre disposição de seus corpos”¹⁴⁸ e esta luta exige a total liberdade para aborto e contracepção.

Outra luta que se destaca é contra o estupro e violência, particularmente depois de 1975. Debates internacionais que suscitaram vivas polêmicas nos países anglo-saxões tiveram presença marginal ou inexistente no cenário francês tal como a questão do lugar ocupado pela pornografia e pela prostituição no quadro da opressão das

¹⁴⁴ “Ce radicalisme révolutionnaire et la forte coloration soixante-huitarde expliquent les rapports houleux entre les nouvelles militantes et les anciennes associations. Les premières ignorent les secondes qui les caricaturent volontiers. La radicalisation des mouvements féminins français de 1960 à 1970. *Vingtième Siècle. Revue d'histoire*, n.48, oct.-dec. , 1995, p. 72.

¹⁴⁵ CHAPERON, Sylvie. *Les années Beauvoir 1945-1970*. Paris: Fayard, 2000.

¹⁴⁶ PICQ, Françoise. *Liberation des femmes. Les années-mouvement*. Paris: Seuil, 1993. p.35

¹⁴⁷ Na França dos anos 60 era vigente uma lei de 1920 que penalizava não só o aborto mas também a propaganda anticoncepcional e provocação pelo discurso, escritos ao ‘crime d’avortement, alors même que cette provocation n’aura pas été suivie d’effet’ PICQ, Françoise. *Op cit.* pp. 56-57. A lei já era considerada por muitos como esclerosada mas propostas de mudanças ainda enfrentavam vivas resistências. A luta pela legalização da contracepção já tinha se iniciado, de forma mais organizada, a partir da década de 1950 com a fundação em 1956 da associação “Maternité heureuse” – que posteriormente chamaria-se “Planning Familial” - cujo objetivo seria prevenir o aborto através do desenvolvimento da contracepção. Em 1967 uma lei torna a contracepção autorizada na França mas o aborto continuava proibido.

¹⁴⁸ PICQ, Françoise. *Liberation des femmes*. Op. cit.

mulheres, práticas sexuais consideradas desejáveis ou aceitáveis tal como sadomasoquismo, dentre outras¹⁴⁹.

Divergências e tendências

Se o combate ao patriarcado unificava as mais diferentes visões dentro do MLF, particularmente nos primeiros anos, a divergências sobre a ‘natureza’ da diferença entre os sexos foi um fator que aos poucos culminou em uma cisão. Depois de alguns combates comuns, afirma Picq, o movimento cindiu entre duas concepções sobre a luta das mulheres: denúncia dos papéis e do condicionamento social ou busca e valorização de sua especificidade.¹⁵⁰ Diversos são os autores/as a apontar uma cisão entre essas duas formas de conceber a “natureza” da diferença sexual.

De um lado um feminismo chamado “diferencialista”, que considera a diferença entre os sexos um elemento ontológico e essencial – cujo título de uma obra de A. Fouque *Il y a deux sexes*¹⁵¹ deixa evidente – e que propõe uma valorização do feminino. Do outro, um feminismo “universalista” para o qual a ‘natureza feminina’ é uma construção social e que precisa ser combatida. Antoinette Fouque e Simone de Beauvoir “personificam” respectivamente essas duas tendências. Essa questão não se coloca apenas no plano teórico mas tem profundas conseqüências práticas, como veremos.

Muitas seriam as feministas a herdar o anti-essencialismo de Beauvoir. Elas ficaram conhecidas como “universalistas”. Essa posição é defendida por duas “tendências” do MLF, o “feminismo revolucionário” e “luta de classes”.

Segundo Françoise Picq não há propriamente uma “tendência” feminista revolucionária, nem mesmo um grupo regular. Esta se constitui mais como corrente de pensamento, de limites imprecisos e variáveis¹⁵². Algumas das idéias compartilhados era a luta prioritária contra o patriarcado, contra a subordinação da mulher pelo trabalho doméstico. Havia um gosto por ações espetaculares. São principalmente desta “tendência” as manifestações “espetaculares” que caracterizam as primeiras manifestações públicas do MLF.

¹⁴⁹ LHOMOND, Brigitte. Sexualité. In: HIRATA, H. et. al. *Dictionnaire critique du féminisme*. Paris: PUF, 2000, p.216.

¹⁵⁰ PICQ, Françoise. Un homme sur deux est une femme. Les féministes entre égalité et parité (1970-1996). *Les Temps modernes*. N.597, abril-maio 1997, p.222.

¹⁵¹ FOUQUE, Antoinette. *Il y a deux sexes : essais de féminologie*. Paris : Gallimard, 1995.

¹⁵² PICQ, Françoise. *Liberation des femmes*. Op. cit, p.198

Um dos textos considerados fundamentais para o “feminismo revolucionário” é “L’ennemi principal” de Christine Delphy (com o pseudônimo Christine Dupont) publicado pela revista *Partisans* já mencionada. Neste texto, Delphy critica as análises marxistas sobre a opressão feminina e propõe uma análise materialista do problema, como vimos no item debates feministas. Algumas das integrantes dessa “corrente” fundariam, em 1977, a revista *Questions Feministes*.

Essa orientação é a principal interlocutora da corrente “luta de classes”. Segundo Guadilla¹⁵³, a tendência luta de classes começa a se constituir no interior dos grupos de bairro e do Cercle Elisabeth-Dimitriev. Este último lança em maio de 1972 uma plataforma “Sortir l’ombre”¹⁵⁴ no qual é ressaltada a necessidade de construir um movimento de libertação das mulheres a partir de uma concepção “alternativa àquelas propostas pelas correntes dominantes do feminismo radical”¹⁵⁵. O grupo apoia a autonomia do movimento feminista mas ressalta que isso não significa autonomia em relação à revolução socialista. Nós a faremos, afirmam “efetivamente sobre nossas próprias reivindicações, em ligação com a classe operária”¹⁵⁶.

Num claro rompimento com as formulações “tradicionais” sobre a questão, afirmam a imprescindibilidade da revolução mas a consideram um fator insuficiente para uma transformação que levasse ao fim da opressão feminina: “É por isso que proclamamos a necessidade de um movimento de mulheres, antes, durante e depois da revolução.”¹⁵⁷. Por isso defendem a necessidade da dupla militância.¹⁵⁸

Para F. Picq as mulheres ligadas a organizações revolucionárias conhecem o feminismo através principalmente do MLAC (Movimento de Liberação do Aborto e da

¹⁵³ GUADILLA, Naty. *Libérations des femmes le M.L.F.* Paris : Puf, 1981.

¹⁵⁴ Militantes da LCR comentam esse contexto na sua revista *Cahier du féminisme*:

“A l’initiative du Cercle Elisabeth Dimitriev, animée par l’AMR fut publié une plateforme liant explicitement oppression des femmes et capitalisme, lutte de femmes – lutte de classes. Elle refusait l’idée d’une égalité de toutes les femmes devant l’oppression et insistait sur les clivage de classe qui traversent les femmes. Cette plate-forme permit le regroupement d’une courant appelé MLF-quartier ou tendance lutte de classe du MLF” *Cahier du féminisme* n.3, março de 1978, p.22.

¹⁵⁵ CERCLE DIMITRIÈVE. *Brève histoire du MLF. Pour un féminisme autogestionnaire*. Paris: Savelli, 1976, p.5.

¹⁵⁶ CERCLE DIMITRIÈVE. *Brève ...* Op. cit, p.39.

¹⁵⁷ CERCLE DIMITRIÈVE. *Brève ...* Op. cit, p.63.

¹⁵⁸ Guadilla assim sintetiza as principais características da tendência que se forma a partir dessa plataforma: “Son objectif principal est de construire un mouvement. ‘autonome’ et ‘organisé’ de la ‘masse des femmes’ principalement axé sur les femmes ouvrières et employées (surtout les jeunes) et insistant sur les revendications concernant le travail, l’éducation, la vie familiale, les crèches. (...) Il s’agit d’un courant féministe et anticapitaliste, étroitement lié aux organisations politiques et syndicales de gauche et d’extrême gauche ainsi qu’aux mouvements mixtes engagés dans la campagne pour l’avortement libre et gratuit – tels que le *Mouvement pour la Libération de l’Avortement et de la Contraception* (MLAC) et le *groupe Information et Santé* » (GIS) » GUADILLA, Naty. *Libérations des femmes le M.L.F.* Paris : PUF, 1981, pp.48-49.

Contraceção). Ainda para essa autora, as militantes ligadas a essa “corrente” não teriam passado pelas “rupturas fundadoras” do MLF e muitas não conseguiram abandonar completamente algumas posições de suas organizações¹⁵⁹.

Muitas das militantes envolvidas com o MLF levariam para suas organizações questionamentos e isso teria impacto em muitas delas. A relação dessas militantes com suas respectivas organizações e com o movimento feminista era conflituosa. Para Picq essas militantes ficavam divididas entre “as lógicas contraditórias de um movimento reivindicando sua autonomia política e uma organização postulando sua direção”¹⁶⁰

Se as tendências anti-essencialistas mencionadas acima insistem na unidade do gênero humano e na construção social da diferença sexual, a tendência Psicanálise e Política privilegia, ao contrário, a distinção entre os sexos e a revalorização do feminino “persuadidas que este existe, em si, mas que ele é negado, censurado”¹⁶¹. Nas palavras de Kandel, o grupo Psicanálise e Política é o pólo do diferencialismo militante.¹⁶²

O grupo, cujas primeiras reuniões ocorrem ainda durante o maio de 1968, é formado inicialmente por militantes maoístas da VLR (Vive la Revolution) e da GP (Gauche Proletarienne). O objetivo principal do grupo seria, segundo Guadilla “articular a psicanálise e o discurso político do materialismo histórico”. Preferindo a reflexão e trabalho teórico ao ativismo e às ações consideradas espetaculares¹⁶³, este grupo seria responsável pela criação da editora *Des femmes* em 1973. Esta publicaria o jornal *Le Quotidien des Femmes*, uma revista mensal *Des femmes en mouvements* e dezenas de livros feministas ou sobre a mulher escritos na França ou traduzidos. Entre os clássicos publicados estão o livro de Helena Belotti *Du cote des petites filles, La Petit différence et ses grandes consequences* de Alice Schwarzer e *L'âge de femme* de Juliet Mitchell¹⁶⁴. Mas, segundo Picq, muitas feministas francesas preferiam publicar seus livros em outras editoras.

O grupo insiste na diferenças profundas que separam homens e mulheres, situando tal diferença na biologia. “Ce qui fait la force, la jouissance des femmes;

¹⁵⁹ PICQ, Françoise. *Liberation des femmes...* Op. cit., p.292.

¹⁶⁰ PICQ, Françoise. *Liberation des femmes...* Op. cit., p. 232.

¹⁶¹ PICQ, Françoise. Un homme sur deux est une femme. Les féministes entre égalité et parité (1970-1996). *Les Temps modernes*. n.597, abril-maio 1997, p.222.

¹⁶² KANDEL, Liliane. Sur la différence des sexes et celle des féminismes. *Les Temps modernes*, n.609 (junho-julho-agosto 2000).

¹⁶³ PICQ, Françoise. *Liberation des femmes. Les années-mouvement*. Paris: Seuil, 1993. p.125

¹⁶⁴ Ver *Des femmes Catalogue 1974-1979*. Paris: des femmes, s.d.

produire la vie.”¹⁶⁵ . “L’usine est aux ouvriers, l’úterus est aux femmes; la production du vivant nous appartient.”¹⁶⁶ .

O feminismo seria um freio, um impasse diante da busca e valorização dessas diferenças. Por isso não só não reivindicavam o feminismo¹⁶⁷ como o consideravam “ a última forma histórica do patriarcado”¹⁶⁸. Definiam-se como “mulheres em movimento”, “mulheres em luta”. O feminismo representaria uma busca por mais espaço na sociedade existente, mais participação no poder masculino, o que por elas era recusado em nome de um poder que não seria nem simétrico, nem inverso ao poder masculino:

“O poder das mulheres não é um poder legal, patriarcal, sádico, pederasta, de representação, de chefe, de nome, de estupro, de repressão, de ódio, (...) de idéias abstratas. É um (não) poder matricial, de engendramento, de expensas de caos, de diferenças, de liberdades coletivas, de abertura, de corpos (plural), de reconhecimentos, de anulação de censuras, de prazeres, de fora da lei, um poder-agir-pensar-fazer-para/por todas, todos”¹⁶⁹

O elogio à diferença exprimia-se também, de início indiretamente mas depois mais abertamente, através da crítica às feministas ‘loi du travestissement de règle dans un discours uni-libidinal : uni-forme de l’amiral, uni-sexe de l’amazone, uni-sujet de l’historienne’ ; « féminisme égale égalisation : homogenisation’ Affirmation aussi de ‘cette différence à sauver pour laquelle il faut nous battre’¹⁷⁰

Um dia após a morte de Simone de Beauvoir, Antoinette Fouque, uma das figuras de destaque do grupo, declarava “ esta morte (...) vai talvez acelerar a entrada das mulheres no século XXI”¹⁷¹. Beauvoir, para Fouque, personificava um feminismo universalista, igualitário, assimilador. Era necessário “diminuir, alterar o universalismo intolerante, assimilador, odioso, esterilizante, redutor de todo o outro [...] para abrir [nossa civilização] ao pluralismo, às diferenças fecundas que, como cada um diz,

¹⁶⁵ Des femmes em mouvements –hebdo n.1, 9/11/1979, p.23 apud KANDEL, Liliane. Sur la difference des sexes et celle des feminismes. In : Les Temps modernes, n.609 (junho-julho-agosto 2000).

¹⁶⁶ Des femmes em mouvement apud KANDEL, Liliane. Sur la difference... Op. cit.

¹⁶⁷ “Nós as mulheres do MLF que não nos definimos como feministas”. Le Torchon Brûle n. 4 apud GUADILLA, N. *Libérations des femmes...* Op. cit., p. 38.

¹⁶⁸ Le Quotidienn des Femmes, n.2 apud GUADILLA, Naty. *Libérations des femmes...* Op. cit., p. 38.

¹⁶⁹ Le torchon Brûle, n.3 apud PICQ,Françoise. *Liberation des femmes. Les années-mouvement*. Paris: Seuil, 1993, p.128

¹⁷⁰ KANDEL, Liliane. Sur la différence des sexes... Op. cit., p. 291.

¹⁷¹ RODGERS,Catherine. Elle et Elle : Antoinette Fouque et Simone de Beauvoir. *MLN*, vol. 115, n. 4 Set. 2000, p. 74.

aceitam suas origens, informam-se, põe em funcionamento as diferenças entre os sexos : há homens... há mulheres ... há culturas ... este é o princípio das expectativas”¹⁷².

Beauvoir, por sua vez, criticava duramente a corrente de Antoinette Fouque:

“O movimento de mulheres francês, entretanto, esta vivo e bem. Mas ele esta em perigo constante devido à existência de grupos como Psycho et Po que se divulgam como o movimento de mulheres e exercem uma influência considerável, graças à infeliz recepção calorosa que o público em geral deu a sua ideologia – uma neo-feminilidade conveniente desenvolvida por escritoras como Hélène Cixous, Annie Leclerc e Luce Irigaray, a maioria das quais não é feminista e um parte delas é declaradamente anti-feminista. Infelizmente, este também é o aspecto do movimento de mulheres francês mais conhecido nos EUA. (...) Por outro lado, uma das contribuições mais interessantes para a real teoria do feminismo francês é a crítica radical-feminista da neo-feminilidade que veio à tona, particularmente em *Questions Féministes* (now *Nouvelles Questions Féministes*).”¹⁷³

Este trecho ilustra a imagem que uma parte das feministas tinha deste grupo. As divergências ampliar-se-iam até chegar ao rompimento, que viria definitivamente em 1979 quando o grupo registra o nome “Mouvement de libération des femmes – Politique et Psychanalyse” e se apropria do nome do movimento causando indignação e revolta nas militantes. Esse contexto suscitaria também disputas políticas em torno da história do movimento presentes até os dias atuais.

Fases do movimento

Muitas das características apresentadas acima não se mantiveram da mesma forma ao longo de toda a existência do MLF. Se inicialmente o MLF recusava toda organização, toda distinção com a totalidade das mulheres afirmando “O MLF são todas as mulheres”, progressivamente transforma-se num movimento específico, o Movimento de Libertação das Mulheres. Posteriormente, um movimento de mulheres, mais largo que o MLF se desenvolveria¹⁷⁴. Mas este não seria o único aspecto de mudança. Naty Guadilla identifica três principais fases pelas quais o MLF passou: o estágio de estruturas informais e baseados na confiança (1968-1973), o estágio de organização (1974-1978), e o estágio de petrificação institucional e de banalização (depois de 1979).

¹⁷² RODGERS, Catherine. Elle et Elle : Antoinette Fouque et Simone de Beauvoir. *MLN*, vol. 115, n. 4 Set. 2000, p.

¹⁷³ BEAUVOIR apud MORGAN, R.(org.) *Sisterhood is global. The International Women's Movement Anthology*. New York: Garden City, 1984. p.235.

¹⁷⁴ PICQ, Françoise. *Liberation des femmes...* Op. cit., p. 362.

O MLF, como já foi dito, inicialmente malgrado todas as inúmeras diferenças, uniam-se diante da necessidade de combater o patriarcado. Nesse período a articulação entre as mulheres dava-se nas Assembléias Gerais e em torno do jornal *Le Torchon Brûlé* (1971-1973). Este momento é caracterizado pelas estruturas não-hierarquizadas e relações pessoais fundadas na confiança.

Mas mesmo nesse contexto, a forma de organização do grupo já é alvo de críticas. Se para algumas militantes, essa configuração deveria ser assumida como um princípio organizacional, para outras seria um dado contingente, a ser superado na medida mesma do amadurecimento do movimento¹⁷⁵. As principais críticas a essa estrutura eram provenientes de militantes da tendência luta de classes. A plataforma do Cercle Dimitrief, fazia duras críticas e essa forma de organização.

O segundo momento (1974-1978), chamado por Guadilla de “estágio de organização” vai ser justamente o momento de ascensão da corrente “luta de classes”. 1974 é o ano no qual constitui-se formalmente essa tendência. A partir desse momento o MLF ganha novos contornos.

O terceiro momento é marcado pela apropriação da sigla pelo grupo Psicanálise e Política. Este grupo registra como marca o nome “Mouvement de libération des femmes”. Antoinette Fouque figurava como presidente.

Diante do apresentado, compreende-se a indignação, por parte das feministas francesas, em relação ao conceito de “*french feminism*” utilizado por acadêmicas anglófonas a partir dos anos 1980. Por “*french feminism*” muitas acadêmicas anglófonas compreendem elaborações influenciadas pela psicanálise lacaniana e outros autores chamados de “pós estruturalistas”, cujos principais nomes seriam Helene Cixous, Julia Kristeva e Luce Irigaray. Essas autoras têm, em maior ou menor medida, afinidades com as idéias do grupo Psicanálise e Política. Assim como o “*french theory*” ou “*french poststructuralism*” é produto de uma apropriação seletiva e uma reelaboração feita particularmente nos círculos universitários norte-americanos de intelectuais como Lacan, Foucault, Derrida, Lyotard, Kristeva etc (que raramente são reagrupados dessa forma na França, para Varikas¹⁷⁶ o “*french feminism*”, deve ser entendido como também

¹⁷⁵ Ver, por exemplo, a crítica do Cercle Dimitriev, da tendência luta de classes. *Brèf histoire du mlf – pour un féminisme autogestionnaire* Paris: Savelli, 1976. Segundo Picq em *Liberation des femmes. Les années-mouvement*, a plataforma do Cercle Dimitriev foi a base do reagrupamento da tendência luta de classes.

¹⁷⁶ VARIKAS, Eleni. Féminisme, modernité, postmodernisme: pour un dialogue des deux cotés de l’océan. *Futur Antérieur*. Número especial, abril de 1993. Disponível em: (www.multitudes.samizdat.net/spip.php?rubrique334. Site visitado em : março de 2007.

como uma reelaboração promovida também por acadêmicos principalmente estadunidenses, de idéias de autoras que nem sequer se reivindicam feminista e provavelmente não concordariam com o fato de serem reagrupadas dessa forma. Para Moses (1998), essa “criação” estadunidense tem mais a nos dizer sobre os últimos que sobre os primeiros. Essa “invenção” é recebida com indignação por muitas feministas francesas que tentam entender o porquê dessa construção. Para Varikas:

“reduzir o feminismo ‘francês’ a algumas posições teóricas, não significa somente ocultar o fato de que a maior parte das lutas feministas não foi levada de fora e, talvez, contra essas posições; não significa somente ocultar as posições teóricas mais influentes na reflexão feminista na França; significa, desta maneira, impedir-se de refletir sobre as condições nas quais essas posições múltiplas emergiram, sobre sua relação com uma prática política de mulheres, sobre o que engendra sua aceitabilidade ou inaceitabilidade social e acadêmica, sobre sua dinâmica subversiva”.¹⁷⁷

Antes de analisarmos a emergência de grupos de mulheres brasileiras e latino-americanas nesse contexto, cabe fazermos alguns comentários sobre a conjuntura que levou uma parte delas à França. A releitura que essas mulheres fizeram da militância no Brasil a partir da experiência feminista no exílio também serão analisadas no próximo capítulo.

¹⁷⁷ VARIKAS, Eleni. *Feminisme, modernité...* Op. cit.

CAPÍTULO 2

MULHERES, DITADURA E EXÍLIO

2.1 Mulheres e militância

“Aurora, lugar de mulher donzela é na barra do marido e lugar de puta safada é no puteiro, uai. Pra que é que nós estudamos aritmética no exército? Pra saber que 2 mais 2 são 4 e que não existe pecado sem expiação. Moça donzela você não quis, puta safada também não quer, minha querida, esse bicho não existe”¹⁷⁸

O trecho acima, de Maria Auxiliadora Barcellos¹⁷⁹, expressa as principais opções socialmente aceitas para mulheres de sua geração. Ela, assim como as mulheres entrevistadas para essa pesquisa e tantas outras anônimas, não se conformaram em se adequar a esse quadro. Elas são parte de um momento de grandes mudanças nos padrões de feminilidade e masculinidade que começou a ganhar força no pós segunda guerra na Europa e nos Estados Unidos mas que não tardaria a chegar ao Brasil.

Para Goldberg¹⁸⁰, nos anos de 1960, começa a tomar corpo, em alguns setores das camadas médias dos grandes centros urbanos no Brasil, um novo padrão de “feminilidade”. Socializadas segundo um modelo de mulher para o qual a realização pessoal estava associada ao casamento e à maternidade, muitas mulheres brasileiras desse estrato social começaram, no final da adolescência e início da idade adulta, a partir dos anos 1960, a tomar contato com uma nova representação de “feminilidade”. Este novo padrão estimulava o ingresso em cursos universitários e a profissionalização, desde que não se sacrificassem os deveres conjugais e maternos. O número de universitárias cresce em grandes proporções no período, saltando de 26% em 1956 para 41,5% em 1971. Outro aspecto desse novo padrão refere-se ao ingresso no mercado de

¹⁷⁸ BARCELLOS, Maria. Continuo sonhando. In: CAVALCANTI, Pedro et. al. (org.) *Memórias do exílio., Brasil 1964-19??*. São Paulo, Editora Livramento, 1978, pp. 317-318.

¹⁷⁹ Maria Auxiliadora Lara Barcellos participou da esquerda armada e foi um dos 70 prisioneiros trocados pelo embaixador suíço em 1970. Exilou-se inicialmente no Chile e depois na antiga República Federal Alemã.

¹⁸⁰ GOLDBERG, Anette. *Feminismo e autoritarismo: a metamorfose de uma utopia de liberação em ideologia liberalizante*. Rio de Janeiro. Dissertação (mestrado) - Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1987.

trabalho. Segundo Bruschini¹⁸¹, a participação feminina na PEA aumenta de 14,6% em 1950 para 28,8% em 1976. Sinal de mudança foi também a publicação do Novo Estatuto da Mulher Casada, que entrou em vigor em agosto de 1962. Em outro campo, podemos citar a publicação, a partir de outubro de 1961, da revista *Cláudia*. Em contraste com as revistas anteriores destinadas ao público feminino essa revista, particularmente os artigos de Carmem da Silva – considerada pioneira do feminismo brasileiro – já vislumbrava outros horizontes para a mulher que não a dedicação total ao marido e aos filhos. Para Goldberg, os artigos de Carmem da Silva foram pioneiros em abordar abertamente problemas da vida cotidiana de mulheres das classes médias urbanas¹⁸².

A autora identifica três principais formas de transgressão do modelo de feminilidade hegemônico neste período. Uma primeira forma seria a “feminilidade modernizada”, correspondente ao aumento no nível de escolaridade, maior profissionalização e uma certa “liberação sexual”. A autora frisa que esse “processo modernizador” ganhou forma num quadro individualista, competitivo, de êxito pessoal e de ascensão pessoal, não questionando as relações de gênero vigentes, desde que essas relações não eram visadas em seu universo social abrangente, e as soluções individuais compreendiam “acomodações” muito mais do que confrontações, graças, inclusive, lembra Goldberg, “à existência de empregadas domésticas e da relação de ‘cumplicidade de substitutiva’ com certas figuras femininas do universo familiar”¹⁸³. Uma segunda forma desenrolou-se nos meios culturais e artísticos no final da década, particularmente dentro do “tropicalismo”. Uma terceira forma de transgressão estaria ligada à militância política de mulheres, que nos interessa particularmente neste trabalho.

Embora nem todas as mulheres dos grupos que constituem o objeto desta pesquisa pertencessem ao “mundo da militância” em sentido estrito, estavam, em sua grande maioria, em contínuo contato com um ambiente que poderíamos definir como

¹⁸¹ BRUSCHINI, Cristina. *Mulher e trabalho: uma avaliação da década da mulher*. São Paulo: Nobel/Conselho Estadual da Condição Feminina, 1985.

¹⁸² Por outro lado, segundo a mesma autora, tais artigos já preconizavam os dois caminhos de libertação da mulher que seriam incorporados ao “novo” pensamento feminista brasileiro: via realização individual ou via ‘participação social’. GOLDBERG, A. *Le dire et le faire ...* Op. cit.

¹⁸³ GOLDBERG, A. *Feminismo e autoritarismo...* Op. cit., p.51.

“de esquerda”. Como afirma Schwarz¹⁸⁴, mesmo sob uma ditadura de direita, o ambiente político-cultural hegemônico no país era predominantemente de esquerda.

Deve-se lembrar que a oposição ao regime revestiu-se de uma infinidade de formas. As formas de participação e o grau de envolvimento variaram de ações ocasionais de solidariedade a perseguidos até o engajamento em tempo integral na militância clandestina dos grupos armados. Mas, entre esses dois extremos, havia uma gama de outras possibilidades:

“ser de oposição incluía assinar manifestos, participar de assembléias e manifestações públicas, dar conferências, escrever artigos, criar músicas, romances, filmes ou peças de teatro; emprestar a casa para reuniões políticas, guardar ou distribuir panfletos de organizações ilegais, abrigar um militante de passagem; fazer chegar à imprensa denúncias de tortura, participar de centros acadêmicos ou associações profissionais, e assim por diante”¹⁸⁵

Apenas uma minoria do corpo de ativistas da oposição entrou para organizações e fez da oposição ao regime uma atividade de tempo integral¹⁸⁶.

O ambiente “esquerdizante” que predominava entre alunos de muitas universidades foi um espaço de transgressão. Nesse ambiente, parece ter havido um maior questionamento às normas comportamentais vigentes se comparado ao restante da sociedade. Na percepção de José Dirceu, a transformação dos costumes teria sido um dos aspectos mais importantes do movimento estudantil do período, embora relegado a um segundo plano em muitas análises sobre o período. Algumas delas estavam relacionadas a formas de transgressão do modelo de “feminilidade” vigentes, como a “quebra” da separação espacial entre homem e mulher e o questionamento da repressão sexual:

“O cabelo, a roupa. O agrarismo, o aristocratismo dentro das universidades foi quebrado. Os estudantes introduziram o jeans, uma roupa prática, barata, adaptada ao nosso clima. O cabelo comprido, e aí houve uma reação muito forte (...) quebramos a separação entre homem e mulher na sala de aula, no lazer. Também houve uma revolução na noção de relação sexual, havia uma repressão muito grande às relações antes do casamento.”¹⁸⁷

¹⁸⁴ SCHWARZ, Roberto. *Cultura e Política*. In: SCHWARZ, Roberto. *Pai de família e outros escritos*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

¹⁸⁵ TAVARES, M. H. e WEIS, L. “Carro zero e pau-de-arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar”. In: SCHWARZ, L. M. (Org) *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 327-328.

¹⁸⁶ TAVARES, M. Idem.

¹⁸⁷ AARÃO REIS FILHO, D. ; MORAES, P. *1968 - A paixão de uma utopia*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 146.

Embora questões da vida cotidiana e da esfera privada fossem assuntos candentes para muitos jovens dos anos 60, há uma dissociação entre essas questões e a “política”¹⁸⁸. Muitos dos questionamentos vivenciados na prática não eram tematizados, teorizados e não figuravam entre as bandeiras e pautas do movimento. Para Coelho¹⁸⁹ uma combinação de revolução social e revolução nos comportamentos individuais não teria sido assumida por nenhuma das tendências do movimento estudantil no Brasil. Comparando com o movimento de maio de 68 na França, Coelho afirma:

“Exigências de mudanças comportamentais individuais não faziam parte das reivindicações estudantis, ao contrário do que aconteceu, por exemplo, na França, onde os estudantes de Nanterre mobilizaram-se em protesto contra a segregação sexual nos dormitórios estudantis”¹⁹⁰

Além do contato com esse ambiente, algumas mulheres do perfil ao qual nos referimos começaram a ter contato com uma literatura que questionava os padrões hegemônicos de sexualidade e os papéis de gênero tais como Simone de Beauvoir, Virgínia Woolf e Reich. Em 1967 é publicado na revista *Civilização Brasileira* o texto de Julie Mitchell: “Mulheres: a revolução mais longa”¹⁹¹. A chamada “imprensa alternativa” começava a tematizar a questão ainda que de forma muito tímida. Em 1971 o livro de Betty Friedan *A Mística feminina* é publicado no Brasil pela Editora Vozes e a autora vem ao Brasil para o lançamento. Mas eram ainda iniciativas muito isoladas e incipientes.

Como nos mostra Goldberg, o processo de “desestabilização das relações entre os sexos” ao qual nos referimos, dadas as particularidades do contexto político e social brasileiro, não deu origem a um movimento de mulheres nos moldes daquele que tomava vulto nos EUA e Europa

“O tipo de entrelaçamento entre ‘modernidade’ e processo político, que deu especificidade e criou as peculiaridades da sociedade brasileira da primeira década da ditadura militar, não permitiu que a desestabilização das relações entre os sexos – que então se verificava no seio das camadas médias dos grandes centros urbanos – desse lugar ao surgimento de um movimento de liberação radicalizado e subversivo como aquele que vinha mobilizando no mesmo período, em sociedades liberais avançadas, mulheres da mesma

¹⁸⁸ GOLDBERG, Anette. Feminismo no Brasil contemporâneo: o percurso intelectual de um ideário político. *BIB*, n. 28. Rio de Janeiro, 1989, p. 45.

¹⁸⁹ COELHO, Claudio. *A transformação social em questão: as práticas sociais alternativas durante o regime militar*. Tese (doutorado) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1990.

¹⁹⁰ Idem, p. 140.

¹⁹¹ MITCHELL, Juliet. Mulheres: a revolução mais longa. *Civilização Brasileira*, n. 14, 1967.

geração e camada social, com trajetórias e questionamentos ‘identitários’ semelhantes aos de muitas jovens brasileiras.”¹⁹²

Assim como no movimento estudantil, dentro das organizações político-partidárias de esquerda – que se multiplicavam no período e que constituíram também um espaço de transgressão individual para muitas mulheres - essas questões também não eram politizadas. Em muitas dessas organizações que surgem no pós golpe, havia uma expressiva presença de estudantes e, para os padrões da época, um número significativo de mulheres. Sobre isso cabe fazermos alguns comentários.

É interessante notar um grande número de militantes das organizações de esquerda do período eram provenientes do estrato social a qual nos referimos. Analisando o perfil social das “organizações comunistas” do período, Aarão Reis observa uma super-representação de um determinado setor da população: tratava-se majoritariamente de indivíduos do sexo masculino, da classe média, com alto grau de escolaridade e de centros urbanos localizados na região Sudeste.¹⁹³ Poderíamos acrescentar ao perfil de Aarão Reis um outro aspecto: a super-representação de uma determinada faixa etária, particularmente nas organizações de esquerda armada. Essa dimensão é revelada pela pesquisa de Marcelo Ridenti¹⁹⁴. Dados do *Brasil Nunca mais* tabulados por Ridenti mostram que entre os militantes processados da esquerda armada, 51,8% tinham até 25 anos quando processados e 34,1% tinham entre 26 e 35 anos. Quanto ao nível de escolaridade, 29,6% tinham universitário incompleto e 29,1% tinham diploma universitário. A partir da combinação dos dois dados, Ridenti conclui: “Presume-se que, pelo menos, cerca de metade dos militantes das organizações armadas era composta por estudantes universitários, ex-estudantes recém-egressos da escola (tendo completado ou não os estudos) ou, em escala menor, estudantes de ensino médio.”¹⁹⁵

Um número de mulheres significativo para a época se vinculou a organizações políticas nesse período. Ainda segundo dados de Marcelo Ridenti, 16% dos processados ligados a organizações de esquerda eram mulheres, porcentagem que se amplia quando se computa somente as organizações da esquerda armada, 18,3%. Essas mulheres eram em sua maioria estudantes (32,5%), professoras (23%) e trabalhadoras de nível médio

¹⁹² GOLDBERG, Anette. *Feminismo no Brasil contemporâneo...* Op. cit., p. 43.

¹⁹³ REIS FILHO, Daniel. *Os comunistas no Brasil*, de Daniel Aarão Reis Filho, CNPq/Editora Brasiliense, 1990, p.19.

¹⁹⁴ RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Unesp, 1993.

¹⁹⁵ RIDENTI, Marcelo. *O fantasma...* Op. cit, p. 121.

(12,2%); 73% poderiam ser classificadas como camadas médias intelectualizadas, porcentagem elevada se comparada com a média geral (ambos os sexos), 51,6%. A presença de trabalhadoras manuais era reduzida, 1,7% do total da esquerda e 0% na esquerda armada¹⁹⁶.

Do ponto de vista da transgressão ao modelo vigente de feminilidade, o ingresso em organizações políticas assume um significado importante. Tal ingresso implicava, por si só, alguma ruptura com os papéis tradicionalmente atribuídos às mulheres, dado que a política era identificada como uma atividade essencialmente masculina. Mas, além disso, o “mundo da militância” gerava um ambiente, de certo modo, à parte da sociedade, um “microcosmo”, como diz Garcia, “submetido a regras e códigos particulares”¹⁹⁷, gerando ocasião para novas experimentações relacionais, dentro de seus muros. Subversões ao padrão de sexualidade vigente e ao modelo de feminilidade são vivenciadas nesses espaços. Diversos são os depoimentos que mencionam esse aspecto.

Glorinha, em depoimento para o livro *Memória das mulheres do exílio*, destaca essa relação do ambiente político-cultural com transformações na forma de ser da práxis cotidiana:

“Eu acho que se a nossa militância política implicou rupturas com a família, com valores, é porque há uma particularidade nessa militância. No momento histórico em que ela se dá havia uma tentativa de crítica ao stalinismo, de construção do homem novo trazido pela revolução cubana ou pela revolução cultural. A gente tentava um mínimo de inserção do político no cotidiano, quer dizer, não éramos só a pessoa heróica no sentido de transformar o mundo, também nos questionávamos: saímos de casa não casando, tentando romper com a virgindade, tentando desmistificar o casamento.”¹⁹⁸

Glória Ferreira e Regina Carvalho referem-se em entrevista até mesmo a um “comportamento libertário” nas organizações em que militavam (Var-Palmares e Fração Bolchevique respectivamente). A *Revolução sexual* (1974) de Reich, segundo elas, era uma leitura quase obrigatória e a assunção de uma vontade política revolucionária estava associada à conformação de uma postura que colocava em xeque todo um conjunto de valores muito arraigados na sociedade como um todo. Questionavam a valorização social da virgindade da mulher, os padrões monogâmicos de relacionamento, a família e, até certo ponto, a dominação masculina. Para Regina Carvalho existiria na esquerda “uma liberdade sexual muito grande”:

¹⁹⁶ RIDENTI, Marcelo. *O fantasma ...* Op. cit.

¹⁹⁷ GARCIA, M. O gênero da militância... Op. Cit, p. 323.

¹⁹⁸ COSTA, Albertina. et. al. *Memórias das mulheres do exílio*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980, p. 416.

“Ter transado, não ter transado, então não era absolutamente nenhum problema. Fora daquele gueto da esquerda nos anos 60 era a virgindade, o casamento (...). Mas entre a esquerda, não. Todo mundo dormia com todo mundo, transava, vivia 4 meses com um, 5 meses com o outro, conviviam na mesma organização, no mesmo diretório, no mesmo centro acadêmico, havia uma liberalização”¹⁹⁹

Mas, para João Quartim de Moraes, haveria uma “forte dose de conformismo a respeito da dimensão social da vida sexual” na esquerda brasileira.²⁰⁰ Os rompimentos, particularmente no campo sexual, vivenciados por muitos militantes – muitas vezes com profundos conflitos –, não eram, porém, politizados.

Além disso, não se deve exagerar a profundidade dessa subversão de papéis e comportamentos. Como apontam diversas militantes, principalmente no que diz respeito à divisão de tarefas e ao caráter da militância, a dominação masculina era algo ainda muito presente, o que parece ser quase uma constante, malgrado as diferenças que distinguiram uma organização de outra. Sobre sua militância no PCB e as dificuldades enfrentadas pelas militantes, Zuleika Alambert afirma:

“O machismo imperava, e isto aparecia, nitidamente, na divisão dos trabalhos. As mulheres atuavam como datilógrafas, taquígrafas nas reuniões do Partido. Serviam cafés, cozinhavam, limpavam os chamados ‘aparelhos’. Nas comissões políticas de trabalho eram geralmente eleitas para as comissões gerais, ou seja, aquelas onde cabia de tudo. Para representar o Partido nos Congressos Internacionais jamais eram eleitas e assim por diante”²⁰¹.

Essa questão é recorrentemente levantada em outros depoimentos, por mulheres de outras organizações:

“Não é que as mulheres tivessem tarefas diferentes dos homens. Era um processo natural: no começo éramos todos iguais, mas no fim as mulheres ficavam no movimento estudantil. Nós participávamos das ações, mas os treinamentos para mulheres eram menos intensivos. E além do mais tínhamos a tarefa fundamental de manter a casa”²⁰²

“Eu era mulher, portanto, fazia todos os levantamentos com o papel de mulher que a sociedade me atribuí. Por exemplo, eu seduzia o gerente do bando para uma conversa, para ir jantar à noite, saber as informações do dia de pagamento, etc. (...) A função feminina eu cumpria exatamente como

¹⁹⁹ Entrevista - Regina Carvalho.

²⁰⁰ MORAES, João. O campo socialista e a revolução sexual. In: MANTEGA, G. (org.) *Sexo e poder*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1979, p. 179.

²⁰¹ Entrevista - Zuleika Alambert

²⁰² COSTA, Albertina. et. al. *Memórias...* Op. cit., p. 113. Este depoimento não é de uma militante do Círculo, cito por considera-lo significativo.

precisava. Na hora da ação, todo mundo tinha metralhadora, ou 38. A mim cabia o pior revólver”²⁰³

Nem a reprodução do machismo nem o rompimento com o mesmo são aspectos que podem ser superestimados. A esquerda não era, como às vezes a acusam, um “antro” de machismo e conservadorismo, mas também não era, definitivamente, a prefiguração de uma sociedade na qual a “igualdade” entre homens e mulheres fosse uma realidade. Como recorda Glorinha, “pensávamos que rompíamos com tudo – e rompíamos em parte – mas continuamos reproduzindo todos os valores da nossa educação”²⁰⁴. Outros depoimentos argumentam também nesse sentido:

“...é certo que tivemos no passado momentos de ruptura individual, mas como continuávamos profundamente impregnadas pelos valores adquiridos na nossa educação, repetíamos as experiências negativas. Essas rupturas eram momentos fundamentalmente destrutivos, de negação de coisas que a gente tinha vivido, mas ainda não nos propúnhamos um projeto de vida diferente, de novas relações. Acho que isto só a consciência feminista coletiva nos trouxe”²⁰⁵.

“As rupturas que fizemos não se deram em função de uma consciência feminista nossa, elas eram necessárias para acompanhar um determinado projeto de vida de militância política (...) Às vezes eram processos violentos que nem correspondiam ao: ‘é isto que eu sinto’. Entrávamos numa dinâmica de vida tal que perdíamos o pé na família, no passado, em toda a educação anterior. A vida pessoal tinha que acompanhar a militância política (...). Acho que a nossa geração, a geração de 68, viveu a briga contra a virgindade, a negação do casamento, a tentativa de uma nova relação. Tudo isso faz parte da nossa libertação, mas na minha opinião eram rebarbas de um sentimento de opressão absolutamente inconsciente”²⁰⁶

As assimetrias entre homens e mulheres não se apresentavam como questões relevantes naquele momento. Muitas mulheres se referem a um processo de “masculinização” ou “dessexualização”, que parece refletir não somente a idéia do revolucionário, do militante, como um ser cujo sexo *seria* indiferente, mas também, nessa “dessexualização”, a imposição dos modelos de masculinidade vigentes. Num ambiente plasmado pelos homens, como o da militância política, para as mulheres, ser aceita passava muitas vezes pela assunção dos códigos existentes e o apagamento de características consideradas tipicamente femininas inapropriadas ao exercício da política revolucionária. Regina Carvalho nos remete a esse aspecto quando diz: “Era como se

²⁰³ RIDENTI, Marcelo. As mulheres na política brasileira: os anos de chumbo. *Tempo social*, 2º. semestre 1990, p. 120. Este depoimento não é de uma militante do Círculo.

²⁰⁴ COSTA, Albertina. et. al. *Memórias...* Op. cit.

²⁰⁵ COSTA, Albertina. et. al. *Memórias...* Op. cit., p. 414.

²⁰⁶ COSTA, Albertina. et. al. *Memórias...* Op. cit., pp. 414-415. [depoimento de Regina Carvalho - o sobrenome não é identificado, mas Regina Carvalho confirma em entrevista que o depoimento é dela]

não existisse diferença entre os sexos. (...) Em princípio acho que essas diferenças não podiam aparecer”²⁰⁷; “Tínhamos que nos afirmar como ser humano sendo igual aos companheiros sem considerar as contradições que vivíamos, porque a nossa libertação passava por essas atividades políticas, mas não metíamos o dedo na nossa opressão”.²⁰⁸ Sônia, exilada que participou no movimento feminista francês mas não dos grupos feministas de brasileiras, observa o mesmo fato, caracterizando-o, contudo, mais como uma dimensão “ideológica”, em sentido negativo: “A teoria que pairava era que mulher e homem são iguais. A gente era militante, soldado da revolução, e soldado não tem sexo! Era mais ou menos a história dos anjos sem sexo, os anjos redentores da libertação! (...) Na prática as relações entre homens e mulheres eram muito difíceis.”²⁰⁹ Para Cristina de Castro a negação da diferença seria mais comum nas organizações de “ultra esquerda”. Sobre essas organizações ela afirma: “estavam mais desconhecendo o problema e eu me sentia muito mais confortável no PCB porque se colocava a questão do ponto teórico mesmo”²¹⁰.

É importante mencionar que as críticas à reprodução do machismo no seio das organizações não era uma particularidade da esquerda brasileira ou mesmo latino-americana. A não-problematização dessas questões foi o estopim para a formação de grupos feministas no EUA e Europa. Muitas são as similaridades das críticas feitas por mulheres que militaram em organizações de esquerda em diferentes regiões. A título de exemplo, cito um trecho das feministas francesas:

“As mulheres dentro disso não tinham até agora senão duas possibilidades: brincar de secretárias ou se virilizar. Espontaneamente, propõem-se sempre aos militantes homens tarefas que exigem uma responsabilidade, um esforço de criação, uma tomada de posição pessoal: espontaneamente deixa-se sempre para as mulheres as tarefas mecânicas, só exigindo conhecimentos técnicos como mimeografar os folhetos, bater à máquina, ocupar-se das finanças, etc.”²¹¹

É necessário enfatizar que a percepção desses aspectos relacionados à reprodução do machismo nas organizações de esquerda se deu, para a maioria das militantes brasileiras, somente no contexto do exílio, a partir da proximidade com o movimento feminista europeu, notadamente o francês. Este contato proporcionará, para

²⁰⁷ Entrevista – Regina Carvalho.

²⁰⁸ COSTA, Albertina. et. al. *Memórias...* Op. cit, pp. 416-417.

²⁰⁹ COSTA, Albertina. et. al. *Memórias...* Op. cit, p. 248.

²¹⁰ Entrevista – Cristina de Castro.

²¹¹ DURAND, E. et.al. *Libertação...* Op. cit., p. 80.

muitas, elementos que propiciariam uma *releitura* da militância no Brasil e a percepção dos aspectos aqui referidos. Não se trata, portanto, de uma percepção no momento em que os fatos ocorreram.

“Eu não tinha nenhuma reflexão anterior ao Círculo de Mulheres sobre a questão da mulher, eu era uma militante profissional de uma organização marxista-leninista que se propunha a mudar o mundo mas não tinha nenhuma reflexão até então sobre o que era ser uma mulher dentro de uma organização, o que era ser uma mulher que se propunha construir o socialismo e muito menos se tinha alguma especificidade nessa militância.”²¹²

“Foi no meu novo país de exílio que tomei consciência mais clara da condição de inferioridade da mulher. Nunca pensava antes na minha situação como mulher, embora achasse importante integrar as outras mulheres na luta política, sobretudo as operárias. Não via então que nos organismos que definiam as linhas políticas, que tomavam as decisões, o número de mulheres era mínimo. Mesmo nós, que vínhamos da Universidade, tínhamos uma participação insignificante a este nível. Mas naquela época não me dava conta disso. **Foi preciso tomar contato com os movimentos feministas de um país mais desenvolvido para que eu passasse a pensar nestes problemas.** No princípio, achava que o movimento feminista era um negócio totalmente louco, que não tinha nada a ver com o processo real, que era um grupo de mulheres alienadas. A minha visão em relação a este movimento era extremamente crítica, pois achava que o importante era fazer o que fazíamos no Brasil: integrar as mulheres na política, dentro de uma perspectiva socialista. Mas quando começo a conhecer a luta feminista que se desenvolve em todos os países desenvolvidos, a ver que ela é realmente a expressão de uma situação de dominação e a tentativa de romper com isso, consigo compreender a sua razão de ser.”²¹³

No Brasil, o feminismo ainda era algo muito distante nos anos 1960. Embora a questão começasse a ser discutida em alguns meios, como jornais da imprensa alternativa, um movimento organizado só tomaria corpo a partir de 1975. Como já mencionamos o movimento feminista era identificado, para muitos/as militantes de esquerda, ora à imagem de um movimento de cunho liberal e, portanto, pequeno-burguês e reformista ora de um feminismo sexista e anti-homem.

Os primeiros contatos com o feminismo é recorrentemente relatado como um evento que ocorre na Europa e que alteraria profundamente, para muitas brasileiras exiladas, sua concepção de feminismo, como veremos.

²¹² Entrevista - Angela Muniz

²¹³ COSTA, Albertina. et. al. *Memórias...* Op. cit., pp. 316-317. (grifos meus)

2.2 Exílio

As décadas de 1960-1970 foram marcadas por grande efervescência política, como procuramos mostrar no capítulo anterior. Em muitos países da América Latina essa ebulição política e cultural adquiriu contornos bastante específicos pois a emergência de movimentos que visavam transformações políticas radicais foi acompanhada por soluções políticas autoritárias, com a ascensão de governos ditatoriais em diversos países. Governos militares constituíram-se entre 1962 e 1967 na Argentina, Peru, Guatemala, Equador, República Dominicana, Honduras, Brasil e Bolívia. De 1968 a 1973, novos golpes sucederam-se no Peru, Panamá, Equador, Honduras e Chile. Nos três anos seguintes, o cone sul do continente seria duramente atingido, com golpes no Uruguai e Argentina.

As violentas ditaduras que vitimaram o Cone Sul da América Latina (Brasil, Argentina, Chile e Uruguai) redundaram em detenções, torturas, desaparecimentos e mortes. Essa situação de extrema violência, apesar das similaridades fundamentais, é marcada pelas particularidades históricas dos distintos regimes. No Brasil, o golpe de 1º. de abril de 1964 inicia uma ditadura militar que permaneceria no poder até meados da década de 1980. A ditadura teve ciclos de repressão e liberalização. O auge da repressão se dá após a promulgação do AI-5, em dezembro de 1968²¹⁴.

As partidas começam logo após o golpe de 1º. de abril de 1964 e se prolongam, com variações de intensidade, por todo o período ditatorial, em vagas que se alteravam de acordo com as variações políticas do regime. Neste trabalho refiro-me a exílio num sentido amplo, englobando a saída de pessoas do Brasil por banimento, isto é, militantes libertados em troca de reféns, e em consequência direta ou indireta de perseguição, pressão ou insatisfação política, incluindo auto-exílios que, em alguns casos, se deram sob a forma “camuflada” de cursos de graduação, pós-graduação ou simplesmente viagem²¹⁵. A definição de “exilada” usada pelas organizadoras do livro *Memória das mulheres no exílio* sintetiza essa idéia:

“São exiladas as perseguidas, as punidas, as presas e torturadas. São exiladas as que sofreram perseguições indiretas. Esposas, mães, filhas e amantes. São exiladas as que perderam suas condições de trabalho, também aquelas que

²¹⁴ Foge ao escopo deste trabalho fazer uma análise mais detida do contexto da ditadura. Para um balanço bibliográfico ver : RIDENTI, M. S. . As esquerdas em armas contra a ditadura (1964-1974), uma bibliografia. Cadernos Arquivo Edgard Leuenroth. v. 8, n. 14-15, 2001.

²¹⁵ GOLDBERG, Anette. *Feminismo e autoritarismo...* Op. cit.

não puderam suportar o sufoco numa sociedade onde a ditadura desenvolveu e potencializou tantas formas de opressão. E ainda aquelas que teimaram em ser livres onde as liberdades estavam cerceadas.”²¹⁶

Abarcaremos assim com o termo “exílio” uma gama de situações de saída ligadas direta ou indiretamente ao regime militar, embora o termo não seja utilizado por muitos(as) militantes em sentido tão amplo.²¹⁷ Essa conceituação é particularmente importante neste trabalho, pois muitas mulheres saíram do país para acompanhar maridos e familiares.

O exílio de brasileiros não teve o caráter massivo que teve no Chile e Argentina. Estima-se que entre 5000 e 7000 brasileiros se exilaram durante a ditadura militar brasileira²¹⁸. Mas é impossível contabilizar o número exato e o perfil dos brasileiros exilados nesse período em razão da diversidade das motivações e das formas de saída. Os casos de banimento totalizam 130 casos. Mas é necessário considerar a existência de exilados movidos por outras circunstâncias, como o descontentamento em relação ao regime instituído, os vínculos familiares e mesmo por ordem das organizações a que pertenciam. Esses casos de exílio não podem ser quantificados com exatidão. Por fim, vale lembrar que os exilados se encontravam dispersos sob diferentes estatutos: refugiados políticos de direito²¹⁹, imigrantes, turistas, dentre outros²²⁰, o que também não favorece o delineamento do perfil dos exilados.

Um recurso possível para dispormos de alguns dados quantitativos são as informações fornecidas por documentos do regime militar. A partir de documentos do

²¹⁶ COSTA, Albertina. et. al. *Memórias...* Op. cit, p. 18.

²¹⁷ Muitos militantes a restringem àqueles/as que saíram devido a perseguição direta ligada à militância política no Brasil.

²¹⁸ CHIRIO, Maud. *Les trajectoires intellectuelles et politiques des exilés brésiliens pendant le régime militaire (1964-1979). Mémoire de DEA.* Paris : Universidade Paris 1, 2004.

²¹⁹ “Refugiado”, segundo a Convenção de Genebra de 1951, ratificada em 1961 pelo Protocolo sobre o Estatuto dos Refugiados, é todo aquele que, “devido a fundados temores de ser perseguido por motivo de raça, religião, nacionalidade, vinculação a determinados grupos sociais ou opiniões políticas, se encontre fora do país de sua nacionalidade e não possa ou, devido aos referidos temores, não queira entregar-se à proteção de tal país; ou que, carecendo de nacionalidade e encontrando-se, em consequência de tais acontecimentos, fora do país onde antes teve sua residência habitual, não possa ou, devido aos referidos temores, não queira a ele regressar.” (ROLLEMBERG, Denise. *Exílio: Entre raízes e rades.* Rio de Janeiro: Record, 1999, p. 38). Devido à proteção de informações sobre refugiados (por exemplo, na França), não é possível quantificar aqueles/as que solicitaram tal estatuto. Segundo Chirio, este raramente foi demandado (CHIRIO, Maud. *Les trajectoires intellectuelles...* Op. cit., p. 39. Para Marina Franco, esta possibilidade só era acessível para aqueles/as que conseguissem demonstrar perseguição efetiva (FRANCO, Marina. *El exilio: argentinos en Francia durante la dictadura*, Siglo. XXI Editores, Argentina, Buenos Aires, 2008, p. 60). Mas, para além dessa dificuldade, havia outros motivos que levaram muitos a não solicitar o estatuto de refugiado, como a carga de “vitimização” que envolvia a figura.

²²⁰ BRITO, Angela; VASQUEZ, Ana. Mulheres latino-americanas no Exílio: universalidade e especificidade de suas experiências. *Revista Esboços*, n.17, 2008, p.17.

DOPS, Chirio²²¹ chegou a uma amostragem de 896 pessoas que saíram do país por motivos políticos. Apesar das escassas informações sobre o perfil destes, Chirio tira conclusões que podem nos dar alguns indícios sobre a composição social dos exilados brasileiros em geral. Os dados dessa documentação indicam uma presença significativa de militantes que tinham menos de 30 anos no momento da partida, bem como uma presença significativa de profissionais de áreas intelectualizadas. Indicam também a presença de poucos membros de classes populares. A quase totalidade de exilados que exerciam profissões manuais estavam na lista de banidos, cujo exílio não constituiu uma “opção”.²²² Segundo Chirio, a necessidade de recursos financeiros para deixar o país nos conduz à hipótese (que necessitaria de mais elementos para comprová-la) de que o “nível social” da oposição no exílio é mais elevada do que daquela que permanece no Brasil. Na Argentina, essa situação parece ter sido similar.²²³

Embora as informações sobre o perfil dos exilados brasileiros encontrados nos documentos do DOPS sejam bastante reduzidas, elas coincidem com muitas informações sobre o perfil dos/as militantes extraídas dos dados fornecidos pelo Brasil Nunca Mais sobre os quais tecemos comentários no item anterior.

Não temos a pretensão de fazer uma análise quantitativa a partir das entrevistas de que dispomos. Entretanto, cabe descrever, em linhas gerais, o perfil das mulheres exiladas na França que forneceram depoimentos para essa pesquisa. Foram realizadas entrevistas com 25 mulheres e utilizamos também 2 entrevistadas feitas por Chirio e Joana Pedro. Primeiramente cabe mencionar que somente duas das entrevistadas não eram brasileiras (Maria Cristina de Castro e Naty Guadilla Garcia). Aquelas que participaram do Grupo Latino-Americano são em geral um pouco mais velhas que as integrantes do Círculo de Mulheres. Com exceção de uma, todas as outras tiveram passagem pela universidade. Algumas delas, como Danda Prado, Mariza Figueiredo, Cecília Comegno, Regina Bruno, Regina Carvalho e Ângela Xavier de Brito fizeram

²²¹ CHIRIO, Maud. *Les trajectoires intellectuelles ...* Op. cit.

²²² A data de nascimento é uma informação fornecida em 41% dessa amostragem, o que representa 365 pessoas. 60% destas menos de 30 anos no momento da partida (o que reflete em parte o perfil dos banidos, sobre os quais temos maiores informações sobre data de nascimento). Há também uma maior presença de profissões intelectuais [há informações sobre atividade profissional somente para 193 exilados] e poucos membros de classes populares, o que reflete, em parte, a grande representação de organizações revolucionárias nos dados, pois dispomos de mais dados sobre atividade profissionais entre militantes desse tipo de organização. A quase totalidade de exilados que exerciam profissões manuais recenseados na lista estão entre banidos, que não tiveram opção.

²²³ Segundo Marina Franco, o perfil dos argentinos que partiram é muito diferente do de mortos e desaparecidos. FRANCO, Marina. *El exilio: argentinos en Francia durante la dictadura*, Siglo. XXI Editores, Argentina, Buenos Aires, 2008.

cursos de pós-graduação na França. Em geral, essas mulheres eram provenientes de classe média ou de estratos superiores a esta. Isso não significa que eram *todas* dessas classes. Os motivos de saída são diversos. Algumas saíram para estudar, outras por insatisfação com o regime ou por perseguição direta ou indireta a si própria ou a parentes. Das vinte e seis mulheres de que dispomos dos dados, nove delas tiveram alguma participação em organizações de esquerda no Brasil (Ângela Arruda, Ângela Muniz, Ângela Xavier de Brito, Danda Prado, Glória Ferreira, Regina Bruno, Regina Carvalho, Zuleika Alambert, Elisabeth Vargas, Maria América Ungaretti). Outras se envolveram em atividades de oposição ao regime, com maior ou menor envolvimento como Lena Lavinias, Sônia Calió e Cecília Comegno. Outras saíram por motivos diversos tal como Eliana Aguiar, Otilie Pinheiro, Maria Betânia Ávila, Sônia Giacomini e Regina Bruno. Essas são algumas das características das mulheres que contribuíram com depoimentos para essa pesquisa.

Ao tratar do exílio, deve-se ter em mente que este não pode ser tomado como uma experiência homogênea. Denise Rollemberg²²⁴ relata que em sua pesquisa sobre exílio ouviu depoimentos que diziam que “o exílio foi a pior coisa que aconteceu na minha vida” e “o exílio foi a melhor coisa que me aconteceu”. Entre esses dois pólos, existiu uma grande diversidade de experiências. A experiência foi bastante variada, seja em razão da trajetória no Brasil anterior à saída e das motivações para a busca do exílio, seja por outros fatores como idade, gênero, quantidade dos países de acolha, militância ou não no país de acolha etc., bem como por uma série de outras razões individuais. Não temos o objetivo de tratar a gama de questões que essa experiência suscitou, mas, apenas pontuar alguns elementos necessários para a compreensão do objeto deste trabalho²²⁵.

As saídas iniciam-se logo após o golpe de 1964 e estendem-se até o final dos anos 1970. Alguns autores distinguem duas “gerações” de exilados: uma que sai no imediato pós-golpe e outra, após o AI-5²²⁶.

²²⁴ ROLLEMBERG, Denise . Nômades, sedentários e metamorfoses: trajetórias de vidas no exílio. In: Daniel Aarão Reis Filho; Marcelo Ridenti; Rodrigo Patto Sá Motta. (Org.). *O golpe e a ditadura militar. 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru, SP: EDUSC, 2004, p. 279.

²²⁵ Para maiores informações ver, por exemplo, CHIRIO, Maud. *Les trajectoires intellectuelles...* Op. cit.; ROLLEMBERG, Denise. *Exílio: Entre raízes e radares...* Op. cit.

²²⁶ NEVES, Angela. Femmes brésiliennes en exil: la quetê d'une identité. In: *Cahiers des Ameriques Latines*, julho-dezembro de 1982; ROLLEMBERG, Denise. *Exílio: entre raízes e radars...* Op. cit.; GOLDBERG, Anette. *Feminismo e autoritarismo...* Op. cit.

Uma “primeira geração” é composta, sobretudo, por grupos políticos mais visados, num primeiro momento, pela repressão militar. Essa “vaga” é, em geral, associada, segundo Rollemberg²²⁷, àqueles que se identificavam com o projeto das reformas de base, ligados a sindicatos e partidos políticos, tais como o PCB e PTB. No tocante ao perfil etário, são, geralmente, pessoas com mais de 30 anos. A presença de mulheres nesse contexto, segundo Neves²²⁸, é reduzida e grande parte delas sai por motivos mais “afetivos” que políticos, isto é, são freqüentemente acompanhantes de maridos e familiares.

Uma “segunda geração”, cuja partida se concentra nos anos que procederam imediatamente ao Ato Institucional n. 5, é composta majoritariamente por jovens provenientes de organizações armadas. Tratava-se principalmente de estudantes. Outro traço que distingue essa “vaga” da anterior é uma maior presença de mulheres militantes. Ambos os traços refletem o perfil das organizações armadas em cuja composição havia um número expressivo de jovens e uma porcentagem de mulheres bastante superior à de outras organizações. Segundo Rollemberg, as gerações de 1964 e 1968 são “como duas margens, duas paralelas que não se tocam.”²²⁹. A diferença no perfil dos exilados (embora, como já foi dito, não se possa traçar com precisão tal perfil) e a diferença dos contextos que provocaram os exílios entre essas duas “vagas” têm de ser consideradas quando se procura compreender as experiências do exílio.

Num primeiro momento, o destino privilegiado foram países da América Latina, tais como Cuba, Uruguai, Chile, México e Argentina²³⁰. Particularmente a partir de 1970, com a vitória de Salvador Allende, o Chile torna-se a opção privilegiada dos exilados brasileiros. Chirio, a partir de uma amostra de 896 exilados já mencionada constatou que, para 70% destes, a América Latina foi o primeiro lugar de exílio, sendo que 54% tiveram como destino o Chile. Como veremos depois, com a “expansão” de ditaduras pelo Cone Sul, a Europa torna-se o principal lugar de refúgio.

A vivência do exílio variou também em função da maior ou menor “integração” com a sociedade de acolha e com as atividades militantes realizadas nesta. O “grau” de integração variou muito. Uma parte dos exilados permanecia endógena à comunidade exilada, enquanto outros, em maior ou menor medida, mantiveram maior contato com a sociedade de acolha. Para Rollemberg “A convivência entre brasileiros foi um recurso

²²⁷ ROLLEMBERG, Denise. *Exílio: entre raízes e rades...* Op. cit.

²²⁸ NEVES, Angela. *Femmes brésiliennes...* Op. cit.

²²⁹ ROLLEMBERG, Denise. *Exílio: entre raízes e rades...* Op. cit., p.51.

²³⁰ NEVES, Angela. *Femmes brésiliennes...* Op. cit.

para amenizar os problemas no dia-a-dia, nas festas, nas atividades políticas, a colônia de exilados tentava reproduzir um ambiente brasileiro, às vezes estereotipado por comidas e roupas típicas”²³¹.

O militantismo de brasileiros no exílio deu-se de formas diversas²³². A partir de 1968, com o recurso *sistemático* a práticas de torturas a presos políticos no Brasil, a denúncia dessas práticas se transforma numa das principais pautas de mobilização. Algumas organizações articulam-se com esse objetivo, tal como o Front Brésilien d’Information (FBI), o Comité de Défense des Prisonniers Politiques Brésiliens, o Comitê France Brasil, o Comité Brésil Amnistie. A atuação na imprensa também foi uma forma de militância. Algumas das organizações citadas acima publicaram boletins (tal como *Brésil Information*, *Brésil Ça Bouge*, *Brésil Bulletin du CBA* etc.) assim como as organizações partidárias. Rollemberg constata as atividades de imprensa se concentraram, sobretudo, em Santiago e Paris²³³. Essa atividade de imprensa foi mais intensa nos anos 1970²³⁴.

A militância partidária foi uma importante atividade para uma parte da comunidade exilada. Embora muitas organizações político-partidárias brasileiras se estructurem no exílio, alguns brasileiros/as se integraram a organizações chilenas. No Chile, alguns militaram no MIR, outros no PS e no PC. Entre as entrevistadas, Ângela Xavier de Brito e Maria América Ungaretti, ambas militantes do Círculo, fizeram parte do Partido Socialista, Beth Vargas, do MIR. Na França, Vera Tude militou no PCF. Entretanto, a maioria dos brasileiros que permaneceu militante parece ter optado por reconstruir as organizações nacionais.

Outras formas de agremiação se desenvolveram também no exílio, como o grupo de cultura do CBA, o grupo Saci e os grupos de mulheres sobre os quais comentaremos posteriormente.

²³¹ ROLLEMBERG, Denise. *Exílio: entre raízes e rades...* Op. cit., p. 151.

²³² Segundo Denise Rollemberg “alguns exilados abandonaram o interesse por política. A maioria, entretanto, o manteve, revendo e ampliando sua concepção.” ROLLEMBERG, Denise. *Exílio: entre raízes e rades...* Op. cit., p.190. Chirio, por outro lado, considera que “uma parte somente guarda um militantismo político”. CHIRIO, Maud. Formes et dynamiques des mobilisations politiques des exilés brésiliens en France (1968-1979). In: Cahier des Amerique Latine, 2007, p. 78.

²³³ ROLLEMBERG, Denise. *Exílio: entre raízes e rades...* Op. cit., p. 198.

²³⁴ A maioria dos periódicos foram publicados nas duas “capitais do exílio”: Santiago e Paris. No levantamento feito por Rollemberg, apenas três periódicos foram publicados nos anos 1960. ROLLEMBERG, Denise. *Exílio: entre raízes e rades...* Op. cit.

O caráter heterogêneo da experiência do exílio variou também em função do gênero. Homens e mulheres tiveram, segundo relatos, percepções e vivências distintas do exílio, como lembra Brito:

“Se homens e mulheres atravessaram experiências similares na situação de exílio, as vivências específicas próprias a cada gênero fazem com que seus membros atribuam um sentido diferente a esses processos comuns. Assim, não se pode restituir a complexidade do exílio sem analisar a maneira específica pela qual as mulheres o vivem, pois, ainda que ambos os gêneros partilhem de um mesmo imaginário social, o sentido que as mulheres lhe emprestam como grupo social é bastante diferente do dos homens.”²³⁵

A idéia de “exilado político” no imaginário comum é preponderantemente masculina, assim como a do “militante político”. Infelizmente a história das mulheres exiladas políticas – seja do império czarista na Rússia ou das exiladas antifascistas, seja de um período mais recente – é, em geral, pouco explorada, ao ponto de uma revista recente sobre essa temática ter como título “exumar” a história das mulheres exiladas políticas²³⁶. As especificidades da vivência do exílio de mulheres brasileiras permanece também um terreno com poucas incursões, tanto nos trabalhos acadêmicos, como na produção memorialística.²³⁷ Parte da história desse período pode ser buscada nas diversas obras de caráter memorialístico que começam a ser publicadas no final dos anos 1970, embora o exílio não seja o tema central dessas memórias. Mas essas memórias são escritas, na maioria absoluta no caso brasileiro, por razões que caberia investigar, por homens. O material mais frutífero que temos sobre a vivência feminina no exílio é o livro *Memória das mulheres no exílio* que compila depoimentos de 32 mulheres exiladas (além do depoimento coletivo do Círculo) em diferentes países, com diferentes trajetórias no Brasil e no exílio fornecendo um quadro bastante heterogêneo desse contexto.

A presença de mulheres entre exilados em geral foi, durante muito tempo, majoritariamente de acompanhantes de maridos e familiares de perseguidos políticos. Embora fossem elas, em muitos casos, responsáveis pelo sustento familiar, apoio afetivo e atividades políticas “menos gloriosas” no país de acolha, é difícil analisá-las através das fontes “clássicas” como jornais, organizações de exilados etc²³⁸. Mas muitas

²³⁵ BRITO, Angela; VASQUEZ, Ana. Mulheres latino-americanas...Op. cit, p.16.

²³⁶ Revue du groupe interdisciplinaire d'études sur les femmes et Le genre n. 26 (2009) “Femmes exilées politiques – Exhumer leur histoire”.

²³⁷ Mas é preciso lembrar que o exílio em geral de brasileiros durante a ditadura militar é um campo de estudos recente e pouco desenvolvido. Ver CHIRIO, Maud. *Les trajectoires intellectuelles...* Op. cit.

²³⁸ MORELLI, Anne “Exhumer l’histoire des femmes exilées politiques”. In: Sextant n.26, 2009.

das exiladas políticas do cone sul nos anos 1960-1980 não tinham esse perfil e saíram de seus países devido à sua própria militância política.

Não é uma particularidade do Brasil uma presença significativa, embora minoritária, de mulheres militantes políticas em atividades revolucionárias e contra a ditadura. Entretanto, isso não necessariamente as fazia serem reconhecidas como exiladas políticas e valorizadas na sociedade de acolha tal como os homens.

“As mulheres – sobretudo as que são militantes políticas – foram unânimes em falar, em suas entrevistas, sobre o grau inferior de consideração que a sociedade anfitriã lhes concedia. A imagem do herói era sobretudo atribuída aos homens, fazendo com que tivessem maior prestígio social, enquanto militantes políticos e intelectuais.”²³⁹

Cabe agora comentar um pouco mais detalhadamente as duas “vagas” na história do exílio brasileiro pós-1964, enfocando os aspectos relacionados às exiladas.

2.1.1 Primeira vaga

A maioria dos exílios que ocorreram logo depois do golpe teve como destino países da América Latina. Essa escolha está ligada não só à facilidade devida à proximidade geográfica desses países, mas também à idéia, ao que tudo indica, fortemente arraigada na expectativa da maioria dos exilados, de que o exílio seria fugaz e o retorno para o Brasil se daria num futuro nada distante.

A partir de 1970, com a vitória da Frente Popular nas eleições presidenciais que levou ao poder Salvador Allende, o Chile torna-se um ponto de convergência privilegiado de militantes de diferentes países latino-americanos. Impulsionados pelo interesse em acompanhar de perto a “experiência” socialista em curso, Santiago torna-se a capital do exílio, “uma espécie de oásis – não só para os brasileiros mas para a esquerda latino-americana.”²⁴⁰. De acordo com dados da Anistia Internacional, no momento do golpe de 11 de setembro de 1973, que deporia Salvador Allende, havia entre 13.000 e 15.000 asilados, entre os quais 1.200 brasileiros²⁴¹. Das 27 mulheres entrevistadas²⁴², nove passaram pelo exílio chileno antes de irem para a Europa (Ângela Xavier de Brito, Ângela Muniz, Ângela Arruda, Elisabeth Vargas, Glória Ferreira, Maria Cristina de Castro, Regina Carvalho, Zuleika Alambert e Beatriz Wittcker).

²³⁹ BRITO, Angela; VASQUEZ, Ana. Mulheres latino-americanas... Op. cit., p. 23.

²⁴⁰ COSTA, Albertina. et. al. *Memórias das mulheres...* Op. cit., p. 293.

²⁴¹ ROLLEMBERG, Denise. *Exílio: entre raízes e rades...* Op. cit., p. 169.

²⁴² A partir de agora, quando mencionar “26 mulheres entrevistadas” estou me referindo às 24 entrevistas realizadas por mim mais duas realizadas por outras pesquisadoras (Joana Pedro e Chirio)

Todas chegaram depois de 1970. É importante notar que nenhuma das integrantes do Grupo Latino-Americano passaram pelo Chile. Todas elas foram direto para a França.

O período vivido no Chile é frequentemente lembrado de forma positiva. O contraste com o país do qual saíam era notório. Acompanhar aquela experiência, caracterizada por uma grande participação popular, era uma novidade. A mera possibilidade de falar e fazer política em todos os espaços surpreendeu aqueles acostumados a uma atuação clandestina e restrita.

Esse sentimento é visível em alguns depoimentos. Regina Carvalho (militante do Círculo) fala sobre a primeira manifestação que presenciou no Chile, de operários metalúrgicos: “Tudo aquilo que a gente pensava que era sonho podia existir. Neste sentido, a experiência do Chile foi riquíssima (...) Perceber, na prática, a construção de uma sociedade socialista”²⁴³. Nesse mesmo sentido podem-se citar duas militantes do Círculo: “Para nós, o Chile teve uma coisa importantíssima que foi compreender o movimento social, ver o movimento social, de massa, entender o que era uma sociedade em ebulição. Para nós, com a idéia de grupos de vanguarda, foi um choque”, diz Glória Ferreira. “Viver o governo Allende era uma coisa deslumbrante para a gente que vinha de uma ditadura. Comprar o jornal do PC! Liberdade, democracia, poder viver a militância abertamente. O Chile representava a liberdade. Não é à toa que resolvi ter meu filho. E muitos resolveram ter os seus primeiros filhos lá”²⁴⁴.

Mas esse sentimento não traduz integralmente a experiência dos exilados. Muitas vezes ele é mesclado com recordações amargas relacionadas ao golpe. Especificamente em relação aos papéis de gênero, em alguns depoimentos de mulheres que fizeram parte do Círculo de Mulheres e que passaram pelo exílio chileno, esse período é descrito também como um momento de “retrocesso” em relação à vivência no Brasil. Uma certa “perda de identidade” é relatada por algumas mulheres:

“Desde que pus os pés fora do Brasil, não fui mais eu mesma: era a mulher do fulano que o pessoal tinha ido buscar”²⁴⁵

“Eu vivi um problema de perda de identidade. No Brasil tinha uma militância política, um centro de interesse, e de repente, a gente chega ao Chile e fica descentrada, desorbitada. Os homens não. Eles se localizaram logo porque vinham com uma fama de revolucionários., com uma inserção

²⁴³ Entrevista Glória Ferreira. In: ROLLEMBERG, Denise. *Exílio: entre raízes e radares...* Op. cit., p. 99.

²⁴⁴ Denise Rollemberg diz ser digno de nota o *baby boom* entre os exilados brasileiros no Chile.

²⁴⁵ COSTA, Albertina. et. al. *Memórias...* Op. cit, p. 418.

política. Fizeram contactos mais facilmente do que nós porque estavam chegando numa outra cultura machista. Nós ficamos à sombra deles.”²⁴⁶

“Houve um determinado momento no Chile em que eu me senti igual à minha mãe e ficava completamente desesperada”²⁴⁷

Para Ângela Neves²⁴⁸, no exílio chileno teriam começado a surgir questionamentos sobre a precariedade das rupturas individuais com os valores vigentes, sua posição de inferioridade nas organizações políticas, segregação no seio da família. Mas naquele contexto não haveria meios de encontrar respostas a essas questões, como ocorreu na França posteriormente.

Há que mencionar um aspecto importante no que concerne às atividades das mulheres: constituiu-se um grupo de mulheres, o Comitê de Mulheres Brasileiras no Exterior. As informações sobre o Comitê são escassas. Utilizamos aqui principalmente materiais produzidos pelo PCB²⁴⁹ na Europa depois do golpe do Chile, portanto, posteriores ao evento e alguns textos publicados em periódicos de brasileiros no Chile.²⁵⁰

Como veremos adiante, o caráter do grupo, ligado ao PC, reflete em parte a perspectiva do PC de “instrumentalização” dos movimentos, visados pelo partido como meios de captação das massas “desorganizadas” para os seus objetivos estratégicos. No entanto, não se pode menosprezar o fato de que ele refletia igualmente a solidariedade entre as exiladas brasileiras, respondendo a uma demanda real dessas últimas, particularmente daquelas que se exilaram na qualidade de esposas de exilados e que se encontravam um tanto deslocadas naquele contexto novo:

“A solidariedade entre mulheres brasileiras no Chile apareceu e se consolidou no Comitê de Mulheres Brasileiras no Exterior, que veio responder à demanda de uma enorme população de esposas e donas-de-casa, marginalizadas dentro da sociedade chilena (muitas mal podiam se expressar em espanhol) e da própria colônia brasileira, deslocadas entre os ‘heróis’ e as ‘heroínas’, ‘caretas’ entre os ‘desbundados’.”²⁵¹

O Comitê surge a partir de reuniões iniciadas em 1972. Zuleika Alambert, uma das fundadoras do grupo, comenta as motivações das reuniões:

“Entrando em contato com outros exilados que haviam chegado a Santiago antes de mim, percebi que entre eles haviam muitas mulheres que ali haviam

²⁴⁶ COSTA, Albertina. et. al. *Memórias...* Op. cit, p. 426.

²⁴⁷ COSTA, Albertina. et. al. *Memórias...* Op. cit, pp. 416-417.

²⁴⁸ NEVES, Angela. Femmes brésiliennes en exil: la quête d'une identité. *Cahiers des Ameriques Latines*, julho-dezembro de 1982.

²⁴⁹ Identificados a partir de agora como DPCB.

²⁵⁰ Unidade e Luta ; Campanha.

²⁵¹ GOLDBERG, Anette. *Feminismo e autoritarismo...* Op. cit, pp. 68-69.

chegado junto com seus maridos, filhos ou irmãos. Geralmente as mulheres eram donas de casa, algumas estudantes e poucas como militantes políticas. Vivendo num país estrangeiro, sem saber a língua local, sem trabalho, com quase nenhuma militância política, sofriam muito por terem sido quase que abruptamente arrancadas de seu país de origem. Pensei que algo deveria ser feito para melhorar a situação dessas mulheres. Então procurei algumas que haviam pertencido a partidos políticos de esquerda no Brasil. E após algumas conversações resolvemos criar o Comitê de Mulheres Brasileiras no Exílio”²⁵²

Embora o contexto fosse de grande efervescência feminista nos EUA e em parte da Europa, não é nos marcos deste feminismo da “segunda onda” que este grupo se estrutura. A formação de grupos femininos ligados direta ou indiretamente ao partido comunista é uma prática que, no Brasil, remonta à década de 1930. Essas iniciativas eram previstas em estatutos e resoluções e não se baseavam na constatação de uma especificidade da “questão da mulher” e na tentativa de articular lutas contra essa opressão específica. Visavam fundamentalmente mobilizar mulheres, consideradas muitas vezes como “setores atrasados”, em prol de bandeiras progressistas.

A iniciativa de formar o Comitê partiu do Partido Comunista Brasileiro (PCB)²⁵³, mas o grupo estava aberta à participação de mulheres de toda a comunidade exilada. Sobre a concepção que norteou a formação do grupo, comenta Zuleika:

“o meu pensamento sobre a problemática da mulher era ainda muito localizado: via quase que exclusivamente o seu uso, a sua instrumentalização pela reação, o papel negativo que ela podia jogar. E foi por isso que me interessei por trabalhar politicamente as mulheres brasileiras que se encontravam no Chile. A minha atuação foi no sentido de ver como elas podiam se integrar, não ser uma força marginal na sociedade chilena sem perder as raízes brasileiras.”²⁵⁴

Para Ângela Xavier de Brito, o objetivo do grupo era “mobilizar as mulheres”. Sobre essa mesma questão, cabe citar o depoimento de Maria Lygia Quartim de Moraes:

“No Chile, participei de um grupo – Mulheres Brasileiras no Exterior – totalmente dominado por tendências políticas que consideravam as mulheres como massa atrasada a ser politizada de maneira a mais tradicional fazendo apostilas para o dia das crianças e especializando-se em comemorações de datas consideradas importantes por tais tendências.”²⁵⁵

²⁵² Entrevista – Zuleika Alambert

²⁵³ “Na capital chilena, a ob local do Partido junto com outras forças políticas, através de sua seção feminina, fundou o Comitê de Mulheres Brasileiras no Exterior que funcionou até setembro de 1973 dia do golpe contra Salvador Allende.” [DPCB – “Recuperação do trabalho do Partido entre as mulheres depois do golpe de 1964” – maio de 1979]

²⁵⁴ COSTA, Albertina. et. al. *Memórias...* Op. cit, p. 60.

²⁵⁵ MORAES, Maria. *Vida de Mulher*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1981, p. 29.

Segundo Goldberg, o movimento nasceu a partir de uma visão tradicional do PC quanto aos movimentos de massa: “O movimento deveria servir para ‘ganhar as massas inorganizadas para os objetivos estratégicos ‘gerais’ da revolução e execução das tarefas imediatas do partido”²⁵⁶. O princípio básico do grupo, segundo o próprio, seria “a luta pela emancipação da mulher através da emancipação política, econômica e social de nosso país”²⁵⁷. Nesse sentido, reproduzem a tradicional prática dos partidos de esquerda de subsumir a luta pela emancipação feminina à luta pela transformação do sistema.

A idéia de formação do grupo, segundo documentos do PCB, surge nas comemorações do 8 de março de 1972, na casa de uma militante do partido, na qual estava presentes aproximadamente 11 mulheres. Em maio deste ano seria realizada uma reunião para “concretização de algumas idéias” com a presença de aproximadamente 20 mulheres. Nesta, alguns pontos são definidos: “Nosso movimento será feminino e não feminista. A partir daí deveríamos desenvolver esforços para aprofundar essas idéias políticas e teóricas a fim de matar no nascedouro qualquer idéia deformadora ou que representasse”. Bem elucidativo dos propósitos do grupo, são aprovadas as seguintes atividades nessa reunião: participação de uma brigada feminina com o objetivo de construir um parque infantil; comemoração do Dia Internacional da Infância; organização de um Seminário de Mulheres Brasileiras sobre o tema “A mulher no Brasil, hoje”; participação no II Seminário Latino-Americano de Mulheres.

Como atividade preparatória para o II Seminário Latino-Americano de Mulheres, o grupo, que se apresenta como Comitê Provisório de Mulheres Brasileiras promove o “I Seminário de Mulheres Brasileiras” realizado em Santiago entre 23 e 28 de outubro e cujo tema era “A mulher de hoje na América Latina”. A discussão teria se centrado em três temas principais:

“a-pela conquista e defesa de seus direitos, pela felicidade de sua família, pela saúde física, moral e cultural da infância e juventude
b-pelo resgate das riquezas naturais e o patrimônio cultural. Por uma profunda mudança econômico social de seus povos, por uma verdadeira e irrenunciável independência.
c-por uma firme solidariedade e união entre os povos, por uma autêntica paz”²⁵⁸

Os três eixos de debate são bastante elucidativos dos propósitos e objetivos do grupo, afirmando a centralidade da defesa de direitos “da mulher”, na seqüência

²⁵⁶ GOLDBERG, Anette. *Feminismo e autoritarismo...* Op. cit., p. 69.

²⁵⁷ Unidade e Luta, n.5/6, jan./abril 1973.

²⁵⁸ Unidade e Luta, n. 3, setembro/outubro de 1972.

associados à “felicidade da família” e aos temas da infância e juventude, pautas tradicionalmente ligadas ao universo feminino, e ligando a atividade política das mulheres a pautas mais gerais, como a transformação econômico-social, a independência dos povos, a solidariedade e a paz entre os povos, lembrando que solidariedade e conciliação são atributos tradicionalmente relacionados à figura da mulher.

Em fevereiro de 1973, é realizada uma Assembléia Geral de Mulheres, com a presença de 40 mulheres, na qual é oficializado a criação do Comitê Brasileiro no Exterior. Sobre o programa da organização, o Comitê declara para a revista *Unidade e Luta*:

“Nosso programa é bem amplo. No momento estamos empenhadas nas Campanhas da Ditadura militar fascista brasileira, das denúncias das prisões, torturas e assassinatos de revolucionários, denúncia da situação da mulher e da criança. Tudo isso irá contribuir para que venha a se efetivar o Tribunal B. Russell para julgar os crimes da ditadura. (...) Nos propomos também, em nosso Comitê, a estudar os problemas relacionados com a mulher, a luta pelos direitos, pelos direitos de seus filhos e pela sua emancipação. Devemos ressaltar que a verdadeira emancipação somente advirá através da libertação de todo seu povo.”²⁵⁹

Como se pode perceber, as atividades promovidas pelo grupo giravam em torno de práticas assistencialistas ou de discussão. O objetivo do grupo era fundamentalmente mobilizar aquela massa de mulheres brasileiras em prol da luta contra a ditadura, como lembra Maria Lygia Quartim de Moraes:

“O que todas faziam era criar ocasiões para fazer discursos contra a ditadura, usando a massa de mulheres como ouvintes, ao mesmo tempo em que não perdíamos chances para confrontar nossas divergências políticas, mais uma vez sem enxergar as necessidades e os desejos das mulheres da “massa”. Nenhuma das ‘políticas’ que conviviam no grupo conseguia enxergar e entender a maior parte das brasileiras, viúvas e mulheres de homens pertencentes a partidos e organizações clandestinas no Brasil. Mulheres que ignoravam a atividade dos maridos mas que souberam, com generosidade enorme, pagar os custos: educar os filhos, sustentar a casa e ter de viver no estrangeiro.”²⁶⁰

Isso nos remete à questão da composição do grupo. Embora tivesse uma composição diversificada, parece ter predominado no seu seio mulheres sem histórico de militância no Brasil, esposas e parentes de militantes. Para Zuleika Alambert, a maioria das integrantes do grupo, que chegou a fazer atividades com mais de 100

²⁵⁹ *Unidade e Luta* n.5 e 6- Janeiro-Abril de 1973.

²⁶⁰ MORAES, Maria. *Vida de Mulher*. Op. cit., p.29.

mulheres, era de donas-de-casa. Ângela Brito afirma que “tinha gente de todas as camadas sociais”, “tinha a Iracema, que era praticamente analfabeta (...) Ele tem mulheres da classe operária. Então não era um grupo intelectual, como foi o nosso depois aqui em Paris [ela se refere ao Círculo de Mulheres no qual militaria posteriormente]”. Maria Lygia lembra-se de poucas mulheres militantes no grupo: “Acho que o pessoal não levava aquilo muito a sério (...) Era mais esposa de não sei quem, era muito mais pessoal ligados ao partido e aquela tropa de mulheres meio perdidas que tinham maridos militantes e tal. Então era uma coisa meio de apoio”. E continua “era um grupo *de mulheres, não tinha nada a ver com feminismo*”²⁶¹. Ângela Xavier de Brito afirma o mesmo²⁶². Regina Carvalho, militante do grupo Campanha, a única das entrevistadas que participou do Círculo e de reuniões do Comitê no Chile, relata:

“Eu fui a uma ou duas reuniões. Só havia praticamente militantes do PC, não havia ninguém da esquerda dita revolucionária, não me lembro de ter visto ninguém lá. Eu achei particularmente um saco, quer dizer, achei que as questões discutidas eram questões políticas, não eram questões do movimento. Era uma questão... eu entendia aquela reunião como uma base de ampliação do próprio PC. Eu fui a uma ou duas reuniões, não me lembro quantas no Chile, e saí fora. Fui mesmo para ver o que era e tal.”²⁶³

Para Maria Moraes e Ângela Brito, tratava-se de algo como um grupo de estudos. Engels constituía referência obrigatória e provavelmente única. O grupo passou ao largo da ampla literatura suscitada e produzida pelo movimento feminista do período.

Além do estudo, o grupo promoveu atividades como mutirão para construção de um parque infantil, comemorações de datas como Dia Internacional de Mulheres, jornada internacional da criança, dentre outras. Práticas como grupos de autoconsciência ou reflexão de temáticas como aborto e sexualidade, candentes para o feminismo do período, não figuraram como práticas do grupo.

Sobre as práticas do grupo, Maria Lygia Quartim de Moraes pondera hoje:

“Naquele tempo a gente era muito crítico, hoje eu vejo, tinha um sentido naquilo. Eram organizados para quê, comemorar Natal, Ano Bom, aquelas coisas, bem caretona, bem estruturada mas tinha um sentido. Especialmente porque lá no Chile havia toda uma migração de outra classe social mesmo. Aquelas mulheres dos marujos, as mulheres do não sei o que... tinha muito mais mulher pobre e muito mais gente que não tinha nem opção”²⁶⁴

²⁶¹ Entrevista – Maria Moraes.

²⁶² Entrevista – Ângela Xavier de Brito.

²⁶³ Entrevista – Ângela Xavier de Brito.

²⁶⁴ Entrevista – Maria Moraes.

Como se pode perceber, o Comitê reproduzia as tradicionais organizações de mulheres ligadas a partidos comunistas. A atividade feminina continua ligada a determinadas bandeiras consideradas como próprias do universo feminino e tinha como finalidade maior mobilizar as mulheres para lutas progressistas evitando que elas fossem cooptadas por forças reacionárias. Deste modo, pode-se dizer que o Comitê se apresenta como uma organização nos marcos da perspectiva tradicional da esquerda, subsumindo a luta pela emancipação feminina à luta pela transformação do sistema. Não tinha como objetivo uma luta que partisse dos problemas específicos da condição feminina, mas ganhar mulheres para as lutas consideradas “gerais”. A incorporação de mulheres representaria um incremento numérico dos revolucionários, embora, nessa incorporação, como algumas notariam posteriormente, lhes fossem destinados postos e funções distintos dos homens.

Para o PCB o grupo teria desempenhado “um importante papel no despertar político de dezenas de mulheres, na formação de numerosos quadros de massa para o trabalho feminino e permitiu ao Partido razoável recrutamento de novas companheiras muitas das quais vieram a desempenhar na Europa um trabalho junto ou na própria Seção Feminina do CC”²⁶⁵.

Com o golpe de 11 de setembro de 1973 no Chile, o grupo deixa de se reunir. O “oásis” de exilados que era o Chile torna-se um lugar hostil à presença dos mesmos. Com a deposição de Salvador Allende, tem início uma das mais sangrentas ditaduras da América Latina. Houve repressão em massa. Toda forma de oposição era alvo da repressão, e, num país onde o governo deposto tinha amplo apoio popular, isso significou um massacre. Os estrangeiros tornaram-se alvo privilegiado. A Junta Militar conclamava a população a delatar os estrangeiros e ameaçava punir aqueles/as que os acobertassem. O “segundo exílio” se impôs para esses brasileiros.

Os primeiros países a receber os presos do Estádio Nacional foram França, Suécia e Suíça. Para estes países, particularmente para o primeiro, afluiu um grande número de exilados brasileiros.

²⁶⁵ DPCB – “Recuperação do trabalho do Partido entre as mulheres depois do golpe de 1964”, maio de 1979.

2.2.2 Segunda vaga: o exílio na França

A França é um país tradicionalmente escolhido por muitos estudantes e intelectuais brasileiros antes mesmo do golpe. Após o golpe este é um dos países a receber maior número de exilados brasileiros. Para Goldberg²⁶⁶ podemos identificar três períodos de chegada dos brasileiros à França: 1- após o golpe de abril de 1964; 2- após o AI-5 em 1968; 3- após o golpe de setembro de 1973 no Chile. A comunidade exilada brasileira na França cresce principalmente a partir de 1973. O país foi um dos principais a receber exilados logo após o golpe de 1973 no Chile. No entanto, mesmo antes do golpe chileno, de acordo com dados do CIMADE de agosto de 1973, os brasileiros formavam o maior grupo entre os latino-americanos: 1.500²⁶⁷. Chirio²⁶⁸ estima o número de exilados brasileiros na França entre 1000 e 2000 pessoas.

Entre as entrevistadas, há chegadas em diferentes momentos. Clélia Piza, por exemplo, já estava na França antes mesmo do golpe de 64. Vera Tude chegou à França em 1968, mas antes da promulgação do AI-5. Ela relata que, no momento de sua chegada, havia poucos brasileiros em Paris. Mariza Figueiredo chegou em 1970 assim como Danda Prado e Cecília Comegno. Todas participaram do Grupo Latino-Americano, mesmo que somente em sua fase inicial. O grupo teve suas primeiras reuniões em 1972, antes, portanto, do maior incremento da comunidade exilada com a chegada daqueles que se encontravam no Chile. Todas as militantes do Círculo entrevistadas chegaram depois de 1973, vindas do Brasil ou Chile.

A inserção nessa sociedade foi, por diversos motivos, bem diferente da realizada em países da América Latina. É preciso lembrar que a idéia de provisoriedade do exílio, um sentimento muito presente num primeiro momento do exílio, se chocava agora com a realidade de um regime político que conseguira institucionalizar-se e consolidar-se, desfazendo as esperanças de um súbito colapso. A perspectiva de uma breve retomada de atividades profissionais ou acadêmicas ou das formas de militância no Brasil se tornava cada vez menos crível.

Houve aqueles que permaneceram “fechados” dentro da comunidade de brasileiros. Outros tentaram integrar-se mais intensamente na sociedade francesa.

²⁶⁶ GOLDBERG, A. *Feminismo e autoritarismo...* Op. cit.

²⁶⁷ ROLLEMBERG, Denise. *Exílio: entre raízes e radares*. Op. cit., p. 116.

²⁶⁸ CHIRIO, Maud. *Les trajectoires intellectuelles...* Op. cit.

Para além de uma integração “cultural” à sociedade francesa, havia questões de ordem material que demandavam uma adaptação à realidade do país. Garantir a sobrevivência no exílio não podia mais ser encarado como um problema temporário que poderia ser resolvido com recursos casuais. O problema da inserção profissional tornou-se uma questão vital para muitos dos exilados, que tiveram de enfrentar um mercado de trabalho não muito receptivo ao ingresso de estrangeiros, pelo menos no que concerne aos trabalhos “qualificados”. Uma realidade diferente daquela encontrada no Chile, como observa Rollemberg:

“Ao contrário do Chile, onde houve um espaço para a integração através da valorização profissional, na Europa o rebaixamento profissional e social tornou-se a realidade da maioria e único meio de ganhar a vida. Só uma minoria conseguiu se manter em suas atividades originais, em geral, pessoas identificadas à geração de 1964 com carreiras mais sólidas.”²⁶⁹

Ainda segundo Denise Rollemberg, somente uma minoria dos exilados brasileiros teria conseguido empregos em nível equivalente a sua qualificação. A maioria passou a exercer atividades como babás, faxineiros, porteiros, operários na construção civil, etc. Nesse sentido, afirma a autora: “O exilado e o refugiado confundiam-se com o migrante econômico. A classe média urbana, maior parte dos exilados, entrava em contato com uma realidade distante.”²⁷⁰. Por outro lado, o exílio europeu abriu a oportunidade de estudar ou continuar estudando foi aberta para muitos exilados, alguns deles com bolsa. Alguns aproveitaram esse momento para continuar seus estudos, fazendo cursos de graduação e pós-graduação.

Para Goldberg²⁷¹ o rebaixamento profissional era ainda mais comum entre as mulheres. Os homens exilados beneficiaram-se, muitas vezes, da imagem valorizada de “guerrilheiros” e do “mito do herói revolucionário”, que lhes facilitava a inserção no novo país e diminuía o sentimento de perda de identidade. Dessa forma, graças a seu passado militante, muitos teriam conseguido bolsas de estudo ou empregos mais qualificados. Já as mulheres, com passado político inexistente ou considerado de pouca importância em relação ao dos homens, viam-se na necessidade de procurar empregos para suprir as necessidades num país com custo de vida elevado. A vivência dessa nova realidade teria conseqüências do ponto de vista do reconhecimento de uma identidade entre mulheres.

²⁶⁹ ROLLEMBERG, Denise. *Exílio: entre raízes e radares*. Op. cit., p. 125.

²⁷⁰ ROLLEMBERG, Denise. *Exílio: entre raízes e radares*. Op. cit., p. 163.

²⁷¹ GOLDBERG, A. *Feminismo e autoritarismo...* Op. cit.

O militatismo de brasileiros no exílio francês tomou formas diversas. Além da militância em organizações de denúncia da ditadura – que se articularam a partir de 1968, quando a tortura tornou-se uma prática sistemática –, muitos militantes mantiveram suas atividades relacionadas à organização na qual militavam no Brasil (tal como PCB, MR-8, POC), criando “seções exteriores” dessas organizações. Segundo Brito, o engajamento de exilados latino-americanos não se deu sob uma égide internacionalista, mas, de um modo geral, cada comunidade permaneceu centrada na sua própria realidade²⁷². Isso não significa que grupos latino-americanos tenham existido nesse contexto nem que não tenha havido militância de exilados em organizações políticas francesas ou formas de atuações de cunho e composição internacionalista. Vera Tude, por exemplo, militou no PCF, Sônia Calió teve militância na LCR para citar dois exemplos tirados das entrevistas que realizamos. Sobre grupos latino-americanos cabe mencionar uma célula de latino-americanos na LCR (Liga Comunista Revolucionária), organização de esquerda francesa.²⁷³ A formação do Grupo de mulheres latino-americana foge, portanto, à lógica predominante de organizações formadas no exílio.

Muitas organizações brasileiras criariam células no exterior. Com o recrudescimento da repressão e a conseqüente desarticulação de muitas organizações no Brasil, o exílio torna-se um importante lugar para reestruturação das organizações, de autocrítica e também de busca de unificação de grupos²⁷⁴.

A vivência do exílio francês abriu novas perspectivas existenciais, intelectuais e políticas para muitos exilados(as). Tratava-se de um ambiente social, cultural e político muito distinto do Brasil. São múltiplos os aspectos que poderiam ser mencionados aqui. Mas passaremos apenas por algumas questões.

Algumas temáticas até então periféricas ou inexistentes na pauta da esquerda brasileira, tais como ecologia, democracia, feminismo e, em menor medida, homossexualidade, passam a receber atenção. As críticas ao sistema implementado na URSS e Leste Europeu também entram em pauta.

Do ponto de vista das relações de gênero, há que mencionar o “choque” provocado por uma realidade distinta, em que era difícil reproduzir determinados

²⁷² BRITO, Angela; VASQUEZ, Ana “Mulheres latino-americanas... Op. cit., p. 7.

²⁷³ “Otros militantes del trotkismo que emigraron a Francia continuaron sua actividad partidária directamente dentro de la LCR, El partido más importante de extrema izquierda francesa por aquellos anos, integrando allí la célula latinoamericana.” (FRANCO, Marina. *El exilio: argentinos en Francia durante la dictadura*, Siglo. XXI Editores, Argentina, Buenos Aires, 2008, p.113).

²⁷⁴ CHIRIO, Maud. *Formes et dynamiques des mobilisations...* Op. cit., p. 86.

padrões de “solução” ou “acomodação” existentes no Brasil. Na França, os exilados brasileiros eram confrontados com uma realidade na qual alguns privilégios, como o acesso a uma empregada doméstica, eram muito mais exclusivos, restritos somente à elite. Isso, por um lado. Por outro, apresentavam-lhes hábitos culturais diferentes, como relatam Regina Bruno e Regina Carvalho:

“A sociedade francesa é estruturada pra você lavar seu prato. Quando você se levanta, você lava o prato, em cada quarto tem uma lavanderia e é acessível, não tem empregada doméstica”²⁷⁵

“Não havia a mordomia daqui de ter a empregada mal paga, escravizada etc., que fizesse tudo, [o que] obrigava então a discussão das tarefas domésticas (...) o questionamento da postura acomodada dos respectivos companheiros que eram revolucionários, mas não faziam nada em casa, não arrumavam a cama, não passavam uma vassoura na casa... E se você tivesse a empregada nunca perceberia isso porque você não vai fazer, o cara não vai fazer mas há alguém que faça e lá não existe isso, só as famílias extremamente ricas é que têm sua criadagem”²⁷⁶

Essa situação suscitava frequentemente discussões sobre divisão do trabalho doméstico, críticas às posturas dos companheiros e questionamentos que dificilmente surgiriam com a presença de uma empregada. Além disso, as dificuldades relacionadas à sobrevivência no exílio potencializam a percepção dessas questões. A necessidade de as mulheres procurarem emprego e cuidar das atividades domésticas escancaravam o problema da “dupla jornada” e dos padrões das relações nos microcosmos domésticos.

A situação de “normalidade” criava situações não vivenciadas no Brasil. Além disso, a existência de filhos tornava ainda mais gritante a tradicional divisão de tarefas no lar, como lembra Ângela Muniz:

“Estávamos numa idade onde muitas de nós começávamos a ter filho, onde as questões da casa, do assumimento dos filhos, iam meio que “escancarando” situações que te possibilitavam pensar ou não sobre aquelas questões”²⁷⁷

Mas consideramos que o principal fator para a formação de uma consciência das hierarquias de gênero foi a existência de um atuante movimento feminista nos anos 1970 na França, o qual lançou questões para o conjunto da sociedade e se tornou amplamente conhecido. O impacto causado pelo contato com o feminismo europeu, particularmente francês, é relatado em diversos depoimentos de exilados como

²⁷⁵ Entrevista – Regina Bruno.

²⁷⁶ Entrevista – Regina Carvalho.

²⁷⁷ Entrevista – Ângela Muniz.

fundamental para uma tomada de “consciência feminista”²⁷⁸. Nas entrevistas que realizamos esse aspecto é recorrentemente mencionado:

“Eu morava num grande conjunto de prédios e tinha um MLAC ali (...) Na universidade em que eu estudava tinha núcleos do MLAC, movimento pela legalização do aborto e da contracepção, isso tinha em toda parte, ou seja, você respirava feminismo”²⁷⁹

“Chegando lá é uma coisa muito presente, as mulheres faziam manifestações, as mulheres escreviam coisas, as mulheres escreviam nos jornais, você tinha um movimento feminista nas faculdades (...) Era uma coisa muito presente na sociedade francesa, então não tinha como você não ver”²⁸⁰

“Quando eu cheguei na França o feminismo estava em todo lugar. Uma amiga daqui que já estava lá, tratou de me contar muitas coisas sobre isso e despertar minha enorme vontade de acessar as questões e ao ambiente feminista.”²⁸¹

O exílio é apontado por muitas mulheres que passaram pela experiência como um momento de descoberta do feminismo. Diversos são os depoimentos neste sentido²⁸².

“Para a maioria de nós, a tomada de consciência feminista aconteceu aqui na França porque existe um movimento social que serviu como ponto de referência. Foi todo um processo coletivo de troca de experiências com outras mulheres”²⁸³

“Vivendo aqui, na França, na Europa, é possível para nós uma ruptura mais profunda com os valores antigos porque existe um movimento social de mulheres que apóia essas nossas atitudes.”²⁸⁴

Segundo Pietrocolla, essa questão também aparece de forma recorrente nas entrevistas por ele realizada,

“As tarefas da vida conjugal e familiar foram revistas e questionadas. Uma emancipação masculina e feminina, restrita às discussões teóricas, passou a ser exercitada na privacidade da vida conjugal e familiar. O avanço do

²⁷⁸ Mas não é possível generalizar essa experiência para o conjunto das mulheres que passaram pelo exílio. Segundo Anette Goldberg: “Muitas mulheres brasileiras viveram efetivamente em países europeus no início dos anos 70 sem sair do Brasil; muitas sequer perceberam a existência de um movimento de liberação das mulheres que se encontrava em pleno apogeu, na fase de proliferação dos grupos de consciência, das grandes passeatas e outras formas de mobilização em torno de questões ligadas ao corpo, à sexualidade, à opressão patriarcal dentro e fora da família, incluindo-se aí as organizações de esquerda”. GOLDBERG, A. *Feminismo e autoritarismo: a metamorfose de uma utopia de liberação em ideologia liberalizante*. Rio de Janeiro, 1987. Dissertação - Mestrado - Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, p.70.

²⁷⁹ Entrevista – Sonia Giacomini.

²⁸⁰ Entrevista – Eliana Aguiar.

²⁸¹ Entrevista – Maria Betânia Ávila.

²⁸² Ver depoimentos In: COSTA, Albertina. et. al. *Memórias...* Op. cit.

²⁸³ COSTA, Albertina. et. al. *Memórias...* Op. cit., p. 414.

²⁸⁴ COSTA, Albertina. et. al. *Memórias...* Op. cit, p. 421.

Movimento Feminista na França na década de 70 é retratado invariavelmente por todos os ex-exilados que lá passaram. Homens e mulheres, ex-exilados políticos, atribuem as profundas mudanças de comportamento pelas quais passaram às discussões e esclarecimentos obtidos nas inúmeras reuniões promovidas por esse Movimento implementado pelas mulheres no exílio.²⁸⁵

Essa “descoberta” do feminismo no exílio não foi um privilégio das mulheres brasileiras. Outras latino-americanas faziam seus primeiros contatos com esse movimento também no exílio. Cito, como exemplo, depoimentos de três mulheres de nacionalidades diferentes. Carmem Castilho, escritora e cineasta chilena, Ana Maria Araújo, socióloga uruguaia e a argentina Dora Coledsky:

“Las que salimos exiladas, castigadas por nuestra propia posición o detrás del marido, conocimos El feminismo afuera, o sea contactamos con los instrumentos para entendernos y para integrar la fragmentación de nuestras existencias cuando ya no podíamos contactar con nuestros Orígenes concretos, con muchos de esos fragmentos. En este sentido siento que El exilio obliga a las mujeres a dobles o triples procesos y la carga con dobles o triples ausências”²⁸⁶

“Meu exílio enriqueceu minha realidade latino-americana. Os movimentos de mulheres contribuíram para me descobrir mulher. Radicalmente e politicamente”²⁸⁷

“El feminismo en todo el sentido de la palabra lo aprendí en Francia, em la teoría y em la práctica. (...) Fue en Francia donde se me abrieron los ojos, conocí a mujeres brillantes, el movimiento feminista tenía una gran vitalidad, gran envergadura (...) Entendí claramente que no se puede llegar al socialismo si la revolución no se hace en todos los planos, uno de los cuales es sin duda el del feminismo”²⁸⁸

É, portanto, nesse contexto, que muitas mulheres vão se deparar com os primeiros questionamentos feministas. Mas esse despertar para os problemas da opressão específica da mulher não foi vivido sem conflitos e contradições. Assumir-se enquanto feminista implicava uma tomada de posição sobre sua própria condição enquanto mulher no contexto mais geral de opressão do conjunto das mulheres. No entanto, muitas vezes, criava-se um status artificial e “intelectualista” de distanciamento com relação aos problemas relativos à condição da mulher, como em relação a algo que

²⁸⁵ PIETROCOLA. *Anos 60/70 - O viver entre parênteses: a perseguição política aos revolucionários e suas famílias*. Tese de doutorado – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - Universidade de São Paulo, 1995, p. 87.

²⁸⁶ CASTILHO, Carmem. “Mujeres, militância y exilio” Disponível em: www.pieldeleopardo.com. Visitado em 8/04/2009.

²⁸⁷ ARAÚJO, A. Apud LESSELIER, Claudie. *Femmes, exils et politique en France depuis 1970*. Sextant, n.26, 2009, p. 142.

²⁸⁸ CHAHER, Sandra “Eso que se llama respecto” entrevista com Dora Coledsky. Disponível em : www.artemisanoticias.com.ar/site/notas.asp?idnota=1008. Visitado em 8/04/2009.

dizia respeito somente a uma “outra mulher” abstrata, uma entidade sociológica na qual a “analista social” não se incluía, como as próprias militantes do Círculo relembram num panfleto:

“Nós, como brasileiras, também reagimos às efervescências do movimento feminista internacional desses últimos dez anos como se tudo isso fosse um luxo de país desenvolvido. Nos assumirmos enquanto feministas, vulgo históricas, sexistas, foi um longo período cheio de contradições ideológicas e de descobertas. Podíamos assumir sociologicamente a luta das mulheres, das que estavam lá longe, mas assumir que nós mesmas, que, ainda pior, no exterior, também fazíamos parte da metade da humanidade que sofre no seu dia-a-dia a condição de ser mulher era ainda mais complicado”²⁸⁹

Para Lesselier, o movimento de mulheres e outros movimentos sociais pós-68, dotados de um forte espírito internacionalista, ofereceram um quadro favorável à formação de coletivos autônomos de mulheres estrangeiras, imigrantes e exiladas²⁹⁰. Influenciados por este movimento, formam-se, a partir do início dos anos 1970, diversos grupos e associações de mulheres estrangeiras, exiladas ou imigrantes na França. Segundo Claudie Lesselier²⁹¹, o Grupo Latino-Americano de Mulheres foi pioneiro nesse sentido. Mas outros grupos também se formaram nesse período, a Associação de Mulheres Marroquinas (1972-1978), o Grupo de Mulheres Marroquinas (1979-1982), o Coletivo de Mulheres Chilenas Exiladas (COFECH), fundado em 1979, dentre outros.

Encontramos também referências a três encontros de mulheres latino-americanas na Europa²⁹²: o primeiro foi realizado em Bruxelas em outubro de 1978, o segundo em Paris, entre os dias 10 e 11 de fevereiro de 1979 – do qual participou o Círculo de Mulheres e um terceiro – e o terceiro, sobre o qual temos maiores informações, realizado entre os dias 27 de fevereiro e 1 de março de 1981 em Paris²⁹³. Segundo o boletim ISIS este foi organizado pelo “Grupo de Mujeres Latinoamericanas de París” e teve como temas principais: análise da situação que enfrentam as latino-americanas que vivem na Europa, sexualidade feminina, mulher e política e trabalho²⁹⁴. Para se ter idéia da diversidade de grupos que se formaram nesse contexto, citaremos aqui alguns dos

²⁸⁹ DCM – vol. V – Boletim do Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris, maio de 1978.

²⁹⁰ LESSELIER, Claudie. Femmes, exiles et politiques em France depuis 1970. In: *Sextant*, 26, Femmes exilées politiques, 2009, p. 41.

²⁹¹ LESSELIER, Claudie. “Aux origines des mouvements de femmes de l’immigration”. Disponível em: http://www.femmes-histoire-immigration.org/claudie_%20Colloque%20genre%20et%20migration%20mars%202006.htm. Site visitado em março de 2007.

²⁹² Araújo menciona a realização de três congressos de mulheres latino-americanas na Europa. Guadilla, num texto de 1980 faz referência aos dois primeiros.

²⁹³ ISIS, Boletim internacional n.5 “Mujeres latinoamericanas en Europa”, abril de 1981.

²⁹⁴ ISIS, Boletim internacional n.5 Idem.

participantes deste último encontro: Associação Latinoamericana de Mujeres ALAM (Suécia), Asociación de Mujeres Danesas Latinoamericanas (Dinamarca), Grupo de Mulheres Brasileiras em Londres, Grupo de Mujeres Latinoamericanas em Barcelona, Grupo de Mulheres Latinoamericanas de Berlin Ocidental, Grupo de Mujeres Latinoamericanas de Grenoble (França), dentre outros.²⁹⁵

Especificamente em Paris, sabemos que se formaram pelo menos três grupos de mulheres latino-americanas. O primeiro a se formar foi o Grupo Latino-Americano de Mulheres em Paris, que realizou suas primeiras reuniões no ano de 1972 e que a partir de 1974 produziu o boletim *Nosotras*. Segundo Naty Guadilla, divergências internas levaram a uma cisão interna do grupo em janeiro de 1975. Uma das correntes enfatizaria mais o fator ‘classe’ como desestabilizador de uma unidade das mulheres e outra ressaltava a “sororidade” entre as mulheres e a união dos movimentos feministas do mundo. A segunda “corrente” continuaria elaborando o boletim *Nosotras*. A primeira se reuniria em torno de um grupo de estudos sobre a situação da mulher da América Latina. Uma parte desse grupo seria responsável por reunir informações sobre o tema e elaborar o livro *Mujeres des Latinoamericaines* publicado pela Editions des femmes no ano de 1977. Neste livro podemos encontrar uma descrição do grupo que o escreveu, identificado como Collectif de Femmes D’Amerique Latine et Caribe, que reivindica as reuniões a partir de 1972:

“Conscientes do perigo que havia em se transportar mecanicamente modelos estrangeiros, nós nos demos conta da necessidade de definir a especificidade e o significado de um movimento de mulheres no contexto latino-americano. A fim de tentar colocar o problema da mulher a partir das nossas realidades, nós nos reunimos regularmente a partir de 1972, em um grupo de mulheres latino-americanas em Paris. Atualmente, após mudanças e transformações, e enriquecidas com a presença das mulheres do Caribe, nos apresentamos, neste livro, nossa reflexão e diversos testemunhos e documentos sobre a condição da mulher do nosso continente”²⁹⁶

Cabe mencionar que em 1977 surge em Paris um “Grupo de Mujeres Latinoamericanas” cuja origem não tem vinculação direta com o Grupo Latino-Americano que publicava o boletim *Nosotras*. Esse segundo Grupo Latino-Americano é formado durante a jornada “Parole aux femmes d’Amerique Latine”, promovida pelo

295 Consta a existência de diversos outros grupo entre os participantes do evento. Ver Isis n.5, abril de 1981.

296 COLLECTIF DE FEMMES D’AMERIQUE LATINE ET DE LA CARAÏBE. *Mujeres des latino-Americaines*. Paris : Editions des femmes, 1977, p. 10.

jornal *L'Information des femmes*. O Círculo realizou algumas atividades conjuntas com esse grupo, como veremos com mais detalhes no capítulo 4. O Grupo de Mujeres Latinoamericanas publicaria o boletim *Herejias*.

Segundo Naty Guadilla, ao contrário do grupo que publicou o boletim *Nosotras*, o Grupo Latino-Americano que surge em 77, centrou-se na necessidade de analisar as mulheres latinoamericanas vivendo em Paris. O grupo que publicava o boletim *Nosotras* não abordava essa questão. Isso reflete, em grande parte, momentos distintos do exílio. Se, para as primeiras, o exílio parecia ser algo breve e os olhares, por isso, se voltavam para a terra de origem, o segundo grupo já lidava com a idéia de um exílio mais longo. Assim, a publicação *Herejias*, feita pelo segundo grupo, teria como objetivo principal ser um órgão de informação expressão do grupo, e não tinha como motivação chegar às mulheres da América Latina. Outro motivo que influenciou nessa mudança de perspectiva é que já existiam grupos feministas na América Latina em 1977 – diferentemente de 1974, momento do nascimento do *Nosotras*, quando os grupos feministas eram raros nessa parte do continente americano.

CAPÍTULO 3

GRUPO LATINO-AMERICANO DE MULHERES EM PARIS

3.1. Os passos iniciais

O primeiro grupo formado por mulheres brasileiras no exílio a se reivindicar feminista foi o Grupo Latino-Americano de Mulheres em Paris²⁹⁷, que teve suas primeiras reuniões em 1972²⁹⁸. Apesar das escassas referências sobre suas origens, cabem alguns comentários a respeito desse momento e, nesse sentido, torna-se imprescindível mencionar a trajetória de Danda Prado, de quem partiu a idéia de formação do grupo.

Yolanda Cerquinho da Silva Prado, mais conhecida como Danda Prado, nasceu em 1929, em São Paulo. Teve envolvimento com o PCB e MR-8, e sairia do país em 1970 para se exilar na França. Seus primeiros contatos com o “feminismo” deram-se ainda no Brasil. Danda relata em entrevista que a facilidade com o idioma francês facilitou-lhe o contato precoce com a obra de Simone de Beauvoir:

“Sempre, desde muito cedo, reagi individualmente às discriminações contra as mulheres, ao papel exclusivo de esposa e de dona de casa. Li *O Segundo sexo* ainda solteira, pouco depois que o livro havia sido publicado na França, e em 1960 recebi a Simone de Beauvoir e o Sartre em São Paulo, na viagem que eles fizeram ao Brasil, a convite de Jorge Amado.”²⁹⁹

Enquanto estava no Brasil, a imagem que fazia do feminismo era profundamente influenciada pelas idéias de *O segundo sexo*, segundo as quais a opressão da mulher só seria superada com o advento do socialismo:

“Ela [Simone de Beauvoir] dizia que ela achava inalcançável uma mudança pra condição das mulheres, o que ela fazia era uma denúncia porque nós

²⁹⁷ NEVES, Angela. *Femmes brésiliennes...* Op. cit.; LESSELIER, Claude *Aux origines des mouvements...* Op. cit.

²⁹⁸ No primeiro boletim, datado de janeiro de 1974, consta a informação de que o grupo se reunia há um ano e meio. Mariza Figueiredo afirma que a idéia de formar um grupo partiu de Danda Prado, após alguns contatos com o movimento feminista francês.

²⁹⁹ GOLDBERG, Anette. *Feminismo e autoritarismo...* Op. cit., p. 70.

tínhamos que dar prioridades aos problemas de miséria. (...) Depois ela voltou atrás nisso. Mas eu estava muito marcada. Então pra mim era isso.”³⁰⁰

Esta era, como vimos, a posição hegemônica dentro do movimento socialista. O descontentamento com a posição que a mulher ocupava na sociedade, a crítica política a esse estado de coisas e os rompimentos pessoais com o modelo de mulher vigente não desembocavam, por si só, na idéia da necessidade de uma luta especificamente feminina:

“Muitas mulheres dentro do PC já eram mulheres diferentes, especiais, se destacavam das outras e não levavam uma visão segundo moldes tradicionais, mas isso era uma atitude puramente individual; ninguém pensava em se organizar enquanto mulher porque se acreditava que o socialismo resolveria os problemas da discriminação sexual. Lembro-me que Carmem da Silva me procurou em 1965 ou 1966, quando eu dirigia o departamento editorial da *Brasiliense*, com um projeto de revista de mulher, e a minha resposta foi que o assunto estava ultrapassado e que a questão da mulher se resolveria com a luta de classes.”³⁰¹

Danda partiu para a França pela primeira vez em 1970, mas teve que retornar ao Brasil para o julgamento do pai, o intelectual Caio Prado Júnior. Devido ao clima que reinava no país, retornaria a Paris em 1971, num momento marcado por grande efervescência feminista. Sobre os seus primeiros contatos com o MLF, ela afirma:

“Em 1970 vim para a França com a idéia de fazer um Doutorado e desenvolver uma tese sobre mulher, sobre as razões pelas quais, em condições sociais e econômicas, os homens tinham uma situação diferente das mulheres. Procurando informações para o meu trabalho acadêmico, busquei entrar em contato com o MLF, através da Simone de Beauvoir.”³⁰²

O *élan* inicial, que a impulsionaria à atividade organizadora de um grupo de mulheres, está relacionado fundamentalmente a esse contexto, em que a organização das mulheres não somente é concebível, mas visível, de maneira ostensiva:

“Eu fiquei muito espantada quando cheguei em Paris, porque eu, até então, só tinha participado de grupos políticos, nunca tinha atuado em grupos de mulheres. No Brasil, não existiam grupos de mulheres. E quando eu cheguei na França, em 1970, em todo canto eu via uns cartazes estranhos, às vezes escritos à mão dizendo REUNIÃO DE MULHERES. Como não consegui

³⁰⁰ Entrevista – Danda Prado

³⁰¹ GOLDBERG, Anette. *Feminismo e autoritarismo...* Op. cit, p.70-71.

³⁰² GOLDBERG, Anette. *Feminismo e autoritarismo...* Op. cit., p. 71.

descobrir o endereço dos encontros, acabei pedindo informações para Simone de Beauvoir (que eu conheci durante visita dela ao Brasil). Ela me disse que achava a minha visão de mundo muito esquerdizante e radical e que eu não ia me entender bem com as francesas. Então ela sugeriu arranjar uma moça que já tinha estado em Cuba, e que provavelmente teria um contato que se adequaria melhor às minhas idéias”³⁰³

A pessoa que Simone de Beauvoir apresentou a Danda foi Anne Zelenski, militante do MLF³⁰⁴. Sobre o encontro com Zelensky, Danda lembra-se de que esta ficara “horrorizada”, porque ela só falava de revolução, de Fidel Castro³⁰⁵. Danda relata que, até aquela época, “nunca tinha ouvido falar em patriarcado, não entendia essa opressão e, além do mais, morria de medo daquelas militantes francesas”³⁰⁶.

Esse “desencontro” foi certamente vivenciado por muitas outras mulheres brasileiras, provenientes de uma tradição de esquerda, que tiveram os seus primeiros contatos com o feminismo na Europa. A dissonância entre o que propunha o feminismo francês e as teses tradicionalmente defendidas pelos partidos de esquerda é relatada por várias delas.

Segundo Danda, ao mesmo tempo em que ela acompanhava o currículo da universidade, comparecia a reuniões feministas. Ela relata ter assistido a reuniões do MLF e de um grupo de mulheres norte-americanas. Participou também das *Journées de dénonciation des crimes contre les femmes* que ocorreram em maio de 1972, segundo Mariza Figueiredo³⁰⁷.

O feminismo francês abria um universo novo de experiências e conceitos, que a levou a uma revisão de seu próprio universo de referências; por isso, ela logo resolveu formar um grupo mais específico. Sobre o contato com as militantes francesas e a idéia de reunir mulheres da comunidade exilada brasileira, Danda comenta:

“Na volta, fiquei, em 1971, muito impressionada com o nível de análise delas e eu não conseguia conversar isso com as brasileiras, que era o meu mundo.

³⁰³ CARDOSO, Elisabeth. *Imprensa feminista brasileira pós-64*. Dissertação de mestrado – Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, 2004, p. 75.

³⁰⁴ Anne Zelensky publicou suas memórias da militância no MLF. Ver PISAN, A. *Historias del Movimiento de Libération de la Mujer*. Madrid: Debate, 1977.

³⁰⁵ GOLDBERG, Anette. *Feminismo e autoritarismo...* Op. cit., p. 71.

³⁰⁶ Idem, p. 71.

³⁰⁷ FIGUEIREDO, Mariza. “Feminismo no Brasil: retrospectiva”. IN: COSTA, Ana; SARDENBERG, Cecília (org.) *O feminismo no Brasil: reflexões teóricas e perspectivas*. Salvador: UFBA / Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, 2008.

Eu queria que nós nos reuníssemos para poder colocar isso (as coisas que eu aprendia) e ouvir o que elas pensavam, para então discutirmos.”³⁰⁸

Outro fator importante para confirmar em Danda Prado o propósito de organizar tais reuniões foi a percepção das diferenças entre homens e mulheres na comunidade exilada, diferenças agudizadas pela precariedade das condições de exílio e tornadas ainda mais visíveis pelo contato com o ambiente político-cultural do feminismo francês. Com efeito, Danda relata sua insatisfação com a situação de uma parte das mulheres da comunidade exilada, que, em condições muitas vezes adversas e precárias e em trabalhos considerados subalternos, como faxina, provia o dinheiro para a sobrevivência, enquanto os homens ficavam em casa, discutindo a revolução e esperando o retorno ao Brasil:

“Quando eu convoquei a primeira reunião, é porque eu já estava ficando irritada com aqueles homens. Os homens ficavam em casa, não tinham o que fazer, as mulheres estavam trabalhando (...). Aí eu resolvi discutir isso em reunião, porque eu ouvia contar que uma que foi espancada e saiu de noite pela rua... Eu começava a ouvir essas histórias e dizer: não, vamos pelo menos estar juntas, pelo menos a gente traduz, serve para contar o que está acontecendo no movimento de mulheres e tudo. E aí convocamos a primeira reunião.”³⁰⁹

Danda relata que procurou diversas mulheres brasileiras que viviam em Paris e as convidou para os encontros. Segundo os relatos a que tive acesso, num primeiro momento, o grupo era composto somente por mulheres brasileiras. Sobre este momento de formação do grupo, Danda comenta:

“Por conta da idéia da tese, resolvi convocar uma reunião com todas as brasileiras que pude localizar em Paris; muitas vieram a essa primeira reunião e não voltaram, com as outras continuei a reunir. Aí, com algumas latino-americanas da faculdade surgiu a idéia de criar um grupo. Quando isso aconteceu houve brasileiras contrárias à idéia, que achavam que criar uma entidade era ir longe demais.”³¹⁰

Entre as mulheres presentes nas primeiras reuniões, encontravam-se, segundo a memória de algumas das entrevistadas, Danda Prado, Clélia Pizza, Mariza Figueiredo, Vera Tude, Cecília Comegno, Gilda Grillo, Norma Benguell e Sonia Necessian. Mas a composição parece ter se alterado com o tempo. Para Naty Guadilla, o grupo seria formado por estudantes e exiladas de diferentes nacionalidades.

³⁰⁸ CARDOSO, Elisabeth. *Imprensa feminista brasileira pós-64*. Dissertação de mestrado – Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, 2004.

³⁰⁹ Entrevista – Danda Prado.

³¹⁰ GOLDBERG, Anette. *Feminismo e autoritarismo...* Op. cit., p. 71.

“Éramos jóvenes estudiantes (venezolanas, peruanas, mexicanas, etc.) y exiladas (las brasileñas primero) (...). Luego vinieron las uruguayas, argentinas, etc. Que se agregaban poco a poco, a medida que llegaban de sus países perturbados y en dictadura (Chile, Uruguay, Argentina).”³¹¹

Sobre alguns dos nomes mencionados acima, cabem comentários. Mariza Figueiredo é jornalista e foi um importante membro do grupo, no qual permaneceu durante toda a sua existência. Mariza, que se considera “estruturalmente feminista desde sempre”, relata que também conhecera *O segundo sexo* quando ainda estava no Brasil. Descontente com os rumos políticos do país, resolveu deixá-lo em 1970 para fazer um curso de fotografia. O encontro com o movimento feminista geraria em Mariza uma identificação imediata, como ela recorda: “Quando eu cheguei à França e vi o início do movimento feminista, eu me identifiquei”. Mariza participou do grupo que tinha como integrantes, entre outras, Christine Delphy e Monique Wittig, com as quais também dividiu casa, numa espécie de comunidade feminista. Não se lembra da presença de outras brasileiras no MLF e, quanto às latino-americanas, recorda-se somente da peruana Carmem Sanches. Foi através de Anne Zelensky, acima mencionada, que conheceu Danda Prado. Mariza participou do grupo desde as primeiras reuniões e foi uma presença marcante na elaboração do boletim *Nosotras*.

Vera Tude e Cecília Comegno, as duas outras entrevistadas que participaram do grupo, freqüentaram as reuniões antes da publicação do boletim *Nosotras*, em janeiro de 1974, mas permaneceram por pouco tempo no mesmo.

Vera Tude saiu do Brasil em 1968, em virtude dos riscos que corria devido à sua relação com Aloísio Nunes, que era militante de organização de esquerda, e também devido à sua atividade de acolher militantes em fuga da repressão. Seus primeiros contatos com o feminismo deram-se na França, através do grupo formado em Paris. Ela relata que, enquanto permaneceu neste, havia somente brasileiras que freqüentavam as reuniões.

Cecília Comegno deixou o Brasil em julho de 1970. Antes disso, havia participado do MOVE (Movimento pela Educação), tido proximidade com o POC e trabalhado no Dieese, que considerava também uma forma de militância. Cecília relata que, em Paris, participou das primeiras reuniões do grupo e que as integrantes eram

³¹¹ Entrevista - Naty Guadilla Garcia.

todas brasileiras. Sobre suas impressões em relação ao grupo, comentaremos posteriormente.

Segundo os relatos referentes a esse período, muitas mulheres transitaram pelas reuniões. De acordo com Mariza Figueiredo, “teve muita gente que passou”. Algumas foram, não gostaram e não voltaram mais.

Um fator importante para que muitas não retornassem às reuniões parece estar ligado ao modo como o feminismo era visto pela esquerda. Julgado segundo as dicotomias político/apolítico, unidade de classe/sexismo, entre outras, definido em termos tradicionais e freqüentemente estereotipados, o feminismo não era benquisto pela esquerda brasileira. Não foi senão aos poucos que esta aceitou rediscutir sua visão sobre feminismo. O grupo surgiu justamente num momento em que a esquerda encontrava-se ainda bastante fechada para tal temática. Assim, não surpreende que por seu pioneirismo como grupo de mulheres brasileiras, tenha enfrentado resistência e hostilidade na comunidade exilada.

Nas entrevistas, aparecem diferentes versões – colidentes, muitas vezes – sobre o que deveria ser o movimento de mulheres naquele contexto. Vera Tude menciona a presença de duas “tendências” no grupo. Ela se lembra de que uma das integrantes deste satirizava esse fato dizendo que havia a “turma da sexualidade” e a “turma da política”. Apesar do cunho caricato dos termos, essa distinção revela não somente a percepção de diferenças, mas também o prisma pelo qual estas eram percebidas em seu caráter conflitante por algumas de suas integrantes. Não é difícil notar que essa oposição sexualidade/política orbitava ainda ao redor dos termos pelos quais a própria esquerda se posicionava em face do feminismo. Mais interessante, porém, é observar até que ponto essa oposição atravessa os discursos das tendências presentes, contrapondo como esferas diferentes e não comunicáveis o universo da sexualidade e o universo da política ou da economia. A diferença encontra-se freqüentemente apenas na positividade ou negatividade com que são recobertos os termos dessa dicotomia. Tanto havia quem enfatizasse a centralidade da questão da sexualidade, em sua exterioridade à esfera política ou econômica, para o movimento feminista, como também havia quem enfatizasse a centralidade das questões ditas “políticas” do movimento feminista (legalização do aborto, por exemplo) e desvalorizasse as “questões da sexualidade” como pertinentes a uma esfera privada e apolítica. É emblemático o seguinte trecho, extraído de uma entrevista dada por Norma Bengell ao jornal *Crítica*, em 1974, e que ilustra bem o primeiro caso mencionado:

“Feminismo pra mim é isso: descobrir que você é mulher. É uma questão de sexualidade. Tem o problema econômico também, mas esse a gente resolve depois. (...) Se eu fizesse um grupo feminista lá [no Brasil], faria um grupo de amigas que conversassem. (...) A mulher é feminista quando descobre que é mulher até os pés. Ainda não tem movimento feminista no Brasil porque até agora as mulheres estavam preocupadas em fazer infra-estrutura de outras coisas. Ou por falta de informação, né?”³¹²

Diferentemente de Norma Bengell, Cecília Comegno relata que lhe desagradava que as reuniões do grupo descambassem em algo que mais se parecia a “uma sessão de terapia coletiva”, pois “se eu quiser resolver meus problemas [pessoais], vou resolver no divã do psicanalista”. Descontentava-lhe que fosse priorizado este tipo de questão em detrimento da mobilização em torno de bandeiras como a legalização do aborto e o salário igual ao do homem, bem como em torno da questão considerada vital no momento: a derrubada da ditadura no Brasil. Cecília rememora que “a gente queria que aquelas mulheres se manifestassem contra a ditadura, e elas não queriam”. De fato, esse assunto estava longe de ser uma prioridade do grupo.

Sobre essa polarização, Mariza Figueiredo comenta, referindo-se às brasileiras que vinham do Chile:

“elas vinham, mas elas questionavam o feminismo. Elas questionavam porque elas achavam que ser feminista era uma coisa de direita, não era de esquerda. Um monte de bobageira, mas, enfim, era umas idéias bem PCzão, umas idéias bem antiquadas para o meu gosto. Então havia muita discussão sobre isso mas que não levava a nada. Então elas vinham e saíam, porque elas queriam transformar aquilo numa extensão da coisa de esquerda.” (...) Aí vinham umas teorias chatérrimas de luta de classes, não sei o que...”³¹³

Como veremos, nesse contexto, o debate chamado de “luta de classes x luta das mulheres” constituía um importante ponto de discussão. Para Naty Guadilla, “los problemas políticos de la articulación de la lucha de mujeres y de la lucha de clases se analizaron en numerosas oportunidades: las luchas de mujeres dividen la lucha de clases? Es ésta segunda lucha prioritária en nuestros países? Quién determina las prioridades?”³¹⁴ No primeiro boletim, as integrantes do grupo citaram um trecho de atas das primeiras reuniões que discutia a questão:

³¹² Crítica 18, 2 de dezembro de 1974. Apud GOLDBERG, Anette. *Feminismo e autoritarismo...* Op. cit., p. 81.

³¹³ Entrevista - Mariza Figueiredo

³¹⁴ GUADILLA, Naty. *Historiando. Herejias* março de 1980, p.12. O texto publicado no boletim *Herejias* é assinado por “Naty” mas através da entrevista realizada com Naty Garcia Guadilla, sabemos que a autoria é dela.

“Otras acordaban mayor importancia a la reflexión sobre lo que llamaban “el aspecto femenino en si mismo”: analizar la situación del grupo de mujeres, sin ver, por el momento, el aspecto de su determinación sociológica. El argumento era que “mientras uno no separar el problema discriminación sexual del explotación de una clase por otra sería difícil que llegáramos a ver claro la necesidad de una lucha por la emancipación de la mujer.”

“Algunas tratan de mostrar que esos problemas son comunes a las mujeres de cualquier clase social, teniéndose claro que las mujeres pobres corren mas riesgos en el primer caso y tienen menos facilidad de información respecto al control de natalidad aunque tienen menos inhibiciones en la vida sexual.”³¹⁵

Outro ponto que parece ter sido alvo de divergências era o que algumas consideravam uma postura sexista do grupo, uma posição considerada “anti-homem”, um “rancor” em relação aos homens.

Para além das questões já colocadas, uma das entrevistadas relata também outro aspecto que pode ter gerado um desconforto, embora não-explicito: “um mal-estar grande” diante de mulheres que já “defendiam o lesbianismo”. Essa questão também permeia a fala de outras entrevistadas. Embora, ao que tudo indica, o assunto não fosse propriamente tematizado nas reuniões, havia algumas mulheres no grupo com essa orientação sexual e, aparentemente, relativamente assumidas. Segundo Ângela Xavier de Brito, que militou no Círculo, este foi um elemento utilizado para desqualificar o grupo, como no evento que ela rememora:

“Eu acho que na verdade o que eu sei que houve foi que eles tentaram ganhar a Danda para o grupo político deles, não conseguiram e ficaram putos, e realmente aí foi uma baixaria, eles atacavam, diziam, acusavam ela de lésbica, que ela era mesmo, e era dito de uma maneira muito pejorativa”³¹⁶

Se o feminismo já era um assunto por demais polêmico para uma grande parte da esquerda, o que não dizer da homossexualidade?

Como se pode perceber, havia visões muito diferentes e, em alguns aspectos, conflitantes, sobre o que deveria ser o movimento de mulheres e quais suas prioridades; havia, em suma, um desencontro de objetivos. Por essas e outras divergências, muitas mulheres foram a algumas reuniões e não se interessaram ou abandonaram o grupo posteriormente para constituírem outras organizações de mulheres sob outros moldes. Naty Guadilla menciona esse fato:

“Este grupo estaba constituido al principio por mujeres brasileñas, exiladas y/o estudiantes, y por mujeres estudiantes de diferentes países latinoamericanos. Por razones ideológicas muchas mujeres brasileñas fueron

³¹⁵ “Editorial”. *Nosotras*, n.1, janeiro de 1974.

³¹⁶ Entrevista – Ângela Xavier de Brito.

saliendo del grupo y crearon el Círculo de Mujeres Brasileñas, más en relación directa con las organizaciones políticas de la izquierda brasileña en el exilio. El Grupo Latinoamericano quedó reestructurado con mujeres estudiantes, a las que se agregaron, después del golpe chileno en Sep. 73, nuevas exiladas latinoamericanas.”³¹⁷

Embora Naty Guadilla faça referência ao Círculo de Mulheres, trata-se, ao que tudo indica, segundo depoimentos e outras fontes, de um outro grupo, ligado à figura de Zuleika Alambert. Cecília Comegno recorda-se que o grupo foi se “dividindo, dividindo, mas criou alguma unidade entre um outro grupo de pessoas. Quando Zuleika Alambert voltou do Chile, ela começou a chamar uma série de pessoas”³¹⁸ Sobre esse grupo, iremos traçar alguns comentários no final deste capítulo.

Ainda sobre a formação do Grupo Latino-Americano cabe dizer que, apesar do reconhecimento do papel do MLF enquanto movimento que originou e insemou uma vasta constelação conceitual e experiencial no terreno do feminismo, a relação do grupo com este não se configurou como uma assimilação acrítica e descontextualizada, desde logo se impondo o tema da “especificidade”. No primeiro boletim, as militantes rememoram as dúvidas e os questionamentos iniciais:

“Todo se pasó como si fuéramos una pelota de nieve: dos o tres latino-americanas escribiendo sus tesis de doctorado sobre la mujer. Deparamonos por la primera vez con las preguntas “porque piensan esto las femenistas francesas? que lo que quiere decir el femenismo? El femenismo es un movimiento que tendria sentido solamente en un pais industrializado? Que hay de común o de distinto entre la mujer mexicana, venezolana, argentina, brasileña, francesa?”³¹⁹

A preocupação com a particularidade da situação das mulheres dada por contextos sociais e políticos específicos, especialmente aqueles de países de terceiro mundo, com ênfase obviamente na América Latina, é um aspecto que permearia diversos textos publicados no boletim. O grupo questiona, como se vê no trecho do editorial citado, se haveria características compartilhadas por mulheres de todo o mundo, um “algo comum” que transcendesse as diferenças entre realidades sociais diversas, e muitas vezes díspares. Não se interroga apenas sobre desigualdades nos termos mulheres latino-americanas/mulheres européias, mas também em relação às diferentes realidades vividas pelas mulheres na América Latina. Voltaremos a discutir essa questão no item “Concepção de feminismo”.

³¹⁷ GUADILLA, Naty. *Historiando*. Op. cit., p. 11.

³¹⁸ Entrevista – Cecília Comegno

³¹⁹ “Editorial”. *Nosotras*, n.1, janeiro de 1974.

3.2. Composição e modo de funcionamento

O grupo parece ter abrigado em seu seio uma grande diversidade de mulheres. Para Maricota Silva, havia “idades inteiramente disparatadas, formações inteiramente disparatadas e aquele negócio era sagrado, aquela hora... era uma vez por semana”³²⁰. Mariza Figueiredo menciona que o grupo teria diferentes classes etárias, culturais e sociais. Infelizmente não foi possível obter muitas informações sobre o perfil dessas mulheres.

Segundo Mariza Figueiredo, o grupo tinha em média umas 10 pessoas “fixas”, isto é, que participavam freqüentemente das atividades. Estavam entre essas além dela, Danda Prado, Clélia Piza, Lucia Tosi, Carmem Sanches, Sonia Nercesian, Giovana Machado e Mireya Gutierrez.

Mariza Figueiredo, Danda Prado e Clélia Piza são brasileiras. Lucia Tosi era argentina, mas já havia morado no Brasil. Naty Guadilla e Giovana Machado são venezuelanas. Mireya Gutierrez é mexicana. Analisando-se as temáticas dos textos publicados no boletim, percebe-se que vários deles fazem referência a essas três dessas nacionalidades: brasileira, mexicana e venezuelana.

As motivações para participar do grupo são mencionadas nos trechos de atas reproduzidos no primeiro número do boletim:

“En su mayoría, las mujeres presentes estan de acuerdo con decir que vinieran a las reuniones impulsadas por su curiosidad y también con la intención de descubrir y aprender el verdadero sentido del movimiento feminista: otras vinieran ya impulsadas por su conciencia de la explotación de la mujer, el deseo de pensar con otras mujeres sobre los tabus, las restricciones sociales de toda especie, los roles dichos ‘femeninos’, etc. reflexionar sobre la condición de la mujer que trabaja, sobre que significa el trabajo “doméstico” porque el no es considerado un trabajo, etc. Todo eso las llevó a reunirse con otras mujeres latino-americanas y nuestra idea principal era crear un colectivo de trabajo. De que forma? Cual sería la base? Algunas pensaban que la base sería una toma de conciencia individual, verbalizada o no, que debería crear una conciencia de grupo, por sua vez creadora de una practica de nuevo tipo. Una ‘revolución’?”³²¹

O modo de estruturação do grupo, seus objetivos, as pautas a serem discutidas e outros pontos referentes à organização não foram definidos *a priori*, mas a partir das demandas das integrantes. Ressalta-se, já no primeiro boletim, que a idéia era “no repetir los comportamientos de otros grupos, o sea, de no crear los eternos

³²⁰ COSTA, Albertina. et. al. *Memórias das mulheres...* Op. cit., p. 39.

³²¹ “Editorial”. *Nosotras*, n.1, janeiro de 1974.

‘emisarios’³²². Queria-se dar a palavra às próprias mulheres: “pensavamos que seria necesario hacer com que todas las mujeres hablaran, que todas pudieran desarrollarse”³²³. Esta era uma preocupação comum a muitos grupos feministas do período, que buscavam, na direção de outros movimentos, romper com estruturas hierarquizadas e burocratizadas, com a idéia de vanguarda, de líderes que falam em nome de um movimento. No Grupo latino-americano, não havia uma direção política, normas de funcionamento, estatuto, eleições. Suas integrantes consideravam que a atividade de qualquer grupo de mulheres “deve ser um trabalho coletivo” e deve se basear na recusa de “individualismos” e posições que favoreçam tais posturas, pois “posiciones oportunistas e individualistas no son congruentes com nuestro espíritu, forma de pensar y actuar en cuanto grupo de reflexión”³²⁴. É importante ressaltar que não temos elementos para analisar como de fato essas questões foram vivenciadas na prática cotidiana do grupo.

Para Naty Guadilla, o grupo “se constituyo como un grupo feminista, alrededor del proceso de ‘toma de conciencia’ de nuestra opresión como mujeres, a partir de experiencias personales en reuniones semanales sobre temas sexuales, econômicos y políticos”³²⁵. Pelo menos até janeiro de 1974, quando o grupo começou a publicar o boletim *Nosotras*, uma de suas principais atividades parece ter sido os grupos de auto-consciência. Danda Prado e Maricota da Silva (pseudônimo) comentam sobre essa atividade:

“As reuniões eram fáceis, porque trabalhávamos com grupos de consciência, com a visão de que política não é só o que você discute, mas também a vida pessoal. Então começamos a conversa, desde a origem, começamos a conversa com a seguinte pergunta: qual foi o momento da sua vida que você percebeu que existiam homens e mulheres? E aí cada uma contou. Essas reuniões aconteciam com mais ou menos 15 mulheres”³²⁶

“Nós nos reuníamos uma vez por semana, o grupo cada vez foi aumentando mais, eu francamente acho que no fim, sei lá, devia haver 100 mulheres³²⁷ presentes. Era um grupo completamente apolítico. Cada dia havia um tema, e sobre esse tema você falava ou não falava. Eu pessoalmente levei meses pra falar alguma coisa, mas ficava profundamente comovida quando via certas mulheres falando; não que o meu problema pessoal, que o meu conjunto de problemas se identificasse ao problema delas, ou dela, mas porque ela

³²² “Editorial” Idem.

³²³ “Editorial”. Idem.

³²⁴ “Dos experiencias del grupo”. *Nosotras*, n.4, abril de 1974.

³²⁵ GUADILLA, Naty. *Historiando*. Op. cit., p. 11.

³²⁶ Entrevista - Danda Prado. Apud CARDOSO, Elisabeth. *Imprensa feminista brasileira pós-64*. Dissertação de mestrado – Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, 2004, p. 77.

³²⁷ Não encontramos nenhuma outra menção a esse número.

ousava, ela estava se despedaçando em público pra começar a viver de uma outra forma, pra começar a ousar de uma forma, falar sobre si mesma, coisa que certamente ela nunca tinha tido oportunidade antes e principalmente diante de um público. O nível intelectual de cada uma não contava a mínima; o que contava realmente era a dor e o medo, que você via que eram os grandes temas: a dor, o medo, o amor, a dificuldade imensa que cada uma tinha em assumir a sua própria dor, o seu próprio medo, as suas próprias sensações, o seu próprio corpo, a incapacidade de assumir seu próprio corpo; e aos poucos você via enfim que aquele pessoal estava se enriquecendo enormemente.”³²⁸

Comentaremos com mais detalhes o funcionamento dos grupos de auto-consciência no item “Concepção de feminismo”. Por ora, basta enfatizar que eles são exemplos de novas formas de organização buscadas pelo Grupo Latino-americano. No primeiro boletim, comenta-se a busca por uma estrutura que se adequasse às necessidades do grupo:

“experimentamos varias formas de organizar las reuniones, por ejemplo con grupos de coordinación que se encontravan antes y pensaban en lo que se podría discutir, habíamos actas de todas las reuniones y que leíamos todas las veces, trabajabamos en pequenos grupos, etc.”³²⁹

A forma de organização que parece ter predominado foi: reuniões “gerais” uma vez por mês e reuniões de pequenos grupos com maior frequência. As reuniões mensais eram divulgadas para mulheres falantes de português ou espanhol. Essa forma de se organizar estava relacionada não somente à necessidade de pequenos grupos para realizar os encontros de auto-consciência, mas também, em parte, com as dificuldades colocadas pela presença de mulheres falantes de dois diferentes idiomas:

“Tuvimos problemas cuanto a la lengua que se se debía hablar porque las mujeres de lengua española les resulta muy difícil entender las conversaciones entre las brasileñas. Por otro lado, casi todas las brasileñas hablan español, lo que inhibe los análisis de tipo más emocional o introspectivos, ya que el español por más familiar que sea siempre es una lengua extranjera para ellas. Por lo tanto diversos grupos chicos están reuniendose en varios lugares y hemos decidido hacer una sola reunión general por mes, mas precisamente los primeros martes de cada mes.”³³⁰

Nas reuniões gerais, eram discutidas questões diversas. Através da sua divulgação no boletim, podemos acompanhar a frequência e alguns dos temas nelas abordados nos anos de 1974 e 1975:

³²⁸ COSTA, Albertina. et. al. *Memórias das mulheres...* Op. cit., p. 38-39.

³²⁹ “Editorial”. *Nosotras*, n.1, janeiro de 1974.

³³⁰ “Editorial”. Idem.

5/02/1974 PROJEÇÃO: la mujer en Vietnam. (n.1)³³¹
5/03 Projeção: video Aborto – método Karman. (n.2)
2/04 Confirmação do tema. (n.3)
7/05 Projeção “La nuit des femmes”, manifesto pelas ‘Três Marias’ (n.4)
4/06 Debate – La mujer em El poder y El poder de las mujeres. (n.5)
2/07 2 de mulio 20:30 hs. Tema: “La sexualidad” (n.6)
8/10 [sem tema especificado] (n.7)
6/11 Tema: violación. (n.8/9/10)
4/12 Tema: Las acciones Internacionales (n.11)
21/01/75 El Tribunal Internacional de Mujeres (n.12)
3/03 no Glife (sem especificar tema) n.13/14
7/04 sem tema no Glife (n.15)
2/06 sem tema no Glife (n.16/17/18)
Permanência na primeira e terceira lunes de cada mês no Glife n.19/20
Permanência no primeiro e terceiro martes de cada mês no Glife n.21/22
Permanência no primeiro e terceiro martes no Glife n.23-24

Percebe-se que, a partir do número 13/14, o tema não está mais especificado e a frequência deixa de ser mensal no início do ano de 1975. O termo *permanência* pode ter sido utilizado para caracterizar algo que não fosse propriamente uma reunião, mas um ponto de encontro para aquelas que quisessem ter algum contato com o grupo. Contudo, não sabemos se de fato este era o sentido. No último número, não há informe sobre reuniões ou permanência.

Quanto ao local de reunião, este variou ao longo do tempo. Segundo o editorial do primeiro boletim, as primeiras reuniões ocorreriam na casa de uma das integrantes do grupo. Posteriormente, com o aumento do número de participantes, passaram a ser feitas num café no Quartier Latin (lembrado como Café Clonic) e finalmente num local cedido pelas feministas francesas:

“De conversaciones ocasionales pasamos a reunirnos sistemáticamente en casa de una de las mujeres, el numero de participantes o personas interesadas creciendo siempre. Más tarde conseguimos un local en un café en el Barrio Latino, siempre en días fijos, pero allí éramos obligadas a consumir, lo que nos salia caro. Por fin, las femenistas francesas nos propusieron su propio local, donde pasamos a funcionar regularmente, todavía sin mantener muchos contactos con ellas, sin “chauffagw”, sin sillas (...) Hoy día tenemos un local nuestro, que todavía no es aún definitivo, para las reuniones y

³³¹ A ordem corresponde à data da reunião, ao tema e ao número do boletim no qual ela foi divulgada.

correspondencia (...) El nos resulta muy cómodo porque tiene teléfono, calefacción, espacio suficiente”³³²

Sabe-se pelo boletim que um dos locais de reunião foi o GLIFFE (Centre de Liaison/Information Femmes/Enfants). Françoise Picq, em sua obra sobre o MLF, descreve este espaço como um local no qual vários grupos se reuniam, um deles identificado como “um grupo latino-americano”³³³. Este local de reunião certamente proporcionou contatos com diversos grupos. Alguns agrupamentos citados por Picq aparecem divulgados nas páginas do boletim, por exemplo a *Ligue du droit des femmes* e *Musidora*³³⁴. Além disso, a existência de uma “sede” possibilitava a realização de atividades como projeção de filmes, que o grupo utilizou em diversos momentos.

3.3. O boletim *Nosotras*

A publicação do boletim *Nosotras* parece se configurar como a principal atividade do Grupo Latino-Americano de Mulheres em Paris a partir de 1974. *Nosotras* era um boletim bilíngue (português e espanhol) e foi publicado entre janeiro de 1974 e o segundo trimestre de 1976, totalizando 17 exemplares. A opção por publicar nos dois idiomas foi, segundo as editoras do boletim, uma decisão para que as autoras pudessem se expressar no seu próprio idioma mas também foi determinante a falta de dinheiro para fazer traduções³³⁵.

³³² “Editorial”. *Nosotras*, n.1, janeiro de 1974.

³³³ “Il y a une grande salle, occupée tour à tour, selon un calendrier. La Ligue du droit des femmes, les Féministes Révolutionnaires, les Pétoleuses, un groupe latino-américain, un groupe anglo-saxon, Musidora (qui organise des festivals de films de femmes), de groupes de femmes d’entreprises: Allocations familiales, Crédit Lyonnais, ministère de l’Équipement... Il y a une boutique: livres, jouets, objets artisanaux, troc de vêtements, toutes les publications féministes”. PICQ, Françoise. *Liberation des femmes...* Op. cit., p. 207.

³³⁴ No boletim número 1. as militantes comentam: “La presencia en el local es importante no solamente porque ella contribuye para que las mujeres puedan conocer otras mujeres, no solo las francesas pero más bien de varios países de Europa, todo tipo de diarios murales de los distintos grupos actuando en Paris y en Europa, todo tipo de diarios y publicaciones sobre la mujer y también allí uno puede discutir y participar de las actividades en las cuales estean trabajando las francesas, etc.” (“Editorial”. *Nosotras*, n.1, janeiro de 1974).

³³⁵ “la publicación continuará siendo bilíngüe: portugués y español pues nos parece primordial que cada calaboradora pueda expresarse plenamente em su lengua de origen y no podemos permitirnos el lujo de hacer traducciones.” *Nosotras*, n.16/17/18, abril/maio/junho de 1975. Mas é possível perceber que nem sempre as autoras escreviam no próprio idioma. Particularmente nos textos em espanhol, há termos em português ou mesmo palavras que não existem em nenhum dos dois idiomas, fruto, provavelmente de uma tentativa de alguma das militantes de escrever num idioma que não o seu. A mescla dos idiomas aparece frequentemente no boletim. Como exemplo podemos citar o próprio nome do boletim, identificado no n.1 (janeiro de 1974) como: *Nosotras: Boletín do Grupo Latino-Americano de Mujeres en Paris* (grifo meu) ou diversos trechos dos editoriais.

Para Danda Prado, o boletim era, em sua origem, fundamentalmente uma tentativa de socializar algumas discussões do grupo, embora não se pretendesse que esse periódico *representasse* o mesmo. Para Danda era um “clima de divulgar, de contato”. No primeiro boletim, essa idéia era afirmada:

“Tenemos la esperanza de que este boletín aporte algo de nuevo a nuestro relacionamiento, que nos posibilite la discusión mas sistemática y la divulgación de nuestras opiniones”³³⁶

O boletim seria, portanto, um *instrumento* do grupo para divulgar idéias, socializar discussões, etc. Nele, eram publicados, além dos textos escritos pelas integrantes do Grupo Latino-Americano, traduções de textos divulgados em outros periódicos e contribuições de leitoras e de grupos feministas da Europa e América sobre as mais diferentes temáticas. Antes de analisarmos melhor esta publicação, cabe buscar alguns subsídios no contexto no qual ela se inseria.

É importante lembrar que o boletim surge num ano de grande efervescência da imprensa feminista na França. O MLF propiciou o aparecimento de uma gama de publicações feministas que representavam diferentes perspectivas. Liliane Kandel (1978) estabelece uma classificação da imprensa feminista francesa que nos parece útil. A autora identifica dois pólos principais: uma imprensa “totalmente militante” e outra completamente institucionalizada e/ou profissionalizada. Entre esses dois pólos, haveria uma gama de publicações de caráter híbrido.

A imprensa militante teria como características principais: constituir-se predominantemente de boletins e ter periodicidade variável; apresentar fabricação praticamente artesanal, sendo as militantes responsáveis por todo o processo, da elaboração à distribuição; ocupar geralmente um lugar limitado nas atividades do grupo, como subproduto de outras ocupações. Esse tipo de imprensa funcionava exclusivamente com o trabalho voluntário, não remunerado, de militantes, e não se utilizava de publicidade.

Bastante representativo desse gênero de imprensa é o primeiro jornal do movimento MLF, *Le torchon brûle*. Segundo a descrição de Françoise Picq, esse jornal era uma grande “mistura”. Não havia distinção entre teoria, testemunho, debate, experiência, ficção. Qualquer mulher podia enviar textos, participar das reuniões, criticar. Não havia um comitê editorial que selecionasse os textos ou uma instância

³³⁶ *Nosotras*, n.1, janeiro de 1974.

central de decisão. O grupo que elaborava cada número não era o mesmo. A periodicidade era incerta, ou, como elas próprias definiam, era “menstrual”:

“O Torchon Brûle é portanto o jornal do ‘movimento’, de todo o movimento. Boletim de ligação, ele anuncia reuniões, projetos, coloca em relação mulheres isoladas. Lugar de expressão e de debate, ele permite a cada uma exprimir sua vontade, sua criatividade, suas questões, seu ponto de vista.”³³⁷

Le torchon brûle foi publicado entre 1971 e 1973 e representou um momento particular do MLF, no qual as divergências, embora existentes, conviveram num mesmo movimento. O ano de 1974 é considerado um ano crítico, pois uma ruptura com a unidade anterior daria início a uma nova fase do movimento: “Sobre a decomposição da unidade desfeita, tal como cem flores, as tendências e seus diversos jornais.”³³⁸. É interessante notar que todos os jornais citados por Picq são criados a partir do ano de 1974, mas são posteriores à publicação do boletim *Nosotras*, que tem seu primeiro número datado de janeiro deste ano.

O boletim *Nosotras* apresenta várias das características da “imprensa militante” no sentido dado a esta por Kandel³³⁹ e se aproxima bastante do formato de *Le torchon brûle*. Os textos eram datilografados e depois mimeografados e grampeados. As militantes eram responsáveis por todo o processo de elaboração e por parte do processo de distribuição. Esse trabalho não era remunerado.

“Eu e a Lúcia Tosi rodávamos o *Nosotras* em mimeógrafo. Tinha até partes escritas à mão, por falta de verba; o dinheiro investido vinha do bolso das participantes e das assinaturas. (...) A equipe de redação era pequena, mas todo mundo contribuía, mas quem mais se ocupou foi a Marisa Figueiredo, e ela realmente era muito ativa, inclusive tinha sido jornalista no Brasil”³⁴⁰

A frequência do boletim foi incerta. Os sete primeiros números tiveram periodicidade mensal. O número seguinte é triplo (8/9/10) e compreende o período de agosto, setembro e outubro de 1974. A partir desse número triplo, o boletim adquire um novo formato³⁴¹. O número de páginas aumenta, há um índice, a capa passa a ser feita

³³⁷ PICQ, Françoise. *Liberation des femmes...* Op. cit., p.113.

³³⁸ Picq cita alguns deles: *Les nouvelles féministes*, da Ligue du droit des femmes, os jornais ligados à “psicanálise e política” – *Le Quotidien des femmes*, *Des femmes en mouvements*, *Des femmes en mouvements hebdo* –, os diversos jornais da tendência “luta de classes”, entre eles *Les Pétoleuses*, *Femmes travailleuses en lutte* e, mais tarde, *Le Cahier du féminisme* e um jornal do Grupo Latino-americano, *Nosotras*. PICQ, Françoise. *Liberations des femmes...* Op. cit., p.196.

³³⁹ KANDEL, Liliane. Journaux em mouvement: la presse féministe aujourd’hui. *Questions féministes* n. 4, nov. 1978.

³⁴⁰ CARDOSO, Elisabeth. *Imprensa feminista brasileira pós-64*. Dissertação de mestrado – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, 2004.

³⁴¹ No boletim anterior, número 7, o grupo comenta a intenção de promover mudanças na publicação:

em material diferente do restante do boletim e são incorporadas fotografias e ilustrações em sua construção,³⁴² o que o faz ganhar aparência de uma revista (ver imagens 2 e 3). A periodicidade se torna flutuante e a maioria dos números é duplo (correspondente a dois meses). Uma das justificativas (dada no número 16/17/18) é a necessidade de um tempo maior para a elaboração de textos densos. Além disso, há o problema dos custos de produção do jornal. Essas dificuldades nos remetem à questão do financiamento e aos objetivos do boletim. Começaremos pelo primeiro ponto.

O boletim, tal como a maioria das publicações da imprensa militante, não era financiado por nenhuma organização nem por meio de publicidade. A necessidade de apoio das leitoras através de assinaturas é reafirmada recorrentemente nas páginas do boletim, enfatizando-se a importância dessas contribuições para a continuidade de sua publicação:

“NOSOTRAS não é financiado por um mecenas, nem subvencionado por nenhuma publicidade. O boletim depende EXCLUSIVAMENTE da contribuição das leitoras”³⁴³

Esses apelos, entretanto, vão diminuindo ao longo do jornal, provavelmente devido ao aumento do número de assinaturas e de vendas.

A dependência exclusiva das vendas e das assinaturas, ao mesmo tempo em que era um fator importante para a manutenção da autonomia ideológica do boletim, também gerava dificuldades materiais para a continuidade da publicação. Os pedidos de assinaturas são constantemente reforçados³⁴⁴.

Além das assinantes, recebiam o boletim, como estratégia de divulgação da publicação, algumas mulheres conhecidas do grupo ou de leitoras do mesmo. Nos primeiros

“NOSOTRAS existe há 7 meses. Depois dos dois primeiros números nós duplicamos a tiragem. Mas nós ainda estamos longe da quantidade necessária de assinaturas que nos permitirá evitar um déficit cada vez maior. Nós gostaríamos de poder imprimir NOSOTRAS em off-set para permitir uma leitura mais fácil, maiores possibilidades de paginação, capa e até reprodução de fotografias, mas, as despesas seriam duplicadas.

Conclusão: PRECISAMOS DE MAIS LEITORAS, de maior número de ASSINANTES.”

³⁴² Havia gravuras nos números anteriores, mas eram bastante rudimentares.

³⁴³ *Nosotras*, n.7, julho de 1974.

³⁴⁴ Em todos os números a partir do segundo, há pedidos de assinaturas como o reproduzido abaixo:

“Suscripción Por favor, por favor, por favor!!!

Envien nos sus contribuciones financieras porque sin eso no poderemos continuar a hacer este buletin

Cheque 20 francos (o más) em nombre de Me. Silva – B.P. 64.6 – Paris (...)

Muchas gracias hermanas”

números, há pedidos de nomes e endereços de amigas para enviar *Nosotras*³⁴⁵. Em um dos exemplares do acervo do Centro Informação Mulher, encontramos um recado anexado ao boletim enviado gratuitamente a uma leitora:

“Enviamos este boletim desde o n.1 para que vocês o conhecessem e divulgassem. Muitas respondendo ou enviando contribuições financeiras. Outras não se manifestaram. Infelizmente como ‘Nosotras’ ainda não se auto-financia, seremos obrigadas a suspender seu envio a partir do próximo número (Responda logo para não interromper seu recebimento)”

Além das formas já mencionadas acima e da divulgação boca-a-boca, sabemos, por meio de duas cartas enviadas ao grupo, que o boletim foi divulgado no Brasil através do *Jornal da Tarde*. Uma das cartas³⁴⁶ que menciona o fato foi escrita por Laura Salgado, que viria a fazer parte do *Nós Mulheres*:

“Li com interes la notícia de la existência de NOSOTRAS em “O Jornal da Tarde”. Quería recibirlo aca em SP donde estoy viviendo. Además querían informarme sobre que tipo de colaboraciones utd. reciben, o mejor, cual les interesa? Quién son sus colaboradores más habituales, cual es el alcance de NOSOTRAS?”³⁴⁷

Encontramos também três divulgações grupo em periódicos franceses: uma divulgação das reuniões realizadas pelo grupo no periódico *Les cahier du grif*³⁴⁸ em outubro de 1974,³⁴⁹ e a divulgação do boletim em dois números de *Nouvelles feministes*³⁵⁰ (dezembro de 1974 e junho de 1975).³⁵¹

³⁴⁵ “ATENÇÃO, ATENÇÃO, ATENÇÃO Envie-nos nomes e endereços de suas amigas, mãe, irmãs, colegas de trabalho e estudos, que falem português ou espanhol para podermos enviar-lhes um exemplar de NOSOTRAS.” (*Nosotras*, n.3, março de 1974).

“Sua amiga leu e gostou de NOSOTRAS? Envie-nos seu nome e endereço e nós lhe enviaremos o jornal!” (*Nosotras*, n.6, junho de 1974).

³⁴⁶ A outra carta: “Através do ‘Jornal da Tarde’ soube da existência de vocês e do lançamento da revista NOSOTRAS. Como tenho interesse em saber o que contém a revista, gostaria e receber maiores informações para o recebimento da mesma. C. Carbone/Brasil” (*Nosotras*, n.12, dezembro de 1974)

³⁴⁷ Laura Salgado – Brasil” (“Correo”. *Nosotras*, n.11, novembro de 1974)

³⁴⁸ *Les Cahier du Grif* é uma revista trimesstral publicada na Bélgica. Seu primeiro número foi publicado em novembro de 1973 (GUADILLA, 1981)

³⁴⁹ “Une groupe de femmes d’origine latino-américaine se reunit à Paris tous les mois (échanges em espanhol et en portugais) pour discuter des problèmes des femmes, présenter des films, organiser des séminaires etc.

Le groupe latino-américain des femmes á Paris publie le Bulletin Nosotras, qui est mensuel.

Pour tous renseignements et pour les abonnements s’adresser à Maria Silva, boîte postale (...) ou Mariza Figueiredo (...) »

³⁵⁰ *Nouvelles Feministes* n.1 (dezembro de 1974) e *Nouvelles Feministes* n.2 (junho de 1975) “NOSOTRAS: pour lês Latino-américaines, à lire abolument. Groupe latino-américain de mujeres tél. 033.07.74 BP Mme SILVA. B.P. 6406 – PARIS CEDEX 06 on le trouve em librairie.

³⁵¹ “Mediante la rev. Francesa, “Les nouvelles féministes, nos enteramos de la existencia del periódico NOSOTRAS y del grupo de mujeres latinoamericanas dedicadas al estudio de la problemática de la mujer latinoamericana. Aquí en Colombia, desde algunos meses, un grupo, por el momento todavía reducido, nos estamos reunido, estudiando, discutiendo el problema y la situación de la mujer en nuestro país y

PARIS/JANIEIRO 1974

ANO I Nº1

NOSOTRAS

BOLETIN

DO GRUPO LATINO-AMERICANO DE MUJERES EN PARIS

EDITORIAL



*Josep de Cam
L. P. P. P. P. P.
92*

Todo se pasó como si fuéramos una pelota de nieve: dos o tres latino-americanas escribiendo sus tesis de doctorado sobre la mujer. Deparamos por la primera vez con las preguntas "porque piensan esto las feministas francesas? que lo que quiere decir el feminismo? El feminismo es un movimiento que tendria sentido solamente en un pais industrializado? Que hay de comun o de distinto entre la mujer mexicana, venezolana, argentina, brasileña, francesa? De conversaciones ocasionales pasamos a reunirnos sistemáticamente en casa de una de las mujeres, el numero de participantes o personas interesadas creciendo siempre. Más tarde conseguimos un local en un cafe en el Barrio Latino, siempre en dias fijos, pero allí eramos obligadas a consumir, lo que nos salia caro. Por fin, las feministas francesas nos propusieron su propio local, donde pasamos a funcionar regularmente, todavia sin mantener muchos contatos con ellas, sin "chauffagw", sin sillas...

(cont.pg.2)

PROJEÇÃO:

La mujer en Vietnam

MARTES : 5 FEBRERO - 20 horas.

ZL, Qual Edifício Michel 1 nº 56 St. Michel 1 et Nantier

Seguido por debate para las mujeres de idioma español y portugues.

Imagem 2 – Capa do boletim *Nosotras* n.1, janeiro de 1974.

tratando de ver que tareas concretas e inmediatas podríamos emprender. En este sentido nos interesa sobre manera establecer un contacto y un intercambio con utds. tanto de ideáis como de experiencias y de materiales" (DIANE DE ROJAS *Nosotras*, n.21-22, setembro/outubro de 1975. Uma busca mais exhaustiva a outros periódicos franceses provavelmente nos forneceria outros exemplos.

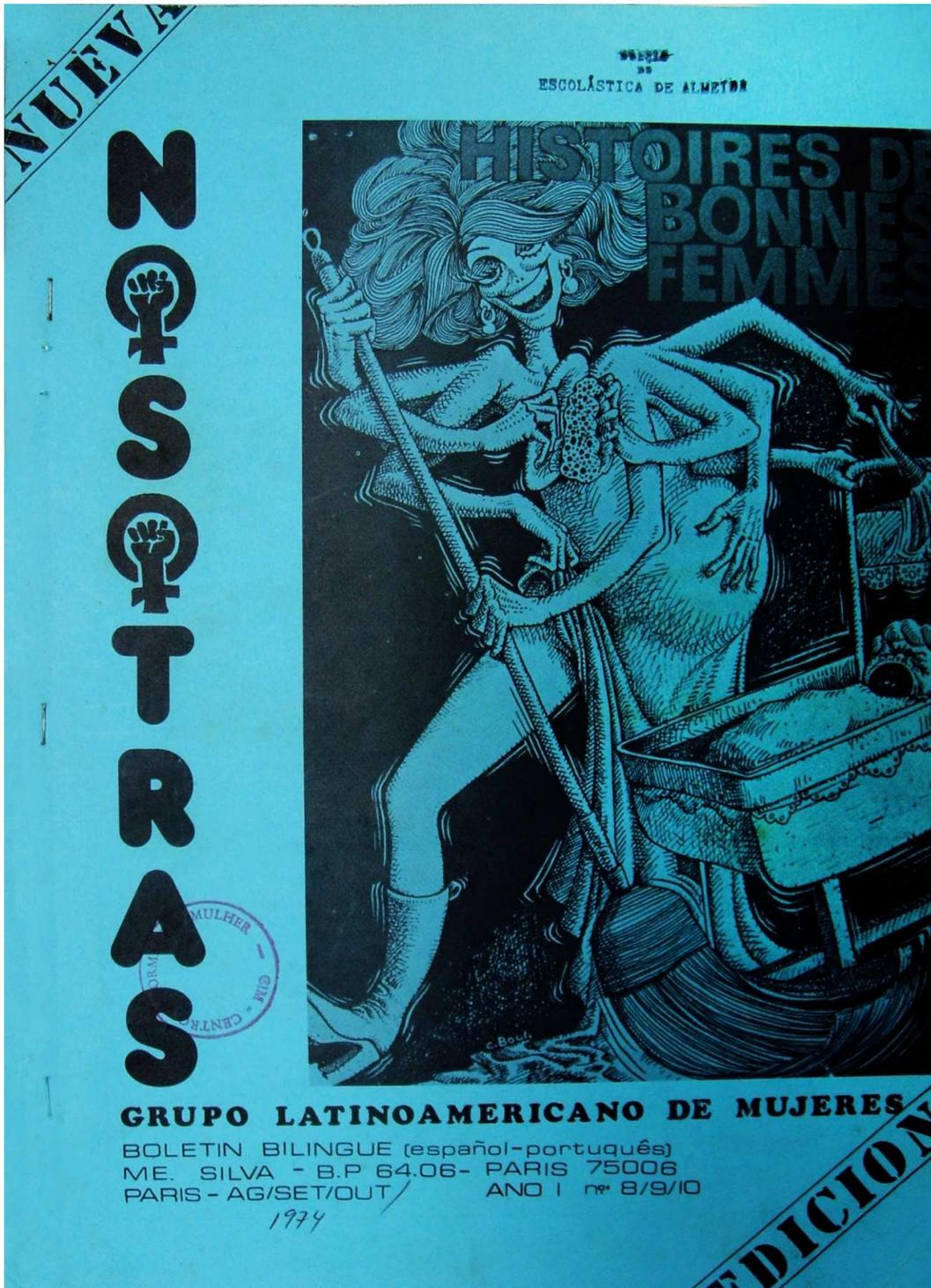


Imagem n. 3 – Capa do boletim *Nosotras* n. 8/9/10, agosto/setembro/outubro de 1974.

Segundo Danda Prado e Mariza Figueiredo, o jornal era enviado a leitoras do Brasil e de países da América Latina. No Brasil, a distribuição era feita por intermédio de uma prima de Danda que residia em Campinas³⁵². Além da distribuição via assinatura, os jornais eram vendidos em algumas livrarias em Paris. A partir do boletim número 3, são divulgados os nomes das livrarias nas quais era possível encontrá-lo. São livrarias ligadas a grupos feministas – como Des femmes –, de esquerda – como La commune e La joie de lire (Maspero) –, ou ligadas a países da América Latina e Portugal – como Hispano-America e Portuguesa.

Aqui cabem alguns comentários sobre o público alvo do boletim. Como já foi mencionado, o boletim tinha textos publicados em português e espanhol. Desta forma, embora fosse editado em Paris, não pretendia atingir o público francês. Também não parece ser uma prioridade atingir mulheres latino-americanas radicadas na França. O propósito era atingir mulheres da América Latina, divulgar idéias, fomentar debates e formação de grupos etc.

Também não parece ser um objetivo atingir a ampla “massa” das mulheres latino-americanas pouco escolarizadas. A densidade dos textos, freqüentemente com notas de rodapé para referências bibliográficas a obras de autoras(es) acadêmicas(os), tornava sua leitura provavelmente bastante difícil para pessoas de baixa escolaridade. Além disso, o boletim pretendia atingir leitoras que conseguiriam ler, com maior ou menor dificuldade, em português e em espanhol, como se vê no trecho abaixo:

“Sabemos perfectamente que las lectoras de lengua española ofrecen alguna resistencia a leer un texto en portugues. No ocurre asi con las de lengua portuguesa que se adaptan rapidamente al español. Esa capacidad de adaptación no se debe a un don natural y si a un deseo de acercamiento y a un sentimiento de solidaridad que las que hablamos el español debemos imitar. Comprender el portugues escrito demanda un pequeño esfuerzo inicial y la ayuda de un diccionario para algunas palabras claves, pero no mucho mas. El periodo de aprendizaje es muy corto. Si nos tornamos lectoras bilingues la facilidad de comunicación entre nosotras aumentará y ese es, naturalmente, uno de los objetivos que pretende alcanzar nuestra revista”³⁵³

Ainda em relação ao público-alvo, é importante ressaltar que *Nosotras* pretendia estabelecer vínculos com suas leitoras que fossem além da relação com um público-leitor passivo. O boletim incentivava uma participação ativa de suas leitoras na elaboração da publicação. Essas contribuições incluíam não só cartas, sugestões e

³⁵² Nos últimos dois números do boletim, consta um endereço de Campinas para envio de cheques para assinaturas.

³⁵³ “Editorial”. *Nosotras*, n.16/17/18, abril/maio/junho de 1975.

comentários, mas também textos para publicação. Já no primeiro boletim, é colocada essa intenção de envolver as leitoras no processo de elaboração do mesmo:

“Pensamos que la colaboración podría resvertir várias formas: preguntas, analisis sobre los artículos publicados, comentarios, criticas, artículos, plata (tambien estampillas), mano de obra, ideas, etc.”³⁵⁴

O boletim número 7 é ainda mais enfático quanto ao caráter ativo da participação almejada pelo *Nosotras*:

“Nós queremos insistir para que cada uma participe ATIVAMENTE da realização de NOSOTRAS enviando-nos idéias, textos, testemunhos, informações, críticas, desenhos, poemas, para que em outubro possamos lançar um número duplo/especial – duplamente especial: na forma e no conteúdo. Para isso contamos com a colaboração de TODAS AS MULHERES que tem lido e gostado de NOSOTRAS.”³⁵⁵

Segundo as editoras, as contribuições eram, num primeiro momento, escassas, reduzindo-se a cartas e comentários sobre a publicação³⁵⁶. O boletim *Nosotras* publicou 49 cartas ao longo de sua existência, a primeira delas no boletim de n.3. Dezoito cartas foram enviadas por mulheres residentes no Brasil (todas assinadas individualmente e por mulheres que não mencionam vinculação com grupos feministas³⁵⁷). Quatro foram enviadas da Argentina (uma delas tinha como remetente a Unión Feminista Argentina). Além de cartas de países da América Latina, há também da Europa, Estados Unidos e Canadá.

O primeiro texto publicado no corpo do boletim e assinado por uma pessoa que com certeza não participava do grupo é publicado no boletim número 12 (dezembro de 1974). Trata-se de Thalita Duarte, leitora que residia no Brasil e já havia enviado uma carta ao *Nosotras*. Posteriormente, outras mulheres, atendendo aos apelos do boletim, enviariam contribuições. Dentre elas, destaca-se Eloah Giacomelli, que residia no Canadá e enviou seis textos (publicados entre os números 13/14 e 23/24). Há também contribuições de Eva Blay e Naomi Vasconcelos.

Num primeiro momento, o boletim parece ter tido um caráter mais orgânico ao grupo, embora não sugerisse ser sua representação. Nos números iniciais, podemos

³⁵⁴ *Nosotras*, n.1, janeiro de 1974.

³⁵⁵ *Nosotras*, n.7, julho de 1974.

³⁵⁶ No boletim 8/9/10, elas lamentam o fato: “são poucas entretanto as mulheres que contribuem para NOSOTRAS com um trabalho pessoal, ou seja, enviando informações, artigos, bibliografias, testemunhos e sugestões” (*Nosotras*, n.8/9/10, agosto/setembro/outubro de 1974).

³⁵⁷ Com exceção da carta de Neide Martins publicada no boletim n.16-17-18 que menciona que estava participando da formação de um grupo em São Paulo e que pretendiam realizar um Congresso neste estado.

observar que há textos de socialização das discussões realizadas no grupo. Acompanhando os temas das reuniões mensais, podemos notar que há uma relação entre estes e os temas abordados no boletim³⁵⁸. Mesmo que não fossem publicados resumos de reuniões, percebe-se maior ênfase em alguns temas após terem sido discutidos nesses encontros.

É preciso lembrar que, nos primeiros anos da década de 1970, poucos eram os grupos feministas existentes na América Latina. Quando o boletim começou a ser publicado, em janeiro de 1974, esse quadro não havia se alterado substancialmente. Por isso, o boletim propunha-se, em certo sentido, a suscitar discussões e reuniões entre mulheres nessas regiões. Um relato de uma leitora do boletim parece ser uma resposta bastante significativa a essa proposta:

“E AGORA, O QUE FAZER?”

Você leu NOSOTRAS. Diversos números, até.

Já tinha pensado em alguns desses assuntos.

Mas pensado SOZINHA

Experimente conversar com uma amiga hoje, outra amanhã, lendo juntas os artigos.

Ficará espantada muitas vezes. Porque a mais entusiasmada, a que compreenderá mais profundamente, raras vezes será a de APARÊNCIA mais ‘liberada’ ou ‘moderninha’.

E agora sim, você compreenderá porque as feministas no mundo todo estão se sentindo menos sozinhas e isoladas.

Porque a profunda verdade do que tentamos exprimir nos iguala a todas (essa experiência nos foi contada por uma leitora de Córdoba: Dora)³⁵⁹

Nas cartas publicadas também encontramos outras manifestações deste gênero. O contato com idéias feministas e com um grupo já constituído é um estímulo e exemplo para outras mulheres. Maria Isabel Barreno de Portugal comenta:

“O vosso boletim (NOSOTRAS) ajuda: é indispensável o contato com nossas irmãs de terras estrangeiras – relativiza os problemas – afinal – tôdas os temos, de Conchinchina à América ... e dá coragem!!!”³⁶⁰

O período de publicação do boletim coincidiu com o surgimento de diversos grupo feministas em diferentes países da América Latina, incluindo o Brasil, que, a partir de 1975, viu a formação dos primeiros grupos feministas de caráter público. Isso

³⁵⁸ No boletim número.3, por exemplo, Danda Prado faz um relato da reunião com a temática “mulher no Vietnã”, anunciada no boletim número 1. No número 4, consta um “resumo da reunião mensal do grupo de 5 de março”.

³⁵⁹ *Nosotras*, n.7, julho de 1974.

³⁶⁰ *Nosotras*, n.12, dezembro de 1974.

parece ter sido um dos fatores que influenciaram alterações na proposta inicial do boletim.

Percebe-se que, aos poucos, o periódico procurou se consolidar não como órgão de socialização de discussões ou divulgação de opiniões, como sugerido no primeiro boletim, mas como um meio de divulgação e um catalisador para o movimento feminista que surgia na América Latina. A partir do número 8/9/10, o boletim se propôs, explicitamente, a ser não apenas um veículo de manifestação de idéias feministas, mas também um *elo* que pudesse ligar os diferentes movimentos que começavam a surgir na região³⁶¹. *Nosotras* pretendia tornar-ser uma “tribuna de um movimento feminista essencialmente latino-americano”:

“Existen, ya, grupos feministas en America Latina y algunos de ellos poseen sus propios órganos de información. Pero ellos operan dentro de un ámbito nacional. En tanto que nosotras, cuando creamos el Grupo Latinoamericano de mujeres en París teníamos como mira la formación de un movimiento feminista que abarcase a toda América Latina.(...) “NOSOTRAS” pretende llevar a todas las mujeres de América Latina eses mensaje. Hacerlas conscientes de su fuerza y sus potencialidades y proponerles las armas de combate. Estamos convencidas de que la lucha que emprendamos conjuntamente para nuestra liberación es la que permitirá a la inmensa mayoría de nuestras poblaciones de acceder a otra forma de relacionamiento humano que estará basado en la verdadera igualdad y en la confraternidad humana”³⁶²

Para além de ser um elo que possibilitasse o contato entre diferentes grupos que surgiam na região, *Nosotras* se propôs também a ser um “agente motivador de lutas reivindicatorias sugiriendo temas de debate y proponiendo formas de acción”³⁶³

O boletim conseguiu, de alguma forma, êxito na sua proposta. Diversos foram os grupos que se comunicaram com o *Nosotras* e muitos deles foram divulgados por esse veículo. O primeiro grupo latino-americano a figurar nas páginas da publicação foi o que se reunia em torno da revista *La avispa*, revista venezuelana editada por um “grupo de mulheres socialistas” cujo lançamento foi noticiado no número 4. No número seguinte, há uma carta, assinada por Sara, de Buenos Aires, que diz ter recebido o boletim e que após ter lido deu a sua “sócia” que era vinculada à Unión Feminista

³⁶¹ “Para que NOSOTRAS se afirme realmente como um elo entre todas as mulheres da América latina, é preciso que você leitora, se integre ao corpo redacional deste jornal, que não se pretende apenas um meio de informação ou distração mas, essencialmente de intercâmbio e ligação de mulheres do nosso continente.

ESCREVAM!!! NOSOTRAS é composto de mulheres e não de especialistas” (*Nosotras*, 8/9/10, agosto/setembro/outubro de 1974).

³⁶² “Editorial”. *Nosotras*, n.13-14, janeiro/fevereiro de 1975.

³⁶³ “Editorial”. *Nosotras*, n. 16/17/18, abril/maio/junho de 1975.

Argentina. Ela pede também para enviar um boletim para Maria Elena do Movimiento de Liberación Femenina. Os dois grupos mencionados são importantes organizações feministas argentinas.

Foi no número 12 que se publicou, no corpo do boletim e não apenas nas cartas, o primeiro texto de autoria de um grupo feminista latino-americano. Trata-se do artigo “El movimiento de liberación de la mujer en México”, assinado pelo “grupo Z”. O contato com este e outros grupos se intensificou em 1975. No número 13/14, foi publicado um trecho do editorial do primeiro número da revista argentina *Persona*, organizada pelo Movimiento de Liberación Femenina da Argentina. No mesmo número, há também o artigo “Por qué el movimiento de liberación en México?”, assinado pelo Movimiento de la Liberación de la Mujer. Nos números seguintes, grupos de diferentes nacionalidades publicariam textos no boletim. Além dos já citados, participaram dessa atividade os seguintes grupos latino-americanos: “Unión Feminista Argentina”, da Argentina (n. 15); “Grupo Feminista Mexicano”, do México (n. 16/17/18); “Movimiento hacia la nueva mujer”, da Venezuela (n. 16/17/18); e “Acción para la liberación de la mujer peruana”, do Peru (n. 21/22). Quanto ao Brasil, há um resumo do “Seminário Pesquisa sobre o papel e o comportamento da mulher brasileira”, ocorrido entre 30 de junho e 6 de julho de 1975 (n. 19/20), além de um texto sobre o Centro da Mulher Brasileira (n. 19/20).

Contudo, não eram somente grupos latino-americanos que se comunicavam com *Nosotras*. O grupo parece ter tido um contato estreito com as feministas portuguesas. Maria Isabel Barreno, conhecida militante feminista portuguesa, escreveu uma carta, divulgada no boletim número 12 (já citada anteriormente). No número seguinte, 13/14 (janeiro-fevereiro de 1975) um dos grandes temas discutidos (presente já na capa) foi a reação machista a um ato organizado pelo MLM (Movimento de Libertação da Mulher) português. Neste mesmo número, há uma carta enviada ao *Nosotras* por Maria Tereza Horta – que, assim como Maria Isabel Barreno, citada no parágrafo anterior, é uma das “três Marias”, autoras das *Novas Cartas Portuguesas* (a terceira é Maria Velho da Costa).³⁶⁴

³⁶⁴ A idéia do ato era fazer uma grande fogueira para queimar os “símbolos da opressão da mulher”. Maria Tereza Horta descreve a reação: “Mal chegamos ao local, milhares de homens imediatamente nos atacaram, nem nos deixando sequer acender um fósforo... (...)tentaram virar esse carro com as 12 crianças dentro, enquanto gritavam “Quantos menos filhos delas, melhor” (...) Estivemos perto de 2 horas em luta com aqueles homens que nos espancaram, atiraram para poças de lama e fizeram depois rodas à volta, eles, de calças arregaçadas, nos deram murros e nos insultaram com obscenidades (...) Mais: tiraram os

Encontramos no boletim, textos de diferentes autorias. Podemos identificar três grandes grupos: a) textos das próprias militantes, b) contribuições de leitoras e de diferentes grupos feministas e c) artigos já publicados em outros jornais ou revistas. Como já observado, após os primeiros números, *Nosotras* não se configurou como uma publicação de caráter orgânico ao grupo, com a finalidade de defender uma ou outra proposta feminista. Na verdade, como sua intenção era ser um elo entre os diferentes grupos latino-americanos, o boletim estava aberto a contribuições de opiniões diversas, ao debate sem uma linha editorial estritamente traçada. Seria, para usar termos de Danda Prado, um jornal “anárquico”:

“Eu acho que o entusiasmo pelo grupo era tão grande que havia uma necessidade de comunicar aquilo às pessoas da nossa origem. (...) Então era aquela necessidade de informar. E nesse sentido não seria como um jornal. Um jornal representa um grupo. E esse seria um grupo anarquista, digamos.”³⁶⁵

O boletim se dispunha a publicar até mesmo textos com os quais não concordava – o que, de fato, ocorreu – e abrigou debates sobre algumas questões polêmicas, como salário para trabalho doméstico, universalismo x diferencialismo, entre outros temas que serão abordadas no próximo item. Antes disso, convém destacar uma observação: inicialmente, foram publicados textos não assinados ou seguidos somente do primeiro nome da autora, tal como era comum no MLF. Mas, um texto sobre a eleição presidencial colombiana divulgado no número 5, que expressava uma posição individual sobre o presidente e gerou polêmicas, parece ter motivado mudanças nesse quadro. No boletim número 6, há uma enfática nota sobre essa questão:

“Todos los artículos que se aparecen en NOSOTRAS, seran firmados para que cada mujer asuma su responsabilidad frente al mismo. La vocería de todas las mujeres latinoamericanas no puede utilizarse para expresar una opinión política a nivel personal”³⁶⁶

No número 16/17/18, as editoras reafirmaram a responsabilidade individual dos artigos: “Como ha ocurrido hasta ahora, todos los artículos firmados contienen opiniones cuya responsabilidad corresponde unicamente a las autoras”³⁶⁷. É interessante

sexos para fora, masturbaram-se e mostravam-se em ereção. “Mulheres para a fogueira...”. *Nosotras*, n. 13/14, janeiro/fevereiro de 1975.

³⁶⁵ Entrevista - Danda Prado.

³⁶⁶ “Aclaratoria”. *Nosotras*, n.6, junho de 1974.

³⁶⁷ “Editorial”. *Nosotras*, n.16/17/18, abril/maio/junho de 1975.

notar que o MLF passou por um processo parecido. Se nos primeiros momentos do movimento os textos eram assinados coletivamente como ‘as mulheres’, “algumas militantes”, porque eram fruto de uma reflexão coletiva, diante de algumas tentativas de apropriação individual passou-se a paulatinamente assinar o nome, segundo Françoise Picq³⁶⁸.

³⁶⁸ Sobre essa questão ver Picq, Françoise. *Liberation des femmes...* Op. cit, p. 362.

POEMA: Resposta à pergunta de um homem: “O que eu posso fazer pela liberação da mulher?”

Use um vestido.

Use um vestido feito por você mesmo ou comprado numa loja.

Use um vestido e, debaixo do vestido,
use elásticos em volta dos quadris e dos mamilos.

Use um vestido e, debaixo do vestido use um pano higiênico.

Use um vestido e sandálias de salto alto.

Use vestido, elásticos, pano higiênico por debaixo e,

Sandálias de salto alto nos pés e,

Ande pela rua Augusta, calle Santa Fé o Providência.

Use um vestido, elásticos, pano higiênico e sandálias de salto alto

Na rua Augusta, calle Santa Fé o Providência e,
tente correr.

Encontre um homem.

Encontre um homem simpático que você gostaria que o convidasse para um encontro.

Encontre um homem simpático que o convide para um encontro.

Continue vestido.

Convide para jantar o homem simpático que o convidou para um encontro.

Prepare para o homem simpático, um jantar simpático que esteja pronto
antes dêle chegar, sem amassar nem sujar seu vestido e, conserve o sorriso.

Diga ao homem simpático que você é virgem ou,

que você não usa métodos anti-concepcionais ou,

que você gostaria de conhecê-lo melhor...

Continue vestido e, vá ao cinema sozinho.

Consiga um emprêgo.

Passe seu vestido.

Use seu vestido passado e prometa ao seu chefe que você não vai engravidar,
(o que é previsível no seu caso) e, que você adora bater-à-máquina

E, seja sincero e sorria

Consiga um emprêgo ou inscreva-se na previdência social.

Empreste uma criança e mantenha-se pela previdência social.

Empreste uma criança e fique o dia inteiro em casa com a criança ou,

vá ao parque com a criança ou,

dirija-se com a criança ao centro de previdência social e,

chore e diga que seu homem o abandonou e,

seja humilde e use o seu vestido e seu sorriso e,

não fale.

Cozinhe,

Use seu vestido, prepare mais jantares simpáticos,

Afaste-se da rua Augusta, calle Santa Fé o Providência e,

Ainda assim você não terá aprendido sequer a metade e,

Nem tampouco dentro de um milhão de anos.

Susan Griffin. (*Nosotras*, n.11, novembro de 1974)

3.4. Concepção de feminismo

Dadas as características do Grupo Latino-Americano e das fontes disponíveis para analisá-lo, não é tarefa fácil estabelecer a concepção de feminismo do grupo, tampouco delinear seus posicionamentos sobre temáticas relacionadas (sexualidade, trabalho doméstico etc.). Algumas pistas podem ser encontradas no boletim *Nosotras*; contudo, não caberia tomá-lo acriticamente como expressão de um denominador comum do grupo pelos motivos que já explicitamos.

Situar o grupo no contexto do embate de tendências do movimento feminista requer, portanto, que sigamos caminhos alternativos. Desse modo, optamos por fazer uma tessitura que entrelace alguns fios do boletim a outros fios importantes da atuação do grupo. O ponto de partida mais interessante é considerar o caráter do Grupo Latino-Americano de Mulheres em Paris como “grupo de autoconsciência” – ponto que parece ter constituído, ao menos num primeiro momento, uma importante atividade para suas participantes. Esse caminho indica como escavar no boletim algumas idéias feministas com penetração nesse conjunto de mulheres, sem que se caia numa armadilha de considerá-lo como *representante final* das opiniões do próprio grupo. Procuramos utilizar neste item preferencialmente os editoriais, textos coletivos e aqueles assinados por aquelas que participavam das reuniões do grupo.

As reuniões de grupos de autoconsciência ou reflexão eram um elemento fundamental na pauta feminista desse período e constituíram-se numa importante atividade do Grupo Latino-Americano. Mariza Figueiredo descreve como se dava a prática no grupo:

“Você escolhia um tema para aquele dia, você tinha mulheres de quinze anos até mulheres de setenta. Um exemplo, no nosso grupo às vezes você tinham moças de 18-20 anos como você tinha senhoras já de cinquenta e poucos que era o caso da Lucia Tosi que acho que era a mais velha do grupo, ou Norma Benguell, que era uma pessoa bem liberal e tal existencialmente falando. E no entanto quando você ia falar de sexualidade, como é que os pais tinham tratado a questão da menstruação, a informação para os filhos na educação dos filhos, como é que você tinha tido o primeiro relacionamento, fosse dentro do casamento fosse fora. Tudo isso você via toda a transmissão de tabus que era feito em qualquer classe porque tinham diversas classes dentro do grupo. Tinha diferentes classes de idade, tinha diferentes classes culturais em termos de formação universitária ou não, tinha diferentes faixas etárias e bem diferentes, de 20 anos a 60. Então você via que no fundo no fundo tudo era sempre uma mesma e única coisa. Isso no movimento feminista francês então era gritante. Porque a diversidade era muito maior, a quantidade de gente era muito maior. Então você tinha uma visão assim

chocante sobre como os tabus eram absolutamente idênticos, como a relação mãe-filha passava por mil tabus também, como a relação homem-mulher continuava eivada de super tabus, tanto da parte da mulher como da parte do homem. Então a questão da sexualidade sempre foi um assunto farol. O triplo trabalho da mulher”³⁶⁹

Na descrição de Mariza Figueiredo, destaca-se a idéia de que os grupos de autoconsciência promoveriam a percepção de uma experiência comum compartilhada pelas mulheres. Independente das particularidades, para além das divisões de classe, diferenças culturais, etárias etc., “no fundo no fundo tudo era sempre uma mesma e única coisa”.

Os grupos de autoconsciência eram pautados pela discussão de experiências pessoais e cotidianas. Tratava-se de mergulhar nas experiências individuais, não para dissolver o pensamento nesse imediatismo, mas para chegar ao mais abstrato, “nossa opressão como mulheres”, através do mais concreto, permitindo assim às mulheres fazer o caminho inverso: submeter o mais concreto, suas próprias experiências, a um processo de *re-conhecimento*.

Assim, o *pressuposto* dos grupos de autoconsciência era um “algo comum” que permitiria gerar uma identidade. A idéia de um “nós”, de uma realidade que aproximaria todas as mulheres, percorria também as páginas do boletim e já estava presente no título da publicação. Não se tratava somente de uma realidade que emergiria pela mediação do pensamento conceitual. Havia o sentimento de uma identidade experiencial pelo qual as mulheres saíam de seu isolamento e se reconheceriam como solidárias nesse “nós”. Uma leitora do boletim comentou esse efeito na descoberta de que “a profunda verdade do que tentamos exprimir nos iguala a todas”³⁷⁰.

O vocativo “hermanas”, utilizado em diversos momentos no boletim, é bastante significativo desse sentimento. Embora o termo “irmandade” seja pouco utilizado, há menções a “sororidade”, que, como elas próprias explicam, fazia referência a “soeur”, que significa “irmã” em francês. Os pedidos de ajuda financeira para o jornal, por exemplo, eram chamados de “bonos de sororidade”. Essa metáfora foi largamente utilizada pelo movimento feminista do período e denota a percepção não só do sentimento de se compartilhar uma experiência comum, mas também da *possibilidade* de se convertê-la em solidariedade, numa irmandade, numa sororidade:

³⁶⁹ Entrevista - Mariza Figueiredo.

³⁷⁰ Experiência relatada por uma leitora de Córdoba, Argentina, publicada no boletim número 7. Dora “E agora, o que fazer?”. *Nosotras*, n.7, julho de 1974.

“ÀS IRMÃS DE PORTUGAL, DO MUNDO MUSULMANO, DA AUSTRÁLIA, DA INDOCHINA E DE ISRAEL, ÀS IRMÃS EUROPÉIAS E NORTE-AMERICANAS, nossa solidariedade internacional”³⁷¹

As mulheres não precisavam mais vivenciar sozinhas suas angústias de viver numa sociedade machista, como se vê no comentário ao filme “Wanda”. Coletivamente poderiam criar “uma nova perspectiva”:

“Barbara Loden é feminista? Não sei. Não creio.

Ela propõe soluções porque a realidade que ela descreve não tem solução, é o inevitável, o óbvio, o de sempre.

Uma mulher só: sem emprego, sem dinheiro, sem estudos, sem homem, sendo usada por todos os homens que a consideram à disposição deles. O que é de um é de todos.

No entanto hoje, como feminista eu sei que na situação dela, uma mulher poderia procurar um grupo de mulheres e aí perguntar: Mas, o que fazer? Aonde ir? E, juntas, tentarão criar uma nova perspectiva”³⁷²

Era um momento de construir solidariedade e unidade, visando a uma ação coletiva das mulheres contra um inimigo comum, chamado por diversos setores do feminismo de patriarcado. Este foi um elemento fundamental do feminismo da segunda onda, o qual buscava enfatizar mais as semelhanças entre as mulheres que suas diferenças. Mas como essa unidade formada por “nosotras” era visada no boletim?

A descoberta do conjunto “nosotras” aparecia freqüentemente na forma de uma referencialidade negativa. “Nosotras”, esse “algo comum”, aparecia traduzido no reconhecimento de uma similaridade que se expressava na dor, no medo, no mal-estar, na insatisfação etc., ou na forma de uma identidade, aparentemente positiva, mas, na verdade, extrínseca, socialmente imposta. Maricota da Silva faz o seguinte comentário a esse respeito:

“O que interessava fundamentalmente era ver como nós éramos parecidas; era a gente ver como a nossa dor, enfim (...) como o nosso inconsciente tinha sido forjado da mesma maneira”³⁷³

“Essa dor que há em mim, só em mim, finalmente é uma dor absolutamente de todas nós”³⁷⁴

Nas páginas do boletim, encontramos o texto abaixo, contundente na denúncia dessa identidade que seria imposta às mulheres na forma da “feminilidade” e que a autora das linhas sente como uma negação de si mesma. Na imediaticidade pré-

³⁷¹ “Solidariedade às portuguesas”. *Nosotras*, n.13-14, janeiro/fevereiro de 1975.

³⁷² Mariza Figueiredo. “Wanda – crítica de um filme”. *Nosotras*, n.15, março de 1975.

³⁷³ COSTA, Albertina. et. al. *Memórias das mulheres ...* p. 39.

³⁷⁴ COSTA, Albertina. et. al. *Memórias das mulheres...* Op. cit., p. 40.

conceitual do vivido, as mulheres reconheciam sua identidade comum pelo “mal-estar”, pela opressão:

“No começo: um mal-estar. Perguntas sem respostas. O isolamento: cada uma no seu canto, carregando sua própria insatisfação. Essa feminilidade que tanto apregoam: um olhar carinhoso, a frivolidade, o sensualismo... ESSA NÃO SOU EU. Será que passarei toda a vida em busca de uma resposta? E si não houver resposta?

No entanto, um dia a gente percebe que à volta, ao lado da gente mesmo há outras com o mesmo mal-estar, as mesmas questões, a mesma busca. Ah! Então não sou a única? Ela também”³⁷⁵.

Percepção de um “mal-estar”, de um ser negado na alienação de comportamentos impostos, de uma opressão. “Nosotras” seria uma identidade construída pela percepção de “nossa opressão como mulheres”. No entanto, este é apenas um momento do processo descrito acima. Essa opressão precisa ser qualificada em termos teóricos para fundamentar uma prática adequada. Num dos boletins, faz-se referência à importância desse processo que, da identidade experiencial, conduz à generalização teórica, possibilitando a formação de uma consciência prática política:

“Ser capaz de identificar no outro seus próprios problemas, sair do isolamento, fazer a generalização e poder teorizar, significam passos decisivos na aquisição de uma consciência política capaz de definir as transformações necessárias e de assumir o momento histórico para realizá-las”³⁷⁶

Uma das formas de conceituação dessa opressão é aquela que a identifica como conformando um “sistema geral” de relações. Esse modo de abordagem do problema da opressão das mulheres está presente no boletim. No fragmento reproduzido a seguir, é explícita a idéia de que há um “sistema de opressão” a ser combatido e de que o processo de conscientização das mulheres deveria estender-se até o reconhecimento da necessidade de oposição a esse sistema:

“concientizar a las mujeres significa hacerlas rebelarse contra el sistema de opresión y discriminación de que son objeto. Llevarlas a reivindicar SUS derechos como miembros a parte entera de la comunidad significa hacerles poner en tela de juicio los valores culturales que han recibido. Significa denunciar la explotación a que las somete, tanto en el seno de la familia como en el trabajo fuera de casa. Explotación que está en la base de toda nuestra estructura social”³⁷⁷

³⁷⁵ “Três Mulheres, três atrizes semi-profissionais e a condição feminina”, texto escrito por Wadad Alamedine, Catherine Lemaire e Evelune Perard, autoras e atrizes da peça “Histoires de bonnes femmes”, e distribuído à entrada do teatro. *Nosotras*, 8/9/10, agosto/setembro/outubro de 1974.

³⁷⁶ Danda e Mariza “Feminismo”. *Nosotras*, n.5, maio de 1974.

³⁷⁷ “Editorial”. *Nosotras*, n.13/14, janeiro/fevereiro de 1975.

Esse sistema, baseado na “exploração que está na base de toda nossa estrutura social”, é o *patriarcado*. O conceito de patriarcado foi forjado, como vimos, pela “segunda onda” feminista e pretendia denotar um sistema a ser combatido, elaborado com o intuito de dar uma base autônoma para a opressão da mulher. Nas páginas do boletim, encontramos diversas referências à idéia de patriarcado. Na maioria das vezes, o termo é utilizado na forma de adjetivo, tal como em família patriarcal, sugerindo práticas machistas.

Esse sistema é entendido como universal. A opressão das mulheres seria universal malgrado as “variantes de grado segun el desarrollo econômico, político y social de cada nacion”³⁷⁸. Ela transcenderia as fronteiras nacionais e as relações étnicas e de classe. A negação da universalidade da posição da mulher – “resultante da universalidade da ideologia patriarcal” – seria uma das maneiras clássicas de reação ao feminismo, segundo o boletim. Duas conseqüências dessa idéia são: a noção de que haveria uma autonomia desse “sistema de opressão” em relação a outras relações sociais e o pensamento de que o agente social e alvo da emancipação feminista seria a totalidade da categoria “mulheres”, que deveria se unir sob a bandeira comum contra a opressão patriarcal.

O primeiro ponto baseia-se na compreensão de que a opressão das mulheres seria uma forma específica de opressão/dominação, a qual se fundamentaria em causas/relações também específicas, não coincidentes com aquelas da estrutura de classes. O texto abaixo procura explicitar essa diferença no nível mais fenomênico das personificações de uma e outra forma de dominação:

“A opressão da mulher vai mais além daquela exercida pelo patrão sobre o empregado. Oprimida economicamente (mas não somente ou nem sempre) por um patrão particular ou estatal, ela também o é pelo homem ao qual estiver diretamente ligada. No lar a mulher é sempre dominada por outro patrão: pai, marido ou amante”³⁷⁹

De acordo com o pensamento do grupo, independente do sistema econômico, “os dilemas e contradições atuais a respeito da emancipação das mulheres são idênticos, em muitos aspectos”³⁸⁰. Essa identidade de “dilemas e contradições” é que justificaria a

³⁷⁸ Maria Perez “Ademas, hay que pagar”. *Nosotras*, 8/9/10, agosto/setembro/outubro de 1974.

³⁷⁹ Danda e Mariza “Feminismo”. *Nosotras*, n.5, maio de 1974.

³⁸⁰ *Nosotras*, n.1, janeiro de 1974.

perspectiva de que o “movimento feminista debe abarcar a las mujeres en su conjunto, porque no se poderá liberar a uma parte de ellas sin liberarlas a todas”³⁸¹.

É preciso ressaltar que há uma diferença entre: a) o feminismo que considera que a solidariedade feminina pode e deve transcender os conflitos de classe com o objetivo de fazer frente a uma opressão comum; e b) a negação da existência de classes ou quaisquer outras diferenças entre mulheres³⁸². A defesa de uma solidariedade feminina que transcendesse essa questão, presente nas páginas de *Nosotras*, não constituía uma negação das relações de classe assim como das especificidades étnicas, nacionais, etc.

Dentro da perspectiva de uma autonomia da opressão feminina, a transformação da estrutura de classe ou econômica não abrange o conjunto de transformações necessárias à emancipação feminista. Dessa forma, o marxismo é criticado por não haver compreendido a especificidade da opressão da mulher e até mesmo por ofuscar conceitualmente o deslinde dessa especificidade:

“Sem dúvida alguma o marxismo deu uma grande contribuição na compreensão da origem das injustiças sociais decorrentes da divisão da sociedade na classe detentora dos meios de produção e na classe que vende sua força de trabalho. Mas embora imprescindível, tal análise impediu durante muito tempo a clareza necessária à compreensão da discriminação específica das mulheres. Desde sempre as classes dominantes se serviram de instrumentos como as religiões e a ideologia patriarcal para reprimir as classes dominadas que eram assim convencidas a aceitar a própria opressão como uma situação irreversível. A consciência de que a riqueza produzida pelo trabalho poderia ser redistribuída em benefício do próprio trabalhador eliminando assim o lucro do capitalista – levou e leva ainda uma grande maioria de pessoas a pensar que superada esta injustiça fundamental, também a injustiça da discriminação da mulher será automaticamente eliminada. Se de fato assim fosse, o movimento feminista não teria razão de existir e sua força seria simplesmente absorvida na luta pela mudança da estrutura econômica. Mas esta é uma visão simplista do problema”³⁸³

Como se vê, a razão de existir do movimento feminista residiria na especificidade da luta que travava. Do contrário, ele não teria motivo para existir e toda luta deveria ser canalizada para a transformação da estrutura econômica. Os partidos de esquerda eram criticados por ignorarem esse aspecto da luta e por não compreenderem a radicalidade da proposta feminista:

“Los partidos de izquierda, por lo general, ignoran toda y cualquier reivindicación específicamente femenina, sólo interesándose por aquellas que pueden integrarse en el contexto mas amplio de la lucha de clases. Temen que

³⁸¹ *Nosotras*, n.13/14, janeiro/fevereiro de 1974.

³⁸² JAMMAL, Nadine. *Les notions d'identité et de différence...* Op. cit, p. 120.

³⁸³ Danda e Mariza “Feminismo”. *Nosotras*, n.5, maio de 1974.

toda movilización de las mujeres por separado signifique crear un conflicto entre ambos sexos en el seno de la clase obrera”³⁸⁴

O feminismo era tomado, portanto, como um movimento radical, capaz de questionar a sociedade como um todo. No boletim número 14, as militantes lamentavam que a esquerda não percebesse as potencialidades desse movimento:

“No consideran que el movimiento feminista sea capaz de crear contradicciones que impliquen un impulso revolucionario. No perciben que las mujeres constituyen el pilar en que se apoya la sociedad burguesa y que son necesariamente ellas quienes pueden provocar mudanzas con profundidad”³⁸⁵

A especificidade da opressão da mulher exigiria mecanismos específicos de luta e um movimento específico para levar a cabo tal luta. A unidade identitária inicial expressa em “somos todas oprimidas” converte-se em unidade de uma prática transformadora, unidade de luta: “El movimiento feminista es un movimiento internacional y nosotras, hermanas, somos todas oprimidas”³⁸⁶

Mas, no boletim, há ressalvas de que a percepção de uma opressão comum não geraria automaticamente uma solidariedade entre as mulheres. Essa solidariedade, segundo Ana Tegui, é fruto de um processo que avança a contrapelo dos próprios condicionamentos sociais a que as mulheres estão submetidas (“somos condicionadas pela sociedade para sermos inimigas”, diz o texto abaixo) e exige uma complexa articulação de consensos, que não passa pela imposição arbitrária de um postulado unitário que anule as diferenças. O trecho seguinte ilustra essa perspectiva:

“Es que mucho más difícil que luchar contra el sistema (tarea de verdaderas combatientes), es unirnos las mujeres y ponernos de acuerdo sin atacarnos unas a otras. Me parece a mí que no podremos llegar uy lejos mientras no superemos esta etapa que tendría que ser La primera a recorrer, aunque también hay que tener en cuenta que estamos condicionadas por La Sociedad para que seamos enemigas”³⁸⁷

Como já procuramos mostrar, a construção do sujeito político “mulheres” foi alvo de diferentes elaborações. Parece ter predominado dentro do Grupo Latino-Americano a idéia de que não era a biologia que dava uma unidade natural às mulheres. A “universalidade” da posição da mulher não se assentaria num substrato biológico. Seria

³⁸⁴ Lucia Tosí. “El movimiento feminista y su impacto”. *Nosotras*, n.15, março de 1975.

³⁸⁵ Lucia Tosí. “El movimiento feminista y su impacto”. *Nosotras*, n. 15, março de 1975.

³⁸⁶ “Llamado”. *Nosotras*, n.8/9/10 agosto/setembro/outubro de 1974.

³⁸⁷ Ana Tegui. “Testimonio: soy una mujer más”. *Nosotras*, n.7, julho de 1974.

o compartilhamento de uma identidade *negativa*, expressa pela universalidade da opressão sexista, que unificaria as mulheres, tal como especificado neste editorial:

“FEMINISTA é a palavra que denomina a pessoa que luta por uma superação da discriminação sexista imposta às mulheres, através de uma legislação expressa ou das instituições, usos e costumes de cada país. Uma das maneiras clássicas de reação ao feminismo, é alegar que “cada grupos de mulheres (exemplo, as burguesas e as proletárias” teriam problemas diferentes”, negando assim universalidade da posição de mulher, resultante da universalidade da ideologia patriarcal.

SEXISTA é a palavra equivalente à racista, que atribui a um indivíduo (por causa de suas características específicas, raciais ou sexuais) um comportamento pré-estabelecido e irreversível. Assim, o negro “é violento”, o judeu é “avaro”, o homem é “racional”, a mulher é “intuitiva e emocional”³⁸⁸

Feminismo representaria a luta pela superação da discriminação sexista, entendendo-se por sexismo a imputação de características, comportamentos, papéis etc. a um conjunto de seres humanos delimitado por parâmetros biológico-sexuais. O essencialismo biológico é considerado, ao contrário, um apanágio do sexismo - e também seria característica do racismo. Por isso, as militantes recusavam atribuir aos indivíduos, a partir de características biológicas, como raciais ou sexuais, um “comportamento pré-estabelecido”. Isto é, recusavam uma explicação do social pelo biológico. Tal essencialização faria parte da ideologia patriarcal e racista e, por isso, era rechaçada. Embora fosse esta a posição que parecia predominar no grupo, no número 21/22 de *Nosotras* foi apresentada uma perspectiva distinta. No editorial deste número, mencionou-se a dificuldade de se conceituar feminismo e propôs-se a seguinte definição:

“Podría decirse, quizá, que lo que el movimiento feminista pretende es descubrir la propia esencia de lo femenino y que esa búsqueda solo podrá realizarse a través de una lucha sin cuartel contra los estereotipos establecidos. En el correr de este siglo el movimiento havenido adquiriendo consistencia, profundidad y diversificación. Ya no se trata únicamente de obtener para las mujeres los mismos derechos y posibilidades que los hombres poseen. Lo que ahora se reivindica es una nueva estructuración de la sociedad que permita la afirmación de la especificidad femenina y la realización de una verdadera comunidad ‘humana’”³⁸⁹

Dentro dessa perspectiva, encontra-se o texto de Françoise Collin “Nuevo Feminismo, nueva sociedad o, el advenimiento de outra” publicado neste mesmo número. No número seguinte (23/24), as divergências quanto a este ponto são

³⁸⁸ Danda e Mariza. “Feminismo”. *Nosotras*, n.5, maio de 1974.

³⁸⁹ “Editorial”. *Nosotras*, n.21-22, setembro/outubro de 1975.

exemplificadas pelo texto de Lucia Tosi, que se posiciona contra a busca de uma “especificidade feminina” proposta por Collin e defende que o papel do movimento feminista é justamente lutar pelo contrário:

“En que consiste entonces la tan mentada especificidad femenina? Quiza únicamente en la capacidad potencial de anidar un óvulo fecundado y llevarlo a término. El resto pasa a ser creación social y en última instancia creación masculina. **El movimiento feminista no debe buscar la especificidad femenina sino negarla y negar también toda otra especificidad.** Nuestra especificidad presente, que no es sin una identificación con el estereotipo sexual es un resultado de un condicionamiento. Debemos recharzala y solo así nos sera posible encontrar nuestra verdadera especificidad en tanto que personas”³⁹⁰

A especificidade da condição feminina seria uma “construção social”, “criação masculina” que deveria ser negada. Aqui Lucia Tosi se posiciona claramente dentro de uma perspectiva “universalista” que, em contraposição à idéia de valorização da especificidade feminina, denunciava esta como uma construção social a ser combatida³⁹¹. Como vimos, este é um debate bastante presente no MLF e que polarizou o movimento.

A partir dos textos publicados no boletim, podemos afirmar que havia uma nítida proximidade do grupo com as idéias da tendência “universalista”. Christine Delphy e Monique Wittig, que, como vimos, integraram um grupo de que Mariza Figueiredo também participou, tinham virulenta oposição à tendência diferencialista. Uma visão antidiferencialismo é expressa por duas outras militantes do grupo: Danda Prado e Lucia Tosi. Mas, como já abordado, a unidade não era um objetivo do boletim, o qual se propunha a divulgar textos das mais diversas tendências.

Na definição de feminismo acima mencionada, além de uma posição antiessencialista, destaca-se a idéia de universalidade da posição da mulher “resultante da universalidade da ideologia patriarcal” sobre a qual já comentamos. Cabe ressaltar que a defesa da universalidade não as conduziu à idéia de uma uniformidade absoluta da categoria “mulheres”. O patriarcado, embora universal, manifestar-se-ia de forma particular dependendo do contexto social, cultural e econômico. A especificidade mais enfatizada, como já observado, era a de mulheres latino-americanas. Assim, o “nós” do qual falava o grupo era um “nós mulheres”, mas tratava-se principalmente de um “nós

³⁹⁰ Lucia Tosi “Algunas reflexiones a proposito del articulo de Françoise Collin...”. *Nosotras*, n.23/24, novembro/dezembro de 1975.

³⁹¹ PICQ, Françoise. Un homme sur deux est une femme. Les feministes entre égalité et parité (1970-1996). In : *Les Temps modernes*. N.597, abril-maio 1997.

mulheres latino-americanas”. A própria existência do grupo era justificada pela especificidade da condição destas:

“a realidade de cada país, marca profundamente as táticas de uma luta política. E o feminismo é político. Algumas tradições profundas de nossos povos, como a religião católica e o “machismo”, dão um caráter específico às reivindicações que só poderão ser formuladas, teórica e concretamente pelas feministas de cada país latino-americano”³⁹²

Como lembra Naty Guadilla, o grupo surgiu justamente com o intuito de analisar essa especificidade:

“Atraídas por estos movimientos nuevos [MLF], las mujeres latinoamericanas se implicaban y participaban en los grupos de conciencia o en las grandes asambleas del movimiento de mujeres francés. Después nació la necesidad de analizar la especificidad de la situación de las mujeres latinoamericanas y se constituyó el Grupo LatinoAmericano de Mujeres con el objetivo de comparar y buscar las diferencias entre las mujeres de diferentes países del mundo”³⁹³

Em diversos momentos do boletim, essa diferença é mencionada. Como exemplo, pode ser observado o comentário feito às idéias de Herbert Marcuse. Embora não especifiquem suas razões, as militantes destacam que a forma como o filósofo trata o movimento de libertação das mulheres seria inapropriada para a realidade latino-americana:

“Las ideas de Marcuse sobre los movimientos feministas pueden tener un teres de análisis del fenómeno dentro de la sociedad norte americana, pero no tiene aplicación en el marco de la realidad latinoamericana. Ni plantea una perspectiva nueva para analizar el problema femenino, pues sus soluciones si sitúan dentro del sistema presente eminentemente patriarcal”³⁹⁴

Diversos são os textos que buscam analisar diferentes aspectos da realidade da mulher latino-americana. Eis alguns exemplos: “Algumas estadísticas sobre La mujer venezolana” (n. 1), “Venezuela: la madre marginada” (n. 2), “Mujer e escuela en venezuela” (n. 3), “Del matrimonio: critica dela código civil equatoriano” (n. 7), “As verdadeiras razões do incentivo à mão-de-obra feminina no Brasil” (n. 7), “La mujer en Bolívia” (n. 8/9/10), “La condición de la mujer en las sociedades indigenas latinoamericanas” (n. 11), “El comportamiento sexual des venezolanos” (n. 12), “La participación de la mujer latinoamericana en la actividad economica” (n. 16/17/18), “La

³⁹² Danda e Mariza. “Feminismo”. *Nosotras*, n.5, maio de 1974.

³⁹³ GUADILLA, N. “Historiando...” Op. cit, p. 11.

³⁹⁴ Diana e Maria Elena. “Herbert Marcuse en Paris...” *Nosotras*, n.5, maio de 1974.

femme de couleur en Amérique latine (n. 16/17/18), “Análise geral e conclusões finais do seminário pesquisa sobre o papel e o comportamento da mulher brasileira” (n. 19/20), “Bolívia: análisis de la situación actual y general de la mujer” (n. 23/24).

No texto “Diferencia de lucha entre latinoamericanas y europeas”, publicado no boletim número 5, discutem-se algumas das diferenças da realidade das mulheres de ambas as regiões. O texto tem como base uma discussão organizada pelo grupo a respeito do vídeo sobre a mulher e o Vietnã, de autoria de Jane Fonda e D. Seyring. Segundo o relato da reunião, o que para as latino-americanas foi “uma mensagem de valor sobre a evolução e revolução da mulher vietnamita” foi para as “européias” um vídeo “reformista” realizado por uma artista norte-americana, “fechado historicamente e pouco atual”³⁹⁵.

As diferentes reações seriam o resultado de realidades muito distintas. A proximidade entre a realidade latino-americana e vietnamita seria dada pela presença do imperialismo. A luta para essas mulheres teria um duplo alvo: a opressão estrangeira e a mentalidade machista.

“La mujer latinoamericana, al igual que la mujer vietnamita, tiene la imperiosa necesidad de emprender dos luchas: una, contra la opresión extranjera representada a nivel nacional por un sistema de injusticia que la domina al igual que El hombre como individuo social; otra, contra la mentalidad machista tradicional que Le mantiene sujeta al poder de decisión del hombre.”³⁹⁶

É interessante notar a aproximação que foi feita entre a realidade das duas regiões. Há também outras aproximações com a situação das mulheres de outros países subdesenvolvidos.

O feminismo não seria uma ideologia extemporânea, uma “excrecência de países ricos”, como insistiam em dizer alguns setores progressistas na América Latina. Entretanto, isso não significava propor uma aplicação mecânica e não mediada de princípios elaborados na Europa e nos Estados Unidos, uma “importação de esquemas, estratégias a respeito da liberação da mulher”. A elaboração de uma teoria feminista latino-americana, enfatizavam as militantes, deveria ser “uma tarefa dos grupos feministas no nosso continente”³⁹⁷, pois, “assim como cabe à mulher, e não ao homem,

³⁹⁵ “Diferencia de lucha entre latinoamericanas y europeas”. *Nosotras*, n.5, maio de 1974.

³⁹⁶ Idem. *Nosotras*, n.5, maio de 1974.

³⁹⁷ Danda e Mariza “Feminismo”. *Nosotras*, n. 5, maio de 1974.

a determinação de seu próprio combate, cabe às mulheres de cada país a determinação do caráter específico/geral de sua luta”³⁹⁸. Dessa forma, o grupo posicionava-se contra a importação acrítica de idéias, pelo fato de esta desconsiderar as particularidades regionais, e acrescentava que “No podemos separar a la mujer de la realidad nacional en donde se encuentra”³⁹⁹.

Mas essas especificidades, por sua vez, não colocavam em cheque a idéia de universalidade da opressão, como elas mesmas enfatizam no editorial do número 13/14: “creemos que todo movimiento feminista debe abarcar a las mujeres en su conjunto, porque no se podrá liberar a una parte de ellas sin liberarlas a todas”⁴⁰⁰.

O feminismo seria, assim, um movimento que deveria articular uma luta que levasse em consideração essas particularidades, mas que, ao mesmo tempo, não negasse os pontos em comum que dariam unidade ao movimento.

É interessante lembrar que a defesa de um movimento específico para empreender a luta das mulheres não as levou a postular uma luta isolada, apartada de outros movimentos. O trecho abaixo se refere a uma “convergência” das reivindicações dos “grupos oprimidos”:

“No mundo atual, todas as reivindicações de grupos discriminados são convergentes. O que não se pode negar é a importância da característica particular de cada análise, de cada reivindicação específica, de cada luta organizada, pois seja ela contra o sexismo, o racismo ou contra qualquer sistema econômico opressor, elas tem um só e mesmo sentido e é irresponsável condenar como sectarista ou divisionista qualquer movimento espontâneo de organização de grupos com opressões particulares além das genéricas e comuns a todos”⁴⁰¹.

Esse trecho permite supor um processo em que a “organização de grupos com opressões particulares” pressuporia e convergiria para uma luta contra as opressões “genéricas e comuns a todos”. Assim, a superação de uma opressão específica, como a das mulheres, implicaria uma transformação de todo o complexo social. O trecho abaixo vai ainda mais longe, afirmando que não só a realização integral do conjunto das reivindicações do feminismo, mas também a realização de cada “reivindicação específica” feminina implica a “transformação de todas as estruturas sociais”:

³⁹⁸ Vera. “Novos Lançamentos: *Feminisme et revolution ...*” *Nosotras*, n. 2, fevereiro de 1974.

³⁹⁹ “Dos experiencias del grupo” *Nosotras*, n. 5, maio de 1974.

⁴⁰⁰ “Editorial”. *Nosotras*, n.13-14, janeiro/fevereiro de 1975.

⁴⁰¹ Danda e Mariza. “Feminismo”. *Nosotras*, n.5, maio de 1974.

“A afirmação de que as reivindicações feministas são aleatórias ou dividionistas, demonstra uma ausência de análise profunda da situação geral que influi a mulher (já que representa metade da humanidade) e, portanto, metade da força produtiva que é explorada. Cada “reivindicação específica” feminina pode ser situada a longo prazo no contexto social integral de cada país e sua realização significa a transformação de todas as estruturas sociais”⁴⁰²

Esse entrelaçamento dialético das estruturas sociais em um complexo social fica evidente também nas passagens seguintes, em que o feminismo é afirmado em sua importância como “primeiro movimento revolucionário a questionar a existência da família”, “célula de base da estrutura econômica”:

“Apesar de até ser acusado como “movimento reacionário de mulheres da pequena burguesia” (mais um chavão entre muitos) o feminismo é o primeiro movimento revolucionário a questionar a existência da família, dentro da qual a mulher é escrava, não apenas do marido e dos filhos, mas dessa instituição, célula de base da estrutura econômica que sempre permitiu ao Estado, capitalista ou outro, de se organizar e sobreviver”⁴⁰³

“Assim, numa sociedade capitalista, garantindo a infra-estrutura da família e do lar, a mulher garante todo o equilíbrio do sistema e sua continuidade. É pois uma alienação mais profunda e estritamente social.”⁴⁰⁴

3.5. Principais temas de debates

Os depoimentos e os boletins dão-nos uma dimensão da diversidade de questões que eram discutidas no seio do Grupo Latino-Americano. Naty Guadilla⁴⁰⁵ comenta que as reuniões eram pautadas por temas sexuais, econômicos e políticos, tais como: informação sexual, virgindade, contracepção, aborto, trabalho da mulher latino-americana, luta das mulheres e luta de classes. Mariza Figueiredo elenca entre os principais temas debatidos no grupo: dupla jornada de trabalho, luta de classes e luta das mulheres, trabalho doméstico e principalmente sexualidade, o “tema farol” do movimento⁴⁰⁶. No boletim são tratados uma gama de temas, entre os quais alguns se destacam: sexualidade, ações internacionais de mulheres e trabalho doméstico. Limitar-nos-emos a discutir aqui os dois primeiros.

⁴⁰² Danda e Mariza “Feminismo”. *Nosotras*, n.5, maio de 1974.

⁴⁰³ Danda e Mariza. “Feminismo”. *Idem*.

⁴⁰⁴ *Idem*.

⁴⁰⁵ GUADILLA, Naty. *Historiando*. Op. cit.

⁴⁰⁶ Entrevista – Mariza Figueiredo.

3.5.1. Sexualidade

No boletim, encontramos diversos textos que discutem “sexualidade”, incluindo neste tópico uma gama de temas relacionados às “políticas do corpo”. E isto não por acaso. Este era o tema central mobilizador do MLF⁴⁰⁷. O tema aparece com frequência nos boletins do grupo⁴⁰⁸ e o último número é totalmente dedicado à questão (imagem 4). O que se segue abaixo são algumas das idéias presentes no boletim sobre a temática.

“A mulher não pode ainda desejar livremente o prazer sexual”, afirmavam as militantes no primeiro texto publicado sobre a questão. Segundo elas, a sexualidade feminina, eternamente censurada e mutilada, era, na sociedade patriarcal, vista como um mero instrumento do prazer masculino e como um meio para reprodução da espécie. Criticavam duramente o “culto ao fato” presente na sociedade – uma das manifestações da supremacia masculina –, que dominaria as relações sexuais e teria manifestações até mesmo na linguagem:

“En nuestra sociedad se hace un culto del falo. No sólo es un símbolo de toda la sexualidad, sino que también es un símbolo del poder. La imaginaria fálica y la relacionada con los testículos impregna nuestro pensamiento y lenguaje de tal manera que cuando se hace referencia a la fortaleza de alguien se dice ‘tiene pelotas’, cuando se habla de alguien se perdió poder, se dice ‘fue castrado’ y cuando la persona es incapaz de utilizar sexualmente su pene, es ‘impotente’”⁴⁰⁹

Nesse contexto, a sexualidade feminina seria sempre “pensada a partir de parâmetros masculinos”, como afirmava Irigaray num texto publicado no boletim número 25/26. Assim, “as zonas erógenas da mulher não seriam senão um sexo-clitóris que não suporta a comparação com o órgão fálico valioso”. Criticava-se a forma de se definir o clitóris – quase sempre em analogia ao pênis (seria um pênis atrofiado e diminuído) – e a centralidade do pênis (e sua penetração na vagina) nas relações sexuais.

⁴⁰⁷ PICQ, Françoise. *Liberation des femmes...* Op. cit.

⁴⁰⁸ A partir do boletim número 2, encontramos textos diretamente relacionados à temática. No número 2, Danda assina o artigo “Sexualidade da Mulher – Temário para discussão”. A este se sucedem os artigos de Lucia, “Control de Natalidad: tecnologia actual y perspectivas futuras” e “El sexo biologicamente mas fuerte”. No número 4, há um resumo da reunião sobre aborto, na qual foi projetado um vídeo sobre o método Karman e um pequeno texto sobre violência sexual. No boletim número 5, é publicado o primeiro texto com a temática homossexualidade, “De verdad, há que curar AL 85% de la mitad del cielo?” Nos números seguintes, além das temáticas já mencionadas, há textos sobre contracepção, orgasmo e frigidez, dentre outros.

⁴⁰⁹ *Nosotras*, n. 25/26, primeiro e segundo trimestres de 1976.

ISSN 0337-9450



Grupo
de
ESCOLÁSTICA DE ALMEIDA

**N
O
S
O
T
R
A
S**

número especial ; mujer y sexualidad

GRUPO LATINOAMERICANO de MUJERES

BOLETIN BILINGUE (español-portugués)
Mme. SILVA-BP 64.06 - PARIS - 75006
TRIMESTRES I y II AÑO 1976 N° 25-26

precio 5F

Imagem 4 – Capa do boletim *Nosotras* n. 25-26.

“Sexo, coito, hacer el amor, en forma heterosexual es copular, que significa una interacción femenina-masculina en la cual, la condición necesaria es que el falo penetre en la vagina; interacción dirigida al estímulo sexual del órgano del varón y en el cual el orgasmo femenino carece de importancia.”⁴¹⁰

Havia uma virulenta crítica a esse padrão falocêntrico de sexualidade, que relegaria toda atividade que antecede a penetração (que é quando “se deve estimular o clitóris”) a um plano secundário, por considerá-la um “jogo prévio”, uma introdução ao grande ato, a saber, a penetração.

Nas relações sexuais realizadas dentro desse padrão, muitas mulheres não obteriam prazer e por isso seriam consideradas frígidas. Para Lucia Tosi, a frigidez sexual da mulher era um mito. Tosi criticou a hierarquização dos tipos de orgasmo feita por Freud. Este, segundo Tosi, qualificava o período de auto-erotismo clitoridiano como período fálico e uma experiência orgásmica infantil, à qual deveria se suceder, na fase madura, o orgasmo vaginal. A maturação sexual envolveria a passagem do orgasmo clitoridiano para o orgasmo vaginal. Essa questão foi alvo de discussões dentro do movimento feminista e ganhou maior difusão através do famoso texto de Anne Koedt “O mito do orgasmo vaginal”. Na França, Christine Rochefort abordou a questão, sob uma perspectiva um pouco diferente, no texto “O mito da frigidez feminina”.

Em contraposição à análise de Freud, Tosi citou a psicanalista Helena Deutsch, que distinguia o clitóris como órgão sexual e a vagina como órgão de reprodução. O clitóris seria o centro de excitação sexual, que *poderia* ser transmitido, com maior ou menor êxito, à vagina.

“De manera que la famosa pregunta: ‘Porqué las mujeres son frígidas? Podría, según Deutsch transformarse en la siguiente: ‘Porque y como algunas mujeres consiguen alcanzar orgasmo vaginal?’”⁴¹¹

É importante mencionar que, por mais de uma vez, as militantes fizeram críticas à abordagem que Freud tinha da sexualidade feminina. De acordo com os textos, tal abordagem teria contribuído para a repressão da sexualidade feminina nesta sociedade patriarcal, como nos trechos abaixo:

“Lo que importa considerar es el enfoque francamente frustrante que la teoría psicoanalítica tomo con respecto a la sexualidad femenina y la apariencia de

⁴¹⁰ *Nosotras*, n. 25/26, primeiro e segundo trimestres de 1976.

⁴¹¹ Lucia Tosi. “La frigidez femenina”. *Nosotras*, 8/9/10, agosto/setembro/outubro de 1974.

‘autoridad científica’ que Dio a la teoría del complejo de castración con sus correspondientes corolarios: pasividad, masoquismo y narcisismo”⁴¹²

“Cabe a Freud el mérito de haber llamado la atención sobre la importancia de la ‘libido’ en el devenir del individuo. Pero cabe a él también la elaboración de los conceptos psicoanalíticos que dieron plena justificación a la represión de la sexualidad femenina en nuestra sociedad patriarcal.”⁴¹³

As condições para a mulher exercer uma sexualidade “plena” estariam longe ainda de se efetivar. Uma “verdadeira revolução sexual” só poderia ter êxito como parte de uma “ampla revolução feminista” que questionasse profundamente o falocentrismo e proporcionasse uma “vivência plena da sexualidade”.

No primeiro texto que tratava da temática, assinado por Danda Prado, são elencados algumas das condições “básicas” para uma “vivência plena da sexualidade”: conhecimento dos estímulos físicos para se atingir o orgasmo; desvincular sexo da reprodução para que o primeiro possa ser realizado sem medo de uma possível gravidez – daí a importância da difusão de métodos contraceptivos; caso falhem os métodos contraceptivos, a mulher deve decidir se deseja ou não interromper a gravidez; em ambas as alternativas deve-se prover condições para sua consecução.

Como se vê, parte fundamental dessa “revolução sexual” é a autonomia sobre o próprio corpo, reivindicação cara ao movimento feminista do período sintetizada na palavra de ordem “Nosso corpo nos pertence”. Essa bandeira engloba uma série de reivindicações, muitas delas presentes no boletim.

“Cuando la sociedad respete el derecho de la mujer a disponer de su propio cuerpo y a decidir sobre él, dándole los medios requeridos para ello, los riesgos de muerte, de mutilación, de esterilidad y las angustias, no tendrían ya razón de ser y pasarán a pertenecer a la historia como una época de barbarie. Liberada de remordimientos y miedos, la mujer estará disponible para otras luchas. Luchará y sin duda ganará como dijera Simone de Beauvoir.”⁴¹⁴

A autonomia sobre o próprio corpo significava conhecer o corpo, poder tocá-lo sem culpa, saber os meios de se chegar ao orgasmo e poder expressar livremente sua sexualidade. Mas significava também controle sobre o processo reprodutivo e defesa da integridade dos seus próprios corpos. Começaremos pelo primeiro assunto.

A luta pelo controle sobre o processo reprodutivo, incluindo aqui a luta pela legalização do aborto e da contracepção, foi, como afirma Ergas, para muitas

⁴¹² Lucia Tosi. Idem.

⁴¹³ *Nosotras*, n. 25/26, primeiro e segundo trimestres de 1976.

⁴¹⁴ “Resumen de la reunion mensual del grupo del 5 de marzo”. *Nosotras*, n.4, abril de 1974.

feministas, parte fundamental da luta contra a dominação masculina. Estes dois temas eram candentes para o MLF e se tornaram o grande eixo mobilizador nos primeiros anos do movimento. Discussões sobre estes temas aparecem em diversos boletins do Grupo latino-americano.

No boletim n.2 há um texto de Lucia Tosi intitulado “Control de natalidad: tecnologia actual y perspectivas futuras”, no qual comenta sobre os métodos contraceptivos existentes, suas vantagens e desvantagens, quais as novidades nesse campo, etc. No texto “O que é vasectomia”⁴¹⁵, Mariza Figueiredo critica a responsabilização da mulher pela contraceção e a escolha da ligação de trompas em detrimento da vasectomia – sendo esta muito mais barata e simples.

Quanto ao aborto, o tema aparece já no segundo boletim e é apresentado como uma decisão “se falharem os métodos anti concepçionais”, e cuja decisão caberia somente à mulher. No mesmo boletim, é anunciado o tema da próxima reunião mensal, que partiria da projeção de um vídeo sobre o método Karman. Sobre esse assunto, cabe fazermos alguns comentários.

O método Karman é um método de realização do aborto bastante divulgado entre as feministas do período. Desenvolvido por um psicólogo norte-americano, o método era fácil e a intervenção podia ser realizada sem anestesia⁴¹⁶. No boletim n.4 há uma descrição do procedimento:

“Método Karma: ABORTO POR ASPIRACION

- a- se coloca a la mujer en la posicion ginecologica: acostada, piernas abiertas.
- b- El speculum es colocado en la entrada de la vagina para mantener separadas las paredes de la misma.
- c- Una pequena inyección de anestesia local se hace enseguida en una de las paredes vaginales, insensible gracias a la ausencia de ramificacion nervicsa en esa region.
- d-Con una serie de “velas” de tamaño progresivo, se dilata poco a poco la entrada del utero.
- e-Se introduce en el utero una especie de tubo plastico en el cual hay dos orificios en una de las extremidades.
- f-en la otra extremidad es enroscada una jeringa o aparato de aspiracion vacio.
- g-entonces se aspira la masa fijada en la pared del utero (placenta)”⁴¹⁷

⁴¹⁵ Mariza Figueiredo. “O que é vasectomia”. *Nosotras*, n.16-17-18, abril/maio/junho.

⁴¹⁶ PICQ, Françoise. *Liberation des femmes...* Op. cit., p.154.

⁴¹⁷ “Resumen de la reunion mensual del grupo del 5 de marzo”. *Nosotras*,n.4, abril de 1974.

O filme que foi projetado em uma das reuniões descreve a realização de um aborto através do método Karman, mostrando como este, quando praticado corretamente, “é uma operação benigna e rápida”. O procedimento é descrito como um processo no qual a mulher consegue acompanhar o aborto através de um espelho “sentindo seu corpo sem angústia, sem medo nem sofrimentos inúteis, assistida pela médica e sua ajudante, dentro de um clima de companheirismo e confiança”. Pode-se perceber como uma série de reivindicações caras ao movimento feminista eram relacionadas ao aborto. Não bastava legalizá-lo, tal como já era praticado. O controle da mulher sobre o processo, sobre a intervenção no seu próprio corpo, eram elementos importantes, além da “confiança” e “companheirismo”⁴¹⁸.

A autonomia sobre o próprio corpo significava também a defesa da autonomia e integridade física de seus corpos. Um dos temas que se destacam dentro dessa reivindicação é o combate à violência sexual. O estupro e a excisão do clitóris seriam duas manifestações extremas de mutilação da sexualidade feminina, “que permiten la abolición violenta del erotismo de la mujer pasando ella a servir de receptáculo que permite dar cauce al goce masculino”⁴¹⁹.

Ambas as questões são abordadas mais de uma vez nos boletins. No boletim n.5 há dois textos sobre excisão do clitóris, um deles um depoimento de uma mulher que sofreu tal violência. A prática é descrita como uma forma brutal de apropriação do corpo feminino (n.5) e como “a forma mais extrema da opressão que padecem as mulheres nas sociedades patriarcais”⁴²⁰:

“Puesto que el clitóris constituye la parte de la fisiología sexual femenina donde se localizan las terminaciones nerviosas, la consecuencia de esta mutilación es la incapacidad definitiva de experimentar el placer sexual. Como parte de una serie de reglas y tabúes que mantienen a la mujer totalmente sometida al dominio masculino, la excisión constituye una de las expresiones más brutales que garantizan al hombre la posesión de una pluralidad de objetos/esposas de las que echará mano a voluntad, para su exclusivo placer personal.”⁴²¹

A violência sexual foi objeto de uma reunião mensal do grupo (dia 6/11/74) e foi tema da capa do boletim n.11 (novembro de 1974): “Inês Garcia condenada. Esa es la justicia de los hombres”. Trata-se de uma condenação de uma mulher norte-americana

⁴¹⁸ Idem. *Nosotras*, n.4, abril de 1974.

⁴¹⁹ *Nosotras*, n. 25/26, primeiro e segundo trimestres de 1976.

⁴²⁰ Idem.

⁴²¹ Marcela “Excision del clitóris”. *Nosotras*, n.7, julho de 1974.

por esta ter matado seu violador. A ação contra essa condenação recebeu apoio não só do movimento feminista norte-americano, mas também internacional. Na França, a Liga dos Direitos da Mulher manifestou publicamente seu apoio e reafirmou a necessidade de criação de um Tribunal Internacional de Crimes cometidos contra as mulheres. O Grupo Latino-Americano, como veremos, se empenharia na construção desse Tribunal, buscando incluir os crimes cometidos nos países da América Latina.

Poder expressar livremente a homossexualidade também era uma parte importante nesse processo. Como já mencionamos, havia lésbicas dentro do grupo e isso pode ter sido um fator de desconforto para algumas mulheres que dele participaram. A temática “homossexualidade” foi abordada duas vezes no boletim.

A questão é tratada pela primeira vez no boletim n.5, que reproduz o artigo publicado no jornal *Liberation* “De verdad, hay que curar al 85% de la mitad del cielo?”. O texto constitui uma sátira das análises sobre homossexualidade escrita por “un grupo de lesbianas ‘liberais e bien bajo todos los aspectos’”. Elas reproduzem perguntas estúpidas que as heterossexuais teriam que ouvir todos os dias: “la heterosexualidad es una enfermedad que hay que curar?”; “Ciertos casos de heterosexualidad son de origen hormonal?”, “La maioria de las veces, este comportamiento sexual tien un origen psíquico?”; “Es el debido a unos traumatismos causados por relaciones com mujeres no transcurso de la infancia o de la adolescencia?”; “Es por miedo o por asco a las mujeres que se hicieron heterossexuales?; “Piensam que en una sociedad em la que las relaciones de clases hombres/mujeres esten abolidas la heterosexualidad desaparecerá por si misma?”

Embora o texto não tenha sido escrito pelo grupo, é importante notar o pioneirismo em tratar a questão no boletim. Esta questão era polêmica tanto dentro do feminismo como na esquerda. A publicação, em 1979, em Paris, do texto de Herbert Daniel “Homossexual: defesa dos interesses?”⁴²², é apontada como o primeiro documento a discutir a questão da homossexualidade entre as esquerdas brasileiras. Antes desta publicação, ocorreu um debate promovido pelo grupo de Cultura do CBA (Comitê Brasil Anistia), que gerou controvérsias e, segundo Denise Rollemberg⁴²³, transformou-se num dos grandes marcos do exílio brasileiro na França. Mas tudo isso ocorreria cinco anos depois do boletim *Nosotras* começar tematizar a questão. A

⁴²² DANIEL, Herbert. Homossexual: defesa dos interesses? In: Revista Gênero, vol.8 n.2, 2008.

⁴²³ ROLLEMBERG, Denise. *Exílio: entre raízes e radares...* Op. cit., p. 225.

coragem em abordar um tema marcado pela polêmica e o seu pioneirismo devem ser destacados.

Somente no último número o tema volta a ser abordado. Mariza Figueiredo escreve um comentário ao livro de autoria de Ti-Grace Atkison, publicado pela Editions Des Femmes: *Odisséia de uma Amazonas*. O texto de Mariza menciona uma passagem do livro na qual a autora destaca a distinção feita nos EUA entre “lesbian” e “gay”. As primeiras seriam mulheres homossexuais politicamente engajadas como feministas. As segundas seriam também homossexuais, mas não estariam engajadas no woman’s lib:

“Chama-se lesbianismo o engajamento voluntário e total de uma mulher junto aos outros membros de sua “classe” (a ‘classe’ das mulheres, consequência da existência de uma ‘classe’ de homens). É este engajamento absoluto e, indiferente à toda consideração de ordem pessoal, que confere um significado político ao conceito de lesbianismo.”⁴²⁴

É interessante notar que as mulheres são caracterizadas como uma “classe”, idéia que também está presente no “feminismo revolucionário” francês.⁴²⁵ O “lesbianismo” (sic) seria uma ‘zona marginal’ entre as duas classes. Seria uma parcela dos oprimidos que não quer responder à sua função política na sociedade, a saber, a reprodução. As lésbicas seriam indivíduos que violam a lei do sistema de classes e, por isso, se tornam marginais.

3.4.2. Ações internacionais e contatos com o movimento feminista francês

Já no primeiro boletim, na definição inicial de feminismo, entre os pontos mínimos que o movimento feminista deveria reivindicar, estão:

“unión internacional entre los movimientos feministas cuanto a la denuncia contra la represión a cualquier grupo de mujeres que estaban luchando en cualquier país por la divulgación, concientización y aplicación de estos principios.”⁴²⁶

A solidariedade com outros grupos feministas parece ter sido desde o início uma das bases do grupo. Já no ano de 1973, antes da publicação do primeiro boletim, o grupo participou ativamente de manifestações contrárias à prisão das “Três Marias” em

⁴²⁴ *Nosotras*, n. 25/26, primeiro e segundo trimestres de 1976.

⁴²⁵ Para maiores informações sobre essa ‘tendência’ ver capítulo 2 item “MLF”.

⁴²⁶ “Editorial”. *Nosotras*, n.1, janeiro de 1974.

Portugal, participando da denúncia do caso na Primeira Conferência Feminista realizada em Boston em junho de 1973. Gilda Grillo rememora estes momentos:

“j’ai été invitée dans une conférence, la première conférence à Boston où il y avait 28 pays, quatre cent et quelques femmes et on a proposé la première action internationale pour sauver les trois Maria. C’était très international.”⁴²⁷

Nos cinco primeiros números do boletim, há menções a este caso. São convocatórias de apoio, divulgação do andamento do processo dentre outras. Segundo Tavares, a ação contra a prisão das “três Marias” é apontada como “a primeira ação de solidariedade dos movimentos de mulheres da segunda vaga”⁴²⁸. O Grupo Latino-Americano parece ter tido um importante papel na construção de um movimento de solidariedade às mulheres portuguesas na França. Gilda Grillo relata que foi procurada por Christine Rochefort, integrante do MLF, para traduzir o livro para o francês⁴²⁹.

Além da participação na referida Conferência em Boston, o grupo participou e divulgou outros eventos feministas. Entre eles, a Conferência Internacional de Estratégia Feminista (Frankfurt, novembro de 1974) e o Tribunal Internacional de Crimes cometidos contra as mulheres (Bélgica, março de 1976).

A criação do Ano Internacional da Mulher pela ONU foi anunciada pela primeira vez no boletim número 3. Inicialmente, esse momento é descrito como um período de “muitas realizações de denúncia ou divulgação da situação da mulher em todos os países do mundo” (n.7), e também de delação de práticas como, por exemplo, a excisão do clitóris (n.8/9/10).

Em abril de 1974, o grupo participa de um “Fórum de mulheres latino-americanas” proposto pela Seção da América Latina da UNESCO. Neste evento foi apresentada a proposta da ONU para a realização do Ano Internacional da Mulher. As militantes fizeram parte de dois grupos de trabalho,⁴³⁰ e divulgaram a reunião no boletim *Nosotras* fazendo um convite para que “todas as mulheres latino-americanas residentes na França” participassem do fórum⁴³¹.

⁴²⁷ “Gilda Grillo interviewée par Michèle Cédric”. Disponível em: <http://www.rhapsodie.info/spip.php?article63>. Visitado em março de 2008.

⁴²⁸ TAVARES, Maria Manuela. *Feminismos em Portugal (1947-2007)*. Tese de doutorado. Universidade Aberta, 2008, p. 195.

⁴²⁹ Não sabemos se neste momento ela já participava do Grupo Latino-Americano.

⁴³⁰ 1-“o sexismo na imprensa feminina ‘especializada’ da América Latina; 2- Estudo comparativo da legislação referente ao matrimônio em vigor nos países da América Latina, disposições discriminatórias em relação à mulher.

⁴³¹ *Nosotras*, n.11, novembro de 1974.

Entretanto, a posição do grupo sobre o Ano Internacional vai se alterando. A partir do n. 13-14 (janeiro-fevereiro de 1974), começam a surgir textos críticos a este evento:

“1975 – Ano Internacional da Mulher, não será apenas um ano de homenagens prestradas às mulheres que aceitam pasivamente o papel social que lhe é imposto, mas, será o ANO DA INTEGRAÇÃO FEMINISTA INTERNACIONAL, da afirmação pública da nossa luta reiniciada há 15 anos.”⁴³²

“O QUE SIGNIFICA ESTE “ANO INTERNACIONAL DA MULHER”, decretado por meia-duzia de “decretadores-oficiais” de Anos-símbolos???? Para NOSOTRAS este ano só pode ter um sentido: procurar, graças à propaganda oficial, estabelecer contatos com o maior número possível de mulheres, numa tentativa de situar nossa atuação enquanto indivíduos discriminados de uma sociedade sexista e, enquanto grupo aberto e organizado de reflexão, conscientização e ação relativos à condição feminina.”⁴³³

Em oposição à iniciativa da ONU, grupos feministas decidem organizar um Tribunal Internacional de Crimes contra as mulheres em Bruxelas⁴³⁴. Esta iniciativa constituiu uma tentativa de uma reunião internacional de feministas que mantinham atividades dispersas em seus respectivos países. A decisão de organizar o evento é tomada no Congresso Internacional de Estratégia Feminista realizado em Frankfurt (Alemanha). A idéia é veiculada já no primeiro boletim do grupo, que o divulga como uma iniciativa que pretende denunciar “todos os critérios de discriminação sexista permanente em relação às mulheres”⁴³⁵. O Grupo Latino-Americano parece ter participado ativamente da organização dessa atividade. Como membro do Comitê Organizador do evento aparece o nome de Mireya Gutierrez, que era militante do grupo, apresentada num texto sobre o tribunal como “uma mulher mexicana que vive em Paris”⁴³⁶.

Em diversos números do boletim, há chamados para envio de denúncias de crimes cometidos contra as mulheres na América Latina. O grupo se compromete a ser uma forma de “ligação para a América Latina na constituição e transmissão dos dossiês

⁴³² *Nosotras*, n.13-14, janeiro/fevereiro de 1975.

⁴³³ “Janeiro de 1975 – primeiro aniversário de Nosotras...”. *Nosotras*, n.13-14, janeiro/fevereiro de 1975.

⁴³⁴ DENIS, Mary. *Le féminisme est dans la rue*. Bruxelles, De Boeck, 1993; RUSSEL, Diana. Report on the International Tribunal on Crimes against Women” In: *Frontiers: A Journal of Women Studies*, Vol. 2, No. 1 (Spring, 1977).

⁴³⁵ *Nosotras*, n.1, janeiro de 1974.

⁴³⁶ RUSSEL, Diana. Report on the International Tribunal... Op. cit.

enviados pelos grupos feministas de qualquer país do nosso continente sobre crimes cometidos contra as mulheres”⁴³⁷. No boletim n.11, elas fazem o seguinte chamado:

“Se você mulher da América Latina conhece algum caso de mulher perseguida pelas leis injustamente ou de algum crime cometido contra as mulheres e que não tem sido passível de punição legal, POR FAVOR ENVIE A INFORMAÇÃO À NOSOTRAS, nós guardaremos o seu anonimato e procuraremos incluí-lo entre os dossiers para o TRIBUNAL INTERNACIONAL DE CRIMES COMETIDOS CONTRA AS MULHERES”⁴³⁸

O evento ocorreu em março de 1976 em Bruxelas e contou com a participação de 2.000 mulheres de 40 países⁴³⁹. O slogan era “Sisterhood is powerful! International sisterhood is more powerful!”. Na abertura do evento, há a leitura de uma carta de Beauvoir que resume um pouco o sentimento presente:

“Talk to one another, talk to the world, bring to light the shameful truths that half of humanity is trying to cover up. The Tribunal is in itself a feat. It heralds more to come. I salute this Tribunal as being the start of a radical decolonization of women.”⁴⁴⁰.

Entre os crimes denunciados, dois eixos principais são destacados no boletim do Grupo: a) discriminação no trabalho e não reconhecimento do trabalho doméstico, e b) crimes em relação à sexualidade. Neste, incluem-se as temáticas do aborto e contracepção, homossexualismo (sic), cliterectomia, estupro, etc⁴⁴¹. No boletim n.25-26, Marhel Darcy de Oliveira comenta sobre o evento:

“O Tribunal de Bruxelas mostrou que as mulheres não se limitam mais ao papel que lhes foi tradicionalmente DESIGNADO. Elas questionam e reivindicam uma nova ordem de coisas. Nós mulheres, em Bruxelas, redescobrimos nossa voz, nossa palavra. A importância do tribunal está, como afirmou Simone de Beauvoir, em que as mulheres irão falar entre si, ‘falar ao mundo, trazer luz às verdades vergonhosas que a metade da humanidade se esforça por mascarar. Em si mesmo o Tribunal é um ato. Ele anuncia muitos outros’⁴⁴²

⁴³⁷ *Nosotras*, n.12, dezembro de 1974.

⁴³⁸ *Nosotras*, n.11, novembro de 1974.

⁴³⁹ RUSSEL, Diana. Report on the International Tribunal... Op. cit.

⁴⁴⁰ RUSSEL, Diana. Report on the International... Op. cit., p.1.

⁴⁴¹ Segundo Marhel, “foram condenados pelo Tribunal de Bruxelas: a escravidão, venda de mulheres para o casamento, poligamia, cliterectomia, estupro, prostituição, discriminação às homossexuais, feminicídio, tortura, diferença de salários, não reconhecimento do salário doméstico, violência da medicina, em particular da psiquiatria.” (*Nosotras*, n.25-26, primeiro e segundo trimestre de 1976).

⁴⁴² *Nosotras*, n. 25-26, primeiro e segundo trimestre de 1976.

3.6. Sobre o final do grupo

O último boletim publicado data do primeiro trimestre de 1976. Não sabemos precisar o motivo do final do grupo. Danda Prado credita o fim do boletim aos seguintes fatos: 1- O ano internacional da Mulher teria acrescentado muitas viagens a sua agenda; 2- No ano de 1976, ela e Marisa Figueiredo realizaram uma pesquisa na Colômbia; 3- A proibição do Front à participação de seus associados no *Nosotras*; 4- A migração de mulheres de origem hispânica para um outro grupo⁴⁴³.

Segundo Danda:

“Depois da proibição do Front, o *Nosotras* continuou, mas com grande número de hispânicas. Depois sofremos outra divisão, porque o grupo de venezuelanas era grande (umas 10 mulheres) – e elas foram participar de outro grupo de origem boliviana, fundado pela Elisabeth Burgos, com tendência claramente partidária”⁴⁴⁴

Como vimos, divergências sobre a concepção de feminismo levaram algumas mulheres a abandonar o grupo antes mesmo da publicação do boletim. Não sabemos se de fato houve uma proibição do Front. Sabemos que havia posições distintas sobre o feminismo e essas divergências acabaram culminando na saída de algumas mulheres que posteriormente fariam parte de um Comitê formado pelo PCB. Mas, como já mencionamos no final do capítulo 2, segundo Guadilla⁴⁴⁵ uma outra cisão ocorreria. Em janeiro de 1975, um ano após o lançamento do primeiro número do boletim, segundo Guadilla, teria ocorrido um “racha” no grupo ligado a divergências sobre o caráter da luta feminista (ênfase na unidade do grupo mulheres por parte de um grupo e centralidade do fator “classe” como desestabilizador de uma unidade das mulheres por outro). Não encontramos outras referências a essa cisão. Acompanhando os boletins, pode-se notar que a partir do n.13 alguns nomes, como de Naty Garcia e Elia Ramirez, não são mais mencionados. Entretanto, não conseguimos notar diferenças quanto ao enfoque dos textos do boletim.

O Grupo Latino-Americano representou a primeira tentativa de organização feminista de mulheres latino-americanas no exílio, e parece ter se tornado conhecido pelo movimento feminista francês. Chega a ser citado por algumas autoras em obras sobre feminismo francês, tal como Françoise Picq⁴⁴⁶, que menciona o *Nosotras* em sua

⁴⁴³ CARDOSO, Elisabeth. *Imprensa feminista brasileira...* Op. cit., p.83.

⁴⁴⁴ CARDOSO, Elisabeth. *Imprensa feminista brasileira ...* Op. cit., p. 83.

⁴⁴⁵ GUADILLA, Naty. *Historiando*. Op. cit.,

⁴⁴⁶ PICQ, Françoise. *Liberation des femmes..* Op. cit.

bibliografia e no corpo do texto, e Kandel⁴⁴⁷. Encontramos também uma referência ao grupo na revista *Les cahier du grif*⁴⁴⁸ de outubro de 1974.⁴⁴⁹ O livro organizado por um Coletivo de mulheres da América Latina e Caribe, *Mujeres des latino-americanes*, publicado pela editora Des femmes, também menciona o boletim.

Quando retornam ao Brasil, algumas mulheres que fizeram parte do grupo se reorganizam em torno da revista Impressões, segundo Mariza Figueiredo. O número 0 da revista data de 1987 e tem textos de Lúcia Tosi e Mariza Figueiredo. Danda Prado é parte do conselho executivo da revista. Outras mulheres que colaboraram com o *Nosotras*, como Naomi Vasconcelos e Anésia Pacheco e Chaves, figuram entre as autoras de artigos para essa revista.

⁴⁴⁷ KANDEL, Liliane. Journaux em mouvement: la presse féministe aujourd' hui. In: Questions féministes n. 4, nov. 1978.

⁴⁴⁸ *Les Cahier du Grif* é uma revista trimenstral publicada na Bélgica. Seu primeiro número foi publicado em novembro de 1973. GUADILLA, Naty. *Libérations des femmes le M.L.F*

⁴⁴⁹“Une groupe de femmes d’origine latino-américaine se reunit à Paris tous les mois (échanges em espanhol et en portugais) pour discuter des problèmes des femmes, présenter des filmes, organiser des séminaires etc.

Le groupe latino-américain des femmes á Paris publie le Bulletin Nosotras, qui est mensuel.

Pour tous renseignements et pour les abonnements s’adresser à Maria Silva, boîte postale (...) ou Mariza Figueiredo (...) »

CAPÍTULO 4

CÍRCULO DE MULHERES BRASILEIRAS EM PARIS

Aceitar a opressão, a submissão, a falta de prazer, é como se habituar à fome ou à dor, é uma forma de se resignar à opressão em geral, é aceitar ver diminuídas nossas capacidades de revolta e nosso desejo de viver.⁴⁵⁰

4.1 Gênese do Círculo de Mulheres Brasileiras

Documentos internos do Partido Comunista Brasileiro (elaborados no exílio francês) relatam o surgimento de diversos organismos no exílio europeu dedicados à “questão da mulher” e que mantinham estreita relação com o partido a partir de 1973, entre eles: Grupo de Mulheres na Bélgica, Associação de Mulheres Democráticas de Lund (Suécia), Associação de Mulheres Brasileiras e Italianas (Milão), Grupo de Estudos (França)⁴⁵¹.

Na França, diante da grande efervescência feminista, a questão rapidamente se impôs. Em março de 1974, é realizada uma reunião de mulheres brasileiras que estavam em Paris, com o objetivo de discutir a questão feminina, o chamado de “Grupo de Estudos”. A proposta era a de reunir principalmente mulheres recém chegadas à França, provenientes do Chile. Este grupo também é chamado de Comitê⁴⁵². Sobre a formação deste, Zuleika Alambert comenta:

⁴⁵⁰ DCM – vol. V – Boletim do Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris, maio de 1978.

⁴⁵¹ Sobre a formação desses grupos, cito um trecho de um documento do PCB de 1979 “ao chegarem a esses países, recorrendo à experiência conseguida através do Comitê de Mulheres Brasileiras no Exterior começaram a criar entidades femininas brasileiras já agora com a participação também de mulheres residentes na Europa, algumas latino-americanas exiladas e mais tarde até com a participação de mulheres dos países em que tais organizações foram criadas. Assim surgiram: Grupo de Mulheres em Paris, Portugal, Berlim Ocidental, Bélgica, Associação de Mulheres Democráticas de Lund e mais recentemente, a Associação de Mulheres Brasileiras e Italianas em Milão na Itália. (DPCB – “Recuperação do trabalho do Partido entre as mulheres depois do golpe de 1964” – maio de 1979)

⁴⁵² Documentos do PCB descrevem o surgimento do grupo da seguinte forma: “Em março de 1974 realizou-se a primeira reunião de mulheres brasileiras residentes em Paris, com o intuito de analisar o problema feminino no país. Da reunião participaram 13 mulheres, a maioria delas com alguma formação política e todas com alguma experiência na organização de grupos de mulheres no Chile e na França.

Discutiram-se as experiências anteriormente colhidas nesses dois países e tomaram-se algumas premissas como base do trabalho novo na França. Estas premissas foram – O trabalho feminino é específico e exige estudos concretos e organizações de mulheres que permitam aprofundar o problema e propor soluções no quadro da luta de classes” (DPCB “Trabalho do Partido entre as Mulheres” – maio de 1975).

“[N]esse país europeu entrei em contato com outras exiladas do Chile que, como eu, ali foram parar. E pensamos novamente em nos organizar. Só que entramos com contato com outros grupos feministas que já ali atuavam. Entre eles o Grupo liderado por Danda Prado, denominado *Nosotras* de caráter nitidamente feminista. Eu que me considerava apenas uma marxista que estudava a questão da mulher tive então a idéia de criar o Comitê de Mulheres feministas no Exterior juntando feministas, não feministas, estudantes, profissionais, intelectuais, etc. (...) Nós, mulheres vindas de Santiago nos somamos como grupo de Danda Prado.”⁴⁵³

Danda Prado tem uma outra leitura desse momento. Não foram as mulheres do “*Nosotras*” que se juntaram ao Comitê, mas as mulheres que foram forçadas a sair do *Nosotras* que, posteriormente, integrar-se-iam a este grupo. Segundo o que relatamos no capítulo anterior, algumas das mulheres provenientes do *Nosotras*, que se integraram ao Comitê, estavam descontentes com a concepção de feminismo defendida por seu grupo anterior.

Este grupo se estruturou em moldes distintos do Comitê formado no Chile. A influência do movimento feminista europeu promoveu, ao que tudo indica, tanto uma maior discussão, como o início de uma revisão de algumas teses tradicionalmente defendidas pela esquerda⁴⁵⁴. Regina Carvalho, que foi militante do Círculo, participou de algumas reuniões do grupo. Ela menciona a presença de militantes do PCB e do grupo Debate e considera que nesse Comitê a discussão seria “bastante superior” àquelas que ocorriam no Comitê do Chile.

Para Ângela Xavier de Brito o Comitê “não tinha nada de grupo de consciência, nada de feminista”. Sobre a formação do Comitê, ela rememora:

“antes de existir o Círculo, quando acabou a experiência chilena, aqui em Paris, a Zuleika tomou contato com um bando de mulheres e organizou um grupo de discussão, aí era um grupo que tinha mais intelectuais, porque eu me lembro da Ia, a irmã do João Quartim, da Maryse, que era a mulher dele na época, da Albertina Costa, eu, Iracema acho que estava também, era um grupo de umas 10 pessoas, mas que eu me lembre esse grupo durou muito pouco”⁴⁵⁵

⁴⁵³ Entrevista - Zuleika Alambert.

⁴⁵⁴ Acompanhando os documentos do PCB, podemos perceber a influência desse contexto no partido. Um documento de janeiro de 1975, que faz um exame crítico da atuação do partido em relação à “questão feminina”, considera que este “em todo o curso de sua existência, sempre teve preocupação, embora formal, com a mulher”. Além disso, afirma que o partido “nunca encarou com profundidade a questão da mulher, tanto teoricamente como politicamente”. O documento propõe que o partido concentre esforços no estudo na condição da mulher, através da criação de seções femininas, células, promoção de quadros femininos em pé de igualdade com os quadros masculinos. Sobre o trabalho de massas afirma que “O P. deve se concentrar nas classes trabalhadoras e na família operaria, visando ganhar a mulher para as lutas pela democracia e contra o fascismo. (DPCB “Trabalho do Partido entre as Mulheres” – maio de 1975)

⁴⁵⁵ Entrevista – Ângela Xavier de Brito.

Gradativamente, no interior do Comitê, a influência do movimento feminista francês parece ter levado ao surgimento das primeiras contradições entre uma “antiga” visão sobre a “questão da mulher” e outra, influenciada pelo movimento feminista francês, que desejava um aprofundamento das questões sobre as relações de poder entre os sexos e uma análise e denúncia mais ativas da opressão feminina⁴⁵⁶. O grupo político Campanha foi um que sofreu essa influência do movimento francês através, principalmente, do contato que mantinham com a Liga Comunista Revolucionária (LCR), organização ligada à Quarta Internacional, que, segundo militantes do Círculo, tinha uma discussão consistente sobre a questão e participavam do MLF. Sobre esse momento, as militantes do Campanha comentam :

“Começamos a sofrer influência do feminismo francês através do interesse pelo trabalho do MLAC (Movimento de Liberação do Aborto e da Contracepção) e posteriormente pela ida a Rencontre de Bievres, promovida pela tendência luta de classes em 1974. Começou a se formar em nós uma consciência feminista”⁴⁵⁷

“Nós fomos ao *Rencontre de Bièvres* e voltamos de lá alucinadas. A *Rencontre* senão me engano foi em 74 eu acho ou final de 73, aquele bosque de *Bièvres*, todas as feministas francesas no bosque, várias atividades e tal, um *meeting*, um grande encontro e nós saímos de lá (...) contaminadas mesmo, ... mas com algumas coisas mal digeridas”⁴⁵⁸

O *Rencontre de Bièvres* ocorreu entre os dias 15 e 16 de junho de 1974 e foi organizado pelo jornal *Les pétroleuses*, ligado à tendência “luta de classes”. Segundo o jornal *Revolution!*, pela primeira vez, mil mulheres na França reuniram para lutar “sobre a base da luta de classes contra a opressão das mulheres”⁴⁵⁹.

As divergências entre este grupo de mulheres, que já travavam contatos mais estreitos com o feminismo francês, e o restante do Comitê foram se tornando cada vez mais evidentes, segundo documentos do grupo Campanha⁴⁶⁰. As primeiras questionavam as práticas do Comitê e cobravam maior comprometimento com questões especificamente femininas:

“Nós dentro do Comitê colocávamos a necessidade de sair dessa dinâmica de Grupo de estudo (só para ter uma idéia, ficamos ½ ano discutindo o livro de Engels: “família, propriedade”). Nos posicionamos sempre para que o

⁴⁵⁶ NEVES, Angela. Femmes brésiliennes en exil: la quête d’une identité. In: *Cahiers des Ameriques Latines*, julho-dezembro de 1982, p. 113.

⁴⁵⁷ DGC – vol. I – “Balanço”, s.d.

⁴⁵⁸ Entrevista - Regina Carvalho.

⁴⁵⁹ *Revolution!* n. 62, julho de 1974.

⁴⁶⁰ DGC – vol. I – “Balanço”, s.d.

Comitê tivesse uma prática de grupo de mulheres, com discussões específicas, em cima de experiências vividas e encontrasse formas de atuação política. A polêmica dentro do Comitê foi grande. O Debate (mais do que o PC) emperrava qualquer proposta de trabalho que não fosse a de estudo. Apresentou vários projetos ‘ambiciosos’ de estudo, que na realidade nunca foram cumpridos.”⁴⁶¹

Dessas e outras discordâncias, surgiu a idéia de formar um novo grupo que se estruturasse como uma “vanguarda feminista revolucionária, classista”. Assim foi criado o Grupo Brasileiro de Mulheres Revolucionárias (GBMR)⁴⁶². O GBMR realizou discussões sobre feminismo que incluíam autoras como Elena Belotti, Evelyn Reed e documentos da LCR, fez contato com grupos feministas e começou a prática do *vécu*, uma forma de grupo de auto-consciência. Segundo Regina Carvalho, paulatinamente o grupo foi sentindo necessidade de ampliar-se e abranger mulheres de outras organizações:

“E nós que tínhamos feito o grupo inicialmente... era um braço do Campanha sim, mas no contato com as outras militantes das outras organizações, nós também começamos a ver que algo mais amplo que esse grupo precisava ser criado, é aí que surge a idéia do Círculo. Porque enquanto a gente fosse aquele grupo nós seríamos sempre vistas como as militantes do Campanha, e nós começamos a ter uma visão crítica, a gente cresce também nesse processo”⁴⁶³

Desse sentimento é que nasceria a idéia de criar um grupo ampliado, que pudesse abranger um maior número de mulheres e com uma perspectiva distinta do Comitê⁴⁶⁴, idéia que se concretizaria com a construção do Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris.

O estopim para o rompimento com o Comitê foi, ainda segundo documentos do grupo Campanha, divergências em relação ao Ano Internacional da Mulher. Nas discussões sobre a participação do Comitê nas atividades do Ano, uma ala, caracterizada pelo GBMR como “forças reformistas”, levantou a necessidade e importância da participação do Comitê. O GBMR denunciava a iniciativa da ONU como “um projeto de capitalização política do movimento de mulheres pela burguesia, além do projeto de controle demográfico que estava por trás dele”⁴⁶⁵ e defenderam a não

⁴⁶¹ DGC – vol. I – “Balanço”, s.d.

⁴⁶² DGC – vol. I – “Balanço”, s.d.

⁴⁶³ Entrevista - Regina Carvalho

⁴⁶⁴ Documentos internos do PCB caracterizam o Círculo como um grupo “formado essencialmente de mulheres que cindiram com o grupo de estudos” (DPCB - Ata do Ativo Feminino Convocado Pela Coordenação do CC [Europa Ocidental] junho de 1976).

⁴⁶⁵ DGC – vol. I – “Balanço”, s.d.

participação do Comitê nessas atividades. Nesse contexto, o GBMR⁴⁶⁶ decidiu lançar, em novembro do mesmo ano, a brochura “*Por uma tendência feminina e revolucionária*”⁴⁶⁷ (imagem 5), chamando a criação de “um movimento autônomo de mulheres com base na luta de classes” para a “constituição de uma tendência revolucionária dentro do movimento de mulheres brasileiras”⁴⁶⁸.

Nas primeiras páginas da brochura encontramos uma crítica das experiências de organização de mulheres no exterior: o Comitê no Chile e o reaberto na França, caracterizadas como “iniciativas amplas, comitês de massa”, cujas discussões giravam entre o “assistencialismo social, estudo de Engels e preocupação exclusiva com os aspectos da mão-de-obra feminina” além das “iniciativas dos grupos sexistas” – numa clara referência ao Grupo Latino-Americano. Esses grupos teriam se arrastado “sem conseguir tirar de si mesmas nenhum desdobramento em nível de organização e de alternativa para o movimento de mulheres”. Diante desse quadro, é proposta a criação de um novo grupo:

“Este documento é um apelo à criação de um Círculo de discussão com as companheiras que estejam de acordo com os pontos políticos essenciais deste documento e que se disponham a aprofundar esta linha de posições e desenvolver uma atividade no sentido de formação desta tendência revolucionária”⁴⁶⁹

⁴⁶⁶ No panfleto, o GBMR é descrito da seguinte forma: “Somos um pequeno grupo que nesses anos de discussão e atividade amadurecemos um conjunto de posições de princípio que cremos estarem expressas no documento que publicamos. Essas posições são fruto da experiência vivida em contato com a luta desenvolvida pelo movimento de mulheres a nível internacional” [DCM – vol. I – “Por uma tendência feminina e revolucionária”] Anotações posteriores de Sônia Calió identificam as integrantes do GBMR: Regina Carvalho, Sônia Alves Calió, Regina Bruno, Maria Betânia D’Ávila, Mônica Rabello, Otilie Pinheiro. Segundo as entrevistas nem todas essas militantes faziam parte do grupo no momento do lançamento da brochura. O nascimento do Círculo não implicou a dissolução do GBMR, que continuou se reunindo e atuando no Círculo.

⁴⁶⁷ “Sônia Calió em uma anotação posterior assinalou “Esta brochura foi escrita por um grupo de mulheres brasileiras em 1975. Essas mesmas mulheres chamaram uma reunião com a colônia brasileira para discutir esse texto e pensar a possibilidade de criar um grupo de mulheres brasileiras em Paris. Daí surge o Círculo de Mulheres” DCM – vol. I – “Por uma tendência feminina e revolucionária”, novembro de 1975.

⁴⁶⁸ DCM - vol. I - “Por uma tendência feminina e revolucionária”, novembro de 1975.

⁴⁶⁹ DCM - vol. I - “Por uma tendência feminina e revolucionária”, novembro de 1975.

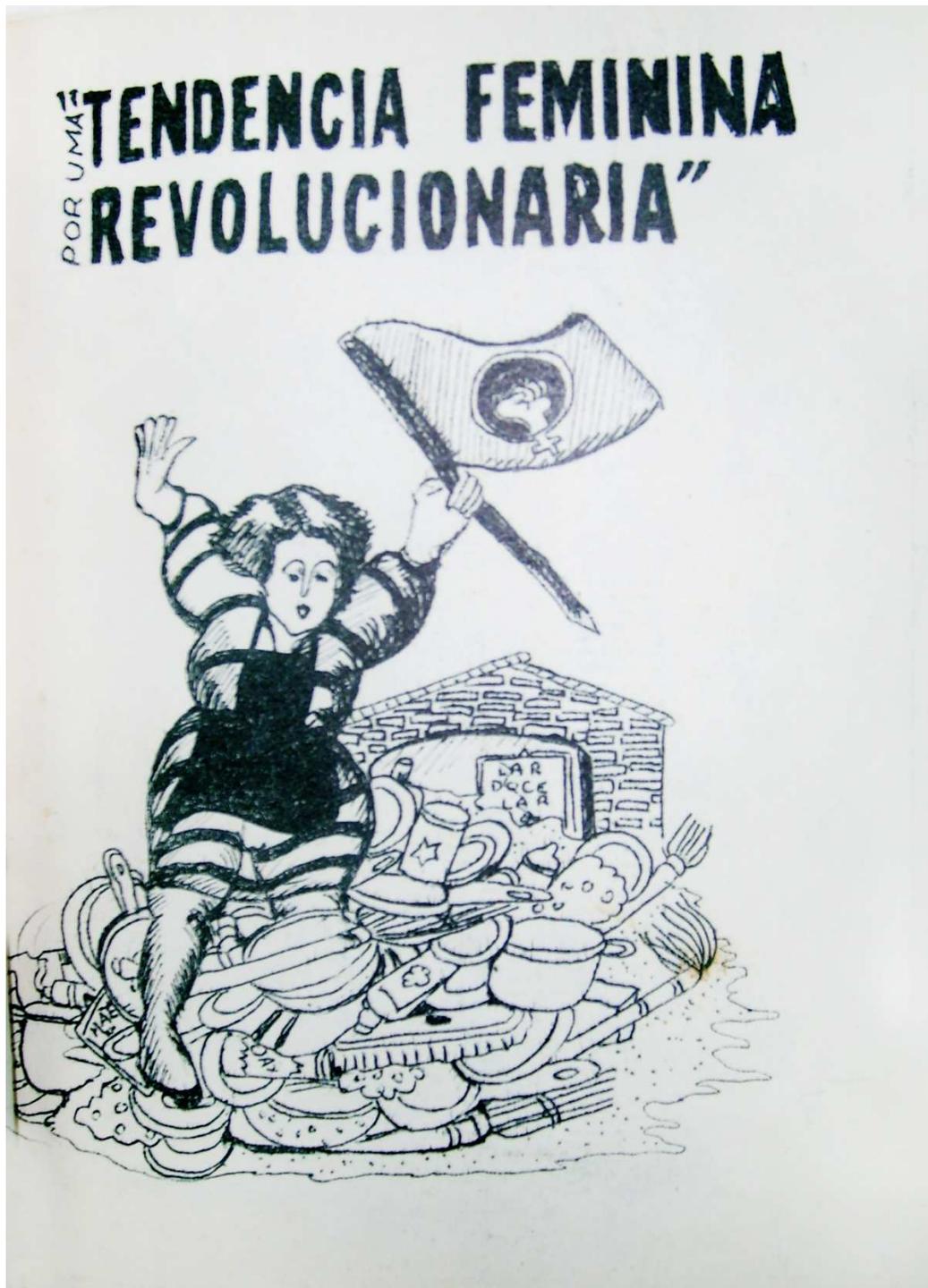


Imagem 5 – Capa da brochura “Por uma tendência feminina e revolucionária”.

O panfleto aponta como origem da opressão da mulher o surgimento da propriedade privada, idéia afirmada em vários momentos do texto em frases como: “Nossa opressão surgiu com a propriedade privada”, “nossa dominação imposta pela sociedade de classes”. A sociedade de classes seria responsável por “transforma[r] diferenças biológicas entre homens e mulheres em opressão cultural, sexual, política e social”. É importante enfatizar que neste trecho é afirmado o caráter fundamentalmente *social* da opressão. A diferença biológica só seria utilizada para hierarquizar e oprimir dentro de um contexto específico, a sociedade de classes.

Embora o panfleto, em acordo com as análises de Engels, aponte como origem da opressão da mulher a propriedade privada, não reproduz a equação: abolição da propriedade privada = emancipação. A opressão que incide sobre a mulher “é uma opressão específica”, afirma.

Com efeito, ao se abordar a questão do papel da mulher na reprodução do sistema capitalista, acentua-se a dimensão ideológica envolvida e suas implicações no que concerne à revolução socialista. Não se trata apenas da importância do serviço doméstico gratuito no seio da família na redução dos custos da reprodução da mão-de-obra e, portanto, dos custos do capital, que, como o panfleto aponta, é um elemento essencial na conservação do sistema capitalista. A família teria um importante papel na reprodução dos valores da ideologia dominante. Essa compreensão exigia uma reformulação da concepção de revolução defendida por muitos partidos de esquerda. O panfleto rechaça a concepção de revolução como “apenas uma mudança institucional”, pois uma de suas dimensões mais essenciais é “a revolução da vida cotidiana”. A “verdadeira revolução” seria aquela que muda não somente a estrutura econômica, mas que se dispõe a “varrer a ideologia burguesa”, de modo que, no centro dessa luta, deve constar a destruição da família burguesa, “estrutura de opressão da mulher”, “célula da estrutura capitalista e de perpetuação da ideologia dominante”. Nesse sentido, criticam as experiências “socialistas” porque “tocaram muito pouco ou não tocaram na família como célula da sociedade”, apesar dos avanços em relação à “questão da mulher”.

O panfleto deixa claro que a libertação das mulheres não será alcançada dentro do capitalismo. Por outro lado, opõe-se energicamente à concepção de que a luta das mulheres deve ser adiada para depois da revolução. Nesse sentido, arrola as reivindicações imediatas que representariam melhorias relativas nas condições das mulheres ainda sob o regime capitalista: mesma educação para meninos e meninas; igualdade de acesso à formação profissional; igualdade salarial para trabalho igual;

creches e refeitórios nos locais de estudo e trabalho e nos bairros; aborto e contracepção livres e gratuitos; proibição do uso da imagem da mulher para fins publicitários, dentre outros. E reivindica um duplo princípio prático-organizativo: organização de um movimento específico de mulheres e autonomia do movimento em relação das organizações partidárias. Cabe às mulheres tomar as rédeas da luta contra sua opressão, pois “só nós podemos nos organizar, porque não há melhores defensores de uma causa que suas próprias vítimas”, “porque fomos nós que fomos segregadas, caladas, obrigadas a submeter-nos ao macho” e “só nós fomos capazes de compreender nossa própria opressão e transformar a consciência em luta”⁴⁷⁰.

Em janeiro de 1976, realizou-se a primeira assembléia das mulheres que estavam de acordo com a brochura “Por uma tendência feminina e revolucionária”⁴⁷¹. Nasceu, então, o Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris.

O Círculo, de um pequeno núcleo inicial, cresce, ganha legitimidade face à comunidade exilada, torna-se conhecido pelo movimento feminista francês e se transforma numa das mais bem estruturadas organizações de brasileiros no exílio e no mais importante grupo feminista de exiladas desta nacionalidade, chegando a congregar em suas assembléias mais de oitenta mulheres. Introduce na comunidade exilada uma questão relegada, impõe-se como grupo autônomo das organizações políticas e abre um novo horizonte para muitas militantes de esquerda.

4.2 Apresentação geral

“Somos um grupo de mulheres brasileiras vivendo na França, que sensibilizadas pelo movimento feminista internacional, resolveram reunir-se para debater, aprofundar e tomar uma real consciência da opressão específica que sofre a mulher nessa sociedade. Opressão essa que aparece não só na perpetuação dos ‘nobres’ papéis que nos foram atribuídos – doméstica/esposa/mãe; mas no conjunto das nossas atividades e na nossa personalidade.

Consideramos entretanto, que essa opressão, embora específica, não se reflete da mesma forma para todas as mulheres de modo a permitir uma mesma unidade na luta e na organização. Assim, guardando nossa autonomia enquanto mulheres – cabe essencialmente a nós a nossa liberação – integramos nossa luta à de todos aqueles que reconhecem no sistema a causa primeira da existência mesma da exploração e da opressão.”⁴⁷²

⁴⁷⁰ DCM - vol. I - “Por uma tendência feminina e revolucionária”, novembro de 1975.

⁴⁷¹ DGC – vol. I – “Balanço”, s.d.

⁴⁷² DCM – vol. I – dezembro 1976.

O trecho acima constitui uma apresentação do Círculo retirada de uma carta enviada a jornais brasileiros. Ela sintetiza alguns pontos capitais para o grupo: a ênfase na especificidade da opressão feminina, a necessidade de organização das próprias mulheres para levar a cabo uma luta contra essa opressão e a defesa da autonomia do movimento feminista. Mas, ao mesmo tempo, ressaltam a impossibilidade de uma união de todas as mulheres, devido às diferenças de classe, e a vinculação da luta feminista às lutas contra a exploração econômica e pelo fim do capitalismo.

Embora essa caracterização dê uma idéia de uniformidade, não parece ter sido essa a tônica do grupo. O Círculo é caracterizado, pelas próprias militantes, como bastante heterogêneo: “Sua característica dominante”, afirmam, “é a heterogeneidade política e ideológica”⁴⁷³. Apesar de buscarem algum tipo de unidade, como veremos mais a frente, o grupo não pretendia ter “uma posição fechada e unitária sobre todos os problemas”. Acompanhando algumas das discussões que se realizaram no seio do grupo e que foram registradas, podemos perceber os embates sobre questões como autonomia, formas de organização, objetivos, dentre outros. Procuramos, neste trabalho, explorar a diversidade de visões, perspectivas e vivências no grupo, dentro das limitações que as fontes nos impõem, buscando não lhe imputar uma unidade fictícia. Mas, antes de iniciar essa discussão, cabe fazermos alguns comentários sobre o perfil das mulheres que compunham o grupo.

Perguntadas sobre a composição do Círculo, as entrevistadas lembram-se principalmente de dois “grupos”: as “refugiadas” e as “estudantes”. Não se tratava, se tomarmos o termo ‘exílio’ num sentido mais estrito, de um grupo de exiladas. Como definem as editoras do livro *Memória das mulheres do exílio*, “eram exiladas ou não”⁴⁷⁴. Nas entrevistas, deparamo-nos com uma diversidade de situações que motivaram a saída do Brasil. Há militantes de organizações de esquerda que saíram após uma situação de prisão, militantes do movimento estudantil, estudantes ou, simplesmente, insatisfeitas com a situação política do país que decidiram partir por este motivo. Sete das entrevistadas tiveram militância em organizações políticas no Brasil (Regina Carvalho, Ângela Muniz, Glória Ferreira, Maria América Ungaretti, Ângela Xavier de Brito, Ângela Arruda, Elisabeth Vargas). Lena Lavinias era próxima de uma organização, mas não chegou a militar. Sônia Calió era membro do Centro Acadêmico de Geografia da USP. Regina Bruno conseguiu bolsa de estudos, Maria Betania D’Avila

⁴⁷³ DCM – vol. IV – “Uma proposta de reestruturação para o Círculo”, set.-out. 1977.

⁴⁷⁴ COSTA, Albertina. et. al. *Memórias...* Op. cit., p. 413.

e Eliana Aguiar partiram devido a descontentamento com a situação política do país. Sete das entrevistadas tiveram como primeiro exílio o Chile e seguiram, após o golpe de 11 de setembro de 1973, para a França. Todas as outras foram diretamente para a França.

Em geral, eram mulheres jovens e com alto nível de escolaridade. Um questionário realizado em dezembro de 1977 com 52 mulheres brasileiras que participaram de uma atividade do Círculo, fornece-nos alguns dados sobre o perfil das mulheres que compunham o grupo ou que dele eram próximas. A maioria das mulheres que respondeu ao questionário tinha entre 20 e 30 anos e quase a totalidade delas tinha até 40 anos. Além disso, a maioria era solteira e sem filhos⁴⁷⁵. Embora esses dados não possam ser tomados como um “perfil exato” do grupo, eles nos fornecem alguns indícios. Documentos do PCB caracterizam o grupo como composto, em geral, por “estudantes universitárias, com situação material relativamente segura, sem preocupações econômicas”⁴⁷⁶. Quanto a essa questão, as próprias militantes assumiam que a maioria era proveniente da “pequena burguesia”.

Todas as treze entrevistadas que participaram do Círculo tiveram algum tipo de vinculação com organizações políticas no exílio (militante ou ‘área próxima’ como diziam). Embora não possamos estender essa caracterização para o conjunto das mulheres que compuseram o grupo, as fontes consultadas indicam que a maioria delas tinha alguma vinculação ou estava próxima de alguma organização político-partidária no exílio. Mas, um grande número delas parece não ter tido militância com este mesmo caráter no Brasil. Para Lena Lavinas, “A maior parte das mulheres que militava no Círculo era de partidos de esquerda, podiam ser simpatizantes, podiam ser militantes mas era todo mundo dentro da área de atração dos partidos. A força dos partidos era muito forte”⁴⁷⁷. Maria Ungaretti reitera “A maioria das mulheres integrantes do Círculo eram militantes de organizações políticas. Não tenho condições de precisar se eram refugiadas. Sei que no meu [sub]grupo éramos mais ou menos 50% de refugiadas

⁴⁷⁵ 52 mulheres responderam ao questionário. 31 delas tinham entre 20 e 30 anos; 17 entre 30 e 40 anos e somente 2 com mais de 40 anos. A maioria, 25 delas, estavam na França há mais de 2 anos. 30 delas não eram casadas, 41 não tinham filhos e 29 já tinham abortado. [DCM – vol.II – “Resultats du questionnaire fait par le groupe Sexualité dans um meeting avec 52 bresiliennes le 17/12/77”]

⁴⁷⁶ DPCB - “Informes para a Comissão Feminina sobre o Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris” - janeiro de 1978.

⁴⁷⁷ Entrevista – Lena Lavinas.

políticas (Ângela Muniz, Helena Hirata, Suzana Albuquerque e eu). As outras estavam em Paris para estudar.”⁴⁷⁸

Estavam presentes no Círculo, segundo os depoimentos, as seguintes organizações políticas: Campanha, MR-8 (Movimento Revolucionário 8 de Outubro), POC (Partido Operário Comunista) e PCBR (Partido Comunista Brasileiro Revolucionário).

A idéia de formação do Círculo partiu, como vimos, de mulheres vinculadas ao grupo Campanha. O Campanha, embora fosse um grupo pequeno e, segundo os depoimentos, com pouca expressão na colônia, foi talvez a primeira organização a se envolver, de forma mais próxima, com o movimento feminista francês, bem como com o seu ideário.

Regina Carvalho, militante do Campanha, relata que, convencidas da necessidade de ampliar o grupo, elas lançaram a brochura e convidaram mulheres ligadas a outros partidos para se vincularem a esse novo grupo. O núcleo inicial era composto, fundamentalmente, por militantes de organizações no exílio.

Segundo documentos do Campanha, na primeira assembléia do Círculo, realizada em janeiro de 1976, compareceram aproximadamente 20 mulheres, “uma maioria de mulheres independentes, algumas militantes do MR-8, do POC, e nós [Campanha].”⁴⁷⁹. Para o PCB, o Círculo tinha inicialmente a seguinte composição:

“A composição inicial do grupo que era predominantemente do Campanha (org. trotkista) e suas áreas próximas, foi lentamente se modificando, com a entrada de independentes e alguns grupos de mulheres pertencentes às organizações brasileiras, tais como o MR-8, que passaram a expressar a linha de suas organizações neste grupo.”⁴⁸⁰

Não é possível saber dados exatos sobre a dimensão do Círculo. Documentos do grupo Campanha mencionam a presença de 20 mulheres na primeira assembléia. O ano de 1977 parece ter sido de grande crescimento do grupo. Neste ano, segundo documentos do grupo, este teria aproximadamente 50 mulheres. Dados do PCB de 1978 fazem referência à presença de 70 mulheres afiliadas⁴⁸¹.

⁴⁷⁸ Entrevista - Maria América Ungaretti.

⁴⁷⁹ DGC – vol. I – “Balanço”, s.d.

⁴⁸⁰ DPCB - II Ativo, fevereiro de 1977.

⁴⁸¹ DPCB – janeiro de 1978.

Cabe lembrar que o Grupo Latino-Americano deixa de publicar o boletim *Nosotras* no primeiro semestre de 1976. Além disso, as iniciativas do PCB não conseguiram atingir um número grande de mulheres. O Círculo se torna, nas palavras das próprias militantes “a única alternativa feminista” na comunidade exilada. No livro *Memória das mulheres no exílio* o Círculo é apresentado como o grupo formado no exílio que teria conseguido “aglutinar o maior número de pessoas. Suas assembléias gerais já contaram com a presença de mais de oitenta mulheres”⁴⁸².

4.3 “Por que um Círculo de Mulheres Brasileiras?”

Como comentamos no capítulo 2, o contato com o feminismo francês, que se apresentava de forma ostensiva em Paris, trouxe questionamentos e a idéia de se discutir entre brasileiras a questão. Suzana Maranhão relembra esses momentos:

“Éramos milhares nas ruas de Paris. Nas pautas de reuniões das organizações da esquerda brasileira no exílio, éramos ausentes. Tornava-se imperativo para nós, brasileiras em Paris, inseridas naquele cenário de ebulição e efervescência do Movimento Feminista Francês, a discussão das consignas e temas de debates, postos nas manifestações”⁴⁸³

A idéia de formação do grupo surgiu a partir desse contato e da percepção da necessidade de uma discussão e uma prática feminista, que, não poderiam ser levadas a cabo no seio dos grupos de brasileiras existentes. Para Regina Carvalho, o que unia o grupo não era somente o fato de serem mulheres e brasileiras, mas de terem um projeto de sociedade. Suzana Magalhães relembra sua sensação ao ter os primeiros contatos com o Círculo: “Ali estava a possibilidade de discutir as questões específicas da mulher, numa perspectiva socialista”⁴⁸⁴.

Mas as motivações para participar do grupo eram, segundo Regina Bruno, muito diversas. Algumas, inicialmente, foram às reuniões para cumprir uma tarefa do partido. Outras, já estavam encantadas com o feminismo francês. As angústias individuais e fatos da vida privada, como separações amorosas, constituíram também motivos propulsores para muitas procurarem o grupo. Ainda para Regina Bruno, o fato de ser um grupo de brasileiros também foi um fator de atração:

⁴⁸² COSTA, Albertina. et. al. *Memórias das mulheres...* Op. cit., p. 413.

⁴⁸³ MARANHÃO, Suzana. Op. cit., p. 158.

⁴⁸⁴ MARANHÃO, Suzana. Op. cit., p. 157.

“o Círculo foi um espaço de construção de um espaço Brasil, porque não é só a questão feminista e a questão da mulher, mas um espaço, uma atividade Brasil (...), você não vai só pela questão da mulher, você vai como espaço de socialização, também como espaço de encontrar pessoas da sua nacionalidade, da tua identidade, espaço Brasil, e era um espaço Brasil leve, na medida em que não estava marcado... não tinha marca política partidária”⁴⁸⁵

É importante lembrar que a opção de se organizar tendo como referência parâmetros nacionais segue uma forte tendência da comunidade exilada brasileira. Além disso, a permanência na França era vista como algo *provisório*, e, por isso, o olhar estava sempre voltado para o país. O grupo se identifica como “círculo de mulheres brasileiras, *no momento vivendo* em Paris”, “grupo de mulheres brasileiras vivendo na França”, “mulheres brasileiras vivendo no estrangeiro”, para citar algumas delas. A expectativa era de retorno ao país, quando as condições políticas permitissem, como nos lembra uma das militantes: “Saí por uma contingência política, não emigrei, não sou uma emigrante, como os meus avós que foram da Itália para o Brasil fazer uma vida nova.”⁴⁸⁶

As reflexões e prática do grupo, afirmavam, partem fundamentalmente dessa identidade “mulheres brasileiras” – “em primeiro lugar nossa reflexão parte da nossa condição de mulheres brasileiras” – o que dava singularidade a seus objetivos e demandas em relação ao feminismo francês, como se vê no depoimento abaixo:

“Eu acho que tinha uma diferença que era dada pela especificidade de sermos brasileiras, de nos organizarmos a partir dessa brasilianidade e de politicamente sermos um grupo que estava ligado a uma luta pelo fim da ditadura (...) pelo fim do exílio (...) eu acho que tinha uma limitação na nossa integração com as francesas, limitação talvez não fosse dada nem pela gente nem por elas, mas pela situação mesma específica.”⁴⁸⁷

Nos primeiros documentos do grupo, percebe-se que havia uma ênfase nas possíveis contribuições do Círculo ao nascente feminismo brasileiro. Na brochura que chama a criação do grupo, por exemplo, consta que “a inexistência de uma vanguarda” seria o maior empecilho para o desenvolvimento das lutas nascentes *no Brasil* e se propõe a formar uma vanguarda que pudesse servir como “embriões de organização”, que pudessem “servir de exemplo e iniciativas para o lançamento de bases que

⁴⁸⁵ Entrevista- Regina Bruno.

⁴⁸⁶ COSTA, Albertina. et. al. *Memórias das mulheres...* Op. cit., p. 436.

⁴⁸⁷ Entrevista- Eliana Aguiar.

contribuam e apoiem um movimento que surja no *interior do país.*” (grifos nossos)⁴⁸⁸. A ênfase no Brasil é também bastante evidente num documento não datado – mas que, ao que tudo indica, foi elaborado nos primórdios do grupo – que estabelece os objetivos:

“OBJETIVOS DO GRUPO

- 1-Estudar a realidade da mulher brasileira em seus diferentes níveis.
- 2-Fazer a análise crítica dessa realidade, visando sua evolução e/ou transformação através da mobilização de todas as forças sensíveis ao problema e de nosso próprio esforço.
- 3-Desenvolver simultaneamente ao estudo aprofundado da questão feminina a formulação de conclusões e o encaminhamento de soluções viáveis que o grupo encontrar.
- 4-Formar uma corrente de opinião que transcenda o próprio grupo, atingindo o maior número de brasileiros no exterior e que estimule a solidariedade ativa à luta da mulher brasileira. Esta corrente deve também sensibilizar a opinião pública européia.
- 5- Para atingir o conjunto desses objetivos, devemos atrair o maior número de brasileiras para o nosso grupo.”⁴⁸⁹

Todos os objetivos confluem para um mesmo ponto: a realidade da mulher brasileira. Era necessário estudar e fazer uma análise crítica da realidade da mulher brasileira visando à formulação de conclusões e soluções para a transformação dessa situação. Os pontos 4 e 5 seriam mediações para se chegar a tal objetivo.

Num documento de 1976, elas se perguntam “Vamos nos juntar às francesas ou não? Até que ponto esse trabalho nos ajuda a participar no que acontece no Brasil?” Essa preocupação com o Brasil nunca deixou de existir, mas, podemos notar, com o passar do tempo, algumas mudanças de ênfase nessa questão.

Inicialmente, parece ter ocorrido um distanciamento em relação a suas próprias vivências. A opressão da mulher parecia algo que dizia respeito somente a uma ‘outra mulher’ abstrata, quase uma ‘entidade sociológica’, na qual a ‘analista social’ não se incluía, como elas próprias relembram:

“Podíamos assumir sociologicamente a luta das mulheres, das que estavam lá longe, mas assumir que nós mesmas, que, ainda pior, no exterior, também fazíamos parte da metade da humanidade que sofre no seu dia-a-dia a condição de ser mulher era ainda mais complicado”⁴⁹⁰

⁴⁸⁸ DCM - vol. I - “Por uma tendência feminina e revolucionária”, novembro de 1975.

⁴⁸⁹ DCM - vol. I - s.d.

⁴⁹⁰ DCM – vol. V – “O nosso Círculo ou tudo começou em 75”, Boletim, 1978.

As discussões no seio do grupo e o maior contato com o movimento feminista francês foram, certamente, fatores de mudança nessa postura. As integrantes do grupo passam a buscar discutir também suas próprias experiências, suas vivências enquanto mulheres, e não somente a situação da mulher no Brasil, o nascente movimento feminista brasileiro, etc. Um documento de 1978 descreve como as próprias militantes vivenciaram essas mudanças:

“Há quase três anos que estamos organizadas enquanto Círculo de Mulheres Brasileiras. No início, dizíamos: é importante conhecer e reconhecer as particularidades que assume a condição de mulher no Brasil e de aportar a nossa solidariedade às lutas que elas travam. As questões começaram a se colocar: é nós? e a nossa vivência? nossa experiência enquanto mulheres? nossa consciência feminista? quais as relações entre nós, feministas brasileiras vivendo no exterior, e o movimento que se iniciava em nosso país?”⁴⁹¹

O Círculo, afirmavam, existe “independente do que se passa no Brasil” e o fato de estarem no exterior, não deveria reduzir a pauta do grupo a aspectos relacionados à ditadura ou anistia⁴⁹². Por outro lado, recusavam a idéia de ser um “círculo de exílio” sem “vasos comunicantes com o movimento em nosso país”. Se esta fosse a proposta, afirmavam, “nos integrariamos todas nos grupos de mulheres francesas”⁴⁹³

Essa idéia é reafirmada por uma militante que considera que a ligação com o Brasil seria a razão de existir do grupo. Esse seria o grande diferencial do Círculo em relação ao movimento feminista francês e cuja ausência tornaria desnecessária sua existência enquanto grupo:

“Quando a gente discute a questão de militar ou não em grupos franceses, nenhuma de nós assume esse problema concretamente. Acho que vivemos no círculo uma prática militante voltada para o Brasil. Quase todas nós dizemos que nos sentimos estrangeiras, então essa prática que temos aqui é uma luta que fazemos. Se amanhã eu decidir não voltar ao Brasil, saio do Círculo, entro num grupo de mulheres de *quartier* e não vou ficar mais dividida na minha militância política.”⁴⁹⁴

O desejo de conhecer o que se passava no Brasil, acompanhar o movimento feminista brasileiro e a luta contra a ditadura nunca deixou de ser uma preocupação do grupo, como veremos no item “principais temas de debate”. A principal contribuição

⁴⁹¹ DCM – vol.V – “Feminismo x natureza feminina”, Boletim, 1978.

⁴⁹² DCM – vol.III – “Porque um movimento feminista autônomo”, s.d.

⁴⁹³ DCM - “O meu, o teu, os nossos subgrupos” 1977.

⁴⁹⁴ COSTA, Albertina. et. al. *Memórias...* Op. cit., p. 419.

que o grupo considera possível de ser dada ao Brasil, segundo um texto de 1979 do jornal do grupo *Agora é que são elas*, é a troca de experiências.

“uma grande colaboração é possível de ser dada pela absorção do produto das experiências acumuladas pelo movimento feminista internacional. No entanto, embora todas as reivindicações do movimento feminista internacional sejam atuais, nem todas estão na ordem do dia no Brasil, hoje, no sentido de responder as situações concretas que sensibilizam as mulheres”⁴⁹⁵

Estar na França permitiu a elas se beneficiarem da “oportunidade de repensar nossa condição à luz da experiência das lutas das mulheres na França ou na Itália”, e o contato com o Brasil permitiria difundir essa experiência. Mas não se tratava de “dar receitas” ou “impor bandeiras”, como afirmam no trecho abaixo:

“Trata-se para nós de integrar essa experiência não de forma artificial – para ‘dar receitas’, mas tentando utilizar de forma crítica os elementos que nos permitem pensar e atuar enquanto mulheres brasileiras, dentro de uma situação social e política frente da europa e com outras implicações.”⁴⁹⁶

4.4 Modo de funcionamento

A forma de organização foi alvo de discussões e polêmicas ao longo da existência do grupo. Como organizar um grupo com diversidade de interesse, motivações e com número crescente de pessoas? Qual seria a forma mais adequada para fazer atividades voltadas para as vivências pessoais das mulheres? – são alguns questionamentos feitos pelo grupo. A forma que parece ter predominado foi: assembleias gerais mensais e atividades nos subgrupos temáticos com maior frequência⁴⁹⁷. Maria América Ungaretti assim descreve o funcionamento do Círculo:

“A estruturação do Círculo era a seguinte:
Assembleia Geral, que se reunia a cada mês; os sub-grupos que se reuniam semanalmente, onde se discutia e se aprofundava as questões e a prática; a coordenação, em que uma representante de cada sub-grupo com rodízio, cuja periodicidade em não lembro mais. A coordenação tinha autonomia a partir do momento em que suas decisões fossem consenso dentro dos próprios subgrupos. Havia, ainda, a encarregada de finanças.”⁴⁹⁸

⁴⁹⁵ DCM – “Agora é que são elas. Jornal do Círculo de Mulheres Brasileiras”, 1979.

⁴⁹⁶ DCM – vol.IV – “Análise dos editoriais do Brasil Mulher” abril de 1978.

⁴⁹⁷ Na agenda do ano de 1978 de Elisabeth Vargas, consta pelo menos uma reunião semanal relacionada à temática feminista, muitas vezes identificada como o símbolo de Vênus.

⁴⁹⁸ Entrevista - Maria América Ungaretti.

Os subgrupos eram pequenos grupos que se reuniam a partir de preferências temáticas e/ou afetivas. Segundo o livro *Memória das mulheres no exílio*, o grupo se dividia “em pequenos subgrupos de seis, oito ou dez pessoas que se encontravam semanalmente ou quinzenalmente⁴⁹⁹. A organização em subgrupos parece ter sido uma forma de tornar mais profícua as discussões, à medida que o grupo foi crescendo, mas também uma saída para contemplar a diversidade de interesses⁵⁰⁰. Cada subgrupo tinha um tema que era sua pauta prioritária – mas não exclusiva – como sexualidade, educação, imprensa feminista, teatro, trabalho feminino, dentre outros. Segundo Maria Betânia Ávila: “Líamos livros, fazíamos as relações entre experiências empíricas (inclusive o *vécu*) com questões teóricas e interpretávamos a realidade e a nossa prática também com referências de linhas políticas e teóricas”. Era nos subgrupos que o contato entre as militantes era mais próximo e freqüente. E era nele que se realizava a atividade chamada por elas de “*vécu*”. Estas atividades constituíam uma forma de grupos de auto-consciência, que era, como vimos, um importante elemento da pauta feminista do período:

“*vécu* é o traço constitutivo de uma geração do movimento feminista no mundo, não é no Círculo, não é na França, o tempo histórico do movimento, o tempo histórico...(…), os anos 70, a década, é o tempo histórico do *vécu*, que é a vivência, então era no Círculo era no MLAC, era no grupo de mulheres latino-americanas, era no grupo do Ruge, era no grupo da Alemanha.....”⁵⁰¹

O *vécu* era um momento em que se falava do cotidiano, do vivido; deste modo, era um momento de expressão da particularidade. Como rememora Regina Bruno, “as nossas reuniões do Círculo, a nossa dinâmica era montada em cima de resgatar a nossa experiência, resgatar a nossa experiência do cotidiano, a experiência como mulher, como companheira, como mãe, como namorada, como esposa”⁵⁰². Por outro lado, na medida em que permitia, a partir da expressão do particular, o seu reconhecimento na troca, tornava-se um momento de reconhecimento, que referia o particular à universalidade de sua determinação. Nesse sentido, recorda Eliana Aguiar: “Coisas que você vivia isolada, sozinha, que achava que era teu problema pessoal e que não tinha solução e tal,

⁴⁹⁹ COSTA, Albertina. et. al. *Memórias...* Op. cit., p. 413.

⁵⁰⁰ Ver por exemplo “com os subgrupos que agora se trabalha, pois, para nós, é impossível desenvolver discussões, pesquisas e trabalhos políticos com 50 pessoas ao mesmo tempo; sobretudo se não possuímos os mesmos interesses”. [DCM – vol. II – “Un peu de notre histoire”s.d.]

⁵⁰¹ Entrevista - Regina Bruno.

⁵⁰² Entrevista – Regina Bruno.

de repente ser questão de todas as mulheres”. O cotidiano era assim politizado, forjando uma identidade comum:

“Você tinha um espaço em que você podia discutir as suas coisas que eram consideradas as suas coisas privadas sem interesse, muito abaixo da política, de repente elas aparecem como a política, aquilo era fazer política (...). Você, a partir daquela coisa que é sua e pessoal, você está discutindo política”⁵⁰³

Esse foi um importante espaço para a construção de uma identidade entre as mulheres e da criação de laços de solidariedade, uma “solidariedade contra a opressão”. Era o momento de se reconhecer no outro, de perceber as semelhanças e de construir uma luta comum.

“Eu acho que o grande mérito do feminismo é ter conseguido agrupar a gente. Conseguimos ver que os nossos problemas individuais não eram só nossos. Eram de todas as mulheres como nós. Foi o contato com o movimento feminista aqui na França que fez com que nos identificássemos e nos aproximássemos umas das outras. Não nos vemos mais como ‘aquela rival’, como a causa das nossas futuras desgraças, como ‘a outra’⁵⁰⁴.

“Quando é que passou pela minha cabeça antes que eu pudesse discutir com uma companheira, até de outras posições políticas, as minhas opiniões pessoais? Nunca, nunca. Acho que é esse tipo de mudança que a prática dentro do movimento coloca: uma solidariedade contra a opressão, o que não é a mesma coisa que ser uma irmãzinha de todas as mulheres.”⁵⁰⁵

O *vécu* é lembrado por todas as militantes entrevistadas como uma das atividades de maior importância no Círculo:

“A gente discutia textos, chegava um dia e começava a falar de uma experiência de alguma, de um caso que alguém queria contar. Por isso a gente dizia que o subgrupo era a discussão do *vécu* ... tinha uma dinâmica fantástica, ninguém caía a peteca, ninguém deixava de ir. Era uma coisa muito importante, muito incorporada na vida da gente, a reunião do subgrupo”⁵⁰⁶

“Nas reuniões, nas discussões do *vécu*, cada uma contava as suas misérias, as suas desgraças e se criou uma cumplicidade entre nós (...). A discussão do *vécu* era barra pesada, saía coisa do arco da velha. Discutia-se abertamente sobre o que não se gostava na outra, no que a outra falou. Tudo era resolvido ali. Uma coisa meio catártica (...). O indivíduo tinha que aparecer, dizer o que sentia.”⁵⁰⁷

⁵⁰³ Entrevista - Eliana Aguiar.

⁵⁰⁴ COSTA, Albertina. et. al. *Memórias...* Op. cit., p. 415.

⁵⁰⁵ COSTA, Albertina. et. al. *Memórias...* Op. cit., p. 420.

⁵⁰⁶ Entrevista – Ângela Muniz.

⁵⁰⁷ ROLLEMBERG, Denise. *Exílio: entre raízes e radares*. Op. cit., p. 216.

Os subgrupos também eram um espaço de discussões e estudo. Durante toda a existência do Círculo formaram-se diferentes subgrupos a partir do interesse em discutir determinados temas. No boletim, publicado em 1978, há textos dos seguintes subgrupos: sexualidade, Chiquinha Gonzaga, 8 de março, imprensa feminista, Gobelins (antigo maternidade), teatro, alerta e audio-visual. Dois subgrupos parecem ter sido os mais atuantes: imprensa feminista e sexualidade.

Um elemento importante a ser mencionado é que as memórias sobre a atuação no Círculo são profundamente marcadas pelas atividades nos subgrupos. Como afirma Sônia Giacomini, “Cada subgrupo tinha uma dinâmica muito própria”⁵⁰⁸. É nos subgrupos que elas se reencontravam com mais frequência e criavam laços mais estreitos. Nas assembléias, reuniam-se todas as integrantes e eram tomadas decisões coletivas. Entre os temas discutidos, encontramos as seguintes referências: mulher e sindicato, autonomia do movimento feminista, sexualidade, anistia e análise dos editoriais do Brasil Mulher. Como veremos no item “principais temas de debate”, essas questões constituíram debates importantes para o grupo. Segundo Suzana Maranhão:

“Ali, socializávamos informações dos subgrupos, discutíamos bandeiras gerais do movimento, preparávamos grandes reuniões e eventos públicos, ampliando a visibilidade.”⁵⁰⁹

Para Ângela Brito, militante do Círculo, a dinâmica dos subgrupos/assembléias seria a seguinte:

“nas Assembléias Gerais e nos panfletos, elas tratavam, antes de tudo, de temas políticos como a solidariedade à luta das mulheres brasileiras, feministas ou não, e sobretudo às lutas das operárias, a defesa das presas políticas, a luta pela anistia, a luta do povo brasileiro contra a ditadura. Nos subgrupos, que se reuniam mais frequentemente, as discussões sobre a vida privada e o cotidiano ganhavam ritmo, a criação de novos subgrupos sobre a sexualidade, o corpo, a maternidade, contribuiu para que brotassem novas relações entre elas e surgisse uma nova forma de solidariedade entre estas mulheres que por tanto tempo disto haviam sido privadas. Uma nova identidade se esboçava”⁵¹⁰

A forma de se articular as discussões e atividades realizadas nos subgrupos com as Assembléias gerais foi uma das dificuldades enfrentadas pelo grupo. Como exemplo de debate sobre o modo do seu funcionamento, temos o relato de um subgrupo que reuniu mulheres que permaneceram em Paris nas férias de 1977 e formaram o subgrupo

⁵⁰⁸ Entrevista Sônia Giacomini.

⁵⁰⁹ MARANHÃO, 2009: 160.

⁵¹⁰ ROLLEMBERG, Denise. *Exílio: entre raízes e radares*. Op. cit., p.217.

“vacances”. Este propõe uma nova forma de organização que, segundo o subgrupo, fosse “mais fluida” e uma integração “da melhor forma possível [d]essa variedade de interesses, níveis de consciência, e de compromissos diferentes, objetivos mediatos e imediatos, diversidade de motivos de adesão, e que seja capaz de transformar nossa realidade inicial numa consciência maior de nossa opressão”. Para este objetivo, propõem a formação de pequenos círculos, sem tema estabelecido e que se articule como “um grupo de mulheres com afinidades, disposto a levar adiante um determinado projeto de trabalho”. Reclamam da burocratização das assembléias, que em detrimento de uma “coletivização das preocupações e os debates dos diferentes círculos” centrava-se na resolução de questões “administrativas e técnicas”. Sugere-se, ainda, que as assembléias tenham um caráter menos formal⁵¹¹.

Entre os documentos do Círculo encontramos um regulamento que estabelece normas de funcionamento do grupo. Embora este não seja datado, foi, ao que tudo indica, elaborado nos momentos iniciais do grupo.

“NORMAS PARA FUNCIONAMENTO DO GRUPO

I- COMPOSIÇÃO DO GRUPO

Fazem parte do grupo todas as companheiras que:

- 1-Concorda com os princípios, objetivos e normas de organização definidas pelo grupo;
- 2-Estejam dispostas a contribuir para a unidade do grupo, participando regulamente de suas atividades.

II – Estrutura do grupo

O grupo se compõe de um Plenário, estruturado em sub-grupos de estudo, uma Coordenação e Equipes de trabalho que executam as decisões do Plenário.

1- Funcionamento do Plenário

Das reuniões:

- a) Reúnem-se quinzenalmente, fixando-se anteriormente a ordem do dia, uma presidente e uma secretária;
- b) A reunião plenária do grupo é o órgão máximo de decisão;
- c) O quorum mínimo é a maioria simples das integrantes do grupo;
- d) A secretária elaborará uma ata, que será entregue à Coordenação para o arquivo;
- e) Em cada reunião plenária será lida a ata da reunião anterior no que diz respeito às resoluções que tenham sido tomadas pelo plenário;
- f) Em cada reunião a Coordenação fará um rápido informe de suas atividades.

Único: A modificação das presentes normas, dos princípios e objetivos, só poderá ser efetuada em REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA convocada expressamente para tal fim...”⁵¹²

Embora este trecho dê a idéia de uma organização burocratizada, com normas rígidas de funcionamento e adesão, não parece ter sido esta a forma que predominou no

⁵¹¹ DCM – vol.– “Uma proposta de reestruturação para o Círculo”, setembro de 1977.

⁵¹² DCM – vol. I – “Normas de funcionamento do grupo”. s.d.

grupo. Segundo os depoimentos, o Círculo não seguiu uma forma de organização burocratizada como sugere o regulamento supracitado. Os relatos, como veremos, apontam para reuniões não-verticalizadas e em formato pouco convencional. Supomos que no início, por influência das organizações de esquerda, da qual muitas eram provenientes, este “estatuto” foi formulado. O regulamento citado pode nunca ter sido seguido à risca, mas, sua existência já é, por si só, significativa, ao menos das intenções do grupo em determinado momento. Por isso cabem alguns comentários sobre ele.

Consta como critério de adesão ao grupo a concordância com os princípios, objetivos e normas de organização do grupo. Além disso, estava condicionada a uma apresentação por alguma integrante do Círculo. Este último ponto parece ser uma preocupação com questões de segurança.

O primeiro critério mostra que o grupo almejava uma mínima unidade. Nos princípios do grupo há claramente a defesa de um tipo de feminismo de esquerda, comprometido com idéias de transformação social e que considerava impossível desvincular a luta feminista da luta por uma sociedade sem classes. O objetivo inicial das mulheres que chamaram a criação do Círculo era, como vimos, formar um “movimento autônomo com base na luta de classes”⁵¹³.

Segundo documentos do grupo Campanha, num primeiro momento a concordância com os pontos expostos na brochura “Por uma tendência feminina e revolucionária” era o critério de entrada. Mas, poucos meses depois das primeiras reuniões, ainda segundo a mesma fonte, a brochura mencionada foi abandonada e foi redigida pelo grupo uma Carta Política (pois a brochura era de autoria do GBMR) que substituiu a brochura como critério de entrada.

Pouco a pouco, segundo Regina Carvalho, esse critério foi se afrouxando e o critério de entrada tornou-se mais fluido:

“no início nós discutíamos essa carta com todo mundo que entrava, era uma discussão individual pra depois participar das Assembléias, depois isso aí vai se afrouxando, vai se afrouxando, convidamos pra participar de uma assembléia, pra assistir a uma assembléia e as pessoas iam se vinculando. Eu também acho que naquela época era muito difícil encontrar alguém que não fosse socialista, quer dizer, marxista assumido, talvez nem tanto, mas esquerda-todo mundo era de esquerda.”⁵¹⁴

⁵¹³ DCM – “Por uma tendência feminina e revolucionária” – vol.I – novembro de 1975.

⁵¹⁴ Entrevista - Regina Carvalho.

4.5 Círculo, organizações político-partidárias e autonomia

Como procuramos mostrar, havia forte presença de mulheres militantes partidárias no Círculo. Através dos documentos e entrevistas podemos perceber que havia uma clivagem na esquerda brasileira no exílio em dois grandes blocos. Para o grupo Campanha seria a “esquerda reformista” e a “esquerda revolucionária”⁵¹⁵. No primeiro bloco incluem PCB e Debate e no segundo Campanha, POC e MR-8. Para o PCB predominaria no Círculo um clima “cuja tendência ideológica e política hegemônica poderia ser caracterizada como de ultra-esquerda”⁵¹⁶. Além disso, seria dominante no Círculo “preocupações predominantemente ideológicas, culturais e existenciais”.

Antes de entrarmos nessa discussão cabe fazermos alguns comentários sobre o grupo “Debate”. O grupo se articulava em torno da revista *Debate*. A revista, que tem seu primeiro número publicado em 1970, foi idealizada por um ex-militante da VPR, João Quartim de Moraes, que aglutinou em torno da revista membros da esquerda brasileira refugiados na França. A revista pretendia ser um veículo unificador e um mecanismo a partir do qual fosse possível reorganizar o movimento revolucionário. Ela funcionou também como centro de estudos. 40 números foram publicados em 12 anos. Um aspecto que é importante destacar é que a revista se abriu para temas até então praticamente ausentes na esquerda brasileira, como democracia, questão do negro e questão da mulher. A revista foi um importante centro de debate e estudos sobre a questão da mulher. Essa temática foi abordada em 13 dos seus 40 números (17, 20, 24, 27, 29, 30, 31, 32, 35, 36, 37, 38, 39). O primeiro artigo data de janeiro de 1975. Algumas das mulheres membros do grupo participaram do “Comitê” na França. Segundo Ângela Xavier de Brito, do Comitê formado na França saíram tanto algumas mulheres que formaram o Círculo como outras que fundariam o núcleo feminino do Debate, que segundo ela “era uma coisa próxima do partido mas não era o partido”.

Cecília Comegno comenta sobre suas percepções sobre a diferença entre PCB e Debate:

“o grupo Debate tinha uma característica muito diferente do da gente, era um grupo intelectual. Então era um grupo que estudava muito, elaborava muito, fazia muita análise, e trabalhos e textos, produzia análises sobre tudo.

⁵¹⁵ DGC – vol. I – “Balanço”, s.d.

⁵¹⁶ DPCB - “Informes para a Comissão Feminina sobre o Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris” janeiro de 1978.

E nós não, nós vinculávamos a ação concreta, política, com algum estudo; o fim não era o estudo, entendeu”⁵¹⁷

O PCB e o grupo Debate tiveram participação muito limitada no Círculo. Mas as divergências não se resumiam a diferenças partidárias mas envolviam também debates sobre feminismo e objetivos do grupo. Ambas as organizações, segundo o grupo Campanha, teorizariam um feminismo “em cima de posições democratistas”:

“Não são pela construção de um Movimento de Liberação das Mulheres. São por formas de org. de mulheres que lutem por melhores condições de vida, pelas liberdades democráticas. Portanto, diluem a importância da organização autônoma das mulheres para a construção desse movimento.”⁵¹⁸

Para o PCB, o Círculo seria “essencialmente anti-comunista” e existiriam “acentuados preconceitos contra o P.”. Por esse motivo, as militantes do Partido, segundo documentos de janeiro de 1978, não se identificaram como tal quando atuaram no Círculo⁵¹⁹. O Campanha, por sua vez, considera o PCB como “forças reformista”, “assistencialista” e “contra a autonomia do movimento”. Perguntadas sobre a presença deste partido e do Debate no Círculo, as entrevistadas lembram-se vagamente da presença de uma ou outra militante.

Deste modo, ao contrário do que afirma Rosalina Leite, o Círculo teve entre os seus membros poucas mulheres ligada ao coletivo da revista Debate⁵²⁰. Leite parece confundir em alguns momentos dois grupos distintos, o Círculo e membros do grupo Debate que discutiam a “questão da mulher”.

Segundo o Campanha, a entrada de mulheres das “forças reformistas” no grupo teria provocado alguns embates sobre a questão do papel do grupo:

“O crescimento sem controle permitiu a entrada de forças reformistas (ainda que até agora não organizadas) e de mulheres recém chegadas do Brasil influenciadas pelo ‘feminismo democratista’. Aliás essas mulheres tentam canalizar a preocupação do círculo para as iniciativas no Brasil, para propostas de apoio a elas, como retaguarda, desprezando a importância de um trabalho na colônia.”⁵²¹

⁵¹⁷ Entrevista - Cecília Comegno.

⁵¹⁸ DGC – vol. I – “Balanço”, s.d.

⁵¹⁹ “Por motivos de ordem tática, nós, como militantes, somos obrigadas a atuar no Círculo sem nos identificarmos como militantes do P. Por isso, a posição do P. não pode ser levada à prática como o apoio de pessoas que poderiam simbolizá-la: ela precisa ser levada à prática abstratamente, de forma sutil mas muito bem definida e coerente. (...)” [DPCB “Informes para a Comissão Feminina sobre o Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris” janeiro de 1978]

⁵²⁰ LEITE, R. *A imprensa feminista no pós-luta – armada: os jornais Brasil Mulher e Nós Mulheres*. Tese de Doutorado. Faculdade de Ciências Sociais PUC/SP, São Paulo, 2004, p. 102.

⁵²¹ DGC – vol. I – “Balanço”, s.d.

Os documentos do PCB reforçam essas divergências, como se vê abaixo:

“Nossa orientação no círculo era de: fazer a luta ideológica contra o sexismo e propor discussões de releve para a luta das mulheres brasileiras, procurar sensibilizar o círculo com a solidariedade às lutas reais que as mulheres estão desenvolvendo no Brasil, sair dos problemas pessoais para colocar os problemas gerais, os problemas da maioria das mulheres e por esta via convencer o círculo da justeza de nossa orientação de que as mulheres devem lutar pela democracia no Brasil, como condição básica da luta por sua emancipação.(...) constatamos pior que há um problema de linguagem entre nos e elas que tem sido diferente: **nós queremos partir do geral e elas do individual.**”⁵²²

Nos documentos de ambos os grupos políticos (PCB e Campanha) fala-se de disputa por hegemonia entre as forças partidárias. Infelizmente não dispomos de documentos interno de outras organizações, além do PCB e um balanço do Campanha, para acompanhar como se desenrolou esse processo.

A postura de muitas das organizações atuantes do Círculo parece ter sido, num primeiro momento, vê-lo como uma área de atuação do partido, um espaço em disputa, postura que aos poucos vai sendo modificada pelas próprias militantes. Segundo as entrevistadas, o núcleo ativo do Círculo era constituído em sua maioria por militantes políticas que, de acordo com Ângela Xavier de Brito, viviam “constantemente dilaceradas entre duas lealdades: à organização política e à autonomia do movimento de mulheres, muito mais visceral”⁵²³. Para muitas, o questionamento à postura das organizações não tardou a surgir entre as militantes partidárias:

“Estava muito claro para o grupo ampliado que nós elaborávamos antes como grupo, como partido político, como grupo político (...) Mas por outro lado éramos as pessoas absolutamente apaixonadas por aquele trabalho sobre as mulheres e que a gente transcendia o que era discutido no Campanha”⁵²⁴

“A gente vai inicialmente como MR-8, mas a gente em seguida começa a discutir que não tem nada mais a ver”⁵²⁵

[Para Regina Carvalho] “Viemos como militantes para influir desta ou daquela maneira. Só depois é que descobrimos, na própria dinâmica do grupo, que o movimento feminista é muito mais que a intervenção política num movimento de mulheres. (...) Acho que o grande salto que a gente deu

⁵²² DPCB – grifos meus.

⁵²³ ROLLEMBERG, Denise. *Exílio: entre raízes e rades*. Op. cit., p. 217.

⁵²⁴ Entrevista - Regina Bruno.

⁵²⁵ Entrevista - Ângela Muniz.

nesse processo de grupo é não ver o Círculo como uma atividade política, não tentar intervir aqui assim ou assado”⁵²⁶

Essa atuação “mais partidária” dentro do Círculo foi diminuindo, segundo praticamente todas as entrevistadas, e aos poucos sendo substituída por uma postura de maior respeito à autonomia do movimento – processo nem bem sempre aceito pelas organizações.

“Naquele contexto havia uma discussão sobre a “dupla militância e havia uma disputa de direção. Essa era uma tensão e um conflito (...) Por outro lado, na minha visão, o Círculo tinha uma autonomia e uma resistência grande ao direcionamento. No conflito prevalecia os “valores” feministas tão fortes naquele momento da autonomia e horizontalidade. E os questionamentos profundos da “ordem patriarcal””⁵²⁷

“Eu acho que a autonomia não era pra essas mulheres, pra minhas companheiras, não era uma coisa de palavra que elas estavam usando... acho que havia uma luta de todas as mulheres, das que eram militantes e das que não eram militantes de organizações de esquerda, no sentido de preservar realmente a sua autonomia no Círculo (...) acho que elas não estavam ali querendo manipular, estavam ali realmente como militantes do Círculo preservando ... até talvez em algumas situações em confronto dentro das suas organizações mas preservando a autonomia das mulheres”⁵²⁸

“A gente conseguiu no Círculo de Mulheres consolidar uma organização suprapartidária, e o Círculo passou a ter uma relevância para as próprias organizações ... antes era uma visão das organizações querendo interferir nas coisas do Círculo e manipular, entendeu? A gente ia falar com a posição da organização, a gente brigava dentro do Círculo, com visões de outras organizações... e finalmente pouco a pouco o Círculo foi ganhando autonomia e a luta das mulheres foi tendo uma centralidade, uma densidade e uma visão estratégica que tinha independência em relação aquilo que faziam os partidos.”⁵²⁹

Sonia Calió considera que nunca se conseguiu colocar em prática uma verdadeira autonomia:

“nós achávamos que estávamos exercendo autonomia e eu acho que de certa forma a gente exercitou até aonde nós podíamos, porque autonomia mesmo, estando no movimento político partidário a gente não exercita”.

“manter autonomia do movimento e ao mesmo tempo ser de um partido político, que tinha uma estrutura de centralismo democrático e tal, é impossível”⁵³⁰

⁵²⁶ COSTA, Albertina. et. al. *Memórias...* Op. cit., p. 420.

⁵²⁷ Entrevista - Maria Betânia Ávila.

⁵²⁸ Entrevista - Eliana Aguiar.

⁵²⁹ Entrevista Eliana Aguiar.

⁵³⁰ Entrevista - Sonia Calió.

Um dos eventos que aflorou ainda mais a discussão sobre autonomia em relação aos partidos ocorreu em 1978. Foi a “Campanha de Solidariedade”, lembrada com pesar até hoje pelas militantes do grupo. Tratava-se de uma campanha para arrecadar dinheiro para viabilizar a saída do Brasil de uma militante do Movimento pela Emancipação do Proletariado (MEP), Waleska, que estava sendo perseguida e corria risco de morte no país. Através de seus militantes, o grupo Campanha, que tinha ligações com o MEP, propôs que o Círculo encampasse o projeto. A proposta foi aceita e o Círculo passou a se mobilizar para conseguir dinheiro e apoio de grupos franceses. Waleska conseguiu sair do país – não é possível afirmar a partir das entrevistas se todas ou somente parte das militantes do Círculo vinculadas ao grupo Campanha tomaram conhecimento do fato – mas o Círculo, desconhecendo este fato, continuou realizando a campanha. Uma integrante do Círculo, vinculada a outra organização divulgou, segundo alguns depoimentos, que Waleska já estava na Europa e que o Campanha sabia do fato mas nada fez para encerrar a atividade. Este momento é descrito como muito doloroso, marcado por choros e indignação. Nem mesmo as militantes do grupo Campanha sabem explicar por que a verdade não foi declarada e por que não se encerrou a campanha (se por motivos de segurança, tentativa de mobilizar o Círculo num momento de pouca atividade, intenção de arrecadar dinheiro...). Os depoimentos sobre o episódio são marcados por um desconforto⁵³¹, particularmente no caso daquelas que tinham vinculação com o grupo Campanha. Passa-se a impressão de que a história ficou mal-resolvida até hoje. Esse evento é interpretado muitas vezes, por aquelas que o vivenciaram, como uma ingerência do grupo Campanha, uma demonstração da fragilidade da autonomia do Círculo. Este evento, apesar das suas conseqüências no Círculo não o levou a encerrar suas atividades, mas foi um detonador do grupo Campanha, que perderia muitos de seus militantes e praticamente deixou de funcionar logo depois desse evento.

Deve-se ressaltar que autonomia, para o Círculo, tinha um sentido muito mais amplo que tão somente autonomia política e teórica em relação às organizações de esquerda, questão que abordaremos no item “concepção de feminismo”.

⁵³¹ Uma das entrevistadas pediu que desligasse o gravador e perguntou o que eu já sabia sobre o caso antes de começar a falar.

4.6 Atividades externas

Além das atividades internas, o Círculo realizou e/ou participou de diversas atividades junto à comunidade exilada e ao movimento feminista francês e produziu uma grande diversidade de materiais voltados para divulgação externa.

A primeira atividade pública do Círculo parece ter sido uma ‘soirée’ aberta à colônia sobre “o problema da mulher e o feminismo” com o objetivo de socializar algumas discussões realizadas no seio do grupo e sensibilizar mulheres da colônia brasileira para a questão. Nesta atividade foi projetado o filme *o Sal da Terra* e realizada uma exposição de trabalhos dos subgrupos e um debate. Além disso foi divulgada a “Carta Política” do grupo. O Círculo se empenhou nesta atividade, como forma de sensibilizar a comunidade para a questão:

“Pessoas se deslocam de uma casa para a outra na Cite Universitaire. Cinco horas e o filme vai ser depois da exposição, às oito (...) Três, quatro de nós no trabalho de colar o imenso painel cheio de pequenas reproduções de pintores impressionistas e conformam a vida de uma mulher desde que nasce até que vira vovó. Manet, Degas, Gauguin, Van Gogh, Laurec entre outros, vão se sucedendo, mostrando que também na pintura vemos os reflexos do condicionamento da mulher: nas suas posturas passivas, de modelos, experimentando vestidos ou tocando piano. Quando ativas, cortando pão e legumes. ‘Será que vai ser mal interpretado?’ Junto aos Cézanne, Sisleys, Monets e outros estão os ditos populares dos para-choques dos caminhões no Brasil e também pedaços de letras de música: ‘ser mãe é padecer no paraíso’, ‘Amélia é que era mulher de verdade...’⁵³²

A partir dessa primeira atividade pública, surgem as questões sobre se o grupo deveria ou não fazer atividades desse gênero e qual o peso teriam essas. O dilema do grupo parece ser bem expresso por uma de suas militantes quando pergunta: “Nos lançamos, ‘partimos pro pau’ ou esperamos, estudamos, nos preparamos mais e depois veremos esse problema?”.

O ano de 1977 é marcado por um crescimento e consolidação do grupo. O Círculo é convidado para diversos eventos na comunidade exilada e junto ao movimento feminista francês:

“Começa 77 e uma nova fase. O Círculo é uma realidade e por isso mil convites nos são dirigidos. Cada um é discutido e eventualmente aceito depois de longas assembléias. Por exemplo: o Congresso de mulheres na

⁵³² DCM – vol. V – “O nosso Círculo ou tudo começou em 75” Boletim do Círculo de Mulheres, 1978.

Iugoslávia, As jornadas do CBA, o meeting 'Parole aux femmes d'Amérique Latine, a 'Rencontre Internationale de Femmes', a manif do 1º. de maio.”⁵³³

O grupo Campanha afirma no seu “balanço” que o Círculo é uma “realidade dentro da colônia” e uma “força polarizadora de debates” e prossegue: “Cada vez mais mulheres procuram o Círculo como resposta as suas expectativas, buscando uma alternativa de trabalho”⁵³⁴.

Na comunidade exilada, o grupo participa em janeiro de 1977 de uma jornada na qual distribuem um panfleto de solidariedade às prisioneiras políticas no Brasil “La repression est chaque jour plus forte et elle n’ a pas de frontières! La solidarité aussi doit briser les frontières!” O panfleto pede liberação de todos os prisioneiros políticos latino-americanos e faz um apelo urgente conclamando uma “campanha imediata para salvar a vida de Regina Marcondes, Elza Monnerat, Maria Trindade e todas as outras militantes do PC do B presas em 16 de dezembro de 1976”. Em junho de 1977 o grupo é convidado a participar do dia de solidariedade ao povo brasileiro organizado pelo Comitê Brasil Anistia. O Círculo participou dos debates e fez divulgação do grupo através de um panfleto, “Le Cercle des femmes bresiliennes”, no qual o grupo e seus objetivos são apresentados, juntamente com um relato das atividades das quais participou.

O Círculo também manteve contatos estreitos com o movimento feminista francês. Através da bibliografia dos textos e dos grupos de estudos, pode-se perceber que este procurava acompanhar as discussões feministas. Diversos periódicos feministas são citados: *Les Cahiers du GRIF*, *Questions Feministes*, *La revue d'en face*, *Cahier du féminisme*, *Histoire d'elles*, *Le Temps de Femmes*. Mas o contato não se limitou à leitura de textos franceses, o Círculo procurou sempre manter-se em contato com os grupos feministas franceses. Para Regina Bruno o Círculo estava “de frente e não de costas para o que estava acontecendo ali na França”. Nas entrevistas encontramos muitas referências a este contato:

“Eu acho que a gente tinha uma relação muito estreita. Elas nos chamavam para os encontros delas, - no Mutualité – que é um lugar bem de encontro e de crítica – e nós participávamos de encontros delas, de manifestações pela legalização do aborto...”⁵³⁵

⁵³³ DCM – vol. I, s.d.

⁵³⁴ DGC – vol. I – “Balanço”, s.d.

⁵³⁵ Entrevista - Lena Lavinas.

“O Círculo procurava se inserir no movimento, procurava se integrar... era um momento muito forte do movimento francês, um momento de pique, era um movimento que existia, um movimento social constituído por vários grupos, mobilizações(...) O Círculo se alimentava dessa riqueza, procurava reuniões, seminários, chamava debates, estava presente nas passeatas, no 8 de março...”⁵³⁶

Há menções ao MLAC (Movimento pela Legalização do Aborto e da Contracepção), com o qual fizeram estágio, ao Planning Familiar, ao jornal “Petroleuses” e às mulheres da LCR (Liga Comunista Revolucionária). A última é recorrentemente nas entrevistas, particularmente pelas militantes do grupo Campanha. Nos documentos encontramos diversas referências a materiais dessa organização. A bibliografia discutida pelo grupo, como veremos posteriormente, também se enquadra majoritariamente nessa perspectiva política. Embora o Círculo tenha se aproximado mais da tendência “luta de classes”, seus contatos não se restringiam a este grupo, como se vê. Segundo Maria Betânia:

“Os contatos eram variados: tinha pessoas que também participavam de grupos de militância feminista francesa⁵³⁷. Outras tinham contato permanente. E com certeza todas participavam das grandes mobilizações, passeatas, debates do movimento feminista francês. Mas os contatos eram, sobretudo, com as correntes do movimento autônomo e com as mulheres feministas da LCR. Bem, na minha referência. Mas acho que houve também grupos que tinham contato com as socialistas e do partido comunista”⁵³⁸

Sobre algumas atividades feitas com o movimento feminista francês, Ângela Muniz rememora:

“Eram atividades públicas (...) nós montávamos nossas barracas, expúnhamos o trabalho que a gente fazia, artigos ou faixas nossas, a gente se fazia presente, nesses encontros a gente se fazia presente pra divulgar nossa luta, era isso, principalmente pra divulgar a nossa luta, a gente não estava ali pra ganhar os franceses, a gente não estava ali pra ganhar massa de brasileiras, a massa das brasileiras estava no Brasil, a gente estava ali pra se fazer conhecido, pra divulgar uma luta que a gente achava importante, esse era o nosso papel, nos conscientizarmos e divulgarmos a nossa luta”⁵³⁹

Pensando em termos cronológicos, um primeiro evento que parece ter proporcionado maior contato com o feminismo francês foi a campanha de denúncia do estupro de uma brasileira na Bélgica. Em novembro de 1976 elas assinaram um panfleto

⁵³⁶ Entrevista - Regina Bruno.

⁵³⁷ Angela Arruda fazia parte de um “groupe de quartier”. Sonia Calió participou do movimento das mulheres da LCR.

⁵³⁸ Entrevista - Maria B. Ávila.

⁵³⁹ Entrevista - Ângela Muniz.

com a “Coordination de Groupes de Quartier Parisiense”. Há alguns textos, escritos em francês, sobre essa questão.

No ano de 1977 elas participam em março do Parole aux Femmes de L’Amerique Latine, das manifestações do 1º. de maio e do Rencontre Internationale de femmes também em maio.

Sobre a participação no Rencontre, elas comentam que participaram de diferentes comissões, venderam material, distribuíram panfletos, recolheram assinaturas exigindo a liberação de presos políticos (enviadas a Geisel). Ainda segundo o relato presente nos documentos, este evento teria permitido um aprofundamento do contato com alguns grupos franceses e com mulheres latino-americanas.

O contato outras mulheres latino-americanas tinha se iniciado num evento realizado em março - que promoveu também um maior contato com o movimento feminista francês - Parole aux Femmes de L’Amerique Latine, promovido pelo jornal *L’Information des femmes* como parte das comemorações do 8 de março de 1977. Este evento reuniu, segundo Araújo⁵⁴⁰, 500 mulheres latino-americanas e francesas⁵⁴¹. O encontro contou com a participação de grupos de mulheres argentinas, colombianas, uruguaias, guatemaltecas e chilenas. Somente as chilenas e as brasileiras estavam organizadas enquanto grupo segundo documentos do Círculo.

O Círculo preparou uma brochura, “Parole aux femmes du Brésil”, para ser entregue no encontro com o objetivo de promover uma maior aproximação com o movimento feminista internacional e denunciar “a exploração específica da mulher no Brasil”. Este evento permitiu um estreitamento de laços com os grupos franceses e uma aproximação com mulheres latino-americanas.

“O encontro dos grupos de mulheres latino-americanas foi sem dúvida um momento muito rico em nossa luta. Serviu para nos aproximar ainda mais, mostrando uma vez mais que as fronteiras de nossos países não significam nada no que diz respeito à nossa opressão.”⁵⁴²

⁵⁴⁰ ARAÚJO, A. Hacia una identidad latinoamericana – Los movimientos de Mujeres en Europa y América Latina. *Nueva Sociedad*, n. 78, 1985, p. 92.

⁵⁴¹ Sobre este evento Ana Araújo comenta “Así, en el año 1976, a instancias del movimiento de mujeres “Lutte de classe” en Francia, se realizará un mítin en la Mutualité (centro de reuniones político y social en el Barrio Latino en París), que reunirá a más de 500 mujeres latinoamericanas y francesas. El mítin llevará por nombre “La Parole aux Femmes de l’Amérique Latine”, y será el comienzo del grupo de mujeres latinoamericanas en París, que existe hasta hoy. Este grupo, creado a partir de 1976, tiene como antecedentes una revista, Nosotras, que existió a comienzos de los años 70”. ARAÚJO, A. Hacia una identidad latinoamericana... Op. cit.

⁵⁴² DCM – vol.V - “Agora é que são elas. Jornal do Círculo de Mulheres Brasileiras”, 1979.

Deste encontro surgiria a Coordinación de Mujeres Latinoamericanas, do qual o Círculo fez parte. No jornal *L'Information des femmes* há um texto assinado pelo grupo de mulheres latino-americanas que se formou no evento comentando a reunião:

“A afluência foi importante e a sala B da Associação (onde acontecia o encontro) estava cheia de um público, fundamentalmente, de mulheres; algumas camaradas latino-americanas e francesas, conscientes da importância da reivindicação feminista, inseridas na dialética da luta de classes, estavam igualmente presentes.

O encontro se iniciou com uma exposição comum na qual era claramente estabelecida a situação de opressão e de exploração que a mulher viveu na sociedade latino-americana, sociedades, por todas as partes, apoiadas e sustentadas pela repressão, regimes ditatoriais sem nenhum apoio social, países sem visibilidade no seio do sistema capitalista”⁵⁴³

Para Naty Guadilla, este grupo, num primeiro momento, se concentra em lutas de denúncia da situação de seus países de origem:

“Constituído em princípio por mulheres procedentes de novos exílios latino-americanos e por militantes em sua maioria, Mulheres latino-americanas nasce de um ato de vontade militante. Sem uma ‘consciência feminista’, este grupo se organizou ao redor e ‘quase exclusivamente’ das campanhas de solidariedade com os prisioneiros(as) político(as) latinoamericanos (as). Absorvidas por exigências imediatas de apresentação do grupo em debates, as mulheres deste grupo ‘tardaram’ falar de suas vivências, como diziam no boletim n.1”⁵⁴⁴

O grupo realizou atividades com o Círculo. Encontramos nos documentos do Círculo três panfletos frutos dessa parceria: “Les femmes latinoamericaines dans la rue”; “Proposición del grupo latinoamericano de mujeres: Tribunal internacional” (1978) e “Femmes latinoamericaines ici. Elles, nous aussi.” (1º de maio de 1978).

Consta como um dos objetivos do Círculo “Estreitar laços com os grupos de mulheres latino-americanas e buscar maior contato com os outros grupos de mulheres brasileiras no exterior, no sentido de uma atuação conjunta”⁵⁴⁵. É interessante notar que o Círculo procurou também manter alguma forma de contato com outros grupos de mulheres estrangeiras em Paris. Consta como tema de discussão de uma atividade “8 heures ensembles: on discute des luttes des femmes” a seguinte discussão “Nous, les femmes étrangères, nos groupes a Paris” e um convite a todas as mulheres estrangeiras organizadas em Paris, citam “mulheres negras, as algerianas, as latino-americanas.”

⁵⁴³ *L'Information des femmes* 16, de abril de 1977.

⁵⁴⁴ GUADILLA, Naty. *Historiando*. Op. cit., p. 14.

⁵⁴⁵ DCM – vol. V – Boletim do Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris, maio de 1978.

Entretanto, não encontramos registros sobre contatos com outros grupos de mulheres estrangeiras em Paris.

Ainda sobre o contato com o grupo latino-americano, cabe mencionar as atividades do centro de orthogenia. Nos documentos do Círculo aparece a seguinte explicação sobre o que seria um “centro de orthogenia”:

“um centro de orthogenia quer dizer uma permanência cada – dias com médicos e médicas da colônia para enfrentar problemas como informações sexuais, informações sobre contracepção etc. Não tendo em vista somente informações e à medida do avanço dessa atividade, poderíamos organizar bate papos mesmo nestas permanências sobre esses assuntos. E inclusive esse centro de ortogenia poderia manter um estreito relacionamento com o MLAC (troca de experiências, informações, cooperações, etc.)⁵⁴⁶

Após contatos com o MLAC e a cessão de um espaço pelo Planing Familiar, em 1977, essa idéia se concretizou. A primeira atividade – “8 heures ensembles: on discute des luttres des femmes”(Oito horas juntas, vamos discutir a luta das mulheres) - parece ter se realizado em junho de 1977. O “centro de orthogenie”, como elas chamavam, pretendia, segundo o panfleto que divulgava essa atividade:

“responder ao desejo de ter um local de encontro, de informação, de coordenação e iniciativas de luta: encontro de mulheres, lugar de informação para as mulheres que não são vinculadas a nenhum grupo através da criação de “permanências”, documentos sobre contracepção, aborto, auto-exame”⁵⁴⁷

Sobre essas “permanências” comenta Sônia Calió:

“Nessa sala a gente fazia nossas reuniões e seguiam os plantões delas e aí assim, elas atendiam, sei lá, toda segunda à noite. A gente, segunda à noite, estávamos lá junto com elas. Aí as paramédicas ou médicas que elas tinham atendiam a mulher e a gente fazia um grupo de reflexão com a mulher sobre aquela situação vivida, se era violência o que ela viveu, o que era, trabalhava com ela isso”⁵⁴⁸

O público, segundo Calió, não se restringia a brasileiras, “eram mulheres que não tinham condições financeiras, lá não se pagava nada e se tinha uma boa consulta”⁵⁴⁹.

Sobre essa atividade, o Grupo Latino-Americano comenta no boletim Herejias:

“Después de multiples ensayos y discusiones, el grupo de Ortogenia (información sobre aborto, contracepción y sexualidad) ha comenzado a

⁵⁴⁶ DCM – vol.II – “Discussão sobre a prática do Círculo feita num sub-grupo.

⁵⁴⁷ DCM

⁵⁴⁸ Entrevista - Sônia Calió.

⁵⁴⁹ Entrevista - Sônia Calió.

funcionar los miércoles a las 8 P.M. en el local del Planning, 94 Bd. Massena, Paris 13, M.e. Porte de Choisy. Estamos con el Círculo de Mujeres Brasileñas, con las que queremos organizar una permanencia los Sábados en la tarde”⁵⁵⁰

4.7 Publicações

Uma importante publicação do Círculo foi a brochura mencionada acima “Parole aux femmes du Brésil” (imagem 7), de 1977. São 41 páginas de textos em francês, cujo objetivo era promover uma maior aproximação com o movimento feminista internacional e denunciar “a exploração específica da mulher no Brasil”. Os temas escolhidos dão-nos uma idéia das preocupações do Círculo, particularmente no que diz respeito a aspectos relacionados ao Brasil.

Com o objetivo de divulgar as iniciativas feministas brasileiras, o grupo reproduz os editoriais do *Brasil Mulher* números 1 e 6 e do *Nós Mulheres*, dos números 1 e 3 e traçam um breve histórico das lutas das mulheres no Brasil, remontando ao início do século XX. Os outros textos abordam temas relacionados à mulher brasileira (depoimentos de mulheres trabalhadoras e de prostitutas, trabalho feminino e seus problemas – dupla jornada, menor salário –, controle de natalidade e esterilização forçada, aborto, prisioneiras políticas e movimentos de mulheres contra a carestia).

No ano seguinte, em meados de 1978, sairia o primeiro boletim do Círculo, após várias discussões sobre a necessidade desse instrumento e sobre qual seria o seu caráter. Este é composto por materiais produzidos pelo grupo durante os anos de 1977 e 1978. Há uma breve apresentação do grupo e um histórico de atividades, além de materiais produzidos pelos diversos subgrupos (sexualidade, Chiquinha Gonzaga, 8 de março, imprensa feminista, Gobelins, Teatro) e discussões sobre como seria o boletim. A partir deste, foi possível acompanhar algumas das discussões que se realizavam no seio dos subgrupos.

Data também de 1978 a “Pochette” (imagem 6). Esta é uma compilação de materiais produzidos pelo Círculo, de diferentes períodos, que incluía textos de subgrupos, propostas de trabalho, resultados de assembleias, opinião sobre eventos, como o Congresso da Mulher Metalúrgica, cartas enviadas aos jornais brasileiros divulgando o grupo, além de diversos panfletos confeccionados pelo grupo nos anos

⁵⁵⁰ Herejias n.2, março de 1979, p.5.

anteriores. Constituiu uma importante reunião de materiais produzidos pelo Círculo e foi vendida para a comunidade exilada. No jornal do grupo, de 1979, consta que já haviam sido vendidas 500 “pochetes” e que eles tentariam trocar jornais *Brasil Mulher* por “pochetes”, que seriam vendidas, promovendo assim uma divulgação de ambas as iniciativas.

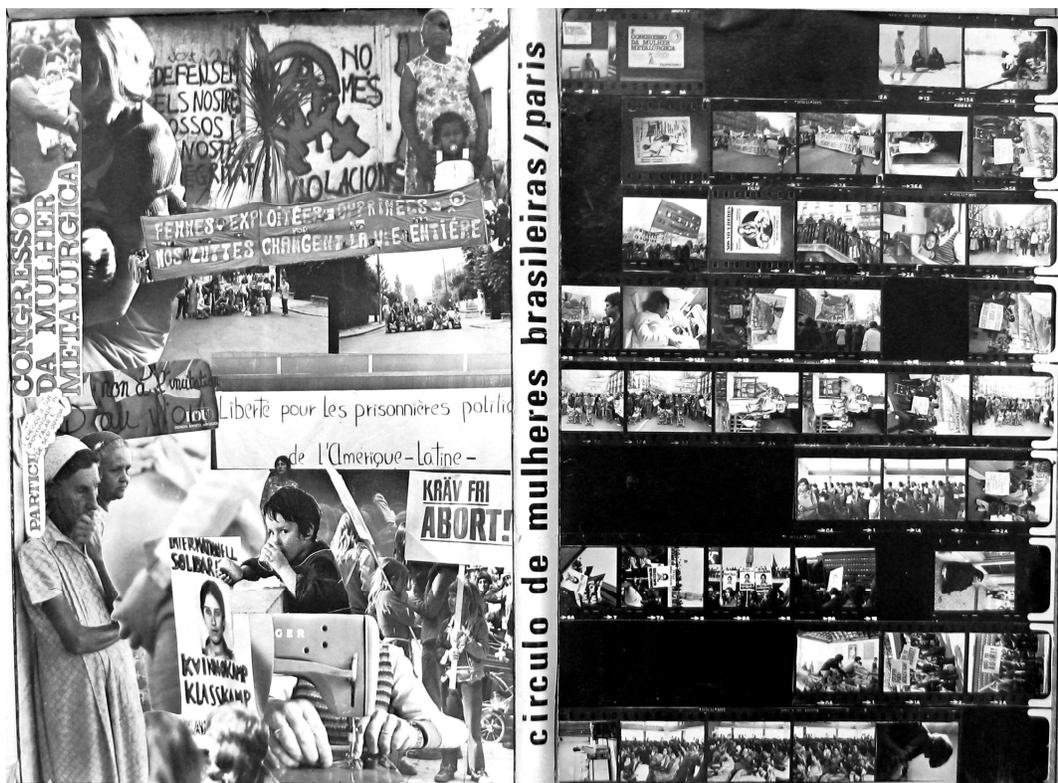


Imagem 6 – Capa da “Pochette”



Imagem 7 – capa da publicação “Parole aux femmes du Brésil”

No início do ano de 1979, saíria o primeiro jornal do Círculo de Mulheres: “Agora é que são elas”. Essa publicação começa com uma entrevista com um membro do coletivo de redação de *Temps des Femmes* (que também participou do “Pétroleuse” e do “Info Femmes”): “Imprensa feminista: colocar no papel uma concepção do movimento”. Em seguida, há um dossiê sobre a Campanha Internacional do Aborto, com ênfase nas discussões sobre o tema, realizadas no Encontro dos Grupos de Mulheres Latino-Americanos, sediado em Paris no mês de fevereiro daquele ano. Há uma sessão “Alô Brasil”, com notícias sobre grupos feministas (Sociedade Brasil Mulher, Associação de Mulheres, Centro do Desenvolvimento da Mulher) e eventos ligados à condição feminina realizados no Brasil, entre eles, o Congresso da Mulher Paulista (com suas reivindicações e propostas) e uma “Semana da Mulher”, organizada pelo Centro Acadêmico de Ciências Humanas da Universidade de Campinas e realizada nesta universidade em outubro de 1978, aclamada como “uma das primeiras vezes que se debate a questão do feminismo numa Universidade”. Há notícias, também, sobre a luta das mulheres no Irã e um apelo à libertação de presas políticas portuguesas⁵⁵¹. Encontramos, ademais, uma lista com diversos títulos de livros publicados no Brasil sobre a questão da mulher.

Também no ano de 1979, o Círculo publica um dossiê “Quelques questions sur la situation de la femme aujourd’ hui au Brésil” (imagem 8). São 27 páginas de informações sobre diversos grupos de mulheres existentes no Brasil (Centro da Mulher Brasileira, Clubes de Mães, Centro de desenvolvimento da mulher brasileira e Movimento feminino pela Anistia) imprensa feminista (Brasil Mulher e Nós Mulheres) e encontros de mulheres (Encontro nacional de Mulheres e 1º Congresso da Mulher Paulista), o que demonstra o interesse do Círculo pelo tema.

⁵⁵¹ O Círculo se empenhou na luta pela libertação de Isabel do Carmo, Maria Fernanda Florido, Maria Olímpia Souza, Maria Clara Cabral e Maria Fernanda do Carmo Fraguas. Além dessa notícia no jornal, O Círculo publicou na revista *Cahier du féminisme* nº, um artigo informando ao movimento de mulheres da França sobre a prisão de diversas militantes portuguesas, dentre elas as cinco Marias, citadas anteriormente, além de um panfleto pedindo liberdade às presas políticas portuguesas.

cercle femmes brésiliennes



**QUELQUES
QUESTIONS
SUR
LA SITUATION
DE LA FEMME
AUJOURD'HUI
AUBRESIL**

1979

magem 8 – Capa da publicação “Quelques questions sur la situation de la femme aujourd’hui au Bresil”

O Círculo publicou artigos em revistas francesas, com o objetivo de divulgar a situação da mulher brasileira. Em janeiro de 1977, o Círculo publica um artigo no jornal *Rouge*, denunciando as esterilizações forçadas promovidas pela BENFAM (Sociedade Civil Bem-Estar Familiar). Em 1978, aparece outro na revista *Cahier du feminisme* nº 9 (abril-maio 1978), conclamando o movimento feminista francês a se mobilizar pela libertação de cinco mulheres presas em Portugal por motivos políticos. Também em 1978, escreve um artigo na revista feminista *Histoire d'elles* (nº 5, março-abril, 1978), criticando o livro *Brasileiras*, publicado pela Editions Des Femmes. Documentos fazem referência a dois artigos publicados no jornal *Information des femmes*, um sobre o Círculo, e outro sobre a BENFAM.

Além disso, foram publicados diversos panfletos durante toda a sua existência sobre os quais comentamos ao longo deste capítulo. Muitos deles são de denúncia da ditadura militar brasileira, pedindo libertação de presos e, particularmente, presas, e de divulgação de atividades do grupo.

4.8 Anos finais do grupo

A “abertura” do regime militar brasileiro e a possibilidade, cada vez mais real, de retorno ao país colocaram algumas questões novas na ordem do dia. Essa conjuntura deu novo elã à discussão sobre o movimento de mulheres no Brasil e sobre a Anistia. A idéia de dar prossecução à militância feminista no Brasil também é outra questão que se impõe nesse período. Na apresentação da publicação “*Quelques questions sur la situation de la femme aujourd’ hui au Brésil*” (acima mencionada), elas descrevem um pouco o clima reinante nesse contexto:

“Mais do que nunca, nossos trabalhos, nossas reflexões e nossa militância são orientadas em direção ao Brasil. O Brasil se agita. Há lutas de todas as classes e setores populares contra a vida de miséria e de opressão que nos subjugaram durante esses 15 anos de ditadura militar”⁵⁵²

Sobre essa preocupação com o Brasil nos anos finais do Círculo o PCB comenta:

“Achamos importante ressaltar a preocupação que se constata atualmente na quase totalidade dos subgrupos, em realizar algum trabalho voltado para o Brasil. Há grande interesse em acompanhar o que se passa no Brasil em

⁵⁵² DCM- vol.V - *Quelques questions sur la situation de la femme aujourd’ hui au Brésil*, maio de 1979.

termos de movimentos de mulheres, e em participar dessas realizações, através de contribuições como o envio de material para o trabalho de massas, e o apoio financeiro aos jornais. Essa preocupação se revela também na escolha dos temas para discussão nas assembleias: na última assembleia discutiu-se sobre a imprensa feminina no Brasil, a próxima tratará sobre o feminismo e sua definição para países desenvolvidos e subdesenvolvidos, e se tentará aprofundar a discussão sobre o que deve ser o feminismo no Brasil; na assembleia seguinte, discutir-se-á a atuação da Benfam”⁵⁵³

No tema da Anistia, algumas integrantes do Círculo que faziam parte do CBA, identificadas como S. e B.⁵⁵⁴ propõem que esta deveria abranger, não só os “delitos políticos”, mas também alguns “delitos comuns”, vinculados à condição feminina:

“Ao falar em delito comum, nós mulheres exigimos que se incluam os delitos especiais na luta pela Anistia geral e irrestrita. Queremos Anistia para as mulheres que abortaram e para as que fazem abortos, para as infanticidas, prostitutas, para as adúlteras e “mães desnaturadas que abandonam o lar”⁵⁵⁵

O movimento de mulheres brasileiras é acompanhado com muito interesse – como já mencionamos. Não se tratava apenas de um interesse “teórico”; havia também um interesse de se integrar às lutas feministas brasileiras:

“Refugiadas ou não, nós mulheres do Círculo queremos ter o direito de ida e volta ao Brasil. Todas queremos, no Brasil continuar nossa luta nos incorporando no movimento feminista que lá recém começa e no conjunto das lutas políticas de toda a sociedade brasileira.”⁵⁵⁶

A idéia de continuidade da militância levou o Círculo a organizar um “Ciclo de debates e formação feminista”, no final de 1979, objetivando preparar o retorno das militantes, que ainda permaneciam na França, ao Brasil. As palestras versavam sobre diferentes formas de organização, presentes no movimento feminista francês – imprensa feminista, autonomia e questões mais gerais sobre a opressão da mulher.

Além desse ciclo de debates, discutia-se a possibilidade do Círculo dar continuidade ao seu trabalho no Brasil. Otilie Pinheiro relembra que o grupo trabalhou por dois anos para arrecadar fundos e materiais na Europa, para trazer ao Brasil. Sônia Calió relata que, pouco antes do retorno de algumas mulheres ao Brasil, foi realizada uma grande festa para arrecadar fundos destinados à compra de livros para levar para o Brasil. No Brasil, estes livros foram o acervo inicial do Centro Informação Mulher –

⁵⁵³ DPCB.

⁵⁵⁴ Anotações posteriores feitas por Sônia Calió identificam as duas militantes como Sandra Castro e Beth Lobo.

⁵⁵⁵ DCM – vol. IV – s.d.

⁵⁵⁶ DCM – vol. V – “Companheiras e companheiros brasileiros no exterior”, s.d.

CIM – (contando, na verdade, com a participação de poucas militantes do Círculo) – Centro Informação Mulher (CIM). Suzana Maranhão comenta sobre esse processo:

“Sônia Calió capitaneou várias reuniões do Círculo sobre a necessidade de um Centro de Documentação da Mulher no Brasil. Quando voltou de Paris para São Paulo, despachou, via marítima, uma grande quantidade de livros e pôsteres doados. Surgiu assim, o Centro Informação Mulher, que funciona até hoje, sendo depositário de todos os arquivos e documentos catalogados do Círculo de Mulheres em Paris.”⁵⁵⁷

Na década de 1980, esse centro se tornaria uma referência sobre feminismo no Brasil⁵⁵⁸. Seu acervo se ampliou com a doação de livros, periódicos, cartazes, de movimentos feministas de diferentes partes do mundo. Cabe lembrar que foi graças a este arquivo, o único que possui todos os boletins *Nosotras* e os materiais do Círculo de Mulheres, que essa pesquisa se tornou possível.

Em 1979, com o retorno maciço de suas integrantes para o Brasil, o grupo, pouco a pouco vai encerrando suas atividades. As últimas registradas nos documentos datam do final de 1979.

4.9 Referências teóricas e concepção de feminismo

Antes mesmo do exílio, algumas mulheres já haviam tomado contato com uma literatura que questionava papéis sociais estabelecidos para homens e mulheres e redimensionava diversos aspectos da práxis cotidiana. Compunham essa literatura autores tais como Simone de Beauvoir, Virginia Woolf, Wilhelm Reich, dentre outros. Mas é somente no exílio, em meio à efervescência dos movimentos feministas norte-americanos e europeus, que produziram e suscitaram uma ampla literatura feminista, que essas leituras passaram a estar na ordem do dia para essas mulheres que descobriam o feminismo e buscavam respostas às suas inquietações políticas e existenciais.

É perceptível, através dos documentos, a preocupação do Círculo com o debate teórico sobre questões concernentes à mulher. Ainda assim, as referências são escassas e restritas a alguns poucos documentos internos – resumos, breves apontamentos, planos de estudos, dentre outras – dificultando a apreensão da profundidade e frequência dessas discussões, embora os depoimentos e alguns poucos documentos internos aludem ao teor de algumas delas. Os diversos planos de estudo e de trabalho, presentes no conjunto

⁵⁵⁷ MARANHÃO, 2009:168 nota 3.

⁵⁵⁸ A idéia de fazer um arquivo similar no Rio com cópias do acervo de São Paulo não se concretizou.

de documentos aos quais tive acesso, fornecem elementos sobre temas de discussões; contudo, raramente explicitam suas fontes e, em virtude de seu caráter sintético e de apontamento, não é possível reconstituir seu quadro teórico de fundo.

Já no GBM foram realizados, segundo documentos do grupo Campanha, um programa de trabalho e estudos além de contatos com o movimento feminista francês. Evelyn Reed, Elena Belloti, Reich e Cooper são os autores citados nos documentos referentes a essa época⁵⁵⁹. O primeiro plano de estudo elaborado pelo Círculo parece ter sido proposto em março de 1976. Movimento autônomo, movimento feminista e luta de classes, movimento feminista e feminismo no Brasil, imprensa feminista, sexualidade são alguns dos temas invariavelmente citados nos planos elaborados ao longo da existência do grupo.

Se não é possível afirmar que as militantes do Círculo se reivindicavam marxistas, os depoimentos sugerem que estas se consideravam pertencentes ao campo mais amplo da esquerda e que tinham, como referencial teórico, muitos autores que se filiavam ao marxismo, ainda que suas leituras não se restringissem a estes.

Aparentemente, na tentativa de realizar um estudo retrospectivo dos escritos socialistas sobre a mulher, figuram nos documentos do Círculo autores como Flora Tristan, August Bebel e Clara Zetkin e Alexandra Kollontai. Esta última foi, certamente, a mais revisitada pelo movimento feminista dos anos 1960-1970. Autora de propostas inovadoras para a época, criticava o mecanicismo com que muitos socialistas tratavam a questão da mulher e propunha a discussão sobre sexualidade, dentre outros temas considerados tabus naquele momento.

Mas a tônica das discussões do grupo é dada, porém, pelas formulações do novo feminismo que se desenvolve a partir de meados dos anos 60. Nas entrevistas, algumas autoras são particularmente destacadas. Simone de Beauvoir foi, para muitas, o primeiro contato com a questão. *Du cote des petites filles*, de Elena Belotti⁵⁶⁰, é lembrado por praticamente todas as entrevistadas. Sheila Rowbotham e Juliet Mitchell também estão também presentes em muitas entrevistas e, em algumas, Shulamith Firestone é citada. As revistas publicadas pelo movimento feminista também exerciam um importante papel nas reflexões do Círculo; cito algumas sobre os quais há referências explícitas: *Les Cahiers du GRIF*, *Questions Feministes*, *La revue d'en face*, *Cahier du féminisme*, *Histoire d'elles*, *Le Temps de Femmes*. Os materiais produzidos pela LCR –

⁵⁵⁹ DGC – vol. I – “Balanço”, s.d.

⁵⁶⁰ BELOTTI, E. *Du côté des petites filles*. Paris, Des femmes, 1974.

publicações, resoluções de congresso, revistas (*Cahier du feminisme* e *Critique Communiste*) – foram, segundo algumas entrevistadas, de grande valia para o Círculo.

Duas importantes autoras nesse contexto, Sheila Rowbotham e Juliet Mitchell, parecem ter sido particularmente relevantes na elaboração teórica do Círculo. Juliet Mitchell e Sheila Rowbotham são duas autoras feministas que procuram discutir o feminismo a partir de uma perspectiva socialista. Ambas criticam a forma como tradicionalmente a esquerda tratou a questão e consideram que deveria haver uma renovação do marxismo. Para Juliet Mitchell⁵⁶¹, embora os socialistas do século XIX colocassem a questão da mulher em suas obras e sublinhassem sua importância, estes não a “resolveram teoricamente” e suas limitações não foram superadas posteriormente. Rowbotham, no mesmo sentido, defende que questões capitais, relacionadas à condição da mulher, permaneciam sem resposta e a resolução desses problemas não poderia ser buscada nas obras de Marx e Engels, mas na ampliação “[d]a teoria marxista a fim de fazê-la uma parte da práxis revolucionária feminina”. O movimento feminista, por si só, não poderia propor uma alternativa acabada, pois é necessariamente parcial, mas poderia trazer importantes contribuições relacionadas a novas formas de organização (questão da horizontalidade, da democracia direta, dentre outras), no que toca a relação movimento social/partidos e principalmente uma nova forma de ver a questão da mulher. Em *Feminisme et Revolution*, que consta entre os livros lidos pelo grupo, Rowbotham levanta uma série de inquietações que também estão presentes no Círculo: Sendo a subordinação da mulher anterior ao capitalismo, poderia uma revolução socialista, concebida no sentido de mudança no regime de propriedade alterar essa situação? A condição sócio-histórica específica das mulheres gera a necessidade de uma ação revolucionária específica? Se sim, sobre que bases essa ação poderia ser eficaz?

O contato com essa literatura e com o movimento feminista francês alteraria a concepção sobre a “questão da mulher” que essas mulheres tinham ao chegar à França. A idéia de feminismo, partilhada pela maioria das mulheres brasileiras recém-chegadas à França, era bastante pejorativa. Com efeito, muitas delas tomavam o feminismo de maneira semelhante à “herança contestada”, isto é, como um movimento pequeno-burguês que lutava por uma igualdade formal nos marcos do capitalismo, não atingindo, portanto, a raiz das desigualdades entre homens e mulheres. Mesmo depois dos primeiros contatos com o movimento feminista francês havia ainda uma certa reticência

⁵⁶¹ MITCHELL, J. *La liberation de la mujer*. Op. cit e “Mulheres: a revolução mais longa”. *Civilização Brasileira* nº 14, julho de 1967.

em reivindicar-se como feminista. O documento que chama a criação do Círculo “Por uma tendência *feminina* e revolucionária” (ênfase minha) não menciona, em nenhum momento, a palavra feminismo, assim como a Carta Política, que fala em “movimento das mulheres” e “luta pela emancipação da mulher”. Esta questão está ligada a uma série de fatores: a imagem estigmatizada do feminismo – reduzido ou à tendência liberal ou ao sexismo – partilhada por essas mulheres, a rejeição da luta feminista por parte da esquerda como um todo, determinada concepção de revolução, etc. Aos poucos, a partir do contato com uma nova forma de tratar a questão, essas posições vão se alterando.

Mas a forma de assumir o feminismo era, em muitos contextos, feita de forma defensiva, particularmente no início do grupo. Isso se explica, em grande parte, pelo contexto no qual essas mulheres estavam inseridas. A comunidade exilada e as organizações de esquerda, via de regra, não viam com bons olhos o movimento feminista. A aceitação do feminismo por estes setores foi um processo lento tortuoso. Segundo o grupo Campanha, tanto a esquerda revolucionária como a esquerda reformista, por volta do ano de 1975, colocavam as seguintes questões: “validade ou não do feminismo, necessidade ou não da organização autônoma das mulheres. Tudo isso regado com uma grande dose de desconfiança sobre a capacidade política desse movimento”⁵⁶². Devido a esse contexto, o Círculo precisou reafirmar recorrentemente sua concepção “*revolucionária*” de feminismo, diferenciando-se de outras correntes do movimento. O feminismo, afirmavam, não implicava uma “guerra entre os sexos” e nem o abandono da perspectiva revolucionária. Na Carta Política, provavelmente o primeiro documento público do Círculo, elas afirmam: “Nosso objetivo não é separar, dividir, diferenciar nossas lutas das lutas que conjuntamente homens e mulheres travam pela destruição de todas as relações de dominação da sociedade capitalista”; “A luta contra nossa opressão específica se integra à luta contra um sistema no qual o homem também é oprimido” – afirmam, diferenciando-se do sexismo – “(...) A organização de nós mulheres contra nossa opressão específica, vinculada ao processo de luta do proletariado permitirá a criação de novas relações coletivas se opondo sob todos os terrenos à ideologia dominante, e permanece como um objetivo até o surgimento de uma humanidade desalienada no senso mais geral do termo” – reafirmando sua perspectiva revolucionária. Mas uma perspectiva revolucionária que não relegava a liberação feminina para o momento pós-revolucionário.

⁵⁶² DGC – vol. I – “Balanço”, s.d.

A postura de constante autojustificação era fortemente influenciada pela necessidade de definir, perante as organizações e a comunidade exilada, em que campo político estava o Círculo:

“Eu acho que a necessidade da afirmação marxista foi muito no início, para que nós não fôssemos renegadas por nossas respectivas organizações. É dizer: olha aqui, nós somos marxistas, nós somos socialistas, nós vamos fazer a revolução, não se preocupem! Estou um pouco fazendo uma caricatura”⁵⁶³

Aos poucos, esse quadro sofrerá alterações, tanto por influência do contexto de efervescência feminista na França, como também, de alguma forma, pela própria existência do Círculo, que levou para dentro da “colônia” de brasileiros a temática feminista. Nesse contexto, a reafirmação de posições políticas “mais gerais”, gradativamente, cede lugar a discussões mais particulares: “se é pra construir desde hoje, por onde? (...) e hoje na educação como é que a gente transforma isso, a questão da sexualidade...”⁵⁶⁴

Essa mudança, para Regina Carvalho, está relacionada a uma convergência de fatores: o contexto francês de um movimento que pensava nessas questões do cotidiano, a maior aceitação do Círculo por parte das organizações de esquerda, diminuindo, assim, a necessidade de reafirmação de posturas socialistas, a entrada de novas militantes e a mudança de postura das antigas militantes do Círculo.

A “tomada de consciência feminista” é descrita como um processo coletivo, que surge a partir do contato com outras mulheres e da percepção de uma situação de opressão comum. Era um momento de perceber que “o problema não era só meu, que várias outras mulheres também sentiam isso”⁵⁶⁵, como relata uma delas. É a partir do contato com outras mulheres que se forja uma nova “consciência”. Diversos são os depoimentos que enfatizam o caráter coletivo dessas “descobertas” e a importância do contato com o movimento feminista francês neste processo.

“Pouco a pouco, ao longo das nossas discussões (sobre o que lemos, sobre o que vivemos), tomamos consciência de sermos mulheres, de sermos oprimidas e exploradas. Essa tomada de consciência foi também possível graças às lutas conduzidas pelo Movimento feminista internacional e, manifestamente, pelo MLF francês”⁵⁶⁶

⁵⁶³ Entrevista - Regina Carvalho.

⁵⁶⁴ Entrevista - Regina Carvalho.

⁵⁶⁵ COSTA, Albertina. et. al. *Memórias...* Op. cit, p. 417.

⁵⁶⁶ DCM – vol. II.

“Progressivamente, nós nos encontrávamos para os debates, as trocas de idéias sobre o que havíamos lido, vivido, finalmente nos sentíamos ser mulheres, ser exploradas, sem perder a visão global da sociedade”⁵⁶⁷

“Eu acho que o grande mérito do feminismo é ter conseguido agrupar a gente. Conseguimos ver que os nossos problemas individuais não eram só nossos. Eram de todas as outras mulheres. Foi o contato com o movimento feminista aqui na França que fez com que nos identificássemos e nos aproximássemos umas das outras.”⁵⁶⁸

“A transformação é exatamente quando você se coloca como mulher nessa história e você se sente dentro do movimento (...) e estar dentro do movimento é se sentir tão mal, tão oprimida como todas as outras mulheres (...) Acho que o salto que a gente deu... Foi descobrir que estávamos todas oprimidas, que nos sentíamos mal na própria pele”⁵⁶⁹

Assim como apresentamos no capítulo anterior, o sentimento de semelhança é expresso em alguns textos do grupo e depoimentos a partir da idéia de uma dor compartilhada. “Estar em movimento é se sentir tão mal, tão oprimida como todas as mulheres” afirma Regina Carvalho acima. Ser mulher é algo que está profundamente relacionado a um compartilhar de uma experiência de opressão. “Sentir sermos mulheres, sermos exploradas”; “Sentir tão mal, tão oprimida como todas as outras mulheres”. É a condição de serem ‘oprimidas’, de sentirem ‘na própria pele’ essa realidade que as une. Por isso, caberia às mulheres tomar a dianteira dessa luta, porque “não há melhores defensores de uma causa que suas próprias vítimas”, “porque fomos nós que fomos segregadas, caladas, obrigadas a submeter-nos ao macho” e fundamentalmente porque “só nós fomos capazes de compreender nossa própria opressão e transformar a consciência em luta”. Essa idéia é reafirmada em diversos momentos. Como exemplo, cito a Carta Política do grupo:

“Ninguém melhor que o oprimido está habilitado a lutar contra a sua opressão. Somente nós, mulheres, organizadas autonomamente, podemos estar a frente dessa luta, levantando nossas reivindicações e problemas específicos.”⁵⁷⁰

Mas que opressão é essa? Mas qual seria este fator de união? O que caracterizaria essa opressão? “Existiriam traços comuns entre as ‘mulheres’,

⁵⁶⁷ DCM – vol. II.

⁵⁶⁸ COSTA, Albertina. et. al. *Memórias...* Op. cit., p. 415.

⁵⁶⁹ COSTA, Albertina. et. al. *Memórias...* Op. cit., p. 420.

⁵⁷⁰ DCM – vol. I – “Carta Política”, 1976.

preexistentes à sua opressão, ou estariam as ‘mulheres’ ligadas em virtude somente de sua opressão?”⁵⁷¹

O grupo parte da idéia de que há uma opressão específica, que não se confunde com a opressão de classe, e que seu combate requer instrumentos mediatórios específicos. A própria razão de existir do movimento feminista é dada por essa especificidade:

“Se não tivesse a opressão específica a tarefa seria mobilizar as mulheres apenas para as lutas gerais pois o combate único seria contra a exploração capitalista (de homens e mulheres)”⁵⁷²

A relação da luta de classes com a luta das mulheres foi alvo de diversos debates. Elas questionam “Existe diferenças entre feminismo e luta de classes? “O que é uma discussão feminista?”; “A luta da mulher é uma luta do proletariado? Em que aspecto não é?”⁵⁷³

A defesa de uma especificidade da opressão feminina não as conduziu à idéia de uma homogeneização das “mulheres”. Para o Círculo, haveria profundas diferenças de classe que permeariam este grupo. Deve-se ressaltar que encontramos nos documentos do grupo diferentes maneiras de se tratar a questão. Por um lado, há posições que consideram que, apesar das diferenças de classe, haveria um “ponto comum” que uniria as mulheres. A luta feminista aparece, assim, como transcendendo fronteiras de classe, sem, entretanto, negar a existência das mesmas. Abaixo um exemplo:

“Existe entre nós diferenças de classes e de cultura, que devemos levar em conta. Nós sabemos que os interesses imediatos de uma patroa não são os mesmos que os de uma empregada doméstica. Nós decidimos ir a fundo nos nossos problemas. Nós pertencemos a diversas classes sociais e nossas situações são, pois, muito diferentes. Mas, guardadas as devidas proporções, temos um ponto em comum: nós nos revoltamos por sermos mulher”⁵⁷⁴

Mas, em outros momentos, a questão é posta de forma diferenciada. A opressão é apresentada como um fenômeno que não é homogêneo e que assume diferentes modos e graus de acordo com a classe social. Disso, conclui-se a impossibilidade de uma união de todas as mulheres contra uma opressão “comum”.

⁵⁷¹ BUTLER, J. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

⁵⁷² DCM

⁵⁷³ DCM – vol. III – “Sistematização de questões levantadas na última assembleia – autonomia do movimento feminista”, s.d.

⁵⁷⁴ DCM

“Consideramos entretanto, que essa opressão, embora específica, não se reflete da mesma forma para todas as mulheres de modo a permitir uma mesma unidade na luta e na organização.”⁵⁷⁵

“A opressão das mulheres toca diferentemente cada classe social de um lado se combina com privilégios, de outro com exploração. Não consideramos portanto, que existam questões exclusivamente femininas que unificariam todas as mulheres numa luta comum contra uma opressão comum”⁵⁷⁶

Sobre essa polêmica, documentos do PCB relatam:

“Surgem discussões em que se diz que a opressão específica da mulher é sofrida por todas as classes, pois há um superioridade e privilégios dos homens sobre elas; e a exploração é de uma classe sobre a outra, independentemente do sexo.

A partir da constatação da opressão que é comum a todas as mulheres, surgem colocações no sentido de que deve haver uma solidariedade feminina, uma irmandade a unir todas as mulheres. Essa afirmação, no entanto, deixa de considerar a existência da exploração, que contrapõe as mulheres da classe dominante. (...)”⁵⁷⁷

As oscilações quanto a essa questão estão relacionadas não somente a mudanças de posição dentro do grupo, mas, parece-nos, refletem as dificuldades teóricas e práticas de se articular luta de classes e luta feminista. Dificuldades que muitas militantes de esquerda também tiveram. Muita tinta correu nos anos 1970 e 1980 sobre essa discussão. Uma união que chegou a ser chamada “casamento infeliz”, o debate sobre a relação entre marxismo e feminismo foi de grande importância entre feministas da segunda onda, seja para promover uma união, seja para fomentar um divórcio.

A posição que parece predominar no Círculo é que haveria dois tipos de opressão: uma geral, relacionada à dominação de classe, à exploração da classe capitalista, que atinge homens e mulheres, e outra específica da mulher, que antecede o capitalismo, mas que pode servir a seus propósitos. Ambas, portanto, estariam imbricadas e não seria possível desvincular totalmente a luta contra essas duas formas de opressão. O feminismo era concebido pelo Círculo como uma dimensão essencial da própria luta socialista, idéia sintetizada na palavra de ordem: “Não há socialismo sem libertação da mulher e não há libertação da mulher sem socialismo”.

⁵⁷⁵ DCM – vol. I – “Carta Política” - junho de 1976.

⁵⁷⁶ DCM – vol. I – Carta Política – junho de 1976.

⁵⁷⁷ DPCB “Temas que aparecem no Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris e sobre os quais devemos elaborar uma posição” fevereiro de 1978.

A percepção de uma opressão específica das mulheres parece também não tê-las conduzido à utilização do conceito de patriarcado, ausente nos documentos do Círculo, privilegiando termos como “machismo” e “opressão específica da mulher”. Embora algumas “feministas marxistas” também utilizassem o conceito de patriarcado, é possível que a ausência deste refletisse uma tentativa de distanciamento do “feminismo radical” e da perspectiva segundo a qual o patriarcado seria uma esfera autônoma que mantém com o conjunto das relações de classe uma relação de exterioridade (tal como defendiam alguns setores do feminismo radical e do feminismo marxista). Também não as conduziu a uma visão de que esta constituiria uma esfera autônoma em relação à luta de classes. O movimento feminista, defendem, deve se situar “em relação a essa luta” pois “a luta contra nossa opressão específica se integra à luta contra um sistema que oprime tanto homens como mulheres.”.

Mas essa luta deve ser autônoma. Autonomia, para o Círculo significava não somente a organização das mulheres e a independência em relação aos partidos políticos. Uma militante do Círculo assim define autonomia:

“A autonomia do movimento não é sinônimo apenas de especificidade ou de não mixidad. Ela se define pela capacidade que o movimento tem de elaborar, e decidir suas reivindicações, lutar por elas, construindo uma força social à partir da luta contra a sua opressão específica.”⁵⁷⁸

Autonomia representava também a possibilidade de uma “crítica feminista à política”. Esta crítica deveria “revolucionar” a política, “dar-lhe forma e conteúdos novos”. O Círculo critica a política tradicional, que separa o público do privado e considera este de menor importância, e defende que nesses fatos cotidianos e aparentemente desprovidos de importância, estão presentes elementos do que convencionalmente se chamava de “grande política”. À crítica feminista caberia romper com a idéia de que o poder está localizado somente no Estado, “politizar o cotidiano e romper a separação público/privado: contra as formas moleculares de poder, contra a separação artificial entre as reivindicações específicas e as reivindicações mais gerais da sociedade”⁵⁷⁹. Para Eliana Aguiar, esse aprendizado marcou sua trajetória no Círculo:

“você começa falando do *vécu* e daqui a pouco você está discutindo política (...) a partir de sua experiência pessoal você começa de repente a descortinar a vida política e a participar da vida política a partir daquilo e não ao contrário, vem alguém, sei lá, alguém que vai te ensinar a política ou que vai

⁵⁷⁸ DCM - vol. III – carta de Regina Carvalho, 30 de maio de 1978.

⁵⁷⁹ DCM – vol. III – “Porque um movimento feminista autônomo”, s.d.

te trazer a política, a política está ali na sua vida e a partir dali você começa a perceber um monte de questões que não te ocorriam antes...”⁵⁸⁰

A luta, enfatizam, deve ser contra todas as “relações de dominação”. Assim questionam a prática mecanicista que consiste em adiar a luta contra a opressão feminina para depois da revolução:

“Recusamos uma prática mecanicista que consiste em subordinar a luta ideológica contra os valores da burguesia à transformação última e definitiva das bases materiais da sociedade burguesa. As ideologias sobrevivem e desempenham um papel conservador no interior de uma sociedade – os aspectos ideológicos da opressão feminina (a mulher objeto sexual, a mulher apolítica, a mulher resignada) – servem para perpetuar e reproduzir as relações sociais da sociedade capitalista burguesa”⁵⁸¹

Essa posição aparece também nas entrevistas como um importante elemento do grupo:

“A mulheres começaram a dizer não, depois não, é impossível você pensar numa sociedade no futuro igualitária, libertária, sem tratar da questão da opressão das mulheres, da opressão dos negros, da opressão dos homossexuais desde agora, tem que estar no projeto, não tem que estar depois, porque se não você vai estar fazendo torto desde o começo”⁵⁸²

“Eu acho que a gente foi muito influenciada, em termos organizacionais, pela crítica que se fazia naquele momento aos partidos de esquerda, às organizações de esquerda, toda a crítica ao stalinismo, toda crítica que se fazia então à idéia de que havia uma contradição principal na sociedade e que devia ser resolvida, que era a contradição de classe (...)... é como se resolvendo essa principal o resto viria por si mesmo e toda a experiência histórica tinha mostrado que não era bem assim, que as lógicas de opressão e de exploração se interconectavam mas não de uma maneira mecânica, você não resolvia uma através da outra, havia um imbricamento”⁵⁸³

Nesse quadro, a revolução é tomada não como uma mudança meramente institucional. O processo revolucionário não mais se limitaria à tomada do poder e à estatização dos meios de produção, não seria

“uma conquista definitiva e acabada, que se realizará num futuro longínquo, mas um longo processo de rupturas no qual se inserem as pequenas lutas que enfrentam o poder burguês e apontam para uma sociedade de novo tipo, anti-autoritária, auto-gerida e profundamente democrática”⁵⁸⁴

⁵⁸⁰ Entrevista – Eliana Aguiar.

⁵⁸¹ DCM.

⁵⁸² Entrevista – Eliana Aguiar.

⁵⁸³ Entrevista - Sônia Giacomini.

⁵⁸⁴ DCM – vol.III – “Porque um movimento feminista autônomo”s.d.

A organização autônoma das mulheres é fundamental nesse processo, garantindo que suas reivindicações sejam parte das plataformas de lutas e que estas não sejam atropeladas por questões consideradas mais relevantes.

“A contribuição mais importante do movimento de mulheres à luta revolucionária é integrar desde hoje a dimensão feminina nas lutas por uma nova sociedade: abandonar a divisão entre o político e o privado, imprimir à concepção de democracia um novo caráter que implique na transformação das relações entre homem e mulher”⁵⁸⁵

O feminismo representaria uma luta “revolucionária” por questionar “todas as relações de dominação que estão na base do sistema de dominação como um todo: a família, o casal, a escola, os partidos políticos, enfim, a essência das relações humanas.” Apesar de representar um questionamento das bases fundamentais de todo o sistema, o feminismo não seria capaz de levar a cabo um luta contra o capitalismo, daí a necessidade da organização revolucionária. Mas esse movimento tem o papel de levar a questão da mulher para o movimento operário e para a organização revolucionária. Assim, defendem que as lutas feministas se integrem à plataforma de lutas mais amplas. É a idéia de dupla militância, ou seja, a militância feminista concomitante à militância em organizações políticas.

4.10 PRINCIPAIS TEMAS DE DEBATE

No volume III dos documentos do Círculo, intitulado “principais temas de debate” constam 4 temas principais: 1- autonomia do movimento de mulheres e feminismo; 2- violência contra a mulher; 3- Anistia; 4-Jornais feministas brasileiros (Brasil Mulher e Nós Mulheres).⁵⁸⁶ Nas entrevistas, além dos temas mencionados, aparece sexualidade, como um tema fundamental, anistia, educação, etc. Começaremos por uma questão que foi bastante discutida no grupo: sexualidade.

⁵⁸⁵ DCM – vol. III.

⁵⁸⁶ Um documento do PCB de fevereiro de 1978, identifica alguns dos principais temas de debate no seio do Círculo: 1-Diferença entre opressão e exploração, 2-A autonomia do movimento feminino, 3-Idéia da superioridade da mulher em relação ao homem, 4-A família,5- O problema da necessidade de coerência entre a posição política dos militantes de esquerda e o seu comportamento na vida privada,6- A sexualidade. [DPCB “Temas que aparecem no Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris e sobre os quais devemos elaborar uma posição”, fevereiro de 1978]

Sexualidade

Sexualidade era um tema que tinha forte presença no movimento feminista francês – incluindo aqui questões relacionadas ao corpo, violência, aborto, contracepção, estupro dentre outros – e que teve um lugar privilegiado nas discussões do Círculo. Para Beth Vargas “nós tínhamos uma sede de falar sobre sexualidade”. A discussão sobre o corpo parece ter sido o eixo central organizador dessa temática. Os corpos disciplinados, vistos apenas na sua função procriativa, a ignorância da mulher sobre o seu próprio corpo, a falta de prazer feminino, a sexualidade vivenciada com culpa, o estupro, o poder médico como detentor do saber sobre o corpo e disciplinador do mesmo serão alvo de crítica nas discussões do grupo. Essas questões eram objeto privilegiado de um subgrupo, o “sexualidade” ou “picpus”⁵⁸⁷, que parece ter sido um dos mais ativos do Círculo, mas permeava também os mais diferentes assuntos, vivências e questões discutidas no Círculo como um todo. Eliana Aguiar relembra a ponte que se fazia entre a discussão política e a vivência de cada uma:

“Eu me lembro que as coisas mais importantes, assim, por exemplo, de mais impacto que o Círculo fez, foi todo o trabalho com todas as mulheres de autoconhecimento do corpo, então você tinha toda uma discussão dentro do Círculo sobre o poder médico, que mantém as mulheres na ignorância do seu próprio corpo... que com toda aquela terminologia afasta disso, então se fez um trabalho pessoal, cada uma, de auto-conhecimento do corpo, de olhar, de examinar, de ver como é que é, de falar sobre isso”⁵⁸⁸

Em um dos documentos do Círculo, podemos ler:

“É tempo de assumir nossa sexualidade. De refutar a relação com o nosso corpo modelada pelo prazer masculino. Não queremos mais nos sentir muito magras ou muito gordas, muito grandes ou muito pequenas. Nós não queremos mais seguir o modelo estereotipado de um corpo que para nós mesmas é cheio de dúvida e insatisfação mas que serve docilmente ao prazer do outro. Nós queremos a liberdade e a plenitude do prazer sexual sem a angústia solitária de atingir as regras. Nós queremos abortar quando é necessário sem nos sentir culpadas, sem pagar preços exorbitantes e inacessíveis. Nós nos opomos ao poder médico que nos intimida”

“Nosso corpo nos pertence” era um lema do movimento feminista. Era necessário reapropriar-se desse corpo, conhecê-lo, tocá-lo, fazê-lo fonte de prazer,

⁵⁸⁷ Picpus é o nome de um bairro (quartier) francês. Era provavelmente o bairro no qual ocorriam as discussões desse subgrupo.

⁵⁸⁸ Entrevista - Eliana Aguiar.

desvinculá-lo da reprodução, afirmavam. Era preciso criticar o poder médico que detém o conhecimento sobre o corpo, disciplinando-o e justificando a hierarquia entre os "sexos", e que utilizando-se de uma linguagem técnica e de difícil acesso afastava esse conhecimento das mulheres, conhecimento que se ancorava numa "natureza feminina" vendo os corpos femininos unicamente como o lugar da reprodução. Vulgarizar as informações "médicas", incentivar o auto-exame, enfim, "tomar em mãos o corpo" se colocava como bandeira. Estar bem com seu próprio corpo era outro lema. Era uma forma de recusar a imposição de um padrão estético para as mulheres, padrão que não era produto de um desejo de auto-realização das mulheres, mas que estava em função do prazer e dos desejos masculinos:

“Nós vamos buscar toda a informação que sempre nos foi negada. Nós vamos tatear o nosso corpo, descobrir o prazer, buscá-lo ativamente nas nossas relações sexuais. Nós vamos conversar, conversar, soltar mesmo a língua, chorar juntas a dureza de jogar fora essa bagagem de opressão. Nós vamos rir muito juntas, meio espantadas ainda, a cada avanço, a cada nova sensação.”⁵⁸⁹

A ignorância da mulher sobre seu próprio corpo e a repressão da sexualidade serviria aos interesses do capitalismo, que teria assim em mãos o poder de impulsionar ou reprimir a natalidade quando conveniente. Nesse sentido, era imperativo desvincular o sexo da reprodução e, por isso, lutar pela legalização e gratuidade dos métodos contraceptivos e do aborto. “Nós queremos os filhos que quisermos, na hora em que quisermos...” era um lema que se impunha. A defesa contraceção é uma bandeira importantíssima para o feminismo francês e aparece também como uma importante pauta para o grupo:

“Assumir a contraceção vai ser a nossa primeira forma de dizer que não aceitamos mais a sexualidade reprimida, que nós temos um corpo que nos dá prazer, que responde à sensualidade das relações, da vida, e que isso não se enquadra em regras, em leis de autoridade. Esse assumimento vai ser o primeiro passo no sentido de desfazer na prática a implicação obrigatória entre o nosso sexo e a reprodução.”⁵⁹⁰

Criticavam, porém, as políticas de controle de natalidade promovidas pela BENFAM (Sociedade Civil Bem-Estar Familiar) que impunham métodos contraceptivos a mulheres pobres – sem lhe dar opções quanto ao uso de outros métodos – e promoviam esterilizações sem o conhecimento e consentimento da mulher.

⁵⁸⁹ DCM – vol. II – “Por um aborto e uma contraceção livre e gratuita”, s.d.

⁵⁹⁰ DCM – vol. II – “Por um aborto e uma contraceção livre e gratuita”, s.d.

Além disso, o sexo não podia ser encarado como uma obrigação pelas mulheres ou como a satisfação de um desejo incontrolável dos homens. A relação sexual não desejada pela mulher é uma violação de sua condição de ser portador de desejos e vontades. Por isso afirmam que “quando uma mulher diz não, é não!”. O estupro, exercício de dominação levado ao extremo, é duramente criticado, assim como toda tentativa de culpabilização da mulher, manifestação dessa mesma dominação. Essa questão tornou-se candente para o Círculo com o caso de estupro sofrido por uma brasileira na Bélgica. O Círculo se mobiliza intensamente para o julgamento, entrando em contato com o movimento francês e belga. Nesse processo, a mulher se integra como militante do Círculo, o que, segundo ela, foi fundamental para a superação do trauma e questionamento da culpabilização:

“...todas essas conversas me possibilitaram digerir essa coisa muito bem, de uma maneira, com muita rapidez e se transformou pra mim numa página virada, numa coisa do passado, uma experiência horrível e tal, mas acabada, não ficou como uma coisa pesada, uma coisa mal resolvida.”⁵⁹¹

O contato desta com o Círculo e as questões que isto suscitou são lembradas pelas entrevistadas como um importante marco para o grupo.

Educação e teatro

O tema educação foi também objeto de reflexões no Círculo. Somente um texto sobre o tema encontra-se entre os documentos do Círculo, mas essa questão é lembrada pelas entrevistadas. Invariavelmente citam *Du cotê des petites filles*, de Elena Belotti, como um livro importante nas discussões do grupo. Nessa obra, Bellotti analisa os estereótipos sexuais e os condicionamentos sofridos por homens e mulheres na primeira infância para se conformar ao padrão “sexual” estabelecido, mostrando diversas situações nas quais se evidenciam como esse processo, que começa ainda na gestação, se desenvolve e como noções de agressividade e docilidade, espírito de competitividade, criatividade e independência são continuamente reforçados ou reprimidos em meninos e meninas.

O subgrupo educação objetivava discutir o papel da mulher na educação, a educação como forma de reproduzir “papéis sexuais”, não só através da escola, mas da família e meios de comunicação. Sobre essas discussões lembra Regina Carvalho:

⁵⁹¹ Essa militante está entre as entrevistadas mas preferi não mencionar o nome.

“Então eu, por exemplo, estava num grupo de escola, da educação, educação de crianças e nessa época surgia na França muita publicação, muita literatura infantil feminista. *Les bombones*⁵⁹² eu nunca me esqueço...”⁵⁹³

O teatro também foi uma atividade realizada pelo Círculo como “instrumento de luta e de liberação da mulher”. A partir da idéia de fazer uma peça de Augusto Boal – Mulheres de Atenas –, algumas mulheres formaram o subgrupo teatro no final do ano de 1977. Segundo elas, esse trabalho implicava: 1- “preparação do corpo”, permitindo uma “liberação criadora de emoções bloqueadas, ao mesmo tempo que nos conduz a uma avaliação dos limites e da força de nossa expressão”; 2- contato maior e direto com as integrantes do grupo; 3- representação da experiência cotidiana daquelas mulheres forjando uma “consciência feminista”; 4- apresentação a um público mais amplo, mostrando as posições do grupo sobre a realidade abordada. Esse trabalho visava também a “procura de novas formas de expressão, de uma nova concepção de trabalho teatral e de uma linguagem especificamente feminista”. Além disso, para elas, tratava-se de romper com a exclusividade masculina na atividade criadora e com o seu reverso – a reprodução e repetição como atributos pretensamente femininos. Independente do resultado final⁵⁹⁴, esse trabalho proporcionou muitas descobertas:

“A procura de novas formas de expressão, de uma nova concepção de trabalho teatral e de uma linguagem especificamente feminista – o que, para um grupo que se inicia tanto em feminismo quanto em teatro, é uma tarefa no mínimo “assaz” pretenciosa – nos levou a concluir que, qualquer que fosse o resultado do nosso trabalho, desde que nos colocássemos enquanto mulheres conteria necessariamente a problemática feminista, porque esta somos nós”⁵⁹⁵

Trabalho doméstico

A questão do caráter do trabalho doméstico e o seu papel no modo de produção capitalista foi também um debate travado no Círculo. Como já comentamos, o trabalho doméstico foi um importante tema de discussão no campo do marxismo nos anos 1970. O Círculo acompanhou esse debate e procurou posicionar-se. Essa questão está presente

⁵⁹² Regina Carvalho faz referência ao livro publicado pela Editions Des Femmes *Rosa bombonne*, cujas autoras são Adela Turin e Nella Bosnia. Esta editora tinha uma coleção “ Du côté des petites filles” que publicava literatura infantil feminista (Des Femmes – Catalogue 1974-1979).

⁵⁹³ Entrevista – Regina Carvalho.

⁵⁹⁴ Um documento de maio de 1978 indica que a idéia original de representar a peça de Boal parece não ter se concretizado, dado que não conseguiram o roteiro com o autor. À época, pensaram em apresentar *A casa de Bernada Alba*, de Garcia Lorca.

⁵⁹⁵ DCM – vol.V – “Subgrupo Teatro” Boletim, 1978.

desde os primeiros documentos. Na Carta Política discutem a gratuidade do trabalho doméstico e sua importância para a reprodução do capitalismo:

“todas essas horas são grátis e com isso o capitalismo economiza creches, cantinas, lavanderias, e todos os serviços sociais indispensáveis à vida da população. E isto só pode ser feito perpetuando as tarefas desigualmente, perpetuando a família como célula base e a mulher como serva no seio da família”⁵⁹⁶

O Círculo denunciava o trabalho doméstico como essencial para o sistema capitalista ao baratear os custos de reprodução da mão de obra. Ao resumir o texto “La femme au foyer et son travail dans le systeme capitaliste”⁵⁹⁷ – o qual defende que o trabalho doméstico é um trabalho necessário à reprodução da força de trabalho mas não é produtor de mais-valia – o Círculo tende a concordar com a posição desse texto contra “Secombe e outros que afirmam contraditoriamente que o trabalho da mulher produz valor, mas que está fora do jogo da lei do valor”⁵⁹⁸. Sobre essa mesma questão, o Círculo, comentando o artigo de Christine Dupont (1978) “L’ennemi principal”, posiciona-se contra a idéia de dois modos de produção, o industrial e o familiar, proposta pela autora. Criticam também a ausência de uma diferenciação de classes e o que consideram ser uma consequência lógica de seu argumento, qual seja, a reivindicação de um salário para o trabalho doméstico. Contudo, sobre ambas as questões, o material do Círculo não é muito pródigo, dispensando um parágrafo de comentário para cada um dos artigos.

Realidade brasileira

A nacionalidade era um dos elementos agregadores do grupo, como o próprio nome deixa evidente. Entre os objetivos do Círculo, constava “estudar a realidade brasileira em todos os seus níveis”⁵⁹⁹ e pode-se perceber a partir dos documentos que o Brasil era um tema recorrente. Denunciavam a ditadura militar brasileira (e, juntamente com a Coordination des Groupes Femmes Latinoamericains, as ditaduras latino-americanas), pediam libertação de presos políticos, especialmente as presas políticas

⁵⁹⁶ DCM – vol. II – “Carta Política”

⁵⁹⁷ COULON, M.; MAJAS, B.; WAINWRIGHT, H. “La femme au foyer et son travail dans le systeme capitaliste” *Critique communiste*, n.º 4 dez1975/jan1976.

⁵⁹⁸ DCM – “Resumo das discussões do subgrupo ‘trabalho-Mulher’”, setembro 1977.

⁵⁹⁹ DCM – Carta Política – junho 1976.

(ênfatizando o caráter sexista da tortura aplicada em mulheres). Elas eram especialmente sensíveis à questão das presas políticas.

“Nós, do Círculo de Mulheres Brasileiras, julgamos justo e necessário desenvolver uma campanha de apoio específico às prisioneiras políticas latino-americanas não somente pelas razões que nos levam a sermos solidárias com todos os prisioneiros políticos latino-americanos – homens e mulheres – mas também em razão da opressão específica que elas sofrem enquanto mulheres, tanto nas prisões quanto na vida cotidiana.”⁶⁰⁰

“Criemos um largo movimento de solidariedade entre as mulheres. Tomemos em mãos a luta pela liberação das mulheres prisioneiras”⁶⁰¹

Outro objetivo apontado na Carta Política era “aprofundar de maneira sistemática os estudos realizados por nosso grupo sobre as questões feministas e a realidade brasileira” e, como era reafirmado em diversos momentos, “estabelecer laços permanentes com o movimento feminista de nosso país e levar-lhe uma solidariedade ativa através de uma contribuição efetiva ao seu trabalho: envio de material, análises, artigos sobre o movimento feminista internacional, divulgação do material publicado por eles, etc.”⁶⁰². O Círculo se mantinha atento ao que acontecia no Brasil, principalmente aos aspectos referentes à condição da mulher brasileira. Nas referências bibliográficas de alguns dos textos produzidos pelo grupo, encontram-se vários jornais, revistas e livros brasileiros. As militantes do Círculo acompanhavam com grande interesse o surgimento dos primeiros grupos, primeiros jornais, congressos, eventos e publicações relacionados à condição da mulher no Brasil.

Em diversos eventos dos quais participou, denunciava a opressão da mulher brasileira, a situação das presas políticas, e divulgava os grupos e iniciativas feministas brasileiras. No evento “Parole aux femmes d’Amérique Latine”, organizado pelo jornal *Information des femmes* em 1977, foi distribuído um conjunto de textos sobre a condição das mulheres no Brasil, abordando aspectos da história do movimento de mulheres no Brasil, do problema do controle de natalidade, além de divulgar alguns editoriais dos jornais *Brasil Mulher* e *Nós Mulheres*. O Círculo também abordou questões relativas à condição das mulheres brasileiras em artigos publicados em revistas francesas e belgas.

⁶⁰⁰ DCM

⁶⁰¹ DCM

⁶⁰² DCM - “Le Cercle des femmes bresiliennes” – junho 1977.

Há um farto material sobre grupos de mulheres e feministas brasileiros e sobre eventos relacionados à questão entre os documentos do Círculo. Um resultado da ampla discussão sobre o tema é o dossiê já mencionado, que data de maio de 1979, “*Quelques questions sur la situation de la femme aujourd’hui au Bresil*”.

Mas o Círculo não se limitou a tomar conhecimento dos grupos de mulheres e feministas brasileiros e divulgá-los no exterior, procurou também estabelecer contatos com esse movimento, contatos que deveriam envolver troca de experiência, envio de material, etc. Sobre essa troca, comenta Ângela Muniz:

“Eu acho que a gente teve um apoio muito grande do movimento de mulheres no Brasil que começava a surgir. As mulheres começaram a ir para a França e levar material e a gente mandava material para as brasileiras, para os grupos que existiam aqui, começou a ter uma troca muito grande de divulgação do que a gente fazia lá e a gente divulgava o que elas faziam aqui”⁶⁰³

Mas o apoio a essas iniciativas não implicava a ausência de críticas, entre as quais se destaca a da falta de autonomia.

“Nós víamos como um movimento ainda muito de dentro das organizações, com a postura que a gente vai pro Círculo quando cria, ainda considerando que a garantia da luta de classes, a garantia da organização política, a garantia de que o principal é trabalhar a questão da exploração da mulher”⁶⁰⁴

“...o que eu me lembro das discussões no Círculo sobre o movimento feminista aqui, era que se via muito essa questão da autonomia, que muitos grupos aqui no Brasil ainda não estavam vendo com clareza e não estavam defendendo a sua própria autonomia do movimento... era uma espécie de correia de transmissão de algum partido, então o partido tem um grupo tal...”⁶⁰⁵

A imprensa feminista atraía muito interesse, particularmente os jornais *Brasil Mulher* e *Nós Mulheres*. Um subgrupo se estruturou em torno dessa temática, o “imprensa feminista”. Este promovia leituras dos jornais, escrevia comentários sobre estes e chegou a contatar grupos responsáveis pelos jornais.

“Os jornais eram lidos, analisados, discutidos e havia uma comunicação com o Brasil. Os jornais chegavam por vias diferentes. Quem tinha acesso, socializava os jornais”⁶⁰⁶

⁶⁰³ Entrevista - Ângela Muniz.

⁶⁰⁴ Entrevista - Ângela Muniz.

⁶⁰⁵ Entrevista - Eliana Aguiar.

⁶⁰⁶ Entrevista - Maria Betânia D’Avila.

“Eu participava do subgrupo imprensa feminista. Nossas tarefas eram relativas à leitura e discussão do material originado do Brasil sobre a situação da mulher. (...) O nosso grupo decidiu depois de uma assembléia que iríamos discutir sobre os artigos apresentados nos jornais femininos e feministas brasileiros, considerando o trabalho doméstico, a contracepção, a estrutura familiar, as representações ideológicas da mulher na vida cotidiana, na imprensa e a situação no mercado de trabalho.”⁶⁰⁷

Mas outros sub-grupos também se dedicavam à tarefa. Beth Vargas, que fez parte do subgrupo sexualidade relembra essas atividades:

“O meu grupo, que era de sexualidade, analisava os jornais. Todos os grupo analisavam os jornais, fazíamos relatórios e mandávamos, criticando o Brasil Mulher e elogiando o Nós Mulheres! Era sério (...) Já com uma visão completamente européia, mulheres contra a carestia? Que babaquice! Homens e Mulheres contra a carestia, isso não é uma reivindicação das mulheres.”⁶⁰⁸

Em relação aos dois jornais, apontam: a falta de um tratamento “do aspecto específico da luta das mulheres e de sua opressão na sociedade”, o que permitiria construir “uma análise feminista dos problemas em todos os níveis”; a falta de artigos mais profundos sobre feminismo (a preocupação com o caráter didático inviabilizava um maior aprofundamento dos temas); e a grande hesitação dos jornais a abordarem temas considerados tabus; educação sexual, prostituição, aborto, etc. Mas fazem elogios ao *Nós Mulheres*. Consideram que o jornal publicado em março de 1978 apresenta avanços:

“1- Ele define que a vanguarda da luta feminista deve ser a mulher trabalhadora, porque ela é oprimida como sexo e explorada como classe ; 2- ele toma posição também sobre a autonomia e a especificidade do movimento de mulheres”⁶⁰⁹

Em relação ao *Brasil Mulher*, são mais duras em suas críticas. Criticam o jornal pela indefinição do público-alvo, pela demora em se reivindicar feminista (o que se concretiza somente no sexto número), pela ênfase excessiva nas questões mais "gerais" da sociedade em detrimento das “específicas” da mulher, pela falta de uma discussão sobre autonomia, pela abordagem sobre a questão do controle de natalidade (que ao criticar a política da BENFAM (Sociedade Civil Bem-Estar Familiar) terminava por

⁶⁰⁷ Entrevista - Maria América Ungaretti.

⁶⁰⁸ Entrevista - Elisabeth Vargas.

⁶⁰⁹ DCM – “La Presse Feminista au Brésil”

fazer uma crítica a todo e qualquer método contraceptivo)⁶¹⁰, pela falta de posicionamento sobre o aborto, dentre outros pontos. Apesar disso, o contato mais estreito que conseguiram estabelecer parece ter sido justamente com esse jornal.

Há menções nos documentos a algumas tentativas de comunicação com jornais como *Brasil-Mulher*, *Nós-Mulheres*, mas também *Opinião*, *Movimento* e *Em tempo*, muitas vezes sem retorno. Há registro de uma carta de dezembro de 1976 – que foi enviada também para outros jornais como *Opinião* e *Movimento* mas dizem não terem obtido resposta de nenhum deles –, de outra de novembro de 1977, “Aos jornais ‘Brasil Mulher e Nós Mulheres’, e de outra de maio de 1978, “O nosso Círculo ou tudo começou em 75”, enviado aos jornais *Movimento* e *Em Tempo*, que não responderam, e posteriormente enviado ao *Nós Mulheres*. Trechos do artigo de novembro de 1977 foram publicados pelo *Brasil Mulher* em março de 1978 (n. 11) com o título de “Uma crítica de Paris”. Neste texto, o Círculo se refere principalmente às questões levantadas numa carta escrita conjuntamente pelos dois jornais “Comunicado dos jornais Brasil Mulher e Nós Mulheres”, publicado numa edição extra do BM em abril de 1977:

“Somos um grupo de Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris e queremos expor nosso ponto de vista sobre o Brasil Mulher, especialmente no que se refere ao comunicado publicado em abril de 1977, onde vocês afirmam que a luta pela emancipação da mulher ‘faz parte da luta pela libertação do homem’. Compreendemos a libertação da mulher ligada a todos os indivíduos mas será que cabe à mulher um papel particular nessa luta ? (...) que só ela sofrendo uma opressão específica saberá reivindicar seus verdadeiros direitos? (...) Questões que nos dizem respeito, como contracepção, aborto, tarefas domésticas, podem fazer parte de uma reivindicação de homens e mulheres. Achamos que não! Homens apoiarão eventualmente essas reivindicações. Mas elas são nossas e só nós poderemos conduzir a luta”⁶¹¹

Nos números seguintes à publicação da carta – n. 12,13 e 14 – algumas integrantes do Círculo aparecem como colaboradoras do jornal em Paris⁶¹². No BM de número 13, na matéria “Faixas, cartazes, balões, canções que atravessam as avenidas”, fala-se sobre uma manifestação no 8 de março, da qual o Círculo também fazia parte, e divulgam-se trechos do manifesto lançado pelo Círculo neste evento:

⁶¹⁰ O Círculo é particularmente duro com artigo (publicado no B.M. n. 4) que termina com uma frase de Eduardo Galeano que propõe contra o controle de natalidade “o direito natural das crianças a um lugar ao sol” (*Brasil Mulher*, n.4).

⁶¹¹ “Uma crítica de Paris” - Brasil Mulher n.11 – março de 1978.

⁶¹² As colaboradoras anunciadas são Lena Lavinhas, Beth Lobo, Maria Helena Tachinardi (no número 12) e as mesmas mais Otília, Sueli Tomazini e Sula nos números 13 e 14.

“O tempo de viver de outro jeito começou. Hoje, 8 de março, comemoramos nossa luta, comemoramos a tomada de consciência de milhões de mulheres que não querem mais ser como o fogo que queima sem saber. (...) Ignorando nosso corpo, nossa sexualidade, nossa própria vontade, nós acabamos por realizar a felicidade dos outros em detrimento da nossa própria felicidade(...) Chega de ser o ‘segundo sexo’! Comemorar hoje o 8 de março é comemorar nosso combate contra toda opressão. E comemorar o movimento das mulheres enquanto movimento autônomo, que não apenas luta pela igualdade dos sexos, mas pela transformação das relações humanas, hoje baseadas na forma e na opressão.”⁶¹³

Segundo Goldberg, o *Brasil Mulher*, a partir de 1978, “se distancia claramente da concepção marxista ortodoxa do movimento de mulheres, e se aproxima de uma orientação feminista socialista. Isto fazendo, ele pôde, ademais, de um certo modo, preencher até setembro de 1979 o espaço jornalístico que tinha abandonado o *Nós Mulheres*, cujo último número é datado de junho-julho de 1978. Esta feminilização pode ser constatada por um alargamento dos conteúdos – trabalho doméstico, planificação familiar, aborto, corpo e sexualidade, a violência masculina são temas que começam a ser tratados pelo jornal entre os artigos e reportagens sobre ‘lutas gerais’ e sobre as reivindicações das trabalhadoras”⁶¹⁴. A coincidência entre essa mudança da orientação do jornal e o contato com as críticas do Círculo sugere que o círculo influenciou de alguma forma esse processo. Mas não é possível com o material que dispomos, fazer uma afirmação conclusiva quando a esse aspecto.⁶¹⁵

Sobre a divulgação do *Brasil Mulher* pelo Círculo, cabe dizer que no jornal do Círculo consta que o *Brasil Mulher* enviou 200 exemplares do jornal para o grupo com objetivo de divulgá-los na colônia de brasileiros e para os grupos franceses.

Maria Betânia Ávila descreve também um outro momento frutífero dessas comunicações. O jornal *Repórter* publicou em 1979 uma matéria sobre aborto. Um grupo de Recife, Ação Mulher, escreveu criticando a matéria intitulada “Cadê o pai do aborto?”. O Círculo teve acesso ao jornal e escreveu uma carta de apoio à posição da carta do Ação Mulher. Quando Maria Betânia retorna ao Brasil ela se integra a este grupo que daria origem ao SOS-Corpo, grupo do qual ainda faz parte.

⁶¹³ “Faixas, cartazes, balões, canções que atravessam as avenidas”. *Brasil Mulher* n.12, maio de 1978.

⁶¹⁴ GOLDBERG, Anette. *Le dire et le faire féministe...* Op. cit.

⁶¹⁵ Um número após a publicação da carta do Círculo, o editorial do BM de número 12 anuncia “A partir dessa edição, o *Brasil Mulher* tem cara nova mas não muda seu conteúdo: continua preocupada com a luta pela libertação da mulher, especialmente a mulher trabalhadora”

4.11 Retorno ao Brasil

A partir de 1978, brasileiros/as começam a retornar paulatinamente ao Brasil. A volta era um momento de reintegração ao país de origem, situação marcada, para muitos/as, por um descompasso. Muitos exilados/as passaram mais de dez anos longe do Brasil e encontraram um país bem diferente daquele que conheciam. Como lembra Regina Carvalho, “a gente vivia num mundinho que tinha um Brasil que não existia mais”. O processo de adaptação a essa nova realidade foi para muitos um processo difícil.

Para Regina Bruno havia um “desencontro muito grande” de trajetórias diferenciadas, um descompasso entre os que ficaram e os que saíram. Ela relata diversas situações onde esse descompasso era marcante, como, por exemplo, na discussão sobre aborto, na concepção de feminismo, na crítica ao stalinismo, dentre outras.

“Não era só no lado feminista, a gente tinha lá um questionamento sobre a esquerda, eu encontrava mulheres... pessoas questionando a União Soviética (...) já tinha um questionamento grande, a gente questionava Cuba porque o homossexualismo tem campos de concentração (...) e você chegava aqui e a sociedade ainda não estava discutindo isso”⁶¹⁶

“Certas coisas que lá não tinham nem mais que discutir, já vinham, já iam por si só, já estavam entendidas e digeridas, se eu não digo na sociedade francesa, pelo menos no tipo de grupo que a gente freqüentava, então você não tinha que arrancar, discutir e tal, chegou aqui as coisas ainda não eram assim...”⁶¹⁷

Em relação ao movimento feminista, esse “desencontro” era notório. A condição específica da mulher e a autonomia do movimento ainda não eram, majoritariamente, questões bem aceitas no Brasil. Muitos consideravam que o feminismo era um movimento de país desenvolvido, descolado da realidade brasileira. Para Terezinha Zerbine, fundadora do Movimento Feminino pela Anistia, por exemplo, “as feministas brasileiras procuraram seguir as feministas inglesas ou norte-americanas, o que não faz sentido no terceiro mundo”⁶¹⁸ Essa opinião era compartilhada por muitos outros⁶¹⁹. Sobre esse momento, Ângela Muniz relata:

⁶¹⁶ Entrevista - Regina Bruno.

⁶¹⁷ Entrevista - Eliana Aguiar.

⁶¹⁸ PINTO, Celi. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003, p. 64.

⁶¹⁹ Cito um outro exemplo dessa mesma opinião. Ana Corbisier, na introdução ao livro de Alexandra Kollontai *Marxismo e revolução sexual*, escreve sobre o movimento feminista brasileiro “influenciados pelo contato com seus congêneres europeus por parte de exiladas de retorno ao país, de certa forma

“Eu me lembro que as mulheres do MR-8 diziam é uma desbundada, pinta, usa batom... estão pensando que vão fazer o movimento das francesas aqui no Brasil, o país da ditadura militar...”⁶²⁰

Anette Goldberg relata que o tema de sua dissertação de mestrado *Feminismo e autoritarismo: A Metamorfose de uma utopia de liberação em Ideologia liberalizante* foi motivado pela “reação de estranhamento que tive diante do chamado ‘novo movimento feminista’ brasileiro, em suas expressões militantes e acadêmicas, quando retornei ao Rio de Janeiro em 1978 após longa permanência no exterior”⁶²¹

“Moviada por minha identificação com a esquerda brasileira no exílio e por minha ‘conversão’ ao feminismo efetuada no Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris, buscava, naquela primavera da ‘abertura”, encontrar a militância onde faria a síntese dessas duas experiências, o espaço no qual poderia atuar segundo a orientação pela qual não haveria socialismo sem liberação das mulheres nem liberação das mulheres sem socialismo. Ora, o reencontro com mulheres de minha geração surpreendeu-me”⁶²²

Esse “desencontro” é relatado por praticamente todas as militantes entrevistadas.

“O país aqui estava lutando pela anistia, pelo fim do regime militar, pelos direitos elementares, e a gente vinha de um movimento... de uma estrutura social, de uma sociedade civil muito mais rica em termos de expressão, de luta, expressão social”⁶²³

“Alguns dos grupos que tinham aqui, que eram bem ligados a alguma organização eram aqueles grupos bem sindicalistas, que vinham lutar com as mulheres operárias- trabalho igual, salário igual – e que achavam que esse negócio de vécu (...) essa discussão da vivencia pessoal de cada um nem passava pela cabeça. Então eu acho que nós tínhamos uma visão crítica do que estava se passando aqui e isso quando eu cheguei realmente se verificou (...) Mas tinham vários grupos, como o Nós Mulheres em eu militei, que já tinham bastante clareza sobre essa questão...”⁶²⁴

Sobre esse momento de chegada as militantes fazem uma autocrítica:

“De alguma forma nós voltamos um pouco de salto alto, a nossa experiência, a nossa não sei o que, a nossa Europa, o nosso tempo lá numa situação e numa trajetória que aqui era outra. Existe um desequilíbrio entre quem

importaram uma problemática de país desenvolvido que recentemente, devido ao agravamento da crise econômica do capitalismo, vêm tendo suas teses postas em questão por suas lideranças.” KOLLONTAI, A. *Marxismo e revolução sexual* São Paulo: Global Editora, 1982, p.9.

⁶²⁰ Entrevista – Ângela Muniz.

⁶²¹ GOLDBERG, Anette. *Feminismo e autoritarismo...* Op. cit., p.2.

⁶²² GOLDBERG, 1987:2

⁶²³ Entrevista - Ângela Muniz.

⁶²⁴ Entrevista - Eliana Aguiar.

ficou... um desencontro. Esse encontro a gente vai construindo aos poucos...”⁶²⁵

“Acho que a gente pode ter tido...certamente tivemos, uma postura muito arrogante de quem vem da França e quem sabe muito, mas com certeza a gente influenciou muito as discussões, acho que a gente tinha um acúmulo, conhecia uma bibliografia e acho que vai ser muito bacana, algumas vezes com conflito.”⁶²⁶

4.12 Legado do Círculo

A partir das entrevistas, é possível perceber que o Círculo teve um grande impacto na vida das mulheres que dele fizeram parte. A militância no Círculo é descrita como um momento marcante na vida dessas mulheres, um momento enriquecedor e de “grandes descobertas”, um divisor de águas na vida de várias delas. Eliana Aguiar descreve sua experiência no Círculo como uma “experiência fantástica”, “um momento de abrir visões, de abrir portas”. Para Beth Vargas “o Círculo foi uma maravilha na minha vida. Eu mudei completamente”. Outros depoimentos também enfatizam a importância do grupo:

“Pra mim o que ficou do Círculo foi a possibilidade de discutir questões tão profundas com relação a minha vida, a compreensão que eu tinha do mundo e eu te diria que hoje é o que mais... o mais importante no exílio foi a minha vivência no Círculo. Eu acho que o Círculo me marcou profundamente, pelas discussões que a gente teve com as mulheres, a discussão sobre o que eu era enquanto militante, como é que eu entendia a inserção da mulher no mundo, o que era ser mulher, o que era ser mãe, minha relação com as mulheres, com os homens... Eu acho que o Círculo é um marco na minha vida muito grande, é a coisa mais importante que eu vivi no exílio”⁶²⁷

“O Círculo representa pra mim uma experiência que vai demarcar a minha vida, antes do Círculo e depois do Círculo”⁶²⁸

“A percepção da opressão da mulher e da discriminação ela veio na experiência e junto com outras mulheres no círculo de mulheres, ela veio e ela irrompeu com uma força imensa (...) Pela primeira vez eu estava reivindicando algo que não era da sociedade e do outro, não era a condição da operária, era a minha condição de mulher”⁶²⁹

⁶²⁵ Entrevista - Regina Bruno.

⁶²⁶ Entrevista - Ângela Muniz.

⁶²⁷ Entrevista - Ângela Muniz.

⁶²⁸ Entrevista - Ângela Muniz.

⁶²⁹ Entrevista - Regina Bruno.

Para a maioria delas, o Círculo foi a primeira experiência de militância feminista, responsável por uma “tomada de consciência feminista” e por uma grande transformação na forma como essas passaram a ver a condição da mulher.

“Eu acho que essa experiência do feminismo foi marcante pra todo mundo que teve contato com ela, pra quem militou no Círculo eu tenho certeza que foi marcante, (...) quem esteve lá, militou e fez parte mesmo foi certamente uma experiência que deixou marcas, que moldou um pouco o modo de ver o mundo das pessoas que participaram”⁶³⁰

“a experiência vivida lá fora foi determinada na minha definição feminista ela é tanto política quanto no campo profissional/intelectual. Trouxe também um grande impacto na vida pessoal.”⁶³¹

“Uma vez consciente de que mulher eu sou, não dá para voltar atrás, isto não existe. É uma caminhada só e para a frente, poucas de nós continuamos militante no movimento de mulheres, mas somos todas feministas.”⁶³²

“[Participar do Círculo] Significou a possibilidade de perceber as pessoas (homens e mulheres) de forma diferente. Significou também mudanças importantes na minha vida. O contexto social, ou seja, a situação política e cultural vivida em Paris, contribuiu para que muitas mulheres, ou quase todas não posso precisar, voltassem para o Brasil com outra percepção do papel do homem e da mulher.”⁶³³

O feminismo e sua crítica englobavam um conjunto de questões que não se limitavam à condição da mulher, o que por si só não é pouco. O feminismo alterou, ou pelo menos abalou, toda uma visão de mundo. Para Ângela Muniz “a questão do feminismo era muito profunda, era um rompimento muito grande, rompimento de concepção mesmo de construção de mundo”⁶³⁴.

O impacto na militância político-partidária e na concepção de socialismo era evidente. O Círculo se insere, como procuramos mostrar, num amplo movimento de profundo questionamento da forma como a esquerda tradicionalmente tratava o que na época era conhecido como “questão da mulher”. A percepção de uma opressão que incide de forma específica sobre as mulheres, a necessidade de um movimento autônomo dos partidos políticos, e outros aspectos da luta feminista sobre os quais já comentamos, reverberavam em toda uma concepção de revolução, do poder, da relação partido/movimentos sociais, etc.

⁶³⁰ Entrevista - Eliana Aguiar.

⁶³¹ Entrevista - Maria B. Ávila.

⁶³² Entrevista - Elisabeth Vargas.

⁶³³ Entrevista – Maria América Ungaretti.

⁶³⁴ Entrevista – Ângela Muniz.

O Círculo foi também um espaço no qual surgem novas solidariedades, novas relações entre as mulheres, superando a competição e rivalidade. Para Glória Ferreira, essa teria sido uma contribuição fundamental do feminismo. Esse é um importante aspecto levantado pelas entrevistadas:

“Um dos elementos da dominação é desagregar o grupo dominado. Em qualquer grupo social dominado, o elemento da dominação é a desagregação, a desqualificação, então a gente compete (...) a gente compete pela beleza, a gente compete porque ela... é difícil construir solidariedades. Até hoje eu percebo isso, eu acho que ali, nós abrimos espaço pra construir amizades e solidariedades e romper com a desagregação e a competição /.../ eu passo dez anos sem me encontrar com a Maria Bethânia e com a Eliana, com a Neide e quando eu encontro tem um bem-querer, uma coisa que foi construída nessa trajetória”⁶³⁵

“Eu acho que o grande mérito do feminismo é ter conseguido agrupar a gente. Conseguimos ver que os nossos problemas individuais não eram só nossos. Eram de todas as mulheres como nós. Foi o contato com o movimento feminista aqui na França que fez com que nos identificássemos e nos aproximássemos umas das outras. Não nos vemos mais como ‘aquela rival’, como a causa das nossas futuras desgraças, como ‘a outra’⁶³⁶

“Quando é que passou pela minha cabeça antes que eu pudesse discutir com uma companheira, até de outras posições políticas, as minhas opiniões pessoais? Nunca, nunca. Acho que é esse tipo de mudança que a prática dentro do movimento coloca: uma solidariedade contra a opressão, o que não é a mesma coisa que ser uma irmãzinha de todas as mulheres.”⁶³⁷

O Círculo exerceu também, em alguns casos um papel relevante nas escolhas profissionais. Sônia Giacomini, Maria Betânia Ávila e Sônia Calió consideram que o contato com o Círculo foi importante na determinação de suas escolhas profissionais e na eleição das temáticas de estudo ou trabalho. Outras militantes do círculo, as quais não entrevistei – Lena Lavinias, Elisabeth Souza Lobo e Helena Hirata – desenvolveram estudos na área de gênero. Essas podem ter incorporado em sua atividade intelectual parte da “bagagem teórica” adquirida durante a militância no grupo.

Mas a influência do Círculo não se restringiu àquelas que dele fizeram parte. O Círculo, como parte de um amplo movimento feminista, foi um fator importante na mudança de postura da comunidade exilada e das organizações políticas brasileiras na França. Para Elisabeth Vargas, cujo entusiasmo pelo grupo é patente:

⁶³⁵ Entrevista - Regina Bruno.

⁶³⁶ COSTA, Albertina. et. al. *Memórias das mulheres ...* Op. cit., 415.

⁶³⁷ COSTA, Albertina. et. al. *Memórias das mulheres ...* Op. cit., p. 420.

“nós ficamos famozésimas. A empatia do Círculo fez com que começasse a surgir estes grupos de outras exiladas, de outros países, mas que jamais chegaram nem perto porque nós éramos estonteantes. Tínhamos milhões de iniciativas e isso repercutiu nos homens”⁶³⁸

“Eu acho que essa atuação do Círculo conseguiu abrir umas brechas, criar talvez... aumentar o espaço de consciência de que a opressão das mulheres não era um problema das mulherzinhas, (...) que era um problema de quem queria pensar a sociedade para poder modificar a sociedade. E eu acho que o Círculo conseguiu isso”⁶³⁹

Para Ângela Muniz “os homens não saíram ilesos da experiência do MLF. O feminismo teria sido vivenciado pelos homens “de alguma forma, pelas suas companheiras, pelas suas organizações ou pela visibilidade que a gente conseguiu dar ao movimento” – opinião compartilhada por outras militantes, ainda que com ressalvas quanto à profundidade e à persistência das mudanças. Em relação aos companheiros/maridos/namorados das militantes esse ponto deve ter sido mais evidente. Como lembra Glória Ferreira, “a luta era interna” e estava presente nos diferentes momentos do cotidiano.

“É importante também salientar que o feminismo naquele momento trazia impactos fortes nas relações pessoais entre homens e mulheres. Que neste contexto também reverberava do público ao privado e do privado ao público. Lembrando a questão do feminismo ‘pessoal é político’”⁶⁴⁰

“Eu não quero dar a impressão de que o Círculo teve um papel e os homens ficaram de repente revolucionário, mas eu acho que houve uma percepção de que se você fosse um marido opressor, se você não se questionasse como marido, você não era m revolucionário, você era um reacionário, você era um conservador. Eu acho que houve isso, o que não quer dizer que os homens tenham se transformado completamente e que a opressão das mulheres na família, no trabalho e tal tenha acabado mas eu acho que houve a consciência de que isso existe, de que essa questão existe, existe como questão feminista”⁶⁴¹

“Eu acho que houve uma tomada de consciência muito grande, eu acho que houve. Não posso medir. [O comportamento poderia não sofrer alterações profundas, mas os homens já não mais se vangloriavam de suas posturas machistas.] Da mesma maneira que ninguém podia dizer que não era de esquerda e todas essas coisas óbvias, ninguém podia dizer eu sou machista, eu não divido as tarefas domésticas com a minha companheira. Ele podia até não dividir”⁶⁴²

⁶³⁸ Entrevista – Elisabeth Vargas.

⁶³⁹ Entrevista – Eliana Aguiar.

⁶⁴⁰ Entrevista – Maria B. Ávila.

⁶⁴¹ Entrevista – Eliana Aguiar.

⁶⁴² Entrevista - Regina Carvalho.

Mas para Regina Bruno houve, em certos casos, uma apropriação “oportunista” de elementos do discurso feminista para oprimir as mulheres:

“Eu acho que os homens incorporaram o discurso feminista e se aproveitaram da flexibilidade do ser feminista (...) e como categoria social historicamente dominante aprenderam a dominar”⁶⁴³

Seja por suas atividades públicas seja pela sua própria existência, o Círculo conseguiu, como relata Eliana Aguiar, “abrir algumas brechas nessa muralha de gente que achava que isso era questão de mulherzinha”. Elementos dessa abertura nas organizações políticas podem ser percebidos na publicação de documentos de duas organizações sobre a “questão da mulher”: *Os comunistas e a questão da mulher*, do PCB⁶⁴⁴, uma atualização de uma resolução do partido aprovada em 1979, ainda no exílio, pelo Coletivo Nacional de dirigentes comunistas, e *A mulher e a revolução brasileira*, do MR-8⁶⁴⁵.

As organizações políticas que participavam do Círculo foram particularmente afetadas. Para Ângela Muniz, as mulheres do Círculo levaram suas inquietações para suas organizações, apesar de os homens terem limites para a incorporação das questões que elas traziam. A militância feminista questionou a militância partidária:

“...era interessante porque a direção no caso na França em Paris, os companheiros que estavam na frente, eles tentavam mesmo e eles queriam incorporar as discussões que a gente estava... mas tinha limite, tinham limites pra entender o que era aquilo que a gente estava vivendo que rompia mesmo com toda uma discussão até do movimento comunista internacional mesmo sobre como incorporar a questão da mulher, porque eles no fundo diziam que o socialismo ia resolver toda a questão da mulher na medida em que se fizesse a revolução, claro o movimento tinha questões específicas mesmo, mas porem... Eu me lembro que isso é... mas não vou romper com o MR-8 por conta disso não”⁶⁴⁶

“[a] descoberta desse universo específico que você não era só um ser humano independente das suas características, de certa maneira vai me levando a um distanciamento, a uma visão mais crítica da organização, dos mecanismos internos da organização /.../ e eu acho que o Círculo contribui pra isso, esse tipo de consciência do que era política, proporcionou uma consciência mais crítica em relação ao que era o próprio socialista., a crítica a Stalin”⁶⁴⁷

⁶⁴³ Entrevista - Regina Bruno.

⁶⁴⁴ COLETIVO NACIONAL DE DIRIGENTES COMUNISTAS. *Os comunistas e a questão da mulher*, São Paulo: Cerifa. 1982.

⁶⁴⁵ SOUZA-LOBO, Elisabeth. ; PAOLI, M. Notas sobre o movimento no feminino. *Desvios*, ano 1, no. 1, novembro/1982.

⁶⁴⁶ Entrevista – Ângela Muniz.

⁶⁴⁷ Entrevista – Glória Ferreira.

[os homens das organizações] “não iam até as últimas conseqüências, eles paravam no meio do caminho e queriam que a gente parasse”⁶⁴⁸

Uma tematização mais profunda sobre a influência do Círculo no movimento feminista brasileiro foge ao escopo deste trabalho. Podemos, entretanto, fazer algumas observações sobre a questão.

Antes mesmo do retorno ao Brasil, o Círculo já travava contatos com grupos brasileiros. Como relata Ângela Muniz, “As mulheres do Brasil começaram a ir para a França e levar material e a gente mandava material para as brasileiras, para os grupos que existiam aqui, começou a ter uma troca muito grande de divulgação do que a gente fazia lá e a gente divulgava o que elas faziam aqui.”⁶⁴⁹ Segundo Goldberg, o Círculo tornou-se conhecido por algumas mulheres no Brasil através do envio de cartas, documentos e publicações a grupos brasileiros mas também a partir de encontros e reuniões com mulheres brasileiras em viagem por Paris.⁶⁵⁰

O Círculo, através da troca de informações com brasileiras trouxe algumas questões e influenciou de alguma forma grupos, como o *Brasil Mulher*, como vimos anteriormente. Vera Soares, militante do *Brasil Mulher*, comenta sobre a influência do “Coletivo de Paris”, isto é, o Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris no *BM*:

“no segundo congresso, nós tínhamos mais questões na cabeça e eu acho que também influenciada, não só pelas cartas do Coletivo de Paris, que nos questionava sobre o nosso feminismo que não colocava a questão da sexualidade, mas influenciada também, por outros movimentos que estavam presentes, como as meninas que eram lésbicas, que estavam começando a participar do segundo congresso, elas trouxeram a questão da sexualidade de forma muito forte. E eu me lembro que a gente não tinha muito preparo, nem instrumental pra discutir a questão da sexualidade, e aí , nos fizemos grupos de reflexão, porque essa coisa de ser chamada de não feminista mexeu coma gente”⁶⁵¹

Mas é após o retorno ao país que esses contatos se estreitariam. Refiro-me aqui à influência que individualmente muitas mulheres exerceram no Brasil ao trazer uma bagagem teórica e a experiência de um movimento com características bastante distintas do brasileiro – colocando em pauta questões acerca da autonomia e de práticas como o *vécu*. Essa influência foi fruto da continuidade da militância de muitas das militantes do Círculo em alguma organização brasileira. Ângela Muniz fez parte do CMB (Centro da Mulher Brasileira), Eliana Aguiar militou no *Nós Mulheres*, Sônia Calió foi uma das

⁶⁴⁸ Entrevista – Sônia Calió.

⁶⁴⁹ Entrevista – Angela Muniz.

⁶⁵⁰ GOLDBERG, Anette. *Feminismo e autoritarismo...* Op. cit., p. 152.

⁶⁵¹ LEITE, Rosalina. *A imprensa feminista no pós-luta –armada...* Op. cit., 314.

fundadoras do CIM (Centro Informação Mulher), Maria Betânia Ávila participou do grupo que criou o SOS-Corpo, Elisabeth Souza-Lobo do SOS-Mulher (SP), Elisabeth Vargas fez do *Nós Mulheres*. De alguma forma, essas mulheres levaram a experiência do Círculo para sua militância no Brasil e, segundo alguns relatos, essa influência foi de grande valia para o movimento brasileiro, pois trazia novas questões e experiências.

Para Araújo,

“O regresso destas mulheres [do Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris] à sua pátria depois da anistia de 1979, a profundidade de suas colocações e a prática social adquirida como grupo de mulheres brasileiras na Europa, representou um aporte importante na construção do movimento de mulheres no Brasil”⁶⁵².

⁶⁵² ARAÚJO, Ana. Hacia una identidad latinoamericana – Los movimientos de mujeres en Europa y América Latina. Nueva Sociedad n.78, 1985, p.92.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procuramos mostrar como o contexto francês foi fundamental para uma “tomada de consciência feminista” para muitas mulheres latino-americanas que estavam em Paris nos anos 1970. Muitas seriam aquelas que passariam a problematizar questões antes naturalizadas e a politizar o que antes se manifestava como inquietação e inadaptação. Nesse ambiente, a possibilidade de um movimento organizado de mulheres brasileiras ganhou concreticidade. Mas, como já foi observado antes, os grupos que constituem objeto deste trabalho não foram os únicos a se formar nesse contexto. Diversos coletivos de mulheres latino-americanas e alguns de brasileiras surgiram por toda a Europa naquele momento. Esses grupos – que tiveram dimensão, duração e alcance bastante diversos – compartilharam, em maior ou menor medida, idéias em voga no feminismo francês, como politização da vida cotidiana, autonomia, novos modos de atuação etc.

Entre os grupos em cuja composição havia mulheres brasileiras, o Grupo Latino-Americano e o Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris se destacaram pela duração, pelo alcance e pela produção. Procuramos, ao longo deste trabalho, fazer uma análise detalhada das propostas, pautas e concepções dos dois grupos em questão. Abaixo, traçaremos um breve paralelo entre ambos.

Para Goldberg⁶⁵³, os grupos feministas que surgiram no exílio seriam um produto híbrido de idéias das correntes luta de classes, radical e libertária dos movimentos de libertação das mulheres na Europa. Mas, é necessário acrescentar, esse hibridismo se configurou, para os dois grupos em questão, combinando em proporções distintas idéias dessas “correntes”. *Grosso modo*, podemos dizer que o Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris se aproximava mais da tendência “luta de classes”, enquanto o Grupo Latino-Americano de Mulheres teria mais proximidade com o “feminismo revolucionário”. Os grupos promovidos pelo PCB, por outro lado, embora tenham sido também influenciados pelo feminismo francês, continuaram de alguma forma ainda próximos da visão “tradicional” dos partidos comunistas em relação à “questão da mulher”.

⁶⁵³ GOLDBERG, A. *Le dire et le faire féministes...* Op. cit.

O Círculo reivindicou a filiação à corrente “luta de classes” em diversos momentos e houve referência a essa vinculação também nas entrevistas. Como exemplo, cito o depoimento de Ângela Arruda, que militou no Círculo:

“Já havia um grupo que se chamava *Nosotras*, de Danda Prado, enfim, de brasileiras que estavam em Paris muito tempo antes que nós, também de uma outra geração, e que eram feministas radicais. E nós, enfim, [estávamos] no movimento francês, era a corrente luta de classes”⁶⁵⁴

No boletim *Nosotras*, por outro lado, não encontramos nenhuma referência explícita ao “feminismo radical” ou “feminismo revolucionário”, mas, nas entrevistas de Mariza Figueiredo e Danda Prado, o texto de Christine Delphy intitulado “O inimigo principal” foi mencionado.

Em ambos os grupos, percebe-se um debate freqüente com a esquerda, o que era uma característica comum à maioria dos grupos feministas existentes no período. Mariza Figueiredo e Naty Guadilla mencionam que o debate “luta das mulheres x luta de classes” como uma importante discussão no Grupo Latino-Americano de Mulheres. De fato, no boletim *Nosotras*, há referências à idéia de revolução. Afirmava-se a necessidade de uma mudança “radical da estrutura econômica” e que as reivindicações feministas implicavam transformações nessas estruturas. Porém, consideramos que não era esta a discussão fundamental do grupo, que norteava sua prática política.

É interessante notar como o grupo Campanha⁶⁵⁵ caracterizava o Grupo Latino-Americano, chamado aqui de “Nosotras”:

“Nosotras: Grupo de intelectuais latinoamericanas com a participação de mulheres como Danda Prado, Norma Benguel, com fortes características sexistas e psicanalíticas e com pouca influência na colônia”.⁶⁵⁶

“Sexista” era a forma como muitas vezes se denominavam as tendências do movimento que enfatizavam mais a luta das mulheres do que a luta de classes ou ignoravam essa última. No panfleto que chamava a criação do Círculo, *Por uma tendência feminina e revolucionária*, criticavam-se as iniciativas de organização das mulheres brasileiras já realizadas, considerando-as “iniciativas amplas, comitês de massa (...) sem falar nas iniciativas dos grupos sexistas”⁶⁵⁷. Embora o texto não

⁶⁵⁴ CHIRIO, Maud. *Les trajectoires intellectuelles et politiques des exilés brésiliens pendant le régime militaire (1964-1979). Mémoire de DEA*. Paris : Universidade Paris 1, 2004. p.07

⁶⁵⁵ Infelizmente não conseguimos outras visões sobre o grupo. As militantes do Círculo, em geral, não se lembram da existência desse grupo anterior assim como da sua publicação, *Nosotras*.

⁶⁵⁶ DGC – vol. I – “Balanço”, s.d.

⁶⁵⁷ DCM – vol. I – “Por uma tendência feminina e revolucionária”.

nomeasse o Grupo Latino-Americano, fazia clara referência a este. Num documento do Círculo que mencionava as tendências do movimento feminista, a “resposta sexista” era identificada na França como aquela defendida pelas “feministas radicais”, que defenderiam a “luta dos sexos” e que recusariam “a ligação do movimento autônomo de mulheres com os movimentos políticos e as lutas mista”⁶⁵⁸.

A perspectiva predominante no Círculo pode ser resumida pela frase: “Não há socialismo sem libertação da mulher e não há libertação da mulher sem socialismo”. O Círculo não pretendia ser somente um grupo de mulheres; havia deliberações coletivas e, pelo menos nos seus primeiros anos de existência, a entrada estava condicionada à concordância com alguns princípios do grupo. O objetivo não era englobar todas as mulheres, mas aquelas que defendiam uma proposta específica de feminismo.

O Grupo Latino-Americano, por outro lado, não pretendia defender uma proposta específica de feminismo. O seu objetivo era fundamentalmente ser um elo de ligação entre os movimentos da América Latina, ser um veículo de comunicação entre estes. No boletim *Nosotras*, há diferentes posições, algumas delas antagônicas, sobre os mais diferentes temas. Isso nos remete às formas de organização escolhidas.

Ambos os grupos adotaram as atividades de “autoconsciência” e se organizaram a partir de pequenos conjuntos fundamentalmente para a realização dessas atividades. Paralelamente a essas reuniões, ocorriam sessões gerais com todas as integrantes. Mas, no Círculo, como procuramos mostrar, apesar das críticas à hierarquia e às formas tradicionais de organização, havia uma certa estrutura de organização, o grupo tirava posições comuns e realizava assembléias deliberativas. Assim, além de discutir o “vivido” (*vécu*), suas integrantes também procuravam se posicionar frente a questões chamadas “gerais”, como ditadura e anistia. No Grupo Latino-Americano, as principais atividades eram os grupos de autoconsciência e, a partir de 1974, a confecção do boletim. Não havia deliberações coletivas, carta de princípios, etc.

Essas diferenças, em parte, parecem ser um reflexo do histórico de vida das mulheres que participavam de cada grupo. Dentre as militantes do Grupo Latino-Americano que conseguimos localizar ou sobre as quais obtivemos informações, com exceção de Danda Prado, todas as outras não tiveram envolvimento com organizações político-partidárias no Brasil e na França. Sabemos que mulheres com histórico de

⁶⁵⁸ DCM – vol. III – “Reflexões sobre as correntes do movimento feminista”, s.d.

militância em território brasileiro passaram pelo grupo, mas, ao que tudo indica, não permaneceram nele por muito tempo.

O perfil das mulheres que militaram no Círculo contrasta com o apresentado acima. Havia neste, diversas mulheres com histórico de militância político-partidária no Brasil, embora, ao que tudo indica, não constituíssem a maioria do grupo. Mas, entre as entrevistadas, todas mantiveram algum tipo de relação com organizações políticas na França, mesmo aquelas que não tiveram militância partidária no Brasil. Assim, a presença dos partidos no Círculo era notória, enquanto que, no Grupo Latino-Americano, parece ter sido quase inexistente. Essa relação mais distante com as organizações político-partidárias foi certamente um dos fatores que influenciou na postura pouco receptiva da comunidade exilada frente ao Grupo Latino-Americano. O Círculo, embora compartilhasse muitas idéias com esse grupo, surgiu num momento no qual a comunidade exilada parecia estar mais aberta para as questões feministas.

Os dois grupos correspondem, também *grosso modo*, a duas “gerações do exílio” distintas. Todas as integrantes do Grupo Latino-Americano sobre as quais conseguimos dados chegaram antes de 1973 e foram direto para a França. No Círculo, predominou a segunda geração de exiladas, que chegou a partir de 1973 na França, muitas delas com passagem pelo Chile. Todas as entrevistadas que participaram do Círculo chegaram a partir de 1973 e todos os indícios nos levam a crer que a maioria das integrantes tinha esse perfil.

Havia também uma diferença significativa de idade entre as integrantes do Grupo Latino-Americano e as do Círculo. Ângela Arruda, no trecho supracitado, refere-se ao “Nosotras” como uma “outra geração”. Elisabeth Vargas fala em “nós, as jovens”. Maria Lygia Quartim também destaca essa diferença etária. Os dados que obtivemos sobre o perfil etário nos mostram que o Grupo Latino-Americano agremiava mulheres de idades, em média, superiores às daquelas que fizeram parte do Círculo. Lucia Tosi nasceu em 1919 e parece ter sido uma das mais velhas do grupo. Danda Prado, Norma Benguell, Gilda Grillo nasceram na década de 1930 e estavam com aproximadamente 40 anos no início da existência do grupo. Já a maioria das mulheres do Círculo, ao que tudo indica, tinham entre 20 e 30 anos quando militavam no Círculo.

Retorno ao Brasil

A partir de 1976, com o início da “abertura” do regime militar, começaram a voltar os(as) primeiros(as) exilados(as). Esse momento coincidiu com o surgimento, que

se deu a partir de 1975, dos primeiros grupos feministas de caráter público. Ambos os fatos eram resultado dos primeiros ventos de liberdade que começavam a soprar no país.

Algumas autoras apontam a especificidade do feminismo gestado no Brasil em relação ao movimento de outros países desenvolvidos. Para Goldberg, o tipo de entrelaçamento entre “modernidade” e processo político que se desenrolou no início da década de 1970 criou condições bastante específicas que fizeram com que o processo de “desestabilização das relações entre os sexos” que se desenrolava nesse período não desse origem a um movimento “radicalizado e subversivo” como na Europa e outros países desenvolvidos⁶⁵⁹. Nesse mesmo sentido afirma Albertina Costa para a qual: “É longe da polícia, embora perto da patrulha ideológica e em confronto com ela, mas longe da miséria e da fome, que tende a se desenvolver um feminismo radical de cunho libertário”⁶⁶⁰. Como procuramos mostrar, o contexto francês propiciou o aparecimento de grupos com características bastante distintas daqueles que também se formaram no Brasil na segunda metade dos anos 1970. Anette Goldberg comenta sobre o seu reencontro com mulheres de sua geração quando retornou ao país:

“Ora, o reencontro com mulheres de minha geração surpreendeu-me. Chamou-me a atenção, por um lado, o fato de que a individuação de muitas delas tivesse sido um processo de grandes rupturas e crises pessoais sem que isso desembocasse em identificação com ‘irmãs de gênero’ e estimulasse o surgimento de um movimento de liberação. Ao contrário, várias das que eu apressadamente tendia a etiquetar como ‘feministas’, se referiam ao feminismo como ‘coisa de sapatão’ ou como ‘movimento de esquerda fechado e careta’. (...)”

Tudo me parecia fora do lugar. As ‘novas mulheres’ não se consideravam feministas, e as ‘novas feministas’ veiculavam uma concepção do político e uma maneira de fazer política vestidas, ainda que entre elas houvesse muitas sinceramente preocupadas com a melhoria da situação das mulheres ou dispostas a lutar por uma nova sociedade igualitária sob todos os aspectos. Nada disso tinha similitude com a ideologia que eu associava aos novos movimentos de liberação da mulher, surgidos na América do Norte e em países europeus desde o final dos anos 60: aqui pouco se utilizavam as categorias ‘gênero’ e ‘patriarcado’ na caracterização da situação das mulheres; a prática de grupos de auto-consciência não era valorizada; a noção de autonomia e a idéia de experimentos sociais alternativos não apareciam no ideário feminista ‘bom para o Brasil’ ”⁶⁶¹

⁶⁵⁹ GOLDBERG, Anette. *Feminismo no Brasil contemporâneo: o percurso intelectual de um ideário político*. BIB, n. 28. Rio de Janeiro, 1989, p. 43.

⁶⁶⁰ COSTA, Albertina. et. al. *Memórias das mulheres* ... Op. cit., p. 66.

⁶⁶¹ GOLDBERG, Anette. *Feminismo e autoritarismo*... Op. cit., p. 2.

Esse estranhamento é relatado também por outras entrevistadas. Seria justamente esse contraste entre o movimento que se desenvolvia no Brasil e na França que tornaria o contato entre ambas as realidades frutífero. O encontro de mulheres com experiências distintas de luta seria bastante proveitoso para o movimento feminista brasileiro. Diversas são as autoras que assinalam a importância desse contato. Este teve início antes mesmo do retorno destas ao Brasil, através da troca de correspondência, envio de material, contato de brasileiras em viagem com grupos existentes⁶⁶², mas se tornou mais presente com o retorno dessas mulheres ao Brasil. Para Cyntia Sarti, esse reencontro teria contribuído para fortalecer a “corrente feminista” no movimento das mulheres brasileiras. A experiência de vida no exterior, as reelaborações da experiência política anterior e a influência do movimento feminista europeu daria traços particulares à experiência dessas mulheres. O “saldo do exílio” de um lado e a experiência de ter permanecido no Brasil nos anos 1970 fez desse encontro surgir um novo panorama⁶⁶³. Para Barsted o retorno das exiladas teria provocado mudanças na pauta do movimento, ao tematizar questões como reprodução e sexualidade - que não seriam parte da pauta inaugurada pelo movimento feminista brasileiro - representando “uma profunda contribuição aos termos desse debate no Brasil”⁶⁶⁴.

Para a militante do *Brasil Mulher* Iara Prado, novos temas foram colocados em pauta. À pergunta de Rosalina Leite “De que forma as militantes revolucionárias, guerrilheiras de 1968, se transformaram em feministas juramentadas, defendendo o direito ao prazer?” Iara Prado responde:

“Se é que isto aconteceu mesmo para todas... ou ainda, para provocar a Bete Vargas, de que forma as mulheres do movimento da periferia, preocupadas com o trabalho, desemprego dos maridos, com quem ficariam as crianças pequenas enquanto trabalhávamos, com a regularização dos loteamentos clandestinos, com o fim do trabalho noturno das operárias metalúrgicas (...) receberam as sérias revolucionárias exiladas, vindas de Paris, onde existiam já creches, moradia, salário desemprego, escolas para todos (até para os exilados!), etc. etc. etc. que chegaram e nos ensinaram que chique mesmo era lutar pelo orgasmo, que tínhamos direito ao prazer sexual, que poderíamos decidir o número de filhos que queríamos ter, que deveríamos transformar

⁶⁶² Como exemplo disso podemos citar o *Nosotras*, que era assinado por mulheres brasileiras, segundo Danda Prado; o envio de material referente à questão, produzido por esses grupos, pelas organizações políticas exiladas para a sede brasileira - como lembra Regina Carvalho sobre sua própria organização, etc.

⁶⁶³ SARTI, C. O feminismo brasileiro desde os anos 70: revisitando uma trajetória. *Revista Estudos Feministas*, v. 12, n. 2, agosto/setembro 2004, p. 41.

⁶⁶⁴ BARSTED apud ÁVILA, M. B.; CORRÊA, S. “O movimento de saúde e direitos reprodutivos no Brasil: revisitando percursos”. Site: <http://www.geocities.com/catolicas/articulos/dersex/omovim.htm> visitado no dia 15/07/2005.

em bandeira de luta acabar com Homem bater em Mulher, que o amor não obedecia regras de gênero etc. etc. etc., culminando com: deveríamos POLITIZAR O PRIVADO! que heresia ! Foi o que pensei no começo...”⁶⁶⁵

Algumas autoras apontam grande influência das exiladas brasileiras vindas de Paris no jornal *Nós Mulheres*. Segundo Rosalina Leite⁶⁶⁶, as restrições às feministas recém-chegadas da Europa por parte do *Brasil Mulher* – devido às posições críticas à linha política adotada pelo jornal – foi um dos fatores que influenciou as mulheres que fundaram o *Nós Mulheres* a não se associarem ao *Brasil Mulher*.

Em entrevista concedida a Rosalina Leite, Rachel Moreno faz o seguinte comentário sobre a composição do *Nós Mulheres* “Quem viveu no exterior? A Maria Moraes, a Lia, a Rita (Itália), Cida Aidar, a Leda e a Susana Kfourri. Efetivamente filiadas à tendência Debate. A Inês Castilho juntou-se ao grupo no processo, assim como a Solange Padilha (que também morou em Paris, mas creio que em outras circunstâncias)”⁶⁶⁷.

Sobre essa influência Inês Castilho também comenta:

“As pessoas vinham de fora e chegavam com uma puta autoridade (...) Então havia esse transplante da experiência política anterior que não era ressocializada, ela vinha, se instalava, e eu não sabia bem por que (...) havia um jogo de forças, as pessoas despencavam a discutir um tema que não tinha nada a ver com aquele momento, com o que estava acontecendo. A Maria Moraes tem a mesma origem de DEBATE que a Lia e a Rita (...) a minha experiência era de desgarrada politicamente, falava-se muito que o NÓS MULHERES não tinha vínculo político, mas a maioria das pessoas eram ligadas ao grupo DEBATE, isso por volta de 75, 76, esse grupo era um dissidência que eu não sei qual era, sei que várias pessoas vieram da França.”⁶⁶⁸

Mas, segundo Maria Lygia, dos nomes citados somente a Rita de Luca e a Lia Zatz eram do Debate. “A Cida Aidar é minha prima, a Suzana Kfourri era mulher do meu primo Juca Kfourri, a Leda Orozco era amiga do casal mas depois se casou com o Juca e é sua atual mulher e nenhuma delas era do Debate”⁶⁶⁹

Deve-se ressaltar que a influência do grupo *Debate* não significa necessariamente uma influência de mulheres que vieram do exílio. Lia Zatz e Guida Amaral são dois exemplos de militantes do *Nós Mulheres* que eram membros do Debate

⁶⁶⁵ LEITE, Rosalina. *A imprensa feminista no pós-luta – armada...* Op. cit., p. 307.

⁶⁶⁶ LEITE, Rosalina. *A imprensa feminista no pós-luta – armada...* Op. cit.

⁶⁶⁷ LEITE, Rosalina. *A imprensa feminista no pós-luta – armada...* Op. cit., p. 248.

⁶⁶⁸ BASTOS, Maria. *Outras Palavras, Outras Imagens : Movimentos Feministas na cidade de São Paulo nos anos 70/80*. São Paulo: Dissertação (Mestrado). PUC-SP, 1992, p. 57.

⁶⁶⁹ Entrevista – Lia Zatz.

mas que só tomaram contato com a questão no Brasil. Lia Zatz comenta que na França essa “Era uma questão que nem passava pela minha cabeça”⁶⁷⁰. Ela só teria contato com o movimento feminista no ano de 1975 quando já estava no Brasil.

Ainda para Leite “o Nós Mulheres nasceu pela iniciativa de mulheres exiladas e que tinha sido gestado no Círculo de Mulheres de Paris”. Consideramos que há aí uma confusão de “exiladas” com “Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris”. A hipótese poderia ser refutada tão somente pela data das primeiras reuniões do Círculo – janeiro de 1976. O primeiro número do *Nós Mulheres* é de junho de 1976.

Segundo documentos do grupo Campanha, o núcleo do Debate na França mantinha contatos com o *Nós Mulheres*: “O único trabalho que fazem aqui é o de retaguarda para o trabalho de Nós Mulheres: vendem o jornal, mandam alguns artigos, informações, fazem finanças, etc.”⁶⁷¹.

Mas, voltando à questão da influência do exílio, ela ocorreu com maior intensidade após o retorno dessas mulheres ao país. Muitas delas se integrariam a grupos brasileiros trazendo na bagagem a experiência vivida na França. Vimos como algumas mulheres ligadas ao Grupo Latino-Americano continuaram juntas na elaboração da revista *Impressões* em cujo o corpo de redação estavam Danda Prado, Clélia Piza e Mariza Figueiredo. Outros membros do grupo, de outras nacionalidades também se integraram a grupos feministas dos seus países de origem levando essa experiência. Giovana Nérola fez parte na Venezuela dos grupos feministas venezuelanos “Miércoles”, “La Conjura”, “La Mala Vida” e publicou livros como *Em defesa del aborto en Venezuela*. Muitas integrantes do Círculo, como mostramos no capítulo anterior, ao retornarem também se integraram a grupos feministas tais como *Nós Mulheres* e Centro da Mulher Brasileira (CMB) e ajudaram na fundação de grupos como CIM e SOS-Corpo. Quanto aos outros grupos, sabemos que Zuleika Alambert continuou na militância no Brasil e fez parte do CMB.

Terminamos com a ressalva de que embora a influência do exílio seja algo que de fato ocorreu, não se pode superestimá-la e nem caricaturar os termos nos quais esta se deu. Não se tratava de “iluminadas” que trouxeram as luzes para o movimento feminista brasileiro (que seria partidário e não conseguiria discutir as especificidades da opressão feminina). Mas, inegavelmente o contato entre esses feminismos, gestados em realidades bastante distintas, seria bastante profícuo para o feminismo brasileiro.

⁶⁷⁰ Entrevista – Lia Zatz.

⁶⁷¹ DGC – vol. I – “Balanço”, s.d.

BIBLIOGRAFIA

- ALAMBERT, Zuleika. *Feminismo: o ponto de vista marxista*. São Paulo: Nobel, 1986.
- ALBISTUR, M.; ARMOGATHE, D. *Histoire du féminisme français- du moyen âge à nos jours*. Paris: Des Femmes, 1977.
- ALCOFF, Linda. Cultural Feminism versus post-structuralism : the identity crisis in feminist theory. *Signs: Journal of Women in culture and Society*, vol. 13, n. 3, 1988.
- ALVES, Maria. *Estado e oposição no Brasil*. Bauru: São Paulo: Edusc, 2005.
- AMBROISE, B. Judith Butler et la fabrique discursive du sexe. *Raisons politiques*, n.12, nov. 2003.
- ARAÚJO, Ana. Hacia una identidad latinoamericana – Los movimientos de mujeres en Europa y América Latina. *Nueva Sociedad* n.78, 1985.
- ARAÚJO, Maria. *A utopia fragmentada. As novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970*. São Paulo: Editora FGV, 2000.
- ARMENGAUD, Fraçoise. Le matérialisme beauvoirien et la critique du naturalisme : une rupture épistémologique inachevée ? DELPHY, Christine CHAPERON, Sylvie. *Cinquantenaire du Deuxième Sexe. Colloque International Simone de Beauvoir*. Paris: Édition Syllepse, 2002.
- ÁVILA, M. B.; CORRÊA, S. “O movimento de saúde e direitos reprodutivos no Brasil: revisitando percursos”. Site: <http://www.geocities.com/catolicas/articulos/dersex/omovim.htm>. Visitado no dia 15/07/2005.
- BASTOS, Maria. *Outras Palavras, Outras Imagens : Movimentos Feministas na cidade de São Paulo nos anos 70/80*. São Paulo: Dissertação (Mestrado). PUC-SP, 1992.
- BASTOS, Natalia. *Elas por elas. Trajetórias de uam geração de mulheres de esquerda Brasil – anos 1960-1980*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal Fluminense, Departamento de História, 2007.
- BARIL, AUDREY. *Judith Butler et le féminisme postmoderne : analyse théorique et conceptuelle d'une courant controversé*. Mémoire- maîtrise en Philosophie. Faculté de Theologie, d'Etique et de Philosophie. Université de Sherbrooke, 2005.
- BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

- _____. Prólogo. In: PISAN, A. *Historias del Movimiento de Libération de la Mujer*. Madrid: Debate, 1977.
- _____. France: Feminism – Alive, Well, and in Constant Danger. In: MORGAN, R. *Sisterhood is Global. The International Women's Movement Anthology*. Garden City, Nova York: 1984.
- _____. Simone de Beauvoir. In: *Les femmes s'entêtent*. Paris: Gallimard, 1975.
- BEBEL, August. *La mujer y el socialismo*. Madrid: Akal: 1974.
- BEECHEY, Veronica. On Patriarchy . *Feminist Review*, n.3, 1979.
- BELOTI, E. *Du côté des petites filles*. Paris: Des Femmes, 1974.
- BERMAN, Paul. *A tale of two utopias; the political journey of the generation of 1968*. New York: Norton, 1996.
- BOONS, M. ; BRISAC, T. et. al. Des femmes dans l'extreme-gauche française . Actes du Colloque National 'Femmes, féminisme et recherches'. Toulouse, dez 1982.
- BORDO, Susan. A feminista como o Outro. *Revista Estudos Feministas*, vol.8 n.1, 1º semestre 2000.
- BOUCHER, Joanne. Betty Friedan and the Radical Past of Liberal Feminism. *New politics*, vol. 9, n.3, verão 2003.
- BOXER, Marilyn. Rethinking the socialist construction and international career of the concept "bourgeois feminism". *The American Historical Review*, vol.112, n.1, 2007.
- BUTLER, Judith. "Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do pós-modernismo". *Cadernos Pagu*, n. 11, 1998.
- _____. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- _____. Variações sobre Sexo e Gênero. Beauvoir, Wittig e Foucault. In: Seyla Benhabib & Drucilla Cornell (org.). *Feminismo como crítica da modernidade*. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 1987.
- BRITO, Angela. Brazilian Women in Exile: The quest for an identity. *Latin American Perspectives*, Issue 49, vol.13, n.2, spring 1986.
- BRITO, Angela; VASQUEZ, Ana. Mulheres latino-americanas no Exílio: universalidade e especificidade de suas experiências. *Revista Esboços*, n.17, 2008.
- BRUSCHINI, Cristina. *Mulher, casa e família: Cotidiano nas camadas médias paulistanas*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas; São Paulo: Vértice, Editora dos Tribunais, 1990.
- BRYSON, Valerie. *Feminist political theory*. Londres: Macmillan, 1992.

- CARDOSO, Elisabeth. *Imprensa feminista brasileira pós-64*. Dissertação (mestrado) – Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, 2004.
- CAVALCANTI, Pedro et. al. (org.) *Memórias do exílio. Brasil 1964-19??*. São Paulo, Editora Livramento, 1978.
- CERCLE DIMITRIÈVE. *Brève histoire du MLF. Pour un féminisme autogestionnaire*. Paris: Savelli, 1976
- CHAPERON, Sylvie. *Les années Beauvoir 1945-1970*. Paris: Fayard, 2000.
- _____. La radicalisation des mouvements féminins français de 1960 à 1970. *Vingtième Siècle. Revue d'histoire*, n.48. (oct.-dec. , 1995).
- _____. Le Deuxieme Simone de Beauvoir. *Les Temps Modernes*, n.593, abril-maio 1997.
- _____. Femme, objet non-identifié. Analyse Épistemologique du féminisme . In : *Les Temps Modernes*, n.487, fevereiro 1987.
- _____. Mouvements de Liberation des femmes. In : WARESQUIEL,E. *Le siècle rebelle. Dictionnaire de la contestation au XX siècle.*, 2004.
- _____. 1945-1970, reprendre l'histoire du féminisme. SOHN, Anne-Marie ; THÉLAMON, Françoise. *L'histoire sans les femmes est-elle possible ?* Paris, Perrin, 1998.
- CHINCHILA,N. “Ideologías del feminismo: liberal, radical y marxista”. In: LEON,M. *Sociedad, subordinación y feminismo*. Bogotá: Asociación Colombiana de Estudio de la Población, 1982.
- CHIRIO, Maud. *Les trajectoires intellectuelles et politiques des exilés brésiliens pendant le régime militaire (1964-1979)*. Mémoire de DEA. Paris : Université Paris 1, 2004.
- _____. Formes et dynamiques des mobilisations politiques des exilées brésiliens en France (1968-1979). *Cahier des Amerique Latine*, 2007.
- COELHO, Claudio. *A transformação social em questão: as práticas sociais alternativas durante o regime militar*. Tese (doutorado) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1990.
- COLETIVO NACIONAL DE DIRIGENTES COMUNISTAS. *Os comunistas e a questão da mulher: igualdade, emancipação, libertação*. São Paulo: Cerifa-Novos Rumos, 1982.
- COLLECTIF DE FEMMES D'AMERIQUE LATINE ET DE LA CARAÏBE. *Mujeres des latino-Americaines*. Paris : Editions des femmes, 1977.

- COLLING, Ana Maria. *A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil*. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1997.
- COOT, Nancy. What's in a Name ? The Limits of 'Social Feminism' or, Expanding the Vocabulary of Women's History." *The Journal of American History*. vol. 76, n.3, dez. 1989.
- CORDELLIER, Stéphanie. Actualité et importance de la position antidifférentialiste du Deuxième Sexe. In : DELPHY, Christine CHAPERON, Sylvie. *Cinquantenaire du Deuxième Sexe. Colloque International Simone de Beauvoir*. Paris: Édition Syllepse, 2002.
- CORRÊA, Mariza. Do feminismo aos estudos de gênero: uma experiência pessoal. *Cadernos Pagu*, vol.16, 2001.
- _____. Uma pequena voz pessoal. *Cadernos Pagu*, vol.11, 2001.
- COSTA, Albertina. et. al. *Memórias das mulheres do exílio*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- COSTA, Claudia. O tráfico do gênero. *Cadernos Pagu*, v. 11, 1998
- _____. O sujeito no feminismo: revisitando os debates. *Cadernos Pagu* vol.. 19, 2002.
- _____. Feminismo e Pós-estruturalismo: as (in)determinações da identidade nas (entre)linhas do (con)texto. In: Joana Maria Pedro; Miriam Pillar Grossi. (Org.). *Masculino, Feminino, Plural*. Florianópolis: Editora Mulheres, 1998.
- DANIEL, Herbert. Homossexual: defesa dos interesses? *Gênero*. n.2, 1o. semestre de 2008.
- DELMAR , R. What is feminism? In: MICHELL,J; OAKLEY,A. (org.) *What is feminism?* Oxford: Blackwell, 1992.
- DELPHY, Christine. *L'ennemi principal 1. Economie politique du sexe*. Paris: Syllepse, 1998.
- _____. *L'ennemi principal 2. Penser le genre*. Paris : Syllepse, 2001.
- DELPHY,Christine. Nouvelles du M.L.F. : liberation des femmes an dix . *Questions feministes*, vol.7, fev. 1980.
- _____. Feminismo e a recomposição da esquerda. *Estudos Feministas*, vol. 2, n.3, 1994.
- _____. Le patriarcat, le feminisme et leur intellectuelles. *Nouvelles questions feministes* n.2, outubro 1981.

- _____. Un féminisme materialiste est possible. *Nouvelles questions féministas*, n.4, outono 1982.
- _____. L'invention du french feminism: une démarche essentielle. In: DELPHY, C. *L'ennemi principal*. vol. 2 Penser le genre. Paris: Syllepse, 2009.
- _____. Proto-féminisme et anti-féminisme. *Les Temps Modernes*. n.346, maio 1975.
- _____. Les origines du Mouvement de libération des femmes en France. *Nouvelles Questions Feministes*. n. 16-17-18 , 1991.
- _____. La construction du 'french feminism' dans le discours universitaire américain. *Nouvelles Questions Feministes*, vol. 17, n.1, 1996
- _____. Patriarcat. In: HIRATA, Helena. et. al. *Dictionnaire critique du féminisme*. Paris: PUF, 2000.
- DENIS, Mary. *Le féminisme est dans la rue*. Bruxelles, De Boeck, 1993.
- DESCARRIES, Francine. Teorias feministas: liberação e solidariedade no plural. *Textos de História. Revista da Pós-Graduação em História da UNB*, vol. 8, n.1/2, 2000.
- DESCARRIES, Francine ; CORBEIL,Christine. La maternité au coeur des débats féministes. In : DESCARRIES,F. ; CORBEIL,C. (org.) *Espaces et temps de la maternité*. Montreal : les éditions Remue-menage, 2002.
- DESCOMBES,Vicent. *Lo mismo y lo outro: cuarenta y cinco anos de filosofia francesa (1933-1978)*. Madrid: Catedra, 1988.
- DUPONT. O inimigo principal. In: DURAND, E. et.al. *Liberação da mulher: ano zero*. Belo Horizonte: Interlivros, 1978.
- DURAND, E. et.al. *Liberação da mulher: ano zero*. Belo Horizonte: Interlivros, 1980.
- EAGLETON, Terry. *Depois da teoria: um olhar sobre os Estudos Culturais e o pós-modernismo* . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- _____. *As ilusões do pós-modernismo*. Rio de Janeiro: 1996.
- ECHOLS, Alice. *Daring to be bad: radical feminism in América 1967-1975*. Minneapolis/Londres: University of Minnesota Press, 1993.
- EDELMAN, N. A propos de la citoyenneté . In : CORBIN,A. et. Al. *Femmes dans la cite*, 1987.
- ENGELS, F. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. São Paulo: Global, 1985.

- ERGAS, Y. O sujeito mulher: o feminismo dos anos 1960-1980. In: DUBY, G.; PERROT, M. *História das mulheres no Ocidente*, v.5. Lisboa: Afrontamento; São Paulo: Ebradil, 1990.
- EVANS, Sara. *Personal Politics: The roots of Women's liberation in the Civil Rights movement and the New Left*. New York: Vintage Books, 1979.
- EZEKIEL, Judith. Le Women's Lib: Made in France. *European Journal of Women's Studies* 2002; 9; 345.
- _____. Anti-feminisme et anti-américanisme: un mariage politiquement réussi. *Nouvelles Questions Feministes* vol.17 n.1, 1996.
- FAUQUET, JULES. Nouvelles questions feministas: 22 años profundizando en una visión feminista, radical, materialista y anti-essencialista. *Revista Estudos Feministas*, vol.12, n.especial, setembro/dezembro 2004.
- _____. Três questões aos movimentos sociais progressistas : contribuições da teoria feminista à análise dos movimentos sociais. *Lutas e Resistências*. Londrina, vol. 1, set. 2006.
- FERRAND, M. *A propos des rapports sociaux de sexe. Parcours épistémologiques*. Paris: CNRS, 1986.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Aurélio do século XXI*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- FERREIRA, E. *Mulheres Militância e Memória*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- FIGUEIREDO, Candido. *Novo dicionário da língua portuguesa*. Lisboa: Livraria Clássica, 1913.
- FIGUEIREDO, Mariza. "Feminismo no Brasil: retrospectiva". IN: COSTA, Ana; SARDENBERG, Cecília (org.) *O feminismo no Brasil: reflexões teóricas e perspectivas*. Salvador: UFBA / Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, 2008.
- FIRESTONE, Shulamith. *A dialética do sexo: um manifesto da revolução feminista*. Rio de Janeiro: Labor do Brasil, 1976.
- FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, D. Les feminismes des années 1970. In : FAURÉ, C. *Encyclopedie politique et historique des femmes*. Paris : PUF, 1997.
- _____. Controverses et anathèmes au sein du féminisme français des années 1970. *Cahier du genre*, n.39, 2005.
- FOUQUE, Antoinette. *Il y a deux sexes : essais de féminologie*. Paris: Gallimard, 1995.

- FRAISER, N. ; NICHOLSON,L. Social criticism without philosophy : an encounter between feminism and postmodernism. In: NICHOLSON, Linda.(org.) *Feminism/postmodernism*. Nova York/Londres : Routledge, 1990.
- FRAISSE,Geneviève. Du bon usage de l'individu féministe. Vingtième Siècle. Revue d'histoire, n. 14 apr. –jun, 1987.
- _____. *La difference des sexes*. Paris : PUF, 1996.
- _____. Da destinação ao destino. História filosófica da diferença entre os sexos. In: DUBY,G. ; PERROT,M. História das mulheres no Ocidente. Porto: Afrontamento, 1991.
- FRANCHETTO, B.; CAVALCANTI, M. L. V. C.; HEILBORN, M. L. Antropologia e feminismo. In: *Perspectivas Antropológicas da Mulher*, v. 1, p. 11-47, Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- FRANCO, Marina. *El exilio: argentinos en Francia durante la dictadura*, Siglo. XXI Editores, Argentina, Buenos Aires, 2008.
- FRANK,M. *Qu'est-ce que le neo-structuralisme*. Paris: Les éditions du Cerf, 1989.
- FRIEDAN, B. *A Mística Feminina*. Petrópolis: Vozes, 1973.
- GAMBAUDO,Sylvie. French feminisme vs Anglo-American Feminisme : A reconstruction. *European Journal of Women's Studies*, n.14, 2007.
- GARCIA, Marco. Em busca de 1968. In: GARCIA, M.; VIEIRA,M. (org.) *Brasil, França e Alemanha*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.
- _____. O gênero da militância: Notas sobre as possibilidades de uma outra história da ação política. *Cadernos Pagu*, 8/9, 1997.
- _____. “Contribuição à história da esquerda brasileira (1960-1979)”, In: *Em Tempo*, São Paulo, 1979.
- GATLIN, Rochelle. Feminism: Second-Wave North American. *Routledge International Encyclopedia of Women*. New York/London: Routledge, 2000.
- GOLDBERG, Anette. *Feminismo e autoritarismo: a metamorfose de uma utopia de liberação em ideologia liberalizante*. Rio de Janeiro. Dissertação (mestrado) - Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1987.
- _____. *Le dire et le faire féministes: une approche socioculturelle du Brésil contemporain*. Tese de Doutorado. Paris. Université de Paris VII, 1991.
- _____. Os movimentos de liberação da mulher na França e na Itália (1970-1980): primeiros elementos para um estudo comparativo do novo feminismo na Europa e no Brasil. In: LUZ, M. T. *O lugar da mulher*. Rio de Janeiro: Graal,1982.

- _____. Feminismo no Brasil contemporâneo: o percurso intelectual de um ideário político. *BIB*, n. 28. Rio de Janeiro, 1989.
- GOENDER, J. *Combate nas trevas*. São Paulo: Ática, 1987.
- GUADILLA, Naty. *Libérations des femmes le M.L.F.* Paris : Puf, 1981.
- _____. Historiando. Herejias, março de 1980.
- HAHNER, June. *A emancipação do sexo feminino. A luta pelos direitos da mulher no Brasil*. Florianópolis: Editora das Mulheres, 2003.
- HARTMANN, Haidi. The unhappy marriage of marxism and feminism. In: SARGENT, L.(org.) *Woman and Revolution: the unhappy marriage of Marxism and feminism*. Boston: South and Press, 1981.
- HARAWAY, Donna. ‘Gênero’ para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. *Cadernos Pagu*, n.22, jan./junho 2004.
- HAWKESWORTH, Mary. A semiótica de um enterro prematuro : o feminismo em uma era pós-feminista. *Revista Estudos Feministas*. Vol.14, n.3, set./dez. 2006.
- HEMMINGS, Clare. Contando estórias feministas. *Revista Estudos Feministas*, 17 (1), janeiro-abril/2009.
- HOBBSAWM, Eric. O marxismo hoje : um balanço aberto. In: HOBBSAWM,E. (org.) *História do marxismo*. vol. 11. Paz e Terra, 1989.
- JACKSON, Stevi. Théoriser le genre : l’heritage de Beauvoir . In: DELPHY, Christine CHAPERON, Sylvie. *Cinquantenaire du Deuxième Sexe. Colloque International Simone de Beauvoir*. Paris: Édition Syllepse, 2002.
- _____. Marxisme et féminisme . In: BIDEJ,J. (org.). *Dictionnaire Marx contemporain*. Paris : PUF, 2001.
- _____. Why a materialist feminism is (still) possible – and necessary. *Women’s Studies International Forum*, vol. 24, n.3/4, 2001.
- JAMESON, Frederic. Periodizando os anos 60. In: BUARQUE, Heloisa. *Pós modernismo e política*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.
- JAMMAL, Nadine. *Les notions d’identité et de différence dans les théories féministes contemporaines : une analyse à partir du féminisme américain de la différence (1970-1990)*. Tese Université de Montréal. Facultés des études supérieures, 2000.
- JAMI,I. Sexe et genre: les débats des féministes dans les pays anglo-saxons (1970-1990). *Cahiers du genre*, n.34, 2003.

JENSON, Jane. Le Feminisme en France depuis 68. *Vingtième Siècle. Revue d'histoire*. n. 24, out. Dez. 1989.

KAIL, Michel. Pour un antinaturalisme authentique, donc matérialiste. In: DELPHY, Christine CHAPERON, Sylvie. *Cinquantenaire du Deuxième Sexe. Colloque International Simone de Beauvoir*. Paris: Édition Syllepse, 2002.

_____. Pour un materialisme anti-naturaliste: la leçon de Simone de Beauvoir. *Nouvelles Questions Feministes*, vol. 20, n.4, 1999.

KANDEL, Liliane. Sur la difference des sexes et celle des feminismes. *Les Temps modernes*, n.609, junho-julho-agosto 2000.

KANDEL, Liliane. Journaux em mouvement: la presse feministe aujourd' hui. *Questions feministes* n. 4, nov. 1978.

KELLY, Joan. Early feminist theory and the *Querelle des Femmes*, 1400-1789. *Signs: Journal of Women in Culture and Society*, vol.8, n.1, 1986.

KERGOAT, Danièle. Le rapport social de sexe. De la reproduction des rapports sociaux à leur subversion. *Actuel Marx*, n.30 , 2o. semestre 2001.

KOLLONTAI, Alexandra. *Marxismo e revolução sexual* São Paulo: Global Editora, 1982.

KRUPSKAIA apud HEINE. De la I à la III Internationale, la question des femmes. *Critique Communiste*, Paris, dezembro 1977/janeiro 1978.

LHOMOND, Brigitte. Sexualité. In: HIRATA, H. et. al. *Dictionnaire critique du féminisme*. Paris: PUF, 2000.

LEITE, Rosalina. *A imprensa feminista no pós-luta –armada: os jornais Brasil Mulher e Nós Mulheres*. Tese de Doutorado. Faculdade de Ciências Sociais PUC/SP, São Paulo, 2004.

_____. Brasil Mulher e Nós Mulheres: origens da imprensa feminista brasileira. *Revista Estudos Feministas*. vol. 11, n.1, janeiro-junho/2003.

LEPINARD, Éléonore. Malaise dans le concept. Différence, identité et théorie féministe. *Cahier du genre*, n.39, 2005.

LESSELIER, Claudie. Femmes, exiles et politiques em France depuis 1970. In: Sextant, 26, Femmes exilées politiques, 2009

_____. Aux origenes des mouvements de femmes de l'imigration. Colloque histoire, genre et migration. Disponível em: http://www.femmes-histoireimmigration.org/claude_%20Colloque%20genre%20et%20migration%20mars%2006.htm. Site visitado em março de 2007.

_____. Femmes et politiques d’imigration et d’asile em Europe. Disponível em : www.femmes-histoire-immigration... Visitado em março de 2007.

LIMA, Ruth. Mulher x luta armada: um tema à procura de pesquisadores. In: LOURO, G. *Coletânea gênero plural: um debate interdisciplinar*, 2002.

LÖWY, Llana; ROUCH, Helene. “Gênese et développement du genre: les sciences et les origines de la distinction entre sexe et genre.” In : Cahiers du Genre n.34 .

LYOTARD, Jean-François *O pós moderno explicado às crianças*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1987.

MACKINNON, Catharine. Féminisme, marxisme et postmodernité. *Actuel Marx*, n.30, 2001.

MARCIL-LACOSTE, LOUISE. Égalitarisme et féminisme. *Mots*, vol.13 n.1, 1986.

MARIANO, S. O sujeito do feminismo e o pós-estruturalismo. In: *Revista Estudos Feministas*, v. 13, n. 3, set./dez. 2005.

MARTINS, Luciano. “A geração AI-5”. *Ensaio Opinião*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, n.2, 1979.

MARTINS FILHO, João. A guerra da memória: a ditadura militar nos depoimentos de militantes e militares. *Vária História*, n.28, 2002.

MATHIEU, Nicole-Claude. Masculinité/feminilité. *Questions féministes* n.1, nov. 1977.

_____. *L’anatomie politique. Categoriisations et ideologies du sexe*. Paris : Côté-Femmes, 1991.

_____. “Derive du genre/stabilité des sexes” In: CHETCUTI, N. *Lesbianisme et feminisme*. Paris. Hartmattan, 2003.

MATOS, Maria. Estudos de gênero : percursos e possibilidades na historiografia contemporânea. *Cadernos Pagu*, vol.11, 2001.

MERQUIOR, J. *De praga a Paris: o surgimento, a mudança e a dissolução da idéia estruturalista*.

MILLET, Kate. *Política sexual*. Lisboa: D. Quixote, 1974.

_____. Uma política sexual. In: LAMAS, M.; SOLANAS, V. Et.al. *Mulheres contra homens?* Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1971.

_____. *La politique du mâle*. Paris: Stock, 1971.

MITCHELL, Juliet. *La Liberación de la Mujer* Barcelona: Editorial Anagrama, 1977.

_____. Mulheres: a revolução mais longa. *Civilização Brasileira*, n. 14, 1967.

- MORAES, João. O campo socialista e a revolução sexual. In: MANTEGA, G. (org.) *Sexo e poder*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1979.
- MORAES, Maria. *Família e feminismo: reflexões sobre papéis femininos na imprensa para mulheres*. São Paulo: Tese de doutorado, FFLCH/USP, 1981.
- _____. *Vida de Mulher*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1981.
- MORELLI, Anne. Exhumer l'histoire des femmes exilées politiques. *Sextant*, n.26, 2009.
- MORGAN, Robin.(org.) *Sisterhood is global. The International Women's Movement Anthology*. New York: Garden City, 1984.
- MOSES, C. Made in América : 'French feminism' in America. *Feminist Studies*, vol.24, n.2, 1998.
- _____. Saint-Simonian men/Saint-Simonian Women : The transformation of Feminist Thought in 1830' France. *Journal of Modern History*, n.54, junho 1982.
- _____. Debating the Present. Writing the past : 'Feminism » in French history and historiography. *Radical History*, n.52, 1992.
- MUNOZ, C. Genealogía de la Vindicación. In: BELTRÁN, E.; MAQUIEIRA, V. (org.) *Feminismos. Debates teóricos contemporaneos*. Madri: Aliança editorial, 2001.
- NELSYA. Algumas reflexões. In: DURAND, E. et.al. *Liberção da mulher: ano zero*. Belo Horizonte, 1978.
- NEVES, Angela. Femmes brésiliennes en exil: la quetê d'une identité. *Cahiers des Ameriques Latines*, julho-dezembro de 1982.
- NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. *Revista Estudos Feministas*, v. 8, n. 2, 2000.
- _____. Gender. In: JAGGAR, Alison; YONG, Iris (org.). *A companion to feminist philosophy*. Oxford: Blackwell Plublishers, 2000.
- NOUVELLES QUESTIONS FEMINISTES. Editorial. *Nouvelles Questions Feministes* n. 1, março 1981.
- OAKLEY, A.; MITCHELL, J. (org.) *What is feminism?*. Oxford: Backwell, 1986.
- OAKLEY, A.; MITCHELL, J. *Who's afraid feminism?*. New York: New Press, 1997.
- OBRA COLETIVA *Les femmes s'entêtent*. Paris : Gallimard, 1975.
- OFFEN, Karen. Defining feminism: a comparative historical approach. *Signs*, v. 14, n., 1988.
- OFFEN, Karen. *European Feminisms 1700-1950*. Stanford: Stanford University Press, 2000.

_____. Sur l'origine des mots "féminisme" et "féministe". *Revue d'histoire moderne et contemporaine*. n. 3, julho-setembro de 1987.

OLIVEIRA, E. Nosso corpo nos pertence: Uma reflexão pós anos 70. *Labrys, estudos feministas*, janeiro/julho 2005.

OZOUF, Mona. *Les mots des femmes*. Paris: Fayard, 1995.

PARTISANS. *Libération des femmes*. Paris: Maspero, 1974.

PEDERSEN, J. Política sexual em Comte e Durkheim: Feminismo, história, e a tradição sociológica francesa. *Revista de Estudos da Religião* n.1, 2006.

PEDRO, Joana. Nosotras, Nós Mulheres, Nos/Otras, Noidonne - Rede de divulgação feminista dos anos 70 e 80 In: WOLFF, Cristina Scheibe; FAVERI, Marlene de. RAMOS, Tânia Regina de Oliveira. (Org.). *Leituras em Rede: gênero e preconceito*. Florianópolis: Mulheres, 2007.

_____. "A experiência com contraceptivos no Brasil: uma questão de geração" In: *Revista Brasileira de História*, vol 23, 2003.

_____. "Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica". In: *História*, v. 24, 2005.

_____. Nosotras e o Círculo de mulheres brasileiras em Paris: feminismo tropical em Paris. *Art Cultura. Revista de História, cultura e Artes*. Vol. 9, n.14, janeiro-junho 2007.

_____. Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978). *Revista Brasileira de História* n. 26. vol. 52, dez. 2006.

PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

_____. (org.) *Une histoire des femmes est-elle possible?* Paris : Rivages, 1984.

PETERSON, G. "Identité de groupe et rapports sociaux aux Etats-Unis, aux Pays-Bas et em France. *Mots*, 1996 vol 49, n.1.

PICQ, Françoise. *Libération des femmes. Les années-mouvement*. Paris: Seuil, 1993

_____. Sobre o movimento das mulheres na França. *Revista Estudos Feministas*, n. especial, 2º. semestre 1994.

_____. Les années 68 : événements, cultures politiques et modes de vie. *Lettre d'information* n.2, 1994 Site : http://irice.cnrs.fr/IMG/pdf/Lettre_d_info_68_no2_28-11-94.pdf (site visitado em 15 de março de 2008).

_____. Un homme sur deux est une femme. Les féministes entre égalité et parité (1970-1996). *Les Temps modernes*. n.597, abril-maio 1997.

_____. Simone de Beauvoir et “la querelle du féminisme”. *Les Temps Modernes*. n. 647-648, 2008.

PIETROCOLA. *Anos 60/70 - O viver entre parênteses: a perseguição política aos revolucionários e suas famílias*. Tese de doutorado – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - Universidade de São Paulo, 1995.

PINTO, Celi. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

PISCITELLI, Adriana. Re-criando a (categoria) mulher? *Textos Didáticos*, n.48, novembro 2002.

_____. Ambivalência sobre os conceitos de sexo e gênero na produção de algumas teóricas feministas. In: AGUIAR, Neuma. (Org.). *Gênero e ciências humanas, desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1998, v. , p. 49-67.

PISAN, A. *Historias del Movimiento de Liberación de la Mujer*. Madrid: Debate, 1977.

PONTES, Heloísa. *Do palco aos bastidores: o SOS-Mulher e as práticas feministas contemporâneas*. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, 1986.

PRADO, Danda. Brazil: A Fertile but ambiguous Feminist Terrain. In: MORGAN, R. *Sisterhood is Global. The International Women's Movement Anthology*. Garden City, Nova York: 1984.

QUESTIONS FEMINISTES. Variations sur des thèmes communs. *Questions Feministes*, n.1, novembre 1977.

RABAUT, J. *Histoire des féminismes français*. Paris: Stock, 1978.

RAGO, Margareth. Os feminismos no Brasil: dos ‘anos de chumbo’ à era global. *Labrys, estudos feministas*, n. 3, janeiro/julho 2003.

_____. Feminizar é preciso: por uma cultura filógena. *São Paulo Perspec.* vol.15 n.3, julho-setembro/2001

REICH, W. *A revolução sexual*. Rio de Janeiro, Zahar, 1974.

REIS FILHO, Daniel. *Os comunistas no Brasil*, de Daniel Aarão Reis Filho, CNPq/Editora Brasiliense, 1990.

RENAULT, A. *O indivíduo: reflexão acerca da filosofia do sujeito*. Rio de Janeiro, 1998.

- RIBEIRO, M. O feminismo em novas rotas e visões. *Revista Estudos Feministas*, vol.14, n.3, set./dez. 2006.
- RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Unesp, 1993.
- _____. 1968: rebeliões e utopias. In : FILHO, D. el. al . *O século XX: o tempo das dúvidas*.Rio de Janeiro, 2002.
- _____. As mulheres na política brasileira: os anos de chumbo. *Tempo social*, 2º. semestre 1990.
- RIOT-SARCEY, M. L'historiographie française et le concept de 'genre'. *Revue d'histoire moderne et contemporaine*. 47-4, outubro-dezembro 2000.
- RODGERS,Catherine. Elle et Elle: Antoinette Fouque et Simone de Beauvoir. *MLN*, vol. 115, n. 4 Set. 2000.
- ROGERS,Rebecca. Rencontres, appropriations et zones d'ombre : les etapes d'un dialogue franco-americain sur l'histoire des femmes et du genre. *Revue d'histoire des Sciences Humaines*, n.11, 2004/2.
- ROLLEMBERG, Denise. *Exílio: Entre raízes e radares*. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- ROWBOTHAM, Sheila. *Women in movement. Feminisme and Social Action*. London: routladge, 1992.
- _____. *Feminisme et révolution*. Paris: Petit Bibliothèque Payot, 1973.
- _____. *Além dos fragmentos: o feminismo e a construção do socialismo*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- _____. *Mulheres, resistencia e revolução*. Lisboa : Iniciativas editoriais, 1976.
- _____. *A conscientização da mulher no mundo do homem*. Rio de Janeiro: Globo, 1983.
- RUSSEL, Diana. Report on the International Tribunal on Crimes against Women. *Frontiers: A Journal of Women Studies*, Vol. 2, n. 1 (Spring, 1977).
- SARTI, C. O feminismo brasileiro desde os anos 70: revisitando uma trajetória. *Revista Estudos Feministas*, v. 12, n. 2, agosto/setembro 2004.
- SARTRE, J. Prefácio á edição de 1961. In: FANON, Franz. *Os condenados da Terra*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2005.
- SCAVONE, Lucila. *Dar a vida e cuidar da vida. Feminismo e ciências Sociais*. São Paulo, Editora Unesp, 2004.
- SCHMIDT, Rita. Refutações ao feminismo: (des)compassos da cultura letrada brasileira. *Revista Estudos Feministas*, vol.14, n.3, set./dez.2006.

- SCHWARZ, Roberto. Cultura e Política. In: SCHWARZ, Roberto. *Pai de família e outros escritos*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.
- SCHWARZER, Alice. *Simone de Beauvoir hoje*. Rio de Janeiro: Rocco, 1986.
- SCOOT, J. O enigma da igualdade. *Revista Estudos Feministas* vol. 13 n.1, jan./ abr. 2005.
- _____. “La querelle des femmes” no final do século XX. *Revista Estudos Feministas*, vol.9 n.2, 2001.
- _____. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, v. 20, n. 2, julho-dezembro 1995.
- _____. “Fantasy Echo: História e a Construção da Identidade”. In: *Labrys* v. 1-2, julho/dez. 2002
- _____. *A cidadã paradoxal*. Florianópolis: Editora das Mulheres, 2005.
- _____. Desconstruir igualdad-versus-diferencia: usos de la teoria posestructuralista para el feminismo. *Feminaria*, ano VII, n.13, nov. 1994.
- SILVA, Luis. A Campanha pela Anistia em Paris (1974-1979). IN: <http://www2.fpa.org.br/portal/modules/news/article.php?storyid=1817> visitado em 10/03/2009.
- SINGER, Paul. O feminino e o feminismo. In: SINGER, P.; BRANT, V. *São Paulo: o povo em movimento*. Petrópolis: Editora Vozes, 1980.
- SLEDZIEWSKI, E. A revolução francesa : a viragem. In: DUBY,G. ; PERROT,M. *História das mulheres no Ocidente*. Porto: Afrontamento, 1991.
- SOIHET, Rachel. Feminismos e cultura política: uma questão no Rio de Janeiro dos anos 1970-1980. In: ABREU, M.; SOIHET,R. et. al. *Cultura política e leituras do passado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira/FAPERJ, 2007.
- SOPER, Kate. The qualities of Simone de Beauvoir. *New Left Review*, n.156, março/abril 1986.
- SOUZA-LOBO, Elisabeth ; PAOLI, M. Notas sobre o movimento no feminino. *Desvios*, ano 1, no. 1, novembro/1982.
- STRAVO, Elaine. The use and abuse of Simone de Beauvoir: Re-evaluating the French Poststructuralisme critique. *European Journal of Women’s Studies*, vol.6, 1999.
- RIAL, Carmem; et. al. Relações sociais de sexo e relações de gênero: entrevista com Michele Ferrand. *Revista Estudos Feministas*, vol.13, n.3, setembro/dezembro 2005.
- RUBIN, Gayle. *O tráfico e mulheres: notas sobre a “economia política” do sexo*. Recife: S.O.S.-Corpo, 1993.

TAVARES, M. H. e WEIS, L. Carro zero e pau-de-arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar. In: SCHWARCZ, L. M. (Org) *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TAVARES, Maria Manuela. *Feminismos em Portugal (1947-2007)*. Tese de doutorado. Universidade Aberta, 2008.

TELLES, Maria. *Breve história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1993.

THORNHAM, Sue. Second Wave Feminism . In: GAMBLE,S. (org.) *The Routledge Companion to Feminism and Post Feminism*. Londres/Nova York: Routledge, 2001)

TOUPIN, Louise. Une histoire du féminisme est-elle possible ? *Recherches féministes*, vol. 6 n.1, 1993.

VARIKAS, Eleni. *Penser le sexe et le genre* . Paris: PUF, 2006.

_____. Féminisme, modernité, postmodernisme: pour un dialogue des deux cotés de l’océan . *Futur Antérieur*. Número especial, abril de 1993. Disponível em: (www.multitudes.samizdat.net/spip.php?rubrique334. Site visitado em : março de 2007

_____. O pessoal é político. *Tempo*. Vol. 2 n.3 (junho 1997).

_____. Refundar ou reacomodar a democracia? Reflexões críticas acerca da paridade entre os sexos. *Revista Estudos Feministas*, 1996.

_____. L’égalité et ses exclu(e)s. *L’homme et la société*, n.94, 1989/4.

_____. Jornal das damas, feminismo no século XIX na Grécia. In: Departamento de Sociologia- Área de pós-graduação do Núcleo de Estudos da mulher e relações de gênero *Relações sociais de gênero x relações sociais de sexo*, 1989.

_____. Conclusion. In: Fougeyrollas-Schwebel,d. et. al. *Le genre comme catégorie d’analyse. Sociologie, histoire, littérature*. Paris: L’Harmattan, 2003.

WILLIS, Ellis. Radical feminism and feminist radicalism. In: SAYRES, S. et. Al. *The 60’s without apology*, 1988.

WINTER, Bronwyn (Mis)Representations: what French feminism isn’t. *Women’s Studies International Forum*, vol.20, n.2

_____. Essentialisation de l’Alterité et invisibilisation de l’oppression: l’histoire bizarre mais vraie de la déformation d’un concept. In : DELPHY, Christine CHAPERON,Sylvie. *Cinquantenaire du Deuxième Sexe. Colloque International Simone de Beauvoir*. Paris: Édition Syllepse, 2002.

WITTIG, Monique. On ne naît pas femme. *Questions féministes*, n. 8, maio 1980.

WOMEN: a journal of Liberation. What is Liberation? CROW, Barbara. (org.) *Radical feminism. A documentary reader*. Nova York e Londres: New York University Press, 2000.

WOLFF, C. Le genre de la résistance. *Cahier du Brésil Contemporain*, 2004, n.55/56.

ZANCARRINI-FOURNEL, Michelle. Histoire(s) du MLAC (1973-1975). *Clio*, n. 18, 2003.

_____. Genre et politique: Les années 1968. *Vingtième Siècle. Revue d'histoire*, n. 75, Numéro spécial: Histoire des femmes, histoire des genres. (Jul. - Sep., 2002).

ZETKIN, Clara. *La cuestión femenina y la lucha contra el reformismo*. Barcelona, Anagrama, 1976.

Fontes:

Nosotras, janeiro de 1974 – primeiro trimestre de 1976. – Centro Informação Mulher
Documentos do Circulo de Mulheres Brasileiras em Paris (1976-1979). – Centro Informação Mulher.

Seção Feminina do PCB – CEDEM.

Fundo Luiz Carlos Prestes – AEL.

Fundo Elisabeth Souza Lobo – AEL.

Principais revistas consultadas:

Brasil Mulher (n. 0-16).

Campanha (diversos números)

Boletim Isis n.5 (abril de 1981)

Cahier du féminisme (diversos números).

Critique Communiste (n. 4 e 20/21).

Debate (toda a coleção – n. 1 ao 40).

L'Information des femmes (diversos números).

Herejias

Histoire d'elles (n. 5).

Les Nouvelles Feministes

Le Temps des femmes

Les Cahier du GRIF

Nós Mulheres (n. 1-8).

Nueva Sociedad (n.78).

Questions Feministes

Unidade e Luta. (n. 2, 5/6).

Unidade Proletária.

Temas y Debate.

ÍNDICE DE IMAGENS

Imagem 1 – Capa do boletim <i>Nosotras</i> n. 12	43
Imagem 2 – Capa do boletim <i>Nosotras</i> n.1	121
Imagem 3 – Capa do boletim <i>Nosotras</i> n. 8/9/10	123
Imagem 4 – Capa do boletim <i>Nosotras</i> n. 25-26	149
Imagem 5 – Capa da brochura “Por uma tendência feminina e revolucionária”	169
Imagem 6 – Capa da “Pochette”	199
Imagem 7 – Capa da publicação “Parole aux femmes du Brésil”	201
Imagem 8 – Capa da publicação “Quelques questions sur la situation de la femme aujourd’hui au Bresil”	205